UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS

BLIMA RAJZLA LORBER

**BRASILEIROS NO HOLOCAUSTO E NA RESISTÊNCIA AO
NAZIFASCISMO**

Adentrando os espaços nazistas, rotas de fuga e nas frentes de combate

1939 – 1945

Versão corrigida

SÃO PAULO
2021

BLIMA RAJZLA LORBER

**BRASILEIROS NO HOLOCAUSTO E NA RESISTÊNCIA AO
NAZIFASCISMO**

Adentrando os espaços nazistas, rotas de fuga e nas frentes de combate

1939 – 1945

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Tucci Carneiro.

São Paulo
2021

Aos meus amados pais, Malka e David Lorber Rolnik (*in memoriam*), sobreviventes do Holocausto, que me ensinaram caminhar pela vida. Ao Marcelo (*in memoriam*) com quem aprendi a importância de sempre agradecer.

“O Holocausto é tão extenso, envolve tanta coisa, que não existe tinta suficiente no mundo para escrever tudo o que aconteceu.”

David Lorber Rolnik, sobrevivente do Holocausto

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L865b Lorber, Blima Rajzla
Brasileiros no Holocausto e na Resistência ao
Nazifascismo - Adentrando os espaços nazistas, rotas
de fuga e nas frentes de combate 1939 - 1945 / Blima
Rajzla Lorber; orientadora Maria Luiza Tucci
Carneiro - São Paulo, 2021.
244 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Estudos Judaicos e Árabes.

1. Brasileiros. 2. Judeus. 3. Holocausto. 4.
Nazismo. 5. Resistência. I. Carneiro, Maria Luiza
Tucci, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Blima Rajzla Lorber

Data da defesa: 22/11/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10 / 12 / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

LORBER, Blima Rajzla. *Brasileiros no Holocausto e na Resistência ao Nazifascismo: adentrando os espaços nazistas, rotas de fuga e nas frentes de combate, 1939 – 1945*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos, do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo total apoio e paciência.

À Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, orientadora desta dissertação, pela amizade, dedicação e apoio neste desafio pessoal.

À Profa. Dra. Rachel Mizrahi pelo apoio e amizade.

À Profa. Marcia Ras, do Museu do Holocausto de Buenos Aires (Argentina), pelo diálogo e troca de informações.

Ao Prof. Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior pelo apoio e contato.

À família Gradvohl, a Daniel Knoll, à Marcia Piatigorski por compartilharem comigo as histórias de suas famílias.

Aos companheiros de pesquisa do Arqshoah.

Às equipes do Arquivo Histórico do Itamaraty/Rio de Janeiro e do Mémorial de la Shoah/Paris na condução das pesquisas.

RESUMO

LORBER, Blima Rajzla. *Brasileiros no Holocausto e na Resistência ao Nazifascismo: adentrando os espaços nazistas, rotas de fuga e nas frentes de combate, 1939 – 1945*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos, do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre. 2021, 243 p.

Esta dissertação tem como objetivo reconstituir a trajetória de brasileiros natos, filhos de brasileiros nascidos na Europa e de naturalizados que, por serem estrangeiros ou judeus, foram vítimas do Holocausto, isolados em guetos e/ou levados a campos de concentração e extermínio na Europa ocupada pela Alemanha nazista. São aqui também mencionados aqueles que buscaram rotas de fuga para sobreviver e os que lutaram contra o nazifascismo nas diversas frentes de combate como voluntários nas forças armadas aliadas e em grupos de *partisans/maquis/partigiani* para destruir a mortal máquina de guerra que criou o Holocausto e libertar os prisioneiros. Seus nomes e histórias de vida são ainda desconhecidos pela historiografia brasileira e internacional enquanto grupo distinto dos judeus europeus, violentados que foram em seus direitos pelo nacional-socialismo e colaboracionistas. A xenofobia, o antissemitismo e o nacionalismo exacerbado instigaram a violência que culminou no Holocausto, dificultando as possibilidades de fuga e sobrevivência desses brasileiros na Europa. Esta pesquisa abrange o período de 1939 a 1945, quando a Alemanha ocupou vários países como a Polônia, Bélgica e França, entre tantos outros, onde muitos cidadãos brasileiros estudavam, viviam e trabalhavam. Com o início da deportação de grande parte da população judaica para os guetos, campos de concentração, de trabalho e de extermínio, é preciso mencionar que entre os prisioneiros estrangeiros havia brasileiros. Apesar de cidadãos de um país que não estava envolvido diretamente no conflito mundial e portarem passaportes legais, foram tratados como “indesejáveis” e/ou “de raça inferior”, de acordo com o discurso intolerante disseminado pela diátribe vigente na época, sendo seus documentos considerados falsos ou sumariamente ignorados.

Palavras-chave: Brasileiros, Judeus, Holocausto, Nazismo, Resistência

ABSTRACT

LORBER, Blima Rajzla. *Brazilians in the Holocaust and in Resistance against Nazifascism: entering Nazi spaces, escape routes and on the battlefronts, 1939 – 1945*. Dissertation submitted to the Postgraduate Program in Jewish Studies, Oriental Language Department, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Master Thesis, 2021, 243 p.

This dissertation aims to reconstruct the path of native Brazilians, Brazilian children born in Europe, and naturalized persons who as foreigners or Jews were war victims, being isolated in ghettos and/or taken to concentration and extermination camps in occupied Nazi German Europe. Those who sought escape routes to survive, and those who fought against Nazifascism at the several battlefronts as volunteers in allied armed forces and in *partisans/maquis/partigiani* groups to destroy the deadly war machine that created the Holocaust and free the prisoners are also mentioned here. Their names and life stories are still unknown by Brazilian and international historiographies as a distinct group from European Jews, whose rights were violated by National Socialism and collaborationists. Xenophobia, anti-Semitism, and exacerbated nationalism instigated violence which led to the Holocaust and made it difficult for Brazilians to escape and survive in Europe. This research span is from 1939 to 1945, when Germany occupied several countries such as Poland, Belgium, and France, among others, where many Brazilian citizens studied, lived, and worked. When deportations of a large part of the Jewish population to ghettos, concentration, labor, and extermination camps began, it is essential to mention that among the foreign prisoners there were Brazilians. Although citizens from a country that was not directly involved at the world conflict and carrying legal passports, they were treated as "undesirables" and/or "inferior race", according to the intolerant diatribe disseminated at the time, their documents were considered false or ignored.

Keywords: Brazilians, Jews, Holocaust, Nazism, Resistance

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHI/RJ	Arquivo Histórico do Itamaraty/Rio de Janeiro
ARQSHOAH	Arquivo Virtual sobre o Holocausto e Antissemitismo/LEER-USP
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
DCRE	Le Dépôt Communal des Régiments Étrangers
DBLE	Demi-Brigade de Légion Étrangère
DIR	Déportés et Internés de la Résistance
DRMVE	Dépôt des Régiments de Marche de Volontaires Étrangers
EHRI	European Holocaust Research Infrastructure
FAFL	Forces Aériennes Françaises Libres
FFC	Forces Françaises Combattantes
FFI	Forces Françaises de l'Intérieur
FFL	Forces Françaises Libres
FNFL	Forces Navales Françaises Libres
FSJF	Fédération des Sociétés Juives de France
FTP–MOI	Francs-tireurs et partisans – main-d'œuvre immigrée
JOINT	American Jewish Joint Distribution Committee
KZ	Konzentrationslager
LEER	Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação
MMB	Missão Militar Brasileira
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)
OSE	Oeuvre de Secours aux Enfants
PNF	Partito Nazionale Fascista (Partido Nacional Fascista)
POW	Prisioner of War
RAF	Royal Air Force
RAAF	Royal Australian Air Force
RDP	Régiment de Dragons Parachutistes
REI	Régiment Étranger d'Infanterie
RIF	Résistance Intérieure Française
RMVE	Régiments de marche de volontaires étrangers

SER	Serviço Europeu de Buscas
SHD	Service Historique de la Défense
SOE	Special Operations Executive
USHMM	United States Holocaust Memorial Museum

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ficha de internamento de Severina da Silva na Itália.	19
Figura 2 - <i>L’Affiche Rouge</i>	40
Figura 3 - Livraria antissemita	44
Figura 4 - As Leis de Nuremberg.....	58
Figura 5 - As explicações do Reich.....	60
Figura 6 - As explicações do Reich - conclusão	60
Figura 7 - Cartões de Otto Stern.....	66
Figura 8 - Dra. Helene Langer	67
Figura 9 - Pedras de Tropeço	68
Figura 10 - Livro sobre Hans Wöltje	69
Figura 11 - Certidão de óbito de Hans Wöltje.....	69
Figura 12 - Brasileiros na França	72
Figura 13 - Matérias sobre Francisco Messner	76
Figura 14 - Cícero Dias	78
Figura 15 - Cícero Dias, Picasso e Raymonde Vorac	79
Figura 16 - Poema "Liberté"	80
Figura 17 - Cartaz de exposição de Cícero Dias	81
Figura 18 - Emílio Kerbel	83
Figura 19 - <i>C’Était Maman</i>	84
Figura 20 - Cartão de prisioneiro de Paul Weil.....	84
Figura 21 - Nadine Picard	86
Figura 22 - Capa do semanário <i>Pour Vous</i>	88
Figura 23 - Crianças da OSE.....	90
Figura 24 - Ficha de prisioneiro de Charles Bocafoli	92
Figura 25 - Miguel Prieto Arin.....	94
Figura 26 - Ficha de testemunho para Leon Cahen.....	96
Figura 27 - Alphonse Gerson e esposa Germaine Bloch.....	97
Figura 28 - Henri Gradwohl e a esposa Germaine	98
Figura 29 - Publicidade da G. Gradwohl & Fils	99
Figura 30 - <i>Casa Franceza</i> de L. Grumbach & Cia	100
Figura 31 - Matéria sobre Denise Levy.....	102
Figura 32 - Pierre Levy	103
Figura 33 - Anúncio da morte de Georges Lévy-Coblentz	104

Figura 34 - Certidão de óbito de Georges Lévy-Coblentz	105
Figura 35 - Juan Mancera Ruiz	106
Figura 36 - Raymond Strauss	107
Figura 37 - Pedido de busca	107
Figura 38 - Pedido de alimento e roupas	110
Figura 39 - Grupo de espionagem Cassia na Segunda Guerra Mundial Áustria	114
Figura 40 - Francisco José Messner	115
Figura 41 - Publicidade da empresa Hening & Israel	117
Figura 42 - Menção a Marco Hening	117
Figura 43 - Menção à Marthe Meiboom	118
Figura 44 - José Garcia Sopedra	120
Figura 45 - Andor Stern	124
Figura 46 - Ficha de encarceramento de Andor Stern	125
Figura 47 - <i>Uma Estrela na Escuridão</i>	126
Figura 48 - Zofia Olkuszewska	130
Figura 49 - Primeiro time do Polónia Bydgoszcz	131
Figura 50 - Corpo Consular	137
Figura 51 - Léon Gradvohl	138
Figura 52 - Andrée Esther Gradvohl	138
Figura 53 - Casal Martinez de Hoz preso	140
Figura 54 - Dulce Liberal Martinez de Hoz	141
Figura 55 - Madrinha do Combatente	142
Figura 56 - Maria Elisa Morel	144
Figura 57 - Gerard Henri Morel	145
Figura 58 - Margret e H. A. Rey	146
Figura 59 - Desenho de Hans Reyersbach	146
Figura 60 - <i>George, o Curioso</i>	147
Figura 61 - Prof. Plínio Sussekkind da Rocha	148
Figura 62 - Inauguração da Casa Michel	149
Figura 63 - Anúncios da Casa Michel	150
Figura 64 - Armand e Alphonse Worms	150
Figura 65 - Nanette Madalena Worms Fried	151
Figura 66 - Francine Esther Weisweiller	152
Figura 67 - Francine Weisweiller e amigos	153
Figura 68 - Vitali Barki	154

Figura 69 - Rica Barki.....	155
Figura 70 - O avião de guerra mais rápido do mundo.....	162
Figura 71 - Aviões no aeródromo de Manguinhos.....	163
Figura 72 - Pierre Henry Clostermann	164
Figura 73 - Roland Pierre Dreyfus	166
Figura 74 - Claude Georges Falck.....	168
Figura 75 - Auguste Charles Jamain	169
Figura 76 - Robert Lapellerie	170
Figura 77 - Raul Soares da Silveira.....	171
Figura 78 - Catherine Rennert.....	174
Figura 79 - Carteiras de Combatente.....	175
Figura 80 - Angelo Butturini.....	183
Figura 81 - Jacopo Dentici	185
Figura 82 - Ficha de prisioneiro de Jacopo Dentici.....	186
Figura 83 - Hermes Pennesi	187
Figura 84 - Anselmo Thiella	188
Figura 85 - <i>Partigiani</i> da brigada S. Faustino.....	191
Figura 86 - Bruno Enei.....	191
Figura 87 - Cosme Gomm.....	194
Figura 88 - Brasileiros de origem judaica na França.....	213
Figura 89 - <i>Revolution Nationale</i>	216
Figura 90 - Cartazes na França.....	217
Figura 91 - Castelo d'Eu.....	218
Figura 92 - Família imperial brasileira.....	219
Figura 93 - As Sombras do Castelo D'Eu.....	220
Figura 94 - Retorno dos diplomatas	224
Figura 95 - Souza Dantas chega no Brasil	226

TABELAS

TAB. 1 - Estudantes brasileiros nas escolas superiores alemãs	64
TAB. 2 - Brasileiros em Vittel	91
TAB. 3 - Brasileiros que atravessaram a fronteira franco-genebrina	158
TAB. 4 - Brasileiros voluntários na França e nas colônias na África	176
TAB. 5 - Brasileiros com honrarias póstumas.....	178
TAB. 6 - Brasileiros da resistência na França com títulos e homologações	179
TAB. 7 - Brasileiros que lutaram pela Itália.....	190

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Vítimas fatais brasileiras por país.....	22
GRÁFICO 2 - Vítimas por países em campos de concentração e extermínio	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAP. I. ESTRANGEIROS SOB O CONTROLE NA EUROPA	35
1.1 Políticas de controle dos cidadãos indesejáveis	35
1.2 Xenofobia e Antissemitismo na França ocupada	42
1.3 Xenofobia e antissemitismo na Itália fascista	47
1.4 Espaços de exclusão para estrangeiros indesejáveis.....	50
CAP. II: BRASILEIROS SOB A VIGILÂNCIA NAZISTA.....	55
2.1 O antissemitismo como barreira física e simbólica	55
2.2 Brasileiros na Alemanha.....	59
2.3 Brasileiros na França	70
2.4 Brasileiros na Itália.....	108
2.5 Brasileiros em outros países	112
CAP. III: EM BUSCA DE REFÚGIO E NA RESISTÊNCIA	134
3.1 Rotas de fuga	134
3.2 Resistência contra o nazifascismo	158
CAP. IV: DIPLOMACIA BRASILEIRA.....	196
4.1 Brasileiros sob fogo cruzado	196
4.2 Diplomatas brasileiros prisioneiros	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
ARQUIVOS.....	230
FONTES	231
BIBLIOGRAFIA	234
SÍTIOS NA INTERNET	241

INTRODUÇÃO

Passados pouco mais de setenta e cinco anos do final da Segunda Guerra Mundial é preciso que o Brasil e o mundo conheçam os brasileiros – judeus e não judeus – que, entre 1939 e 1945, sobreviveram, combateram e/ou morreram assassinados pela barbárie nazista. Merecem ser conhecidos e recordados. Estes personagens são, em sua maioria, anônimos na história, pessoas cujos nomes e histórias de vida são ainda desconhecidos da historiografia brasileira e internacional. Em 1992, Peter Burke enfatizou o quanto a História tradicional tem se concentrado nos “grandes feitos dos grandes homens [...] enquanto ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.” (BURKE, 1992: 12).

Nesta mesma direção, Eric Hobsbawm chama a atenção para a emergência de valorizarmos uma classe pelas suas singularidades, enquanto pessoas comuns e extraordinárias. Ao dar ênfase ao fato de que nada se sabe a respeito deles é como se nunca tivessem existido, porém “Suas vidas têm tanto interesse [...] mesmo que ninguém tenha escrito sobre elas [...].” Sob este viés, Hobsbawm indicou-me uma direção: a de investigar os brasileiros esquecidos ou ignorados enquanto vítimas da barbárie nazista. Neste grupo incluem-se aqueles que, como estrangeiros nos diversos países da Europa e do Norte da África – e apesar de integrados às comunidades locais –, foram perseguidos e banidos por regimes autoritários e totalitários que referendaram o seu extermínio. Creio que esta investigação abrirá um lugar na história para os brasileiros cujos nomes são ainda ignorados pela historiografia do Holocausto.

A primeira surpresa surgiu quando eu buscava por registros relacionados ao destino dos meus familiares maternos e paternos em arquivos e memoriais no exterior. Minha pesquisa teve início em 2007 com o objetivo de escrever a história da vida de meu pai, David Lorber Rolnik, sobrevivente do Holocausto, cuja epígrafe abre esta dissertação.¹

Em determinado arquivo deparei-me com um dado que, de imediato, causou certo espanto: a pessoa mencionada no registro nascera no Brasil. O primeiro nome de uma brasileira: Berthe Carvalho, nascida no Rio de Janeiro. Seu sobrenome estava truncado, como mais tarde confirmei, sendo Carvalho o sobrenome correto. Este dado chamou minha atenção e visitei outros arquivos onde encontrei mais nomes. Busquei literatura, alguma informação sobre brasileiros no Holocausto, porém, nada encontrei e, então, decidi guardá-los, pois, quem sabe,

¹ *As Catorze Vidas de David: o menino que tinha nome de Rei* é uma narrativa biográfica, escrita pelos filhos Szyja e Blima, que reconstitui a vida de David desde o interior da Polônia, onde viveu até os seus 19 anos – quando do início da guerra – até desembarcar no Brasil, sua nova pátria. O livro relata a determinação de David em viver, apesar das agruras que enfrentou.

algun historiador desvendasse e trouxesse à tona este misterioso tema. Nessa espera, de mais de 13 anos, outros nomes foram identificados e os adicionei à minha lista. Foram anos até descobrir o que aconteceu com Berthe: ela sobreviveu! Vivia na Bélgica, era uma estudante de 17 anos, nascida no Rio de Janeiro em 1927, transferida do campo Dossin, na Bélgica, para o campo de Vittel, na França, em 20 de junho de 1944. Para Vittel eram levados americanos e sul-americanos que iriam ser trocados por cidadãos alemães que viviam na América do Sul e Estados Unidos. Havia vários Carvalho em Dossin, possivelmente, entre eles os pais de Berthe e irmãos, no entanto, não há menção de cidadania brasileira e eles não sobreviveram.

Recentemente, encontrei a ficha de internamento em um campo de concentração em Trecchina (Potenza), na Itália, da brasileira Severina da Silva, nascida em Pernambuco em 1915. Esta senhora era uma empregada doméstica e foi internada em 07 de maio de 1943, durante o período em que Mussolini ainda dominava todo o país. Naquele ano, o Brasil já havia declarado ruptura das relações diplomáticas e o estado de guerra com os países do Eixo e talvez tenham sido esses os motivos de Severina da Silva ter sido internada. Seu destino é ignorado.

[illegible]

Figura 1 – Ficha de internamento de Severina da Silva na Itália.

Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01011406/0003/56356302/001.jpg>. Acesso: em 10 ago.2021.

Há alguns anos, após uma cerimônia em rememoração às vítimas do Holocausto, li comentários nas redes sociais de pessoas que se declaravam indignadas por uma solenidade deste tipo acontecer no Brasil, pois “tinham certeza de que não havia vítimas brasileiras” e que não haveria necessidade de um memorial porque o país “não tem ligação relevante com o Holocausto”. Considero que a melhor forma de reverter esse desconhecimento histórico é a de conscientizar nossos jovens, principalmente, por meio da educação, visto que os programas do ensino fundamental e médio carecem de conteúdo a respeito da proximidade ideológica do Brasil com a Alemanha nazista e da dimensão do Holocausto, que vitimou, inclusive, muitos brasileiros.

A partir daí, cresceu minha determinação em buscar, com maior persistência, pelos nomes de brasileiros vitimados pela violência nazista. Quando o assunto é o Holocausto, os pensamentos são direcionados à Europa, descartando-se as possibilidades de que dezenas ou talvez centenas de brasileiros e outros estrangeiros estivessem entre as vítimas. Este é, portanto, o desafio: deslocar o foco da Europa, que até agora tem mobilizado os estudiosos do nazismo e do Holocausto, para o Brasil.

Enfim, esta é uma história em aberto considerando que milhões de cidadãos, histórias, situações, testemunhos e artefatos são ainda desconhecidos. Praticamente todos os dias, historiadores, pesquisadores, arqueólogos e instituições revelam novos dados sobre esse período nefasto, mas sem qualquer referência a brasileiros como vítimas das perseguições empreendidas pela Alemanha nazista e seus asseclas. Por outro lado, é preciso salientar que a produção historiográfica brasileira desde a década de 80 tem se concentrado em analisar a presença e atuação dos diplomatas brasileiros em missão na Europa, sem, no entanto, observar que havia brasileiros sob a mira dos nazistas. Importante ressaltar que várias destas ocorrências foram reportadas em caráter confidencial aos Ministérios das Relações Exteriores, tanto do Brasil como da França e da Alemanha. Dentre os estudos publicados cumpre citar aqueles de autoria de Anna Rosa Campagnano Biggazzi (2008), Maria Luiza Tucci Carneiro (1996, 2001, 2003, 2007, 2010), Júlio José Chiavenatto (1985), Alberto Dines (1981), Fábio Koifman (2002), Jeffrey Lesser (1995) e Avraham Milgram (1994).

Minha pesquisa ganhou conteúdo a partir de 2013, quando constatei a presença de brasileiros nos países onde o Brasil mantinha missões diplomáticas e, principalmente, nas principais cidades europeias ocupadas pela Alemanha nazista. Desde então, passei a buscar documentos comprobatórios da nacionalidade dos prisioneiros que estavam na Europa quando teve início a Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939. Porém, desta vez, direcionando o foco para os brasileiros que, de alguma forma, foram vítimas do Plano da

Solução Final para a Questão Judaica implementado pelo Estado nacional-socialista a partir da conferência de Wannsee, que teve lugar em Berlim em 20 de janeiro de 1942.²

Considerando a ampla “cartografia” dos espaços e das ações de extermínio, bem como da atuação de inúmeros brasileiros nas diversas formas de resistência, elaborei um inventário preliminar com base nos seguintes critérios:

- a) judeus e não judeus, natos e naturalizados;
- b) esposas e filhos de brasileiros natos e naturalizados registrados em repartições diplomáticas;
- c) que tiveram suas vidas interrompidas e/ou suas famílias desestruturadas e destruídas;
- d) buscaram rotas de fuga;
- e) brigadistas brasileiros refugiados na França;
- f) envolvidos nas frentes de resistência, voluntários em exércitos de países aliados e grupos guerrilheiros (*partisans*) no combate ao nazifascismo;
- g) em missão diplomática na Europa a serviço do governo brasileiro, presos durante a guerra.

Ao longo desses anos, com base nos documentos pesquisados, relaciono até o presente 67 vítimas fatais brasileiras – 28 judeus e 39 não judeus. Há ainda 14 brasileiros(as) com destino ignorado – 6 judeus e 8 não judeus – sendo grande a possibilidade de não terem sobrevivido. Destes, 42 morreram ou foram exterminados em campos ou em consequência das péssimas condições enfrentadas nesses locais e também por fuzilamento nas marchas da morte do final da guerra. A França teve o maior número de vítimas nos campos, 19 vítimas brasileiras, sendo 16 judeus e 3 não judeus; a Itália, 8 brasileiros não judeus mortos nos campos; Polônia foram 5 as vítimas fatais – 3 não judeus e 2 judeus; Alemanha foram 4, sendo 2 judias e 2 não judeus; 3 da Bélgica – 2 judeus e 1 religião indefinida; 2 não judeus da Áustria; e uma vítima de país não identificado. As demais 25 vítimas morreram em batalha, por diversas doenças, ferimentos e suicídio.

² Lembro que a “Solução Final” já estava sugerida no *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, assim como a palavra “extermínio dos judeus” havia sido publicada em várias obras antisemitas desde o final do século XIX, como identificado por Daniel Goldhagen em seu polêmico livro *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. Desde a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder, em 1933, liderado por Hitler, a violência física, moral e simbólica, assim como os atos legais contra as comunidades judaicas alemãs e dos países ocupados, prepararam o terreno para organizar a deportação e o aniquilamento do povo judeu e do judaísmo. (GOLDHAGEN, 1999).

GRÁFICO 1 – Total de vítimas fatais brasileiras por país: 67

Elaborado por Blima Rajzla Lorber em 2020 com base nos dados de diversos arquivos estrangeiros

GRÁFICO 2 – Vítimas por países em campos de concentração e extermínio

Elaborado por Blima Rajzla Lorber em 2020 com base nos dados de diversos arquivos estrangeiros

Muitas vítimas nos campos morreram de fome, exaustão, doenças, frio, ferimentos, mas as certidões de óbito, na sua maioria emitidas para vítimas não judias, informavam a *causa mortis* algum tipo de enfermidade como tuberculose, problemas de coração, entre outras. As certidões de óbito emitidas pelos médicos nazistas e seus auxiliares não são confiáveis, pois, a exemplo do que aconteceu no programa T4 – quando foram mortos deficientes considerados inúteis pelo regime nazista – mascararam o assassinato com doenças inventadas.

Além deles, há pelo menos 140 resistentes que atuaram tanto em grupos de *partisans*, *maquis*, *partigiani* e na Legião Estrangeira, bem como civis voluntários junto às forças armadas de países aliados no combate ao nazifascismo.

É praticamente impossível determinar o número de brasileiros que viviam ou estavam em trânsito nos países ocupados pela Alemanha, bem como o de vítimas brasileiras no Holocausto. Por exemplo, os Arolsen Archives (Alemanha), que guardam os documentos referentes aos perseguidos pelo regime nazista, foram abertos em 2007 sob o nome de International Tracing Service somente a pesquisadores credenciados por instituições e para familiares em busca de parentes ou amigos desaparecidos. A plataforma on-line só começou a ser disponibilizada ao público a partir de 2015 e, atualmente, dá acesso a 30 milhões de documentos: um tesouro e, ao mesmo tempo, uma tarefa gigantesca para os pesquisadores. O Yad Vashem – memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do Holocausto – tem uma campanha permanente para que parentes e amigos preencham formulários com dados das vítimas ainda desconhecidas. O Mémorial de la Shoah (França) tem como matriz o Centre de Documentation Juive Contemporaine (Centro de Documentação Judaica Contemporânea) constituído em abril de 1943, portanto em plena guerra, para documentar o genocídio dos judeus da Europa. Neste mesmo edifício funcionam também um museu, um centro de documentação com mais de um milhão de documentos e um Memorial em nome das vítimas.

Saliento ainda que havia estrangeiros que, embora radicados no Brasil, estavam na Europa quando do início da guerra. No entanto, não foi possível verificar se eram ou não naturalizados, portanto, não estão incluídos nesta dissertação. Há também casos de brasileiros internados e presos em campos de concentração e de trânsito quando estavam águas territoriais ou em portos franceses no início da guerra, tentando regressar ao Brasil. A esse respeito, o embaixador brasileiro na França, Luiz Martins de Souza Dantas, buscou de várias maneiras interceder junto às autoridades políticas francesas para a sua libertação, conforme constatado nos documentos pesquisados junto ao Arquivo Histórico do Itamaraty/Rio de Janeiro, alguns dos quais serão relatados nesta dissertação.

Em razão da intensa movimentação durante aquele período, não foi possível identificar o local de residência de vários brasileiros no exterior. Na relação de países, as pesquisas efetuadas até o presente mostram a Alemanha em primeiro lugar, mas sem que esta população fosse diretamente vitimada, e na sequência a França (principalmente Paris), Itália, Polônia, Bélgica, Holanda, Letônia, Croácia e o Norte da África. Outros nomes de brasileiros foram ainda localizados nos arquivos, comprovando estarem no campo de concentração em Miranda de Ebro, na Espanha, sob a supervisão do oficial alemão, Paul Winzer.

A presença de brasileiros em alguns países onde o Holocausto também vitimou milhares de pessoas – como a Grécia e a Ucrânia, entre outros – não pode ser verificada, pois, nem todos possuem arquivos digitalizados e disponíveis para consulta on-line, exigindo pesquisa no local. Alemanha, França e a Itália, por estarem em estágios mais avançados na digitalização de seus acervos, têm espaço maior nesta dissertação.

Vários governos atuais, cujo passado está comprometido com a brutalidade perpetrada pelos nazifascistas, também relegam a questão dos arquivos e, por meio de leis, tentam dificultar o acesso a documentos que, muitas vezes, podem trazer dados perturbadores. Cabe mencionar que o colaboracionismo e a omissão foram muito maiores, assim como o número de vítimas. É sob esta ótica que se insere esta dissertação, de modo a gerar conhecimentos e instigar reflexões sobre o tema, pois, nenhum país tem o direito de esquecer, ainda que alguns sejam coniventes com o revisionismo histórico e o negacionismo do Holocausto.

Está comprovado, ainda que as dimensões sejam indescritíveis, que o extermínio dos “indesejáveis” – judeus e ciganos – e as ações violentas perpetradas contra os estrangeiros na Alemanha e nos países ocupados foram minuciosamente planejados. A imagem do estrangeiro visto como inimigo-político ou inimigo-objetivo, como define Hannah Arendt, estava incutida na mentalidade do povo alemão e endossada pelo Estado, que institucionalizou o antissemitismo como um plano capaz de solucionar a Questão Judaica e a Questão Cigana. Segundo Tucci Carneiro, a necessidade de perseguir e/ou exterminar o “inimigo-objetivo” (incluindo os comunistas) ampliou-se para além da Europa a vários países das Américas, alimentada por um conjunto de mitos políticos. Nesse contexto – delineado pela xenofobia, antissemitismo, nacionalismo exacerbado e pela violência nacional-socialista – encontravam-se os cidadãos brasileiros na Europa ocupada.

Entretanto, construir a memória destes brasileiros envolvidos e/ou vitimados é uma tarefa complexa embora de extrema importância, mesmo porque os relatos testemunhais dos sobreviventes daqueles acontecimentos são raríssimos no Brasil. Entre os poucos relatos temos:

- a história de vida do sobrevivente brasileiro Andor Stern³, transformada em livro, *Uma Estrela na Escuridão*, pelo historiador Gabriel Davi Pierin em 2015;
- baseado no relato do pracinha Eliseu de Oliveira, Altino Bondesan escreveu em 1947 *Um Pracinha paulista no inferno de Hitler*⁴;
- o relato de Amynthas Pires de Carvalho, também pracinha, preso com Eliseu Oliveira em campos de concentração, publicado em *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*, 2001, coordenado por Aricildes de Moraes Motta;
- o artigo “O espião que saiu dos trópicos”, de Carlos Augusto Silva Didati, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.º 20, que conta a vida de Francisco Messner, brasileiro naturalizado e seu triste destino.⁵

A respeito dos brigadistas na Guerra Civil Espanhola, entretanto, há algumas obras que narram a trajetória de brasileiros que se voluntariaram nas brigadas internacionais antifascistas, mas que não detalham a respeito daqueles que foram presos ou assassinados em campos de concentração. Cito aqui as autobiografias de José Gay da Cunha, publicada em 1946, *Um brasileiro na guerra espanhola*; *Vale a Pena Sonhar*, de Apolônio de Carvalho, publicada em 1988; *Um brasileiro na guerra civil espanhola*, de John W. F. Dulles, na sua segunda edição, 1986, contendo informações e depoimentos que coletou com alguns ex-combatentes. Entre os artigos relacionados ao tema, destaco nesta dissertação: “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo”, de Roberto Almeida (1999), onde o autor apresenta uma relação de 16 nomes que serão mencionados no tópico dos espaços de exclusão na França.

Por meio do levantamento sistemático de fontes em arquivos nacionais e no exterior, é possível afirmar que não só os alemães foram minuciosos nos registros, mas também os franceses cujas anotações relativas a judeus e estrangeiros trazem informações detalhadas a respeito da família, ancestrais e posses, entre outros dados. Dentre os arquivos consultados, aqueles que mais atenderam aos propósitos deste estudo foram: Mémorial de la Shoah (França); Arolsen Archives (Alemanha); United States Holocaust Memorial Museum – USHMM (Estados Unidos); e do Yad Vashem (Israel) por reunirem documentos e testemunhos de vários

³ O sobrevivente brasileiro também deu seu testemunho ao Arqshoah – LEER, publicado em *Entre Mundos*, CARNEIRO T., Maria; COLFFIELD, Carol, Perspectiva, 2018. Uma obra para a educação sobre o Holocausto que contém testemunhos de sobreviventes, destinada a educadores, alunos, pesquisadores e ativistas em direitos humanos com o objetivo de prevenir crimes de genocídio, racismo e discriminação.

⁴ Eliseu de Oliveira foi um expedicionário de São José dos Campos (SP). Eliseu, que faleceu em 2012, foi capturado com dezenas de pracinhas e levado a campos de prisioneiros de guerra – POW – na Itália e Alemanha. O livro que narra a saga de Oliveira ficou por mais de 60 anos “esquecido”.

⁵ A história de Francisco José Messner – Franz Joseph Messner – será relatada nesta dissertação, no Capítulo II.

países. No Brasil, foram priorizados os documentos diplomáticos sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI/RJ, cujo volume exige ainda muitos anos de pesquisa.⁶

Apesar de os nazistas não terem medido esforços para anotar o máximo de detalhes acerca do seu “inimigo-objetivo” e da postura de vários países europeus dedicados a informatizar estas informações para pesquisas e estudos, a lista dos brasileiros dificilmente estará completa. Muitas pessoas sequer foram registradas e/ou seus documentos destruídos a fim de não deixarem evidências de sua existência e destino. A maior parte desses registros que diz respeito ao Holocausto foi realizada pelos próprios algozes para a obtenção de resultados quantitativos das ações por eles empreendidas e, até mesmo, para ocultar seus reais objetivos. No entanto, os documentos preservados são hoje provas cabais das atrocidades cometidas e da extensão dos atos genocidas que extrapolaram as fronteiras da ocupação nazista.

A existência dessas fontes documentais – registros e muitos deles assinados pelos próprios executores – é a evidência comprobatória que permite investigar e analisar os fatos, colaborando para a reconstituição da história do Holocausto e impedindo que ela seja distorcida e/ou negada. Este estudo cumpre com seu principal objetivo: o de dar a conhecer o destino dos cidadãos brasileiros. Porém, é preciso ter prevenção para analisar documentos históricos produzidos pelos perpetradores interessados em esconder o seu passado. Assim como sugere Peter Burke em seu livro *A escrita da história*: “é necessário ler os documentos nas entrelinhas”, pois estes expõem e permitem a análise da burocracia existente, bem como das práticas realizadas e de seus objetivos.⁷

Tal alerta também se faz pelo historiador francês Jacques Le Goff que, por meio das suas obras e da revista *Annales*, questionou sobre as possibilidades de uma “história ambígua”, além de ampliar o conceito de documento, que na sua opinião “não é inócuo”, é resultado de uma montagem:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido,

⁶ Mais de 14 mil documentos diplomáticos estão sendo disponibilizados on-line na Base de Dados Arqshoah, idealizada e coordenada pela Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, uma das ações pioneiras na digitalização autorizada pelo Itamaraty desde 2009. Parte destes documentos embasaram a produção dos livros *O Anti-semitismo na Era Vargas*; *Cidadão do Mundo*; *O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo*. Este *corpus* documental proverá ao pesquisador uma ampla visão da postura dos diplomatas brasileiros diante da “Questão Semita”.

⁷ Os atestados de óbito emitidos pelos médicos do Reich por ocasião do programa T4, cujo objetivo era eliminar deficientes da sociedade, são um exemplo de como documentos podem ser montados para esconder fatos. As famílias recebiam o atestado que dava como causa da morte uma doença quando, na realidade, as vítimas eram assassinadas. Nos Arolsen Archives encontram-se muitos atestados de óbito assinados por médicos nazistas que atribuem doenças variadas, mas que escondem os reais motivos das mortes: fome, frio, epidemias, trabalhos forçados descomunais, falta de higiene, pancadas, ferimentos, assassinatos e asfixia por gás.

durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura [...] (LE GOFF, 1990: 547).

Pierre Vidal-Naquet adverte sobre o acobertamento por parte dos nazistas que, vislumbrando represálias e julgamentos, empenharam-se em destruir provas materiais e documentais na tentativa de apagar os sinais atualmente reconhecidos como provas do crime de genocídio e de crime contra a humanidade. Vidal-Naquet, autor de *Os Assassinos da Memória*, publicado em 1988, analisa e rebate a corrente que teve início como revisionista e se ampliou para o negacionismo. Essa postura alertou para as possibilidades de falsificação da história com um discurso que nega o Holocausto como genocídio, assim como as câmaras de gás, e que a “Solução Final” não passou de uma expulsão dos judeus para o Leste, com a redução do número de vítimas, e a negação das perseguições aos judeus vistas como “imaginárias” e/ou ficção:

[...] É fácil discernir os vários componentes deste discurso ideológico: nacionalismo alemão, neonazismo, anticomunismo, anti-sionismo, anti-semitismo. [...] O objetivo da operação é perfeitamente claro; trata-se de privar ideologicamente uma comunidade do que representa sua memória histórica (VIDAL-NAQUET, 1988: 39-40).

Hannah Arendt em sua obra *Entre o Passado e o Futuro* também se posicionou sobre este tema ao chamar a atenção para o fenômeno de adulteração de fatos e opiniões, evidente no ato de (re)escrever a História:

Isto é obvio no caso em que a história é reescrita sob os olhos daqueles que a testemunharam, mas é igualmente verdadeiro na criação de imagens de toda a espécie, na qual todo o fato conhecido e estabelecido pode do mesmo modo ser negado ou negligenciado caso possa vir a prejudicar a imagem [...] (ARENDT, 2016: 312).

Cientes de que no futuro historiadores e outros especialistas se debruçariam sobre os espaços criados para os assassinatos em série e os documentos meticulosamente emitidos para registrar seus feitos, os nazistas optaram, então, por destruí-los na tentativa de ocultar a realidade da barbárie perpetrada. Dessa forma, ao tentar esconder do mundo os horrores, os planos e os atos de extermínio dos “indesejáveis” e toda a sorte de crueldades, procuravam evitar possíveis julgamentos e vinganças. Entretanto, tais intenções não se concretizaram, considerando-se a dimensão geopolítica do processo de idealização e implementação do genocídio por parte do Estado. Tantos os arquivos nazistas como os testemunhos daqueles que sobreviveram permitiram, e ainda permitem, buscar rastros e indícios dos seus atos, cuja

dimensão vai além da imaginação humana.

Nos tempos atuais, felizmente, a busca pela verdade histórica tem sido aprimorada, cada vez mais, com o auxílio de equipamentos de alta tecnologia que facilitam investigações avançadas e cruzamentos de dados, impedindo que a mentira negacionista prevaleça. Arendt elucida:

Como qualquer historiador sabe, pode-se localizar uma mentira notando incongruências, falhas ou junções em lugares remendados. Enquanto a textura como um todo for preservada intacta, a mentira cedo ou tarde se mostrará como por espontânea vontade (ARENDR, Ibid).

Durante as pesquisas e a escrita deste estudo, tive sempre em mente as considerações de Hannah Arendt, Vidal-Naquet, Peter Burke e Le Goff. Da mesma forma, fui guiada pela necessidade de tornar pública a presença de brasileiros no Holocausto, tendo como foco alguns países da Europa ocupada. O fato de brasileiros presos enquanto “estrangeiros” em terras ocupadas pela Alemanha soa também como um tema estranho e, por ser pouco explorado pela historiografia nacional e estrangeira, merece ser aprofundado, tendo em vista a persistência da aversão aos “estranhos ou bárbaros” ao longo da história da humanidade e, mais especificamente, pela reabilitação do mito da conspiração judaico-comunista, da xenofobia e do antissemitismo no mundo globalizado.

No Brasil, como já mencionei, não existe um estudo específico que trate dos brasileiros enquanto vítimas no Holocausto. Porém, algumas iniciativas em outros países – bem poucas em razão da relevância do assunto – foram encetadas. São pesquisas que resultaram na publicação de revistas, páginas e portais na internet, além de uma bibliografia específica, que revelam a presença de portugueses no Holocausto, espanhóis em Mauthausen e refugiados da guerra franquista na França ocupada que, como apátridas, foram entregues pelas autoridades de Vichy aos alemães. (BERMEJO, 2006; BRENNEIS, 2018; CARVALHO, 2015; CONSTANTE, 2008; MUCZNIK, 2012; TOMANIK, 2017). Em 2021, a jornalista Mónica González Álvarez revelou ao mundo, ao publicar o livro *Noche y Niebla en los campos nazis*, a história de mulheres espanholas internadas nos campos de Ravensbrück, Auschwitz e Bergen-Belsen que se rebelaram para lutar contra a opressão e o totalitarismo. Uma vez livres, a maioria delas dedicou-se a levantar a voz para que ninguém se esquecesse da tragédia que o Holocausto causou.

Em relação à América do Sul, é possível afirmar que a primeira iniciativa de pesquisa nesse sentido tenha sido a do jornalista peruano Hugo Coya, que resultou na publicação do seu livro *Estación Final* (2010). Após alguns anos de investigação, ele descobriu 23 peruanos

judeus que viviam na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, vítimas das ações genocidas nazistas, além de revelar a existência de peruanos não judeus que salvaram inúmeras vidas durante a guerra.

O Peru, a exemplo do Brasil, manifestava sua neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, mas mantinha, como tantos outros países, normas restritivas quanto à imigração de judeus e tinha relações comerciais com a Alemanha.⁸

Hugo Coya narra o seguinte episódio:

Pero el hecho más vergonzoso y repudiable ocurrió en octubre de 1942, cuando el Congreso Judío Mundial, con sede en Portugal, pidió a la comunidad residente en el Perú que gestionara ante nuestro gobierno el envío de niños huérfanos desde la zona no ocupada de Francia. Estados Unidos ya había concedido cinco mil visas; Canadá, doscientas; y Chile, cincuenta. El gobierno peruano, en cambio, se negó a conceder visa alguna a esos niños, apesar de que no le iba a costar un solo centavo, pues serían adoptados y mantenidos por familias judías residentes en el país. Los pequeños - entre los 4 y los 10 años - murieron luego en las cámaras de gas de Auschwitz, pues, al nadie hacerse responsable de ellos, resultaron siendo enviados por los nazis al campo de tránsito de Drancy (COYA, 2010: 39-40).

Coya, ao resgatar a história de peruanos durante este período, utilizou-se das redes sociais para contatar familiares das vítimas. Importante ressaltar que, neste século XXI, as redes sociais são instrumentos valiosos para as pesquisas, possibilitando contatos diretos, troca de informações e entrevistas. Assim ocorreu com a presente pesquisa, que se ampliou por meio de contatos com parentes de vítimas e de sobreviventes brasileiros, além de agilizar as buscas em arquivos e memoriais no exterior. A coleta dos dados, apesar das facilidades da internet, exige critérios de busca bem definidos, nem sempre correspondidos pelas bases de dados que muitas vezes não contemplam a palavra-chave “brasileiros” ou da cidade de origem e/ou residência.

Para a identificar algumas vítimas brasileiras foi necessário recorrer a métodos específicos, com pesquisas nos arquivos dos principais museus do Holocausto no mundo. O próprio Museu de Auschwitz, para onde grande parte das vítimas foi levada, não conseguiu confirmar alguns nomes de pessoas que podem ter morrido em campos de internamento, durante os transportes, ou mesmo levadas às câmaras de gás, consideradas inaptas ao trabalho por serem idosos ou crianças. Da mesma forma, não existem registros se, como prisioneiros, foram conduzidas a outros campos de concentração. Alguns nomes podem ter sido registrados, mas

⁸ Este tema foi amplamente analisado em *O anti-semitismo nas Américas: memória e história* (2007), organizado por Maria Luiza Tucci Carneiro, onde o antissemitismo moderno é mostrando em suas múltiplas faces por discursos, publicações, seletividade étnica e legislações adotadas pelos países que compõem as Américas e seus posicionamentos diante do conflito internacional e em relação aos refugiados de guerra.

nem sempre o acesso é público, sendo disponibilizados apenas a familiares. Outra barreira à informação: nem todos os arquivos referentes aos campos de concentração têm seus documentos sistematizados e/ou acessíveis. Apesar destes obstáculos, foi possível reunir um considerável e inédito *corpus* documental que fundamenta esta dissertação, constituindo-se em uma importante porta aberta para pesquisas futuras.

Os testemunhos orais cumprem com um importante papel para a reconstituição das trajetórias dos brasileiros e/ou dos seus familiares na Europa ocupada. Infelizmente, a maioria já faleceu e raramente os seus descendentes conhecem detalhes da história ou guardaram os documentos. Em dezembro de 2019, ao realizar pesquisas em Paris, no Mémorial de la Shoah e no Museu da Resistência, entrevistei Daniel Knoll, neto de Emílio Kerbel, brasileiro naturalizado internado em Gurs (França). Este é um raro testemunho porque entrelaça a luta da família Kerbel para sobreviver ao Holocausto, por serem judeus e estrangeiros (tinham passaportes brasileiros), com o terrível destino de Mirelle Knoll que, por ser judia, aos 85 anos foi morta a facadas e queimada em Paris, em 23 de março de 2018, num crime de ódio que chocou o mundo. Os irmãos Daniel e Allan Knoll e Catherine Siguret publicaram na França, ainda em 2018, o livro *C'Était Maman*, onde relatam a trajetória da família Kerbel e a história de vida e morte da mãe.⁹

Importante ressaltar que a escrita desta dissertação ocorreu durante o ano 2020/2021, em plena pandemia da Covid-19, que interrompeu as pesquisas presenciais tanto no Brasil como no exterior. Mesmo assim, neste curto espaço de tempo, foi possível localizar vários documentos de interesse junto ao Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, durante os meses de setembro de 2019 e janeiro de 2020. Em busca dos registros diplomáticos sobre os brasileiros radicados e/ou presos na Europa ocupada, foram examinados milhares de documentos das embaixadas, consulados e legações nos países diretamente envolvidos e/ou ocupados.

Vários ofícios comunicavam ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) que os respectivos diplomatas brasileiros negavam a concessão de vistos a semitas; pedidos ao Ministério e às embaixadas para a confirmação da nacionalidade brasileira; a incorporação de jovens nascidos no Brasil às forças do Reich. Por sua vez, o MRE encaminhava ofícios às embaixadas a respeito da concessão de passaporte brasileiro; questões de menores nascidos no

⁹ Senti-me muito honrada por figurar nos agradecimentos da obra em companhia de historiadores, pesquisadores e jornalistas de renome mundial, em razão das minhas pesquisas sobre a família Kerbel, desde a Rússia até o Brasil e no pós-guerra. Promovi ainda encontros virtuais desta família com parentes brasileiros que até então eram desconhecidos.

Brasil levados ao exterior com o passaporte da mãe; pedidos de notícias de familiares na Europa; telegramas; notas verbais; cartas solicitando providências para que pessoas fossem retiradas de campos; repatriamento; comunicados de Circulares Reservadas; e orientações aos diplomatas para que não aceitassem a certidão de nascimento como documento comprobatório da nacionalidade brasileira, entre tantos outros documentos.

Durante o período da pandemia, o trabalho foi realizado apenas com pesquisa on-line, dependendo de acervos digitalizados e da autorização de algumas instituições europeias que mantêm parte do seu acervo com “acesso restrito”. Por este motivo, serão mencionados apenas os endereços eletrônicos onde se encontram tais documentos e/ou aqueles que ainda aguardam autorização de uso.

Recentemente, contatei a historiadora argentina Marcia Ras, pesquisadora da área de investigações do Museu do Holocausto de Buenos Aires, que desenvolve pesquisa a respeito das vítimas argentinas na Europa entre 1933-1945, tema do seu projeto de doutorado na Universidade de Buenos Aires. Com o apoio de uma equipe de pesquisadores daquele Museu e do European Holocaust Research Infrastructure – EHRI, pode realizar pesquisas em diversos arquivos no estrangeiro.

O enfoque dado pela historiadora argentina, porém, difere um pouco deste trabalho, pois, conforme explicou, a cidadania argentina dos que residiam na Europa era reconhecida, na maioria das vezes, pelo Terceiro Reich ou pela Argentina e, como exemplo citou que pessoas viúvas de argentinos também recebiam proteção. Daí a sua classificação “em quase todos os casos de pessoas com dupla cidadania”, embora na classificação legal argentina não existisse, assim como no Brasil, menção a respeito de dupla nacionalidade. A Argentina, em situação neutra, somente rompeu relações com as potências do Eixo em janeiro de 1944, após forte pressão dos Estados Unidos, declarando guerra à Alemanha e ao Japão em 27 de março de 1945. Nossas pesquisas, no entanto, têm alguns aspectos metodológicos comuns, como o de inventariar o número/nomes de vítimas e sobreviventes de nacionalidades argentina e brasileira, respectivamente a cada projeto. Seguimos os mesmos caminhos, na maioria das vezes, junto a arquivos internacionais, interesse que resultou em troca de informações e na criação de um grupo de estudos específico para latino-americanos.

Nesta dissertação, porém, as pessoas não serão citadas como detentoras de dupla cidadania, embora a expressão conste em vários documentos do correio diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Desde 1891, as constituições federais brasileiras estabelecem que brasileiros são aqueles que nascem no Brasil, mesmo filhos de pais estrangeiros, e ditam as regras para brasileiros naturalizados. A menção da dupla nacionalidade

passou a integrar a Constituição somente em 1988. Vale lembrar que no Estado Novo (1937-1945), os direitos constitucionais perderam seu valor prático e, com a emissão das Circulares Reservadas n.º 1.529 e n.º 1.559, a certidão de nascimento deixou de ser o documento básico comprobatório para atestar a nacionalidade de seu portador.¹⁰

O *jus soli*¹¹ é o critério que define a nacionalidade no Brasil desde o final do século XIX, enquanto na Europa é o *jus sanguinis*¹² que a designa. Assim, na Europa, os filhos de brasileiros são brasileiros e filhos de estrangeiros nascidos no Brasil têm a nacionalidade dos pais e, em razão disso, vários brasileiros foram convocados a servir os exércitos dos países em conflito. Situação idêntica foi encontrada em muitos registros de campos de trânsito, concentração, extermínio e em listas de deportação onde os nomes constam com a naturalidade e a nacionalidade diferentes.¹³

O número de brasileiros que residiam ou estavam em trânsito na Europa ocupada, Norte da África e também nos países escandinavos pode chegar aos milhares. Uma das propostas deste trabalho é a de identificar cidadãos brasileiros, estigmatizados como “estrangeiros perigosos”, que se tornaram alvo das perseguições nazistas por sua “raça” e/ou por suas convicções políticas.¹⁴ A outra proposta é revelar os brasileiros, muitos dos quais perderam suas vidas em campos e em batalhas, que atuaram nas diversas frentes de combate ao nazifascismo ajudando a destruir a máquina da morte que foi o Holocausto.

¹⁰ BRASIL – A Constituição Federal de 1891 estabeleceu no Art. 69. São cidadãos brasileiros: 1º. Os nascidos no Brasil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; 2º. Os filhos de pae brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicílio na República; 3º. Os filhos de pae brasileiro, que estiver noutro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se. A Constituição de 1988 estabelece em seu Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. O mesmo Artigo prevê a possibilidade de o brasileiro ter dupla ou múltiplas nacionalidades/cidadanias em duas hipóteses: quando há o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; e quando há imposição de nacionalidade pela norma estrangeira, por meio de processo de naturalização, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

¹¹ *Jus soli* é um termo do latim que significa direito de solo e indica um princípio pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento.

¹² *Jus sanguinis* é um termo do latim que significa direito de sangue e que garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por sua ascendência.

¹³ Como exemplo: um brasileiro nascido no Ceará, vivendo e trabalhando na França, foi deportado como sendo de nacionalidade francesa. Uma pessoa deportada da Bélgica para Auschwitz, nascida em São Paulo, aparece no registro com a nacionalidade belga ou como apátrida. Outro exemplo dessa ocorrência foi o caso dos deportados da guerra franquista para o campo de Mauthausen, na Áustria, registrados como "espanhóis", mas que, por cruzamentos de informações, verifica-se que eram nacionais de outros países, inclusive do Brasil.

¹⁴ Conforme a ideologia nacional-socialista, esses indivíduos não eram cidadãos do Reich, exceto aqueles que, de acordo com o *jus sanguinis*, fossem filhos de pai e/ou mãe alemães, independentemente do local de nascimento.

Esses nomes e suas histórias de vida e/ou de morte são desconhecidos, enquanto grupo distinto dos judeus europeus e de outras vítimas, violentadas em seus direitos pelo nacional-socialismo e colaboracionistas. “É preciso abrir novas áreas de pesquisa, explorar as experiências históricas daqueles [...], cuja existência é freqüentemente ignorada [...]” (SHARPE, Jim, Apud: BURKE, 1992: 41).

Observe-se que a respeito de alguns brasileiros levados a diversos campos não foram encontradas informações mais específicas quanto ao seu destino, se sobreviveram ou morreram nesses campos, ou logo após a libertação. Estes serão classificados como de destino ignorado/desconhecido, embora, possivelmente, tenham morrido.

A respeito de vítimas brasileiras na Segunda Guerra, é preciso mencionar, em primeiro lugar, as mortes por torpedeamentos de navios brasileiros e que foram um fator de grande importância ao causar a revolta da população que exigiu uma (re)ação do governo Vargas; e na esfera militar, quando as Forças Armadas do país lutavam contra o nazifascismo. Morreram 492 militares da Marinha do Brasil, e a estes se somaram 982 mortos em 33 ataques do Eixo à Marinha Mercante, num total de 1.474 mortos e desaparecidos¹⁵; 462 integrantes da Força Expedicionária¹⁶; 16 oficiais da Força Aérea Brasileira¹⁷. Também dezenas de pracinhas e oficiais foram internados em campos de prisioneiros de guerra na Itália e na Alemanha. Apesar de brasileiras, estas vítimas não serão objeto de análise da presente dissertação que tem como foco o destino de brasileiros civis, inclusive aqueles que se voluntariaram e ingressaram em corpos militares em diversos países no palco da guerra na Europa e no Norte da África, muitos deles presos ou assassinados pelos nazistas.

Com este objetivo, este trabalho foi organizado em 4 capítulos:

CAPÍTULO I — ESTRANGEIROS SOB CONTROLE NA EUROPA: avaliar como brasileiros presentes no território europeu foram atingidos pelas políticas de controle implementadas pelos nazistas e seus colaboradores, enquanto alvo de ações de etiquetamento que estigmatizaram milhares de estrangeiros e milhões judeus classificados como degenerados e/ou indesejáveis por suas ideias e comportamentos.

¹⁵ Dados do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil – *Memória aos Mortos da Marinha em Guerra*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/memoria-aos-mortos-da-marinha-em-guerra>. Acesso em: 11 abr. 2020.

¹⁶ Dados do Exército Brasileiro – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <http://www.mnmsgm.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 11 abr. 2020.

¹⁷ Dados do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – *Jornal da Guerra*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/jornal-da-guerra?inheritRedirect=true>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CAPÍTULO II – BRASILEIROS SOB VIGILÂNCIA NAZISTA: reconstituir algumas trajetórias e destinos de brasileiros natos, filhos de brasileiros nascidos na Europa e de naturalizados que tiveram suas vidas afetadas pelas políticas de exclusão e extermínio perpetradas pela Alemanha nazista e países colaboracionistas. Por serem estrangeiros e/ou judeus foram aprisionados em guetos, campos de trânsito, concentração e de extermínio na Europa ocupada pela Alemanha nazista. Tratados como prisioneiros – e muitas vezes, como “descartáveis”– viveram dias amargos, difíceis para qualquer ser humano, desclassificado por falta de reconhecimento da cidadania brasileira ou pelo reconhecimento de ser judeu.

CAPÍTULO III – EM BUSCA DE REFÚGIO E RESISTÊNCIA: evidenciar as trajetórias de brasileiros que, como refugiados em trânsito, buscaram rotas de fuga para sobreviver à barbárie nazista. Para alguns, a postura antinazista junto às frentes de resistência serviu de estratégia de sobrevivência e resultou no envolvimento de um número significativo de voluntários brasileiros nas diversas frentes de combate, tanto em grupos civis de resistência armada e não armada, como nas forças armadas aliadas.

CAPÍTULO IV – DIPLOMACIA BRASILEIRA: analisar algumas ações da diplomacia em relação à situação dos brasileiros, natos e naturalizados nos países envolvidos na guerra, bem como o internamento de integrantes do corpo diplomático brasileiro pelo regime nazista.

CAP. I. ESTRANGEIROS SOB O CONTROLE NA EUROPA

1.1 Políticas de controle dos cidadãos indesejáveis

Muito embora sejamos humanos com características físicas semelhantes, os indivíduos foram – desde a antiguidade e ainda o são nos dias de hoje – marcados por um ou mais atributos que os tornam diferentes dos demais. Tais evidências, nem sempre perceptíveis a olho nu, podem ser usadas para excluí-los como um “ser indesejável”, desacreditado e desonrado por suas atitudes ou marcas físicas, como definiu Erving Goffman em sua obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Portanto, tais atributos devem ser interpretados como elementos de um discurso construído, cujo sentido depreciativo presta-se como negação da identidade do “outro” (estrangeiro, judeu, comunista, entre outros), denunciado por não atender às expectativas normativas da interação. Tais “desvios” servem (a “outrem”) para desacreditá-lo como um “ser estranho” por abominações do corpo, culpa de caráter individual, e/ou estigmas tribais de raça, nação e religião:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (GOFFMAN, 2017: 12).

Os “desvios” são considerados anormalidades pelos grupos de poder, salienta Michel Foucault em *Vigiar e Punir – o Nascimento da Prisão*, e precisam ser disciplinados. Portanto, dependendo das políticas de Estado e dos interesses que movem os grupos próximos ao poder – assim como dos mitos políticos que interferem e alteram os valores e as realidades sociais – os estigmatizados são transformados em seres perigosos e/ou incapazes para (con)viver em sociedade. Etiquetados por seus desvios, eles são tratados como degenerados e/ou indesejáveis, identificados por seus “defeitos” corporais, suas ideias e comportamentos, como tem reafirmado a historiadora Tucci Carneiro em seus estudos sobre racismo e os discursos de ódio. Tal tipologia, certamente, ajudará a entender as perseguições, as prisões e o extermínio de estrangeiros, judeus e não judeus, pelos nazistas e colaboracionistas na Europa. O judeu, além de ser perseguido pelo nacional-socialismo como representante de uma raça inferior, era também interpretado como ‘o outro’, tornando-se “foco de avaliações apressadas que, muitas vezes, culminaram em atitudes de repulsa e ódio”, revela-nos Tucci Carneiro. Segundo a autora,

essa prática restritiva e racista foi adotada pelos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, que se posicionaram contra a entrada de judeus no Brasil, conforme Circulares Secretas e/ou Reservadas emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores durante o Estado Novo (1937-1945) e no pós-guerra (1946-1949). (CARNEIRO, 2018: 116-117).

Discriminar o estrangeiro como o “outro” foi a prática adotada pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) desde a sua criação em 1920. Assim, os estrangeiros eram considerados estranhos, portadores de um conjunto de atributos que os identificava como perigosos à segurança da nação e do povo alemão. De acordo com a ideologia do nacional-socialismo, os judeus, os ciganos e os negros estavam na categoria de “raças inferiores” ou degenerados, enquanto os homossexuais, os socialistas, os comunistas e outras minorias eram “perigosos”, identificados por seus comportamentos e/ou ideias desviantes da ordem instituída. É aquele sujeito que, segundo Foucault, está à margem da norma e precisa ser vigiado e como “anormal” são lhe destinados instrumentos de correção, os quais se pautam, sobretudo, em mecanismos de exclusão.

Essa aversão a estrangeiros – inclusa nos 25 pontos do programa do NSDAP, adotado em fevereiro de 1920 – permite avaliar a relação Cidadão/Povo/Nação, além de identificar como a legislação do Terceiro Reich facilitou a repressão institucionalizada por meio dos aparatos do Estado:

[...] 5. Quem não tem a cidadania, mas é capaz de viver na Alemanha apenas como convidado, e deve estar sob a autoridade de uma legislação para estrangeiros; [...] 7. Exigimos que o Estado se responsabilize primeiro em prover a oportunidade para a subsistência e o modo de vida para os cidadãos. Se é impossível sustentar a população total do Estado, os membros de nações estrangeiras (não cidadãos) devem ser expulsos do Reich; 8. Qualquer imigração adicional de não cidadãos deve ser evitada. Exigimos que todos os não alemães, que imigraram para a Alemanha desde 2 de agosto de 1914, sejam obrigados a abandonar imediatamente o Reich [...].¹⁸ (Tradução nossa).

Estigmas e estigmatizados

Erving Goffman, em seu clássico *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, destaca a existência de três categorias de marcas: abominações do corpo (deformidades físicas); culpas de caráter individual (vontade fraca, desonestidade, crenças falsas); estigmas de raça, nação e religião (GOFFMAN, 1988: 14). Estas três tipificações foram instrumentalizadas pelo regime totalitário nazista para promover os alemães ao *status* de raça

¹⁸ Programa do Partido Nazista. *Nazi Conspiracy and Aggression*, volume IV. Office of the United States Chief Counsel for Prosecution of Axis Criminality. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1946.

superior – ariana – em detrimento dos judeus, imputando-lhes as pechas de subumanos, desonestos, de raça degenerada, identificados por sua aparência repugnante e indivíduos sem moral. Com base nestes fundamentos, em sua maioria oferecidos pela ciência então considerada moderna, os “anormais” deveriam ser destruídos, exterminados.

Entre os milhões de deportados pela Alemanha nazista, com a respectiva colaboração de vários países ocupados, havia inúmeros estrangeiros – judeus e não judeus – que por diversos motivos estavam na Europa. Em muitos casos – apesar de portarem passaportes de seus países de origem – seus documentos eram avaliados como “falsos” ou sumariamente ignorados pelas autoridades responsáveis pelo controle do cidadão. A condição de estrangeiro, em muitos casos, foi desconsiderada sem reconhecer aquele cidadão como sujeito com direitos. Se radicado (ainda que temporariamente) ou em trânsito por um dos países ocupados pela Alemanha, poderia ter a sua cidadania ignorada, além de perder a liberdade de ir e vir com segurança, emitir opinião e/ou de possuir propriedade. Nos países que adotaram uma legislação antissemita – como foi o caso da Alemanha, França, Hungria, Itália, entre outros – os judeus perderam o direito de escrever, estudar e trabalhar, sendo privados de tudo. Excluídos por lei, deixaram de existir como cidadãos para ocupar o lugar de párias. E, em pouco tempo, perderiam também o direito à vida.

Em vários países da Europa e das Américas, milhares de imigrantes, exilados e/ou refugiados (fossem eles judeus, comunistas, ciganos e negros) foram estigmatizados por desvios de toda ordem: racial, de caráter, ideológico, religioso. Tucci Carneiro salienta que, ao pesquisar em arquivos nacionais, encontrou imagens distintas de identificação de imigrantes na literatura, fotografia, artes plásticas e em caricaturas brasileiras que demonstram esse “estranhamento e repulsa” ao imigrante, postura fundamentada no antissemitismo e na eugenia.

[...] a teoria do etiquetamento também conhecida como *labelling approach* [...] é enquadrada como a “desviação”, ou seja, uma qualidade atribuída por processos de inteiração altamente seletivos e discriminatórios. O “indesejado” ou o outro é demonizado e animalizado, exigindo, por parte das autoridades, intervenções preventivas, que por sua vez, aumentam o poder punitivo do Estado aproveitando-se dos medos populares (CARNEIRO, 2018: 115-130).

O fluxo de entrada de imigrantes no Brasil durante o período de Vargas também foi analisado pelo historiador Fábio Koifman em *Imigrante Ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Conforme o autor, Vargas, já no início da década de 30, defendia que a imigração deveria “obedecer ao caráter étnico”, e que a Constituição de 1934 deu os primeiros passos nesse sentido ao limitar o ingresso de

estrangeiros. No Estado Novo, a partir de junho de 1937, foram impostas novas restrições e em 1941, o Decreto-Lei nº 3.175 limitou ainda mais a imigração redirecionando ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no seu artigo 3º, as providências necessárias à sua execução.¹⁹ A concessão de vistos pelo Ministério era seletiva e estava sob influência de paradigmas ditados pela eugenia, favorecendo a classificação do imigrante como “indesejável” ou “desejável” (KOIFMAN, 2012).

Com estes critérios foram estigmatizados negros, japoneses, judeus e outros considerados como “não brancos”, bem como aqueles que possuíam marcas do corpo, no caso de deficientes e idosos. Os imigrantes defensores de “ideologias exóticas” (anarquistas, socialistas e comunistas, sionistas) eram também avaliados como perigosos à ordem política e social, pois poderiam incutir “ideias dissolventes” na população brasileira. Portanto, por estas razões, muitos tiveram seus vistos negados pelos diplomatas brasileiros em missão no exterior (BIGAZZI, 2008; CARNEIRO, 2010 ;(KOIFMAN, 2012; LESSER, 1995).

Importante lembrar que tais estigmas não foram inventados pela Alemanha nazista, e sim reciclados ao longo dos séculos e em várias regiões do mundo. Na Península Ibérica e na Itália, por exemplo, os judeus foram etiquetados como “indesejáveis”, responsabilizados por problemas econômicos, crimes, pestes, guerras, entre outros acontecimentos. Vistos como fonte de perigo e como estrangeiros nas terras em que nasceram e/ou viviam, eram separados da comunidade local, tal como aconteceu nos guetos italianos, espanhóis e portugueses (judiarias e mourarias) durante a Idade Média e Moderna. Para distingui-los do restante da população, o poder instituído (Estado e/ou Igreja) obrigava-os a usar chapéus diferenciados dos costumeiros e estrelas amarelas costuradas às roupas. Para estes casos, os mitos antisemitas medievais e modernos serviram para hierarquizar as relações sociais modeladas pelo maniqueísmo, transformando-se em forças reguladoras de uma determinada sociedade (CARNEIRO, 2019: 37). Também na Rússia foi criada no século XVIII uma zona de assentamento exclusiva para judeus, um enclave denominado *Pale*, proibindo-os de residir em outras áreas.

¹⁹ BRASIL: Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de Abril de 1941 — Restringe a imigração e dá outras providências [...]. Art. 3º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores coordenará as providências necessárias à execução desta lei, do modo que melhor corresponder ao bem público. Cabe-lhe especialmente:

1) declarar impedida a concessão do visto a determinados indivíduos ou categorias de estrangeiros; [...] § 1º Para esse fim, a autoridade consular, depois de entrar em contacto com o interessado e concluir que ele reúne os **requisitos físicos e morais** exigidos pela legislação em vigor, tem aptidão para os trabalhos a que se propõe e condições de assimilação ao meio brasileiro, encaminhará o pedido ao Ministério das Relações Exteriores com suas observações sobre o estrangeiro e a declaração de que este apresentou os documentos exigidos pelo art. 30 do decreto n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois de examinar o pedido e ouvir, se julgar conveniente, outros órgãos do Governo, concederá ou não a autorização para o visto, a qual será comunicada à autoridade consular pelo Ministério das Relações Exteriores. (Grifo nosso).

É bem provável que esses modelos de confinamento tenham sido reabilitados pelos nazistas na Europa como etapa precedente à destruição sistemática dos judeus. No entanto, não se pode esquecer do recurso Gulag – abreviatura de Glavnoe Upravlenie Legarei (Administração Central dos Campos) – sistema usado pela URSS desde a década de 1920 e que foi peça fundamental na repressão stalinista. O objetivo era reprimir, controlar e excluir os “perigosos” da vida cotidiana, mas sem a engenharia da morte sistemática, com crematórios de corpos e câmaras de gás para morte instantânea como no caso nazista.

Em *Ciência Assassina. Como cientistas alemães contribuíram para a eliminação de judeus, ciganos e outras minorias durante o nazismo*, o geneticista alemão Benno Müller-Hill analisa e documenta a atuação dos cientistas no projeto nazista de eliminação dos “indesejáveis”, marcados como indignos de procriar e/ou viver devido as suas deficiências físicas e mentais. Ao dar um “caráter científico” à pseudociência que defendia a superioridade da raça ariana, o Estado e a Ciência irmanaram-se, sem qualquer oposição, para assassinar minorias.

No totalitarismo, evidente nos regimes fascista e nazista, os estigmas serviram para designar o inimigo-objetivo, acusado de ser o mal que atingia a nação e o povo alemão, promovendo sua liquidação, como muito bem definiu Hannah Arendt em seu clássico *Origens do totalitarismo*:

[...] o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são “indignos de viver”, ou que a História decretou contra as “classes agonizantes”, sem esperar pelos processos mais lerdos e menos eficazes da própria história ou natureza (ARENDR 1998: 518-519).

Exemplo da construção da imagem deteriorada do “inimigo-objetivo” foram os cartazes espalhados pela Alemanha e Áustria, assim como na Polônia e na França, que durante a ocupação nazista instigavam o povo a investir contra estrangeiros e judeus naqueles países.

Apesar do *slogan* republicano francês – Liberdade, Igualdade e Fraternidade –, a propaganda antissemita veiculada pelos *affiches* franceses após a assinatura do armistício, em junho de 1940, influenciou a opinião pública ao atribuir crimes, assassinatos e desgraças aos estrangeiros e judeus e aos que integravam a resistência francesa. Marcante exemplo dessa prática foi o caso do *Affiche Rouge*, denunciando dez membros do grupo do armênio Missak Manouchian, identificados por fotos, nomes, nacionalidades e sob o estigma do perigo judaico. Além de formarem o “exército do crime” constituído por estrangeiros, esses homens eram apresentados como seres agressivos, judeus e “vermelhos”. No período pós-guerra, no entanto, este cartaz tornou-se uma referência para identificação de como estrangeiros – homens e

mulheres – deram suas vidas pela França (RAVINE, 1973; RAYMOND, 1975; RAYSKI, 2009).

Historicamente, a França foi grande receptora de imigrantes, quer pela mão de obra para suprir necessidades econômicas, quer pela atração como centro de cultural mundial. Durante séculos, por exemplo, foi interpretada como a “meca cultural” das artes na Europa, atraindo centenas de estudantes brasileiros, artistas e empresários. Foi o caso de José de Freitas Valle²⁰ que nas décadas de 20 e 30 financiou bolsas de estudos para jovens brasileiros especializarem-se nos centros artísticos da “Cidade Luz” (CAMARGOS, 2001).

Figura 2 - *L'Affiche Rouge*

Cartaz produzido em 13 fev.1944 pelas autoridades de Vichy durante a ocupação na França. Disponível em: <http://www.histoire-immigration.fr/>. Acesso em: 17 maio 2019.

Segundo Hannah Arendt, uma vez instalado no poder, o totalitarismo rompeu com todas as tradições sociais, legais, políticas e criou instituições com o objetivo de alcançar o domínio total. Ideologia e terror passaram a caminhar juntos, formando uma rede de controle e repressão. Tanto o fascismo italiano (1922-1945), como o nazismo alemão (1933-1945) e o stalinismo

²⁰ José de Freitas Valle, advogado, político, intelectual e mecenas, criou em São Paulo, no início do século XX, um ponto de encontro para artistas e políticos, a Villa Kyrial. Era pai do diplomata Cyro de Freitas Valle.

russo (década de 20 até 1953) servem de exemplos como antíteses do Estado de Direito, visto que as garantias constitucionais das liberdades fundamentais dos indivíduos foram completamente negadas. Esta postura é reforçada por Kildare Carvalho em *Direito Constitucional*, onde o autor ressalta que nos regimes totalitários é o poder central que comanda, visando estender o seu controle a todos os setores da sociedade, devendo o indivíduo viver em função do Estado. É neste contexto que ocorrerá a vigilância cada vez mais acirrada aos estrangeiros presentes na Alemanha, Itália, Polônia, França e demais países ocupados.

Expressivo, a propósito do fenômeno totalitário, é o discurso de Mussolini, o Duce, no Scala de Milão, quando afirmou: *tutto nello Stato, niente contro lo Stato, nulla al di fuori dello Stato* (tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, ninguém contra o Estado) (CARVALHO, 2008: 216).

A data de 30 janeiro de 1933, quando Hitler foi nomeado chanceler, marca o início do pesadelo de uma Alemanha que queria ser eugênica: livre de judeus, ciganos, afro-germânicos, deficientes e estrangeiros. A perseguição aos judeus foi legalizada em 1935 com a adoção das Leis de Nuremberg, que estabeleceram a segregação racial, proibição de matrimônio, destituição de empregos, confiscos de empresas e fortunas, expulsão forçada, repressão que culminou com a Noite dos Cristais²¹, entre 9 e 10 de novembro de 1938. Antes ainda, em outubro daquele ano, cerca de 17 mil judeus poloneses, portanto judeus e estrangeiros, que viveram na Alemanha durante décadas, foram expulsos e obrigados a retornar à Polônia, onde estavam proibidos de entrar por serem considerados apátridas.

Na Alemanha nazista, duvidar da validade do racismo e do anti-semitismo, quando nada importava senão a origem racial, quando uma carreira dependia de uma fisionomia "ariana" (Himmler costumava selecionar os candidatos à SS por fotografias) e a quantidade de comida que cabia a uma pessoa dependia do número dos seus avós judeus, era como colocar em dúvida a própria existência do mundo (ARENDT, 1998: 412).

Até 1939, os judeus alemães foram forçados a emigrar. No entanto, tiveram inúmeras dificuldades em fazê-lo, pois estavam com seus recursos financeiros bloqueados e, ao mesmo tempo, as rotas de fuga tornavam-se cada vez mais restritas, visto que a maioria dos países colocava obstáculos para impedir sua entrada. Entre 06 e 15 de julho de 1938, foi realizada a

²¹ Em 09 de novembro de 1938 foi realizado um violento pogrom orquestrado pelas lideranças nazistas contra os judeus em todo o Reich, sob o pretexto de uma revolta da população contra o assassinato de um oficial alemão em Paris. Em dois dias, sinagogas foram queimadas, estabelecimentos comerciais judaicos destruídos, dezenas de judeus mortos e entidades judaicas saqueadas. O pogrom ficou conhecido como *Kristallnacht* – Noite dos Cristais – e cerca de 30 mil homens, judeus alemães, foram presos e enviados a campos de concentração, além da multa de um bilhão de *Reichmarks* imposta à comunidade judaica pelos danos causados.

Conferência de Evian sobre a questão dos refugiados judeus alemães, com representantes de 32 países reunidos para discutir a situação. Os países presentes, no entanto, não estavam dispostos a receber os refugiados do nazismo, com exceção da República Dominicana. Assim também aconteceu no Brasil que, já a partir de 1937, impôs barreiras por meio de inúmeras Circulares Secretas, emitidas pelo governo Vargas, para que fossem negados vistos de entrada a “semitas” (CARNEIRO, 2010; KOIFMAN, 2012; LESSER, 1995).

Quando a Alemanha nazista ordenou a anexação político-militar (*Anschluss*) da Áustria, em março de 1938, pairou radicalmente sobre os judeus e estrangeiros a acusação de que eram indivíduos capazes de desestabilizar o regime. Em setembro de 1939, a invasão da Polônia, que culminou com o início da Segunda Guerra Mundial, favoreceu a ampliação das políticas antissemitas e a proliferação dos espaços de exclusão, contribuindo ainda mais para o crescimento da xenofobia e do antissemitismo. Cartazes e *slogans* contra os judeus e estrangeiros incitavam, todos os dias, a população a se livrar dos indesejáveis em prol de uma nação “limpa de judeus e comunistas”.

A ocupação de novos territórios para ampliar o espaço idealizado a fim de que a Alemanha se tornasse um “Reich de Mil Anos”, previa o reforço dos aparatos repressivos do Estado e, dessa forma, controlaria a população por meio da imposição do medo e do terror institucionalizados. Essa ampliação territorial – *Lebensraum* – implicou também na perseguição, cada vez mais abrangente, da população por sua “raça”, ideologia e comportamento. Assim, fica evidente que, após a ocupação da Áustria, Polônia e França, aumentou a possibilidade de que os brasileiros radicados ou em trânsito pela Europa fossem presos e deportados para os espaços de exclusão, estando cada vez mais vulneráveis.

1.2 Xenofobia e Antissemitismo na França ocupada

A França, durante os primeiros anos da década de 1930, sentiu os efeitos da grande depressão mundial, que provocou retração na economia e consequente desemprego. Tal panorama econômico levou a uma crescente xenofobia – com o fechamento de fronteiras para evitar a entrada de estrangeiros – e ao aumento do antissemitismo, já arraigado na mentalidade coletiva. Viviam, então, no país milhões de estrangeiros, muitos dos quais recrutados para trabalhar ainda nos anos 20, quando a França prosperava. Intelectuais e artistas de todo o mundo vislumbravam Paris como a “meca das artes” e do refinamento. Centenas de estudantes universitários estrangeiros, dentre os quais muitos brasileiros, iam aprimorar seus estudos nas universidades e ateliês de artistas franceses famosos.

O número de estrangeiros na França cresceu ainda mais com a entrada de refugiados – judeus e outras pessoas em situação de perigo e opressão – que fugiam da perseguição nazista da Áustria, da Alemanha, do Leste europeu antes da invasão, do fascismo na Itália e da guerra civil espanhola.²² O USHMM estima que viviam em torno de 350 mil judeus no país naquele período e Marrus e Paxton (1995) consideram que metade dessa população judaica teria nascido em outros países.

Nessa época, o antissemitismo francês voltou-se principalmente contra os judeus estrangeiros e, ainda mais, após o jovem judeu estrangeiro Herschel Grynszpan ter assassinado o diplomata alemão Ernst vom Rath (ato que foi o pretexto para a deflagração da Noite dos Cristais – *Kristallnacht* – na Alemanha, Áustria e na região dos Sudetos). Este fato acirrou o ódio e instigou a proliferação de discursos que pediam medidas severas contra os judeus nacionais e estrangeiros, com a argumentação de que expunham a França a grandes riscos. O país, conforme Marrus e Paxton (1995), apesar de ter sido a primeira nação na Europa a conceder direitos civis a judeus por volta de 1790 também estava entre os pioneiros no antissemitismo secular no final do século XIX. Assim, é possível afirmar que essas práticas conviviam naquela sociedade, gerando tensões e zonas de conflito no século XX, situação que favoreceu a derrota francesa e sua rendição em maio de 1940. Tanto é que para Marc Bloch, o triunfo dos alemães foi, essencialmente, uma vitória intelectual, não apenas do alto comando militar (BLOCH, 2011).

Mesmo após o longo processo de emancipação judaica, vieram à tona novas alegações que visavam a sua exclusão: “[...] intervenções estatutárias raramente transformam com facilidade padrões seculares de pensamento e ação. Velhos costumes custam a morrer” (MARRUS; PAXTON 1995: 27, tradução nossa). Importante acrescentar a persistência do antissemitismo da Igreja, principalmente após a falência do banco católico francês Union Générale em 1882 (responsabilizada ao grupo Rothschild) e do Caso Dreyfus, evento reavivado na França a partir de 1931, quando estreou a peça teatral *L’Affaire Dreyfus*, escrita por Hans Rehfisch e Wilhelm Herzog (pseudônimo de René Kestner).²³

²² Em 26 de janeiro de 1939, com a derrota do exército republicano na Guerra Civil na Espanha, ocorreu a retirada em massa rumo à França, que já estava em crise econômica e social. A exemplo do que aconteceu com os judeus, movimentos políticos utilizaram dessa situação, espalhando que os refugiados eram perigosos. O governo de Edouard Daladier aprovou decretos para que os "estrangeiros indesejáveis" pudessem ser confinados em centros de vigilância permanente a partir de final de 1938, o que permitiu legalmente que cerca de 350 mil refugiados republicanos e espanhóis fossem levados a campos de concentração construídos pelo governo francês. A informação consta do *European Observatory on Memories*. Disponível em: <https://europeanmemories.net/memorial-heritage/camp-dinternement-de-saint-cyprien/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

²³ O oficial judeu Alfred Dreyfus foi acusado injustamente de espionar a favor da Alemanha e julgado, com provas forjadas, de trair a França em 1895, tendo sido condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo. Julgado pela segunda vez em 1899, foi condenado por um tribunal militar e em seguida indultado. Sua inocência só foi reconhecida em

Figura 3 - Livraria antissemita

Livraria antissemita de Charles Devos (1894-1931), rua Vivienne, 45, Paris. Expressão do antissemitismo na França desde o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Fotografia desconhecida, clichê publicado em *Almanach de la Libre Parole pour 1902, Paris, 1901*. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Publications_antis%C3%A9mites_en_France#/media/Fichier:Librairie_antis%C3%A9mite,_45_rue_Vivienne.jpg na rua Vivienne, 45. Acesso em: 15 out. 2020.

Em sua obra *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt considera que “[...] o anti-semitismo francês é mais antigo que os seus similares europeus”.

A única modalidade de anti-semitismo francês que realmente vingou, e que sobreviveu ao anti-semitismo social e às atitudes desdenhosas dos intelectuais anticlericais, estava ligada a uma xenofobia geral. Especialmente após a Primeira Grande Guerra, os judeus estrangeiros tornaram-se estereótipo de todos os estrangeiros (ARENDR, 1998: 67).

Sob este prisma – do antissemitismo e da xenofobia, crescentes na França dos anos 30 – a questão dos estrangeiros passou a ser um ponto vital no debate político francês, aquecido pela veiculação da imagem estigmatizada de ameaça judaica, ampliada para as áreas da economia, política e cultura:

Como os imigrantes [...] poderiam combater a fantasia de que a identidade francesa estava sendo ameaçada por invasores estrangeiros? [...] Intelectuais influentes e de

1905. O Caso Dreyfus foi um exemplo do antissemitismo virulento existente na sociedade e nas forças armadas da França.

prestígio demonstraram a extensão dessa mentalidade xenofóbica (POZNANSKI, 2001: 8, tradução nossa).

Renée Poznanski em *Jews in France During World War II* (2001) descreve que na França havia judeus dos mais diversos matizes: religiosos e não religiosos, ativistas políticos de várias alas, comerciantes de todos os tipos, pequenos industriais, principalmente de tecidos e roupas. A comunidade era muito diversificada e aos imigrantes e refugiados cabiam os salários mais baixos, além das dificuldades para o reconhecimento dos diplomas superiores, vistos como sem qualquer valor.

Pouco após a ocupação do país, em 10 de maio de 1940, foi assinado um armistício com a Alemanha, dividindo a França em: zona ocupada, considerada a região de maiores recursos; e na chamada zona livre, tendo Vichy como capital e englobando também as cidades de Lyon e Marselha. A Itália declarou guerra à França em 10 de junho e obteve uma área no sudeste do país. Até então, não era possível prender judeus e estrangeiros porque não havia um censo que os listasse. Entretanto, “[...] nenhum poder de ocupação pode administrar o território apenas pela força. O conquistador mais brutal e determinado precisa de guias e informantes locais” (MARRUS; PAXTON, 1995: xvi). Em setembro de 1940, judeus e estrangeiros foram forçados a efetuar o registro nas centrais policiais francesas que repassaram, posteriormente, tais informações à Gestapo.

Nessa época, vivia em Paris o pintor brasileiro Cícero Dias que na autobiografia *Eu vi o Mundo* (2014) relata que havia grande vigilância policial em torno dos estrangeiros e que ele fora convocado a se apresentar ao comissariado local para o registro. No entanto, resolveu sair de imediato de onde estava para se esconder junto a um amigo brasileiro. Dias relata também que no prédio vizinho um andar ficou vazio, pois a Gestapo levou todos, inclusive duas crianças, as quais ele classificou como adoráveis. Tais medidas de vigilância e controle, acirrados pela presença alemã, levaram milhares de judeus para Vichy, uns na esperança de se salvarem dos nazistas, outros impelidos ou literalmente despejados pelas forças da parte ocupada e da Alemanha, tendo encontrado uma realidade semelhante a que viviam.

Tanto a xenofobia como o antissemitismo produziram medidas contra as minorias, favorecendo a decretação do Estatuto dos Judeus – *Statut des Juifs* – em 3 de outubro de 1940, ato voluntário e autônomo do governo de Vichy sem a participação dos alemães (MARRUS; PAXTON, 1995:13). O Estatuto estabeleceu, em termos de raça, uma posição inferior a uma parte de cidadãos franceses e estrangeiros que lá viviam. A exemplo das Leis de Nuremberg,

houve impedimento no exercício de profissões, proibição de atuar em atividades artísticas, exclusão dos serviços públicos e do jornalismo.

Antes do Estatuto, no entanto, vários atos governamentais xenofóbicos antecipavam o fenômeno que viria pela frente. Em 22 de julho de 1940, uma Lei criou uma comissão para revisar as naturalizações concedidas desde 1927²⁴, o que resultou no cancelamento de 15 mil naturalizações, das quais 6 mil eram de judeus (MARRUS; PAXTON, 1995: 4). Outro ato, em 27 de agosto, revogou a lei francesa Marchandeu, de 1881, que proibia manifestações de antissemitismo na imprensa e, a partir daí, os jornais sentiram-se livres para atacar os judeus. Também foi promulgado um decreto que retirou a cidadania francesa dos judeus da Argélia, sendo ainda imposto ao comércio a colocação de cartaz para identificar que aquele estabelecimento pertencia a um judeu.

Cartazes proibindo a entrada de judeus/israelitas começaram a ser afixados em estabelecimentos. Um café/restaurante localizado na Rua Châteaudun foi o primeiro a colocar este informe que, até aquele momento, era desconhecido em Paris: “Israelitas proibidos nestas instalações”²⁵ (POZNANSKI, 2001: 25, tradução nossa).

Ações antissemitas como passeatas, distribuição de panfletos e quebra de vitrines de lojas judaicas no Champs-Élysées atraíam manifestantes e multiplicavam os partidários da ocupação alemã. Havia também uma distinção estereotipada entre os judeus franceses chamados de “israelitas” e os imigrantes ou refugiados denominados “judeus”.

A exemplo da Alemanha, que realizou em 1937 a exposição *Arte Degenerada*, foi aberta em Paris, em setembro de 1941, no Palácio de Berlitz, a exposição antissemita *Os judeus e a França*, com entrada gratuita para grupos de crianças em idade escolar. “Na entrada da exposição, o visitante recebe um dólar falso, posteriormente complementado com a informação dada por um guia da exposição: ‘o dinheiro não tem cheiro... mas o judeu tem’ [...]”²⁶

Os franceses, apesar de grande parcela da população ter se apresentado após a guerra como integrante da resistência – atuação que vem sendo contestada por vários historiadores –, tiveram participação ativa na colaboração, quer pelo antissemitismo ou para se apropriar das posses e propriedades judaicas. André Halimi em *La Délation Sous L’Occupation* (2010) afirma

²⁴ Em 1927 o parlamento francês aprovou uma lei que permitiu a naturalização de milhares de judeus.

²⁵ O cartaz proibindo a entrada de judeus/israelitas em um café/restaurante em Paris sob a ocupação nazista está disponível em: <https://c8.alamy.com/comp/2CWBDGJ/notice-in-a-restaurant-window-banning-jews-from-entering-german-occupied-paris-july-1940-life-for-french-jews-was-oppressive-under-nazi-occupation-collaborators-in-both-the-occupied-part-of-the-country-and-the-area-controlled-by-the-vichy-regime-co-operated-enthusiastically-in-the-persecution-the-photographer-is-unknown-2CWBDGJ.jpg>. Acesso em: 27 fev. 2021.

²⁶ Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26289560>. Acesso em: 22 out. 2020.

que, com a colaboração e a ocupação nazista, os franceses enviaram às autoridades competentes entre 3 e 5 milhões de cartas de delação, assinadas ou anônimas, sendo que os delatores recebiam agradecimento e recompensas (HALIMI, 2010: 7).

Nesse momento, encontravam-se na França talvez milhares de brasileiros, oriundos de todos os cantos do Brasil. Eram estudantes, industriais, homens de negócios, artistas, profissionais liberais e, entre tantos outros, membros da família imperial brasileira. Em 23 de dezembro de 1941, Cyro de Freitas Valle, então embaixador brasileiro em Berlim, relatou em telegrama ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, que “há na França ocupada cerca de 200 brasileiros, a maioria dos quais deseja partir [...]”. O número mencionado, no entanto, parece irreal, pois é praticamente impossível quantificá-los. A probabilidade de que o número fosse bem mais significativo é grande, visto que havia uma embaixada e consulados nas principais cidades daquele país para tratar de seus interesses e levar adiante as relações bilaterais entre os países.

Por ocasião da guerra e da ocupação nazista, o embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas não mediu esforços para ajudar seus concidadãos: tentou evitar que empresas de brasileiros fossem arianizadas, o que acabou acontecendo e acarretou o fechamento das filiais no Brasil; buscou energeticamente libertar dezenas de brasileiros prisioneiros do campo de internamento e concentração de Compiègne, entre tantos outros feitos. O próprio Embaixador e sua equipe foram, quando da ruptura das relações diplomáticas, internados em campos, primeiro na França e depois na Alemanha.

Na França foi encontrado o maior número de brasileiros internados em campos, deportados e vítimas da barbárie nazista – homens e mulheres de diversas idades e profissões, estudantes e membros da resistência armada francesa. Suas histórias de vida e/ou morte começam agora a ser relatadas.

1.3 Xenofobia e antissemitismo na Itália fascista

Opondo-se a vários historiadores italianos que não evidenciaram as raízes do antissemitismo no país, Weiley Feinstein – professor associado de italiano na Loyola University Chicago e autor de *Civilization of the Holocaust in Italy: Poets, Artists, Saints, Anti-semites* – aponta que as tradições antissemitas estiveram presentes na sociedade e na religião católica durante séculos e que reforçadas embasaram a política antissemita de Benito Mussolini:

Enquanto alguns historiadores italianos rejeitaram essa tradição de séculos como antiquada ou irrelevante, o antissemitismo religioso permeou a sociedade italiana e forneceu uma base importante para a perseguição fascista aos judeus, bem como para a indiferença pública (FEINSTEIN 2003: 12-13, Apud: BRANTZ, 2012: 177, tradução nossa).

Em 30 de outubro de 1922, o Partido Nacional Fascista (PNF) chegou ao poder quando Mussolini assumiu como primeiro-ministro, depois da grande marcha de Roma. Após compor um ministério com poderes absolutos, o regime passou a internar opositores. Entre 1929 e 1937, os fascistas estabeleceram campos de concentração na Itália e nas suas colônias destinados à prisão dos dissidentes políticos e trabalhistas. Nesse período, conforme Sarfatti (2006), a população estrangeira era composta, em sua maioria, por gregos, turcos, austríacos, húngaros, alemães, russos, tchecoslovacos e poloneses. A presença estrangeira no país, contudo, cresceu a partir de 1933, com a entrada de alemães e, em 1938, de austríacos, após o *Anschluss* (SARFATTI, 2006: 25–26). Brasileiros não entraram na estatística do autor talvez porque não fossem em percentual elevado.

Em 1º de novembro de 1936, a Alemanha nazista e a Itália fascista selaram um acordo de amizade e interesses denominado Eixo Berlim-Roma. Hitler e Mussolini visitaram-se confirmando o pacto. A partir desse acordo, o foco da perseguição do PNF começou a mudar, com uma campanha para denunciar as raízes judaicas no movimento antifascista, muito embora a presença dos *ebrei*²⁷ fosse significativa no Partido. “Com esta postura antisemita, o governo também estava seguindo um programa racista contra os negros e africanos em geral, ou as populações da Etiópia, Eritreia e Somália, em particular” (SARFATTI, 2006: 108–109, tradução nossa).

A partir de janeiro de 1938, uma violenta campanha contra judeus foi desencadeada pela imprensa, orquestrada pelo governo, visando preparar a opinião pública para as medidas “in difesa della razza” que viriam em poucos meses. Em julho daquele ano, cientistas, intelectuais e docentes italianos deram seu aval a várias propostas do racismo fascista que formaram a base do Manifesto da Raça (*Manifesto della Razza*), definindo, entre outros, que: a noção de raça era biológica; a população italiana era de origem ariana; os italianos deveriam se proclamar racistas; além de diferenciar o povo mediterrâneo da Europa (ocidentais) e o povo oriental e africano, e que os judeus não eram da raça italiana. Essas teorias pseudocientíficas embasaram a promulgação de leis racistas. Assim, a exemplo da Alemanha, a Itália adotou, a partir de 1938, uma série de decretos e leis específicas, cada vez mais opressoras para com os judeus,

²⁷ Os judeus da Itália são chamados *ebreo* (singular) e *ebrei* (plural).

conhecidas como “Leis Raciais”, que retiraram os direitos civis dos judeus italianos e estrangeiros.

As medidas foram referendadas por Vittorio Emanuele III de Savoy – rei da Itália e imperador da Etiópia, “pela graça de Deus e pela vontade da nação” – e, posteriormente, aprovadas pela Câmara dos Deputados e Senado.²⁸ Logo após a emissão das leis raciais, foi publicada, nos jornais, uma lista de 180 cientistas e 140 políticos, intelectuais, escritores e jornalistas que aderiram à campanha racial.²⁹ Entre os primeiros a serem excluídos das profissões estavam aqueles que atuavam nas áreas de ciência e educação, como cita Massimo Mazzotti, do departamento de História da Universidade da Califórnia–Berkeley:

No outono de 1939, o reitor da Universidade de Pisa abriu o novo ano acadêmico 1939-1940 com uma nota otimista: saudou a “partida” de cerca de cem estrangeiros “que não contribuíram de forma alguma para o prestígio de nossa universidade, nem para a qualidade do nosso ensino.” Ele estava falando sobre o corpo docente e os alunos judeus que foram expulsos da universidade no outono de 1938, em conformidade com um decreto governamental “para a defesa da raça”. Os estudantes estrangeiros eram numerosos na Itália e incluíam muitos exilados judeus da Alemanha nazista (MAZZOTTI, 2019: s.p., tradução nossa).

Em seguida, a exclusão foi estendida a todos os setores públicos e privados de atuação profissional e da vida em sociedade. Tal como ocorreu na Alemanha e na França, a Itália também realizou censos, e os primeiros foram nas universidades visando listar alunos e professores judeus, tanto estrangeiros como italianos. Em agosto de 1938, quando da realização do “censo da raça” pelo regime fascista, viviam na Itália cerca de 57.425 judeus, cujos dados foram usados para perseguição, prisões e deportações para campos de extermínio entre 1943 e 1945. As Leis Raciais também atingiram a Líbia, colônia italiana no Norte de África (SARFATTI, 1994: 136, Apud: CAMPAGNANO, 2007: 27).

Em 1942 foram impostas novas medidas que resultaram na deportação de judeus e estrangeiros residentes no país que, conforme sua nacionalidade, foram levados a diferentes campos de concentração e trabalho na Itália. O governo passou a internar aqueles que

²⁸ Anna Rosa Campagnano Bigazzi esclarece em sua tese que todas as leis antisemitas foram coletadas e enviadas ao MRE por Jorge Latour, secretário n.º 1 da Embaixada do Brasil em Roma no período 1937-1939, como sugestão de medidas a serem adotadas também para o Brasil. O diplomata, que servira em Varsóvia, Polônia, mandava pareceres ao Ministério, enfatizando posições contra os judeus, sendo mais um exemplo de antisemitismo na diplomacia brasileira. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-15022012-154324/publico/2007_AnnarosaBigazzi.pdf. Acesso em: 20 out. 2020; publicado pela Edusp, 2010.

²⁹ *Patria Indipendente Speciale L'ABERRAZIONE RAZZIST*, 2007, p. 12. Revista quinzenal on-line da *Associazione Nazionale Partigiani*. Disponível em: <https://www.patriaindipendente.it/wp-content/uploads/2018/10/Patria-Indipendente-Speciale-L%E2%80%99ABERRAZIONE-RAZZISTA-Il-primo-numero-de-La-difesa-della-razza.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

considerava inimigos estrangeiros e judeus oriundos de outros países em pequenas cidades e campos de concentração.

Mussolini foi destituído em 1943 e ficou sob custódia, mas em setembro do mesmo ano foi libertado pelas forças nazistas que ocuparam o Norte e a área central da Itália, e as zonas italianas na Iugoslávia, Grécia e França. Ele passou, então, a liderar um novo Estado fascista, um estado fantoche, a República Social Italiana (Repubblica Sociale Italiana), com sede na cidade de Salò. Com a ocupação alemã, a perseguição e a deportação dos judeus italianos e refugiados estrangeiros foram intensificadas, sendo efetuadas várias detenções de brasileiros que viviam, trabalhavam e estudavam no país. Os detidos brasileiros não eram judeus e a maioria pertencia a movimentos políticos contrários ao fascismo e/ou lutava na resistência. Vários foram deportados para campos de concentração e extermínio nazistas na Alemanha, Áustria e Polônia, onde não sobreviveram.

1.4 Espaços de exclusão para estrangeiros indesejáveis

Tão logo chegaram ao poder, em 1933, as autoridades nacional-socialistas colocaram em prática o seu programa de exclusão antecipando o de extermínio. Desde o início, instigados pelo antissemitismo, pela xenofobia e pelo nacionalismo exacerbado, elementos identitários estigmatizantes foram adotados pelos regimes totalitários e autoritários. Numa corrente em cadeia, praticaram atos violentos contra os judeus, “seus inimigos prioritários”; ciganos e outras minorias; oponentes ao regime – entre eles socialistas e comunistas – e estrangeiros. Fundamentados em pseudoteorias raciais e seguindo os paradigmas impostos por seu programa político, ordenaram a internação desses grupos em campos de concentração e de trabalho e, tempos depois, nos de extermínio. Dessa forma, as lideranças nazistas procuravam anular todas as formas possíveis de resistência e críticas ao regime hitlerista.

Desde a ascensão do regime nazista, o número de centros de detenção destinados ao encarceramento e à eliminação dos “inimigos do Estado” e da “raça” alemã foi aumentando, espalhando-se para os territórios ocupados. Inicialmente, os prisioneiros nos primeiros campos de concentração eram alemães perseguidos por suas ideologias (comunista ou socialdemocrata), religião e/ou raças, acusados de exibirem comportamento “antissocial” ou fora dos padrões sociais. Posteriormente, a reclusão forçada da população judaica nos guetos, campos de concentração de trabalho fortaleceu a “tese” nazista de que uma indústria da morte aos indesejáveis teria sucesso, principalmente se os prisioneiros fossem concentrados em espaços que favorecessem o extermínio em massa.

Assim, foi colocada em prática a deportação de judeus, ciganos e outros indesejáveis para campos de trabalhos forçados, com o mínimo de alimentação, nenhuma higiene e castigos violentos e brutais, fatores que provocaram a morte de milhares de escravizados, para depois levar os que ainda restaram ao extermínio em câmaras de gás. Dezenas de campos foram construídos para essa finalidade, e o maior deles foi em Auschwitz, na Polônia, para onde foram transportados em trens milhões de homens, mulheres e crianças.

Necessário mencionar que entre os milhões de deportados havia muitos estrangeiros que, por diversos motivos, estavam na Europa naquele período e, apesar de cidadãos de países considerados neutros – pois não estavam diretamente envolvidos no conflito mundial e muitos deles portarem documentos legais –, foram tratados como “indesejáveis” e/ou “de raça inferior”, de acordo com o discurso intolerante em circulação na época, e sua documentação considerada falsa ou sumariamente ignorada. Esta prática atingiu pessoas de diversas idades e diferentes nacionalidades que estavam dispersas na Europa e, dentre elas, também brasileiros.

Com o NSDAP no poder, teve início a institucionalização e a execução de um plano de extermínio das “raças inferiores”, dentre as quais estavam os judeus de distintas nacionalidades. Assim como o povo judeu, outros grupos foram rotulados como *Untermenschen* (pessoas inferiores): deficientes físicos e mentais, ciganos, povos eslavos e povos asiáticos da União Soviética. Além das “raças”, foram ainda perseguidos indivíduos distintos por suas ideologias (comunistas e socialistas), religião (Testemunhas de Jeová); comportamento (homossexuais, associais e prostitutas). Enfim, todos aqueles que eram considerados como “desvios” da proposta ideal de Nação e de Povo alemão, ficando grande parte do povo exposta à massificação da propaganda fundamentada nas teorias raciais que dividiam a humanidade em raça superior (ariana) e inferior (degenerada).³⁰

Na França, o Estatuto dos Judeus foi acrescido de medidas que permitiram aos prefeitos internar judeus estrangeiros em campos especiais ou forçar que vivessem sob observação policial em vilas remotas, para depois o governo de Vichy entregá-los voluntariamente aos nazistas. Marrus e Paxton enfatizam que as autoridades de Vichy anteciparam-se aos atos nazistas ao promover a perseguição de judeus estrangeiros e de estrangeiros (MARRUS; PAXTON, 1995: 13).

O embaixador brasileiro em Paris, Souza Dantas – que já visualizava a antecipação do governo de Vichy aos atos nazistas – alertou o MRE que os judeus estrangeiros estavam em

³⁰ Ver GOLDHAGEN. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Para o autor, os alemães só foram coniventes e contribuíram com o regime nazista porque em seu íntimo acreditavam na ideologia de raça superior e que os judeus eram culpados por todos os momentos ruins da Alemanha.

perigo, sendo entregues à Alemanha e, profeticamente, escreveu que os israelitas franceses teriam o mesmo destino:

[...] Parte é encurralada em vagões fechados com chumbo, adequados para o transporte de animais. Os homens e as mulheres seguem para rumos diferentes, todos apartados dos filhos, que são deixados ao desamparo. [...] Em vão a Santa Sé, por intermédio do núncio apostólico, vem agindo junto a este governo, que pretexta submeter-se às exigências alemãs, no próprio interesse dos israelitas franceses, a fim de evitar seja compelido a extraditá-los também, o que, aliás, fará, desde que os alemães o queiram.

L. M. DE SOUZA DANTAS³¹

Não é por acaso que foram encontrados no AHI/RJ inúmeros documentos assinados pelo Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), que esteve à frente da Embaixada do Brasil na França entre 1922 e 1943 e atuou durante a ocupação nazista da Europa. Ele emitiu, arriscando sua carreira, centenas de vistos para judeus, não judeus e minorias perseguidas. Dantas desafiou a proibição do governo Vargas de conceder vistos a semitas, salvando, assim, as vidas de quem, desesperadamente, buscava um país para refúgio e, por suas ações humanitárias, precisou responder a processo administrativo no Brasil. Fato inédito é o de que também salvou vidas de brasileiros – judeus e não judeus – que se encontravam naquele país durante a guerra.

Sempre atento às medidas racistas adotadas pelo governo de Vichy, para onde mudou a Embaixada quando da ocupação nazista em 1940, encaminhava toda a sorte de correspondência ao MRE, dando ciência e analisando os fatos. Empenhou-se pessoalmente na libertação de brasileiros aprisionados em campos de trânsito e concentração e não poupou esforços para ajudar os que necessitavam de proteção. O próprio Embaixador e sua equipe foram, em 1943, internados em campos³².

Em março de 1941, foi criado na França o Comissariado Geral para Assuntos Judaicos e estabelecidas datas para confiscos de bens e restrição das atividades profissionais dos judeus lá estabelecidos. Em 14 de maio de 1941 ocorreu a primeira batida policial contra os judeus estrangeiros e apátridas em Paris, chamados a se apresentarem junto aos comissariados policiais

³¹ Telegrama n.º 106, de 21/22/VIII/1942, Apud: FRANCO, 2008: 376.

³² Por salvar judeus no Holocausto, Souza Dantas foi reconhecido como Justo entre as Nações, honraria concedida em dezembro de 2003 pelo Yad Vashem. Após um longo período de ostracismo, a vida e ações de Souza Dantas começaram a ser reveladas para os brasileiros por meio das publicações de Maria Luiza Tucci Carneiro, *O Antisemitismo na Era Vargas* (1988), seguida por Fábio Koifman, *Quixote nas trevas* (2002); Álvaro da Costa Franco, *Em Meio à Crise Souza Dantas e a França Ocupada 1940-1942* (2008). Tucci Carneiro retomou o tema em *Cidadão do Mundo* (2010), complementando a documentação com testemunhos de refugiados e refugiados registrados pela equipe do Arqshoah/LEER-USP, da qual faço parte.

munidos de documentos, que ficou conhecida como *rafle du billet vert*.³³ Segundo os autores André Kaspi, Nicole Piétre e Ralph Schor, cerca de 3.710 foram, de imediato, presos e levados aos campos de Pithiviers e Beaune-la-Rolande (KASPI; PIÉTRI; SCHOR, 1995: 195).

No dia seguinte, o diário *Paris-Midi* publicou o seguinte comentário:

Cinco mil judeus se foram. Cinco mil judeus passaram a primeira noite em um campo de concentração. Isso faz cinco mil menos parasitas que infectaram a grande Paris com uma doença fatal. Esta primeira etapa da cirurgia foi concluída; o resto a seguir (Apud: POZNANSKI, 2001: 56, tradução nossa).

Em outra batida policial, entre os dias 16 e 17 de julho de 1942, cerca de 13 mil judeus de Paris foram levados a uma arena esportiva, Vélodrome d'Hiver, onde ficaram internados por vários dias, em terríveis condições, antes de serem deportados. No outono daquele ano, aproximadamente 42 mil judeus passaram pelo campo de trânsito de Drancy, nos arredores de Paris. Quase um terço desses indivíduos veio da zona livre e grande parcela era composta de judeus estrangeiros ou apátridas. O destino da maioria dos deportados foi Auschwitz, na Polônia.

Os judeus estrangeiros presos nos campos franceses foram registrados e tiveram seus bens e documentos retidos; o dinheiro que tinham foi apossado mediante recibo, como se fossem devolvê-lo, e passaram a viver em péssimas condições. Em outubro daquele ano, foi criado um departamento de polícia destinado a vigiar judeus; e em 29 de novembro instituído o censo da população judaica, cujos registros foram repassados à Gestapo para futuras deportações. Em 1943 e 1944, ocorreram transportes de judeus de Vichy para Drancy e depois para Auschwitz-Birkenau. No total, foram deportados 75.721 judeus da França, entre os quais estavam os seguintes brasileiros: Henri Gradwohl, a família Grumbach (Violette, Roger e Simone), Leon Cahen, Raymond Strauss, Pierre Levy, Leon Kahn, Denise Levy, Simon Levy, Alphonse Gerson, Georges Levy-Coblentz, a família Reicher (Blima, Thérèse e Théodore), Gustave Weil e Paul Weil.

Examinados os dados de aprisionamento e internamento de estrangeiros na França, constatee que os primeiros registros datam do início do conflito, ainda em 1939, ou seja, antes mesmo do país ser invadido pelos alemães. Nesse período, a França prendia estrangeiros, inclusive brasileiros, com sobrenomes germânicos que atravessavam a fronteira ou estavam em

³³ Essa ação ocorreu apenas onze meses após o armistício e catorze meses antes da batida do *Vél d'Hiv*, realizada exclusivamente por policiais franceses. De início, visava o internamento que duraria até o ano seguinte e, para muitos, terminou em Auschwitz. Os judeus foram levados de ônibus para a estação de Austerlitz e transferidos no mesmo dia, divididos entre os campos de Pithiviers e Beaune-la-Rolande, onde permaneceram por mais de um ano sem saber qual seria seu destino. Em 8 de maio de 1942, foram transferidos para Compiègne-Royallieu, de onde foram deportados para Auschwitz em 5 de junho de 1942, no Transporte 2.

navios nas águas territoriais francesas e/ou de suas colônias, fugindo dos nazistas. Em 1940, quando o país capitulou, seguiram-se mais prisões. Entre os brasileiros internados nos campos franceses, além dos que lá residiam, estudavam e trabalhavam, havia membros do Partido Comunista, combatentes das Brigadas Internacionais, *maquis*, membros da resistência e das forças armadas da França Livre. Esta informação é da máxima importância considerando que, até o momento, pouco se sabe sobre este assunto, ignorado pela historiografia brasileira e internacional.

Em relação à Itália, suas colônias e territórios que ocupou durante as décadas de 1930 e 1940, segundo o projeto *I Campi fascisti / Dalle guerre in Africa alla Repubblica de Salò*³⁴, houve 132 campos de concentração para prisioneiros políticos, judeus e prisioneiros de guerra. Ao entrar na guerra, aumentou a perseguição aos judeus italianos e estrangeiros que foram internados em campos de concentração e prisões, estigmatizados como “perigosos ao regime”.

Em 1943, com a prisão de Mussolini, as leis raciais começaram a ser revogadas. Mas, no centro-norte do país, com a tomada pelas forças alemãs e a libertação do *Duce* italiano e a criação de República Social Italiana, a perseguição foi intensificada e os judeus, então considerados estrangeiros, foram internados para depois serem transportados aos campos nazistas.

³⁴ Disponível em: http://campifascisti.it/pagina.php?id_pag=1. Acesso em: 20 out. 2020.

CAP. II: BRASILEIROS SOB A VIGILÂNCIA NAZISTA

2.1 O antissemitismo como barreira física e simbólica

O antissemitismo existe há séculos, mas a historiografia tem se concentrado nestes últimos 60 anos a investigar o antissemitismo moderno, que deu sustentação para que o Holocausto ocorresse, culminando com o assassinato em massa de judeus em vários países da Europa. Suas raízes mais profundas podem ser remontadas nos estudos desenvolvidos por Hannah Arendt e Léon Poliakov, que procuraram analisá-lo como um fenômeno de longa duração. A filósofa Hannah Arendt, por exemplo, discorre sobre a sua ocorrência na Idade Média, com a perseguição aos judeus em razão da religião, a proibição do exercício de determinados ofícios e sua reclusão em áreas específicas de cidades e vilas. Ela avalia também que, com o passar do tempo, os judeus começaram a ocupar funções de importância nas nações europeias, atuando na área financeira e obtendo algumas liberdades civis (Arendt, 1998: 31-39). Léon Poliakov, por sua vez, em *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos* (1974), analisa que as raízes do arianismo na Europa têm origem na Idade Média e que, ao serem combinadas a teorias consideradas científicas, promoveram a base do discurso nazista para segregar grupos humanos.

Entretanto, é no século XIX que a situação viria a se modificar e o antissemitismo classificado como moderno expandir-se-ia por toda a Europa, fundamentado em argumentos pseudocientíficos. Foi a partir da segunda metade daquele século que os judeus começaram a perder os direitos como cidadãos iguais e a concessão formal de cidadania, conquistados a partir de sua emancipação. Com a publicação d'*Os Protocolos dos Sábios de Sião*, realizada pela primeira vez na Rússia Czarista em 1903, em versão seriada pelo jornal *Znamya (A Bandeira)*, o ódio e as teorias conspiratórias espalharam-se pelo continente, multiplicadas pelos partidos nacionalistas de extrema-direita interessados na exclusão dos judeus. Revistas, jornais e panfletos passaram a divulgar os discursos antissemitas por toda a Europa, colaborando para fortalecer a imagem do judeu enquanto perigo político e racial.

Na Alemanha, a partir da fundação do NSDAP (Partido Nazista) em 24 de fevereiro de 1920, as propostas de violência e extermínio do povo judeu ganharam terreno propagando o ódio e terror foram legitimados a partir de 1933, quando o partido chegou ao poder e deu início a um período de “submissão de todos e de tudo ao Estado”.

O poder utiliza meios, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força

(execuções). Este último aspecto é o mais dramático, não somente porque põe em ação a violência das instituições como porque sanciona publicamente a transgressão dos interditos decretados como invioláveis pela sociedade e seu poder (BALANDIER 1982: 8).

Assim, comemorações em louvor a Adolf Hitler, manifestações políticas e execuções públicas dos dissidentes políticos e dos judeus foram alguns dos meios utilizados pelo Partido Nazista para validar seu poder. Tanto a nomeação de Hitler, um ex-cabo do exército, como chanceler em janeiro de 1933, quanto a eliminação dos demais partidos políticos e a organização de uma Polícia Política garantiram que a legitimação das práticas nazistas fosse aplicada com o endosso de grande parte da população alemã.

Com um ideal ultranacionalista, acrescido do fator racismo – a ideia da raça superior – a raça ariana foi amplamente valorizada por meio de uma legislação específica, pesquisas “científicas”, educação e ampla propaganda política (rádios, cinema, teatro, música, jornais, revistas, exposições, programas educacionais, etc...). Neste contexto, a ideia ganhou *status* de fanatismo, alimentada pela proposta de que as “raças degeneradas” deveriam ser exterminadas, acusadas de causadoras de todos os males econômicos e sociais. Em prol de uma raça superior (ariana) e de uma nação forte, judeus foram transformados em inimigos objetivos (ARENDR, 1998; CARNEIRO, 2007; FRIEDLANDER, 2012; GILBERT, 2010; POLIAKOV, 1985).

A voz do partido foi ouvida em toda Alemanha por meio da propaganda que instigava a população à agressão e induzia normas de como deveria se comportar. Para tanto, ainda em 1933, foi criado um Ministério da Propaganda, encabeçado por Joseph Goebbels. Foram usados todos os meios de comunicação para propagar a ideologia nazista e o ódio aos judeus (DIEHL, 1996; KERSHAW, 1993). Ao mesmo tempo, houve a proibição aos judeus de participar na vida cultural e política do país. A partir de abril de 1933, foram impedidos de frequentar escolas públicas e universidades, situação adotada também nos países ocupados.

“Os nazistas, assim que chegaram ao poder na Alemanha [...] trataram de fazer dos judeus estrangeiros dentro de seu próprio país [...]” (GUTERMAN 2020: 51). De imediato, começaram as ações de perseguição legitimadas e/ou acobertadas por decretos oficiais: banimento dos cargos públicos; desnaturalização; empregos negados na imprensa; exclusão das bolsas de valores, queimas públicas de livros de judeus e de antinazistas; boicote a lojas; proibição do abate ritual judaico de animais, entre outras medidas. Também não judeus sofreram perseguições porque se recusaram a servir o exército – como as Testemunhas de Jeová –; aqueles que distribuíram panfletos de oposição; grupos considerados associativos; os que

cometeram “crimes” contra a máquina nazista; militantes comunistas; bem como minorias étnicas, tal como aconteceu com os Roma, Sinti³⁵ e os Yeniches³⁶.

Em 1935, quando a Alemanha iniciou o seu rearmamento, violando o Tratado de Versalhes³⁷, medidas mais drásticas contra os judeus foram colocadas em prática com a instauração das Leis de Nuremberg. Essas leis retiraram os direitos civis e instituíram “a proteção do sangue alemão e da honra alemã”, com a proibição de casamentos mistos; perda da cidadania alemã e do direito de voto; banimento de locais públicos, escolas e universidades alemãs; restrição de passaportes para viagens ao exterior.

Hitler e seu aliado italiano, Mussolini, firmaram um acordo em 1936 (Eixo Berlim-Roma) cujo objetivo aparente era o de impedir a expansão da União Soviética e do comunismo. O acordo foi assinado sem qualquer oposição dos países europeus, o que possibilitou a ascensão da Alemanha, seu rearmamento e anexações de territórios que garantiram a expansão do nazismo por vários países europeus. Dessa forma, a situação do estrangeiro (judeus e não judeus) nos territórios ocupados foi ficando cada vez mais difícil, implicando em perseguições, prisões, deportações e culminando no extermínio.

Ainda em 1936, a Alemanha assinou pactos com a Espanha – apoiando a ditadura de Francisco Franco – e com o Japão, para impedir o avanço soviético na Ásia. Em 1938, a Áustria e os Sudetos (parte da antiga Tchecoslováquia) foram anexados com o objetivo de ampliar o Espaço Vital do “Reich de Mil Anos”, destinado ao povo de “raça ariana” que viveria num império em um único território.

Enquanto isso, no Reich, a legislação contra os judeus foi sendo ampliada e, a partir de 1938, tornou-se obrigatório adicionar Sara (mulheres) e Israel (homens) a nomes e documentos específicos que passaram a identificá-los com a inscrição de um “J” em vermelho. Assim, foi realizado o cancelamento da nacionalidade alemã dos judeus que legalmente foram definidos como apátridas. Estatutos semelhantes às Leis de Nuremberg foram implantados em grande parte da Europa ocupada durante a Segunda Guerra Mundial. A partir da ocupação da Polônia,

³⁵ Roma e Sinti, dois grupos do povo que é chamado genericamente de cigano, também foram classificados como “racialmente inferiores”. Historiadores calculam que entre 250 mil e 500 mil foram mortos pelos nazistas e seus colaboradores. Porrajmos ou Porajmos, traduzido como “o Devorador”, é o termo usado para descrever o genocídio nazista da população Roma e Sinti da Europa.

³⁶ Yeniche é um grupo étnico distinto dos Roma e Sinti, mas que vive também de forma itinerante. São majoritariamente católicos ou evangélicos e seu idioma tem como base o alemão e influências do romani, ídiche e do rotwelsch (ou rodi), um idioma da baixa idade média. Quando teve início a perseguição às minorias em 1933, os Yeniches passaram a ser internados em campos de concentração na Alemanha. Informações sobre os Yeniches são muito raras, não se sabe exatamente o número de deportados e vítimas, porém são mencionados como perseguidos no texto de 2012 do Memorial às Vítimas Roma e Sinti do Nacional-Socialismo em Berlim.

³⁷ Tratado de Versalhes (1919): acordo de paz assinado pelas potências europeias encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

o antissemitismo alemão ganhou força como política de extermínio dos judeus, concebida com o nome de “Solução Final” (*Endlösung*) e imposta à maioria dos países ocupados com a reclusão de judeus em guetos – onde morriam de fome, frio e doenças – ou por fuzilamentos e deportações para campos de concentração e de extermínio. Em 20 de janeiro de 1942, oficiais nazistas e líderes do governo alemão reuniram-se na Conferência de Wannsee para discutir os métodos de eliminação e assassinato dos judeus de Europa. Em meados de 1941, porém, o extermínio já estava ocorrendo com os judeus na União Soviética, quando a Alemanha nazista invadiu aquele país.

Figura 4 - As Leis de Nuremberg

A lei da honra alemã proibia o casamento entre judeus e outros alemães. National Archives and Records Administration. (National Archives Gift Collection). In *Prologue Magazine*, Winter 2010, v.42, n. 4. Disponível em: <https://www.archives.gov/publications/prologue/2010/winter/nuremberg.html>. Acesso em: 07 mar. 2019.

2.2 Brasileiros na Alemanha

A serviço da pátria-mãe

Antes da Segunda Guerra, vários alemães e seus descendentes que viviam no Brasil, principalmente no Sul, viajaram à Alemanha, em razão da propaganda nazista e do programa *Heim ins Reich*³⁸ – com promessas de oportunidades de servir à pátria-mãe e de uma vida melhor³⁹. Segundo Méri Frotscher, entre 1937 e 1939, contabilizando aqueles que se dirigiram voluntariamente ao país, um pouco antes da guerra “[...] teriam entrado pelo menos 8.384 deles, oriundos do Brasil [...]” (FROTSCHER, 2013: 83).

Muitos dos brasileiros que partiram para a Alemanha antes da guerra foram, em razão do *jus sanguinis*, considerados cidadãos alemães e sujeitos às leis locais, inclusive quanto à prestação do serviço militar. Essa questão gerou uma preocupação junto ao governo brasileiro antes mesmo do início do conflito, mas já em pleno período nazista na Alemanha. A título de curiosidade, em 1936 o Ministério das Relações Exteriores do Brasil manifestou-se em um relatório que seria de grande utilidade a celebração de ajustes bilaterais a respeito da dupla cidadania, pois assim seriam evitados incidentes prejudiciais às boas relações com países amigos. O relatório informa que, para ilustrar semelhante acerto:

[...] é de se mencionar o caso ocorrido em Abril ultimo, com a publicação, na cidade de S. Paulo, de um aviso do Consulado Geral da Alemanha naquela capital, pelo qual eram convocados a se apresentar ali, para fins de serviço obrigatório. Os Alemães das classes correspondentes aos anos de 1904 e 1916, *ainda que nascidos no Brasil*.⁴⁰

O governo brasileiro manifestou-se conforme: “[...] a disposição constitucional em virtude da qual Brasileiros são todos os indivíduos nascidos no Brasil, ainda que de pae

³⁸ Política externa seguida por Hitler antes e durante a Segunda Guerra Mundial que visava convencer os alemães que viviam no exterior a reter sua nacionalidade e o retorno das regiões de maioria alemã de volta ao Reich.

³⁹ Entre aqueles que partiram “iludidos” pela propaganda nazista estava a família Loibl, residente em São Paulo e vinda ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Em 1938, os Loibl retornaram à terra natal com o filho Rodolfo Otto, brasileiro, nascido em 1930. O livro *Memórias de um Adolescente Brasileiro na Alemanha Nazista*, de autoria de sua irmã, Elisabeth Loibl, apresenta a narrativa sob a perspectiva do jovem Rudolf, em que ele e sua família foram considerados inimigos e aproveitadores estrangeiros que queriam se beneficiar do padrão de vida alemão da época, o *bullying* constante na escola, a “ingenuidade” com que o pai via as ações de Hitler, bem como a tentativa de retorno da família ao Brasil e o cancelamento de seus vistos, sua transferência para Varsóvia, onde viveram os dias de guerra e seu retorno ao Brasil no início de 1948, repatriados pela MMB. A partida para a Polônia estava no programa de germanização daquele país, com a transferência de alemães étnicos (*Volksdeutsche*) para expelir os chamados estrangeiros (*Fremdvölkische*) da área.

⁴⁰ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil* (RJ) relativo às atividades desenvolvidas pelo Ministério em 1936, elaborado pelo ministro José Carlos de Macedo Soares e encaminhado ao presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938, v.1, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=zb0028&pagfis=7919>. Acesso em: 07 mar. 2019.

estrangeiro, não residindo esse a serviço do Governo de seu paiz”. Também foi levantada a questão de direito internacional de que “quando um Estado faz prevalecer o seu *jus soli* sobre o *jus sanguinis* estrangeiro, este ultimo não pode pretender o reconhecimento de competência nos limites territoriais do primeiro”.⁴¹ A resposta da embaixada alemã, aceita pelo MRE, foi a de que o edital visava apenas o recenseamento de indivíduos de dupla nacionalidade, para que estes não sofressem as consequências do não cumprimento de deveres militares para com um ou outro país.

As explicações do Reich
AS OBRIGAÇÕES MILITARES DOS BRASILEIROS FILHOS DE ESTRANGEIROS
— A nota do Itamaraty e a resposta da Embaixada alemã —

Já nos referimos, em edições anteriores, ao aviso, publicado pelo Consulado da Alemanha em São Paulo, sobre as obrigações militares dos cidadãos alemães, “ainda que nascidos no Brasil”.

Deante dessa atitude de desrespeito à Constituição dos Estados Unidos do Brasil e à nossa própria soberania, o Itamaraty tomou, sem delonga, a única linha de conducta que se lhe impunha: chamou, em termos energicos, a atenção da Embaixada Alemã para o facto “inconveniente e grave”, verificado em São Paulo.

A NOTA DO ITAMARATY

E’ o seguinte o teor do memorandum brasileiro, endereçado a 9 do corrente, ao governo do Reich:

“A “Deutsche Zeitung”, que se publica na cidade de São Paulo, estampou um **aviso, do Consulado Geral da Alemanha** naquela capital, pelo qual são convocados a se apresentar, para fins de serviço obrigatorio, os alemães das classes correspondentes aos annos de 1914 a 1916, “ainda que nascidos no Brasil”.

Ora, a Constituição Federal Brasileira confere a nacionalidade brasileira a todo individuo nascido no Brasil, “ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu paiz” (artigo 106, alinea “a”).

Por outro lado, é principio corrente do direito internacional que, quando um Estado faz prevalecer o seu “jus soli” sobre o “jus sanguinis” estrangeiro, este ultimo não póde pretender o reconhecimento da sua competencia nos limites territoriaes do primeiro.

Nestas condições, seria absurdo que cidadãos brasileiros, muito embora possuam tambem outra nacionalidade, se vissem obrigados, no Brasil, á prestação do serviço a qualquer outra soberania.

O Ministerio das Relações Exteriores pede, pois, a attenção da Embaixada Alemã para a inconveniencia e gravidade do aviso, publicado pelo Consulado Alemão em São Paulo, e espera que seja declarada sem effeito a alludida convocação, no tocante aos individuos nascidos no Brasil.”

A RESPOSTA DO GOVERNO ALLEMAO

O encarregado de Negocios da Alemanha esteve, hontem, no Itamaraty, afim de entregar ao sr. J. C. de Macedo Soares a seguinte nota:

“O governo da Alemanha, animado do desejo de liquidar todas as questões entre os dois paizes num ambiente de estima e comprehensão mutua, vem declarar que o edital, publicado pelo consul geral da Alemanha em São Paulo, teve em vista, unica e exclusivamente, fazer o recenseamento de cidadãos de dupla nacionalidade e que, portanto, estão sujeitos ao serviço militar no Brasil ou na Alemanha.”

(Continúa na 2.ª pagina)

Figura 5 - As explicações do Reich
 O Jornal (RJ), 17 de abril de 1936, p 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/29717.
 Acesso em: 07 mar. 2019.

AS EXPLICAÇÕES DO REICH
 (Conclusão da 1.ª pag.)

O governo da Alemanha não quiz nem poderia realizar acto de soberania em territorio brasileiro, e deseja simplesmente evitar que cidadãos de dupla nacionalidade venham a soffrer consequências por não cumprirem os seus deveres militares com um ou outro paiz, com os quizes se acham ligados juridicamente.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1936.”

NENHUM PROTESTO DO BRASIL RECEBEU AINDA A CHANCELLARIA DO REICH

BERLIN, 16 (U. P.) — Um funcionario do Ministerio das Relações Exteriores declarou hoje que, até agora não foi recebido nenhum protesto do Brasil, relativamente ao serviço militar, a ser prestado por allemães nascidos naquella paiz.

O mesmo funcionario acrescentou que surgiu um “mal entendido” em relação ao serviço militar das pessoas com cidadania brasileira e allemã, de sorte que o governo allemão pretende constituir as conversações nesse sentido.

Figura 6 - As explicações do Reich - conclusão
 O Jornal (RJ), 17 de abril de 1936, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/29717.
 Acesso em: 07 mar. 2019.

⁴¹ Ibid.

Segundo o *Relatório*, o Brasil chegou a submeter ao governo alemão um projeto “[...] que viria resolver algumas dificuldades entre o Brasil e a Alemanha, resultantes da questão da dupla nacionalidade [...]. Infelizmente, até agora, esse projecto não teve seguimento” (*Relatório*, 1936: 27–28). Pouco tempo depois, porém, ao se iniciar a guerra, a questão dos brasileiros filhos de pais alemães voltou à tona ao serem convocados pelo Reich para o serviço militar. Os cônsules de Frankfurt e Viena buscaram aconselhamento junto à Embaixada do Brasil em Berlim por terem sido contatados por jovens brasileiros natos, matriculados nos respectivos consulados, e que foram, a exemplo de muitos, informados que deveriam se apresentar para o serviço militar naqueles países (Ofício n.º 21 encaminhado em junho de 1940 pelo cônsul em Viena, Mario Guimarães; e ofícios n.ºs 47 e 49, encaminhados pelo cônsul em Frankfurt, Jorge Kirchhofer Cabral, em novembro e dezembro de 1940 ao embaixador Cyro de Freitas Valle).

Além da questão do serviço militar por brasileiros na Alemanha, alguns foram cooptados para atuar a serviço do nazismo na área de comunicação – rádio e jornais – tanto no Brasil quanto na Alemanha, apresentando programas destinados a diversos públicos, inclusive o infantil. Cito aqui importante artigo de Luiz Artur Ferraretto sobre a importância do rádio na propagação do nazifascismo, utilizando ondas curtas para transmissões em português, espanhol e alemão. A irradiação a partir do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e o Eixo, em 1942, relata o autor, concentrou-se na Rádio Berlim e no Reichrundfunk, órgão responsável pela radiodifusão, onde atuava como coordenador Karl Henrich Hunsche, nascido no Rio Grande do Sul. Ferraretto menciona também “outros três gaúchos, um mineiro e uma baiana convertidos à causa hitlerista”, mas que usavam pseudônimos brasileiros para ocultar a ascendência germânica: Hunsche era Sebastião Sampaio da Silva e Maximiliano Stahlschmidt era Mario Andrada (FERRARETTO, In: GOLIN; ABREU, 2006: 87-88).

Para o período da guerra e logo após o seu término, o portal de genealogia Ancestry registra um número superior a 2.000 pessoas nascidas no Brasil, muito embora existam registros com erros de grafia e localização, como resultado do item “Toda Europa, Registro de Estrangeiros e de Perseguidos Alemães, 1939-1947”. São registros de pessoas que viviam temporária ou permanentemente, de casamento, trabalho, médico, óbito, unidades de trabalho forçado na Alemanha, listas de arquivos judiciais e oficiais sobre estrangeiros e judeus alemães, entre outros. Entre eles, havia brasileiros cursando estudo superior naquele país e, em cumprimento a instruções recebidas do MRE, a Embaixada de Berlim encaminhou a tradução de uma relação contendo nomes, sob o título “Lista dos estudantes brasileiros nas Escolas

Superiores Alemãs no 1º trimestre (janeiro-março) de 1941”, fornecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich, na qual constavam apenas 10 nomes segundo a estatística oficial alemã.

Dentre estes estavam:

BROAD, Pery, também Perry Broad: nascido no Rio de Janeiro (RJ) em 25 de abril de 1921, morreu em Dusseldorf, Alemanha, em 28 de novembro de 1993. Sua mãe era alemã naturalizada brasileira, Joanna Mary Broad, e o pai brasileiro era Napoleão Goulart Broad, proprietário empresa de importação e exportação Broad & Cia., representante no Brasil da empresa alemã A. Lohmann, de Hamburgo. Aos cinco anos foi com a mãe para a Alemanha. Estudante da Escola Superior Técnica de Charlottenburgo, iniciou seus estudos no trimestre no verão de 1940. Broad voluntariou-se para integrar as Waffen-SS como oficial não comissionado estrangeiro. Foi destacado para Auschwitz em de abril 1942, mas pediu transferência para o *Politische Abteilung* (Departamento Político), também chamado “Campo de Concentração Gestapo”, onde realizava interrogatórios e ficou em Auschwitz até a liberação do campo em janeiro de 1945. Foi capturado pelas forças armadas britânicas e liberado em 1947; preso novamente 12 anos depois e libertado em dezembro de 1960 após o pagar fiança de 50 mil marcos alemães. Mais uma vez preso em novembro de 1964 como réu nos Julgamentos de Frankfurt-Auschwitz, foi considerado culpado de supervisionar seleções em Birkenau e de participar de interrogatórios, torturas e execuções, sendo condenado a quatro anos de prisão em 1965. O cineasta francês Claude Lanzmann entrevistou-o em 1979 com uma câmera escondida. A entrevista pode ser acessada em <https://collections.ushmm.org/search/catalog/irn1004810>. Memoriais e museus do Holocausto, inúmeras páginas na internet e diversos livros citam o brasileiro que se voluntariou para servir o Reich;

DREHER, Arno: nascido em 12 de outubro de 1918, em Mundo Novo (RS) era estudante de Teologia e Filosofia das Universidades de Göttingen e Erlangen desde 1938. Foi Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

LAGES, Maria de Lurdes: nascida na Bahia em 1921, pianista, estudante de música na Escola Superior de Técnica de Charlottenburgo. Estava em Berlim desde 1938 e se apresentava na cidade em eventos prestigiados pelo embaixador brasileiro Cyro de Freitas Valle. O seu nome é citado entre outros brasileiros que atuavam na Rádio Berlim: “Chama atenção, ainda, o *Pipocas e batatas*, espaço infantil apresentado por Lourdes Lages, encarnando uma *simpática* velhinha nazista, a Dona Filomena e, deste modo, preparando as futuras gerações para o Reich

que pretendia durar mil anos” (MOTTOLLA, 1944: 10, Apud: FERRARETTO, In: GOLIN; ABREU, 2006: 88);

MUELLER CARIOBA, Dietrich: nascido em 16 de agosto de 1915, em São Paulo (SP), estudou medicina por seis anos na Universidade de Munique;

MUELLER-HERING, Roland Herbert: nascido em 29 de outubro de 1918, em Blumenau (SC). Foi estudar ciências gerais na Universidade de Munique em 1938 e lá permaneceu até julho de 1941, quando retornou ao Brasil. Posteriormente, integrou a diretoria das Indústrias Hering em Santa Catarina. A Universidade de Munique foi a primeira universidade da Baviera e está localizada na praça Irmãos Scholl, onde os estudantes, entre eles os irmãos Hans e Sophie Scholl, distribuíram panfletos contra os nazistas;

OLIVIERA, Carminka (Maria): nascida em 28 de dezembro de 1921, em Paulista (PE) foi estudar na Escola Superior de Belas Artes em Hamburgo em outubro de 1940. Carminka (Maria) era filha de Arthur Herman Lundgren, um dos fundadores das Casas Pernambucanas;

PUTTKAMER, Wolf-Jesco von: nascido em São Gonçalo de Niterói (RJ), em 20 de maio de 1919 e falecido em Goiânia em 1994. Era estudante da Universidade de Breslau (hoje Universidade de Wrocław na Polônia), onde iniciou seu curso de Química em 26 de outubro de 1938. A instituição foi fundada como alemã em 1702 e sua história como polonesa começou em 1945. No período do nazismo, a universidade foi influenciada pela ideologia nazista e estudantes estrangeiros e judeus foram expulsos. Jesco estudava nesta universidade quando a guerra eclodiu, foi preso e quase fuzilado como desertor por se negar a lutar. Seu irmão mais novo Jesco Olaf, também estudante, no entanto, foi morto. A fotografia passou a integrar sua vida quando passou a documentar os campos de deslocados e registrar os acontecimentos do Tribunal de Nuremberg. No Brasil, primeiro registrou, passo a passo, a construção de Brasília até sua inauguração; depois passou para a fase indigenista, registrando por 40 anos o cotidiano dos índios em filmes e fotografias. Sua obra audiovisual é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Unesco;

RENNER, Otto Rudi: nascido em 9 de julho de 1916, em São Sebastião do Cahy (RS), foi estudante de química da Escola Superior de Técnica de Dresden, atual Universidade Técnica de Dresden (Technische Universität Dresden). Otto permaneceu na Alemanha durante o período da guerra e foi retirado a seu próprio pedido de Dresden para Haia, na Holanda, pelas autoridades militares aliadas do território ocupado em 1945;

SCHAEDLICH, Helmut Max: nascido em 30 de maio de 1919, em São Paulo (SP), iniciou seus estudos em arquitetura na Escola Superior Técnica de Munique em 7 de abril de 1938;

WEBER, Bertold: era estudante de Teologia na Universidade de Tuebingen.

**TAB. 1 - Estudantes brasileiros nas escolas superiores alemãs
1º trimestre de 1941⁴²**

SOBRENOME, Nome	Escola Superior	Curso	Início do Ensino	Lugar e data de nascimento
PUTTKAMER, Wolf-Jesco von	Universidade de Breslau	Química	26.10.38	Sarau São Gonçalo de Niterói (RJ) em 20.5.1919
BROAD, Pery	Esc. Superior Técnica de Charlottenburgo	?	Trimestre no verão de 1940	?
LAGES, Maria de Lurdes	Esc. Superior Técnica de Charlottenburgo	Música	Trimestre no verão de 1940	?
RENNER, Otto	Escola Superior de Técnica, Dresden	Química	Trimestre no verão de 1941	?
DREHER, Arno	Universidades de Göttingen e Erlagen	Teologia e Filosofia	1938	?
OLIVIERA, Carminka	Escola Superior de Belas Artes	?	Outubro de 40	? 28.12.1921
MUELLER CARIOBA, Dietrich	Universidade de Munich	Medicina	12 semestres	São Paulo (SP) 16.8.1915
SCHAEDLICH, Helmut Max	Escola Superior de Técnica Munich	Arquitetura	9 semestres	São Paulo (SP) 30.5.1919
MUELLER-HERING, R. Herbert	Universidade de Munich	Ciências Gerais	8 semestres	Blumenau (SC) 20.10.1918
WEBER, Bertold	Universidade de Tuebingen	Teologia	?	?

Brasileiros em espaços de exclusão

Os primeiros espaços de exclusão foram os campos de concentração estabelecidos na Alemanha nazista logo após Adolf Hitler ser nomeado chanceler em 1933, sendo Dachau um desses campos, aberto já em 22 de março daquele ano. Inicialmente, foi destinado a prisioneiros políticos e depois ampliado para receber judeus, intelectuais, homossexuais e associais. Este campo serviu como modelo de operação para todos os demais campos de concentração no país. Os prisioneiros de Dachau, considerados culpados de violação das regras, eram espancados e os que tentavam escapar ou defendiam opiniões políticas distintas eram executados. Em novembro de 1938, com o pogrom da *Kristallnacht*⁴³, mais de 30 mil judeus foram presos e

⁴² Tabela contida em: Ofícios Berlim, 1941, ofício 141/642.63(42)(81)/1941. Anexo único, 4.4, Maço 6. AHI/RJ.

⁴³ A “Noite dos Cristais” ou “Noite de Vidros Quebrados” aconteceu de 9 a 10 de novembro, na Alemanha, Áustria e nos Sudetos, com sinagogas queimadas e destruídas, lojas judaicas saqueadas e judeus presos e deportados para o campo de concentração de Dachau.

enviados a Dachau e para os campos de Buchenwald e Sachsenhausen. Previsto para seis mil presos, o primeiro campo chegou a ter 30 mil prisioneiros em 1944.

O terror [...] como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor. Esse foi o caso da Alemanha nazista, quando a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica (ARENDT, 1998: 26).

Alguns brasileiros natos, judeus e não judeus, que viviam na Alemanha foram perseguidos pelos aparatos de repressão nazista, sendo internados em campos de concentração e extermínio, deportados, assassinados, classificados como subumanos, criminosos e prisioneiros políticos. Dentre os brasileiros que foram levados a campos de concentração e/ou colocados em “custódia protetora” por ofensas impossíveis de serem provadas, temos os seguintes identificados até o presente momento e que conseguiram sobreviver:

BINGEN (Família): o pai, **Julius Bingen**, nascido em São Paulo (SP), em 1 de abril de 1902, judeu, sem profissão definida, vivia em Colônia⁴⁴; a mãe, **Berta (Moses) Bingen**, nascida em Colônia em 2 de junho de 1903, judia; e o filho, **Hans Egon Bingen**, nascido em Colônia, em 22 de janeiro de 1929, judeu. Sem mais informações a respeito;

ERDMANN, Wolfgang: nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1927, estudante, judeu, listado em Berlim como sobrevivente, sem mais informações a respeito⁴⁵;

JUSTO (Família)⁴⁶: composta de **Erna (Basch-Gereht) Justo**, nascida em 12 de dezembro de 1893 em Dresden; **Hilmar Justo**, nascido em 10 de dezembro de 1921, em Breslau; **Paulo Curt Justo**, nascido em 24 de novembro de 1887, em Breslau; e **Marlies Justo**, nascida em 30 de maio de 1919 em Breslau;

MAGNIDOFF, Konstantin (Constantin): nascido em São Paulo (SP), em 14 fevereiro de 1922, ortodoxo, profissão indefinida. Esteve preso no campo de concentração SS Especial/Hinzert, que era inicialmente um campo de detenção policial e de “retreino” para os considerados associais e delinquentes⁴⁷;

⁴⁴ Arolsen Archives: 2.1.2.1 Listas de todas as pessoas das Nações Unidas e outros estrangeiros, judeus alemães e apátridas; Zona Britânica. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/wartime/02010201/0176/151035695/001.jpg>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁴⁵ *Juden in Berlin, AUFBAU*, 17/8/1945, p. 20. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/aufbau111945germ#page/n531/mode/1up>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁴⁶ Todos os integrantes da família são mencionados também no tópico relacionado a internamento no campo de Vittel, na França.

⁴⁷ Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/en/archive/454739/?p=139&s=constantin&doc_id=454740. Acesso em: 09 jul. 2020.

MUTZE, Gustav: nascido em 12 de outubro de 1929, Blumenau (SC), judeu, foi levado para trabalhos forçados. Esteve nos campos de Aachen, Bergen-Belsen, e no Stalag VI H Arnoldsweiler-Düren (campo de trabalhos forçados)⁴⁸ ;

STERN, Otto: nascido no Rio de Janeiro (RJ) em 23 de setembro de 1899, judeu, profissão indefinida, vivia em Hamburgo e foi levado para Theresienstadt (Tchecoslováquia). Sobreviveu e estava na Kaserne Wiktoria, em Altona (Hamburgo), local que serviu temporariamente de alojamento para refugiados e sobreviventes.

Figura 7 - Cartões de Otto Stern

Esq. Cartão de deportação para Terezin em 23 fevereiro de 1945. Arolsen Archives. Arquivo Central de Transportes de Pessoas que chegaram a Terezin de diferentes países, sobreviventes. Disponível em: https://collections.archives.org/en/archive/5099412/?p=1&s=stern,%20otto&doc_id=5099412.

Cartão do Serviço de Localização - American Joint Distribution Committee Belsen. Disponível em: https://collections.arolsenarchives.org/en/archive/69305711/?p=1&s=stern,%20otto&doc_id=69305711. Acessos em: 09 jul. 2020.

Caminhos interrompidos

Segundo Hannah Arendt, “[...] os nazistas queriam conquistar o mundo, deportar todos os que fossem ‘racialmente estrangeiros’ e exterminar todos os que tivessem ‘herança biológica inferior’ [...]” (ARENDT, 1998: 428). E, assim, no “Reich de mil anos” só haveria lugar para indivíduos da raça ariana e aqueles que não se enquadravam nos parâmetros raciais, biológicos e classificados como “elementos indesejáveis” tinham destino definido: seriam aniquilados fisicamente.

⁴⁸ *Index to the Visual History Archive of Holocaust oral testimonies*. USC Shoah Foundation Institute. Disponível em: <http://vhaonline.usc.edu/viewingPage?testimonyID=35459>. Acesso em: 09 jul. 2020.

Entre estes temos os seguintes brasileiros(as):

BEHREND, Nanny/Nany/ Hanni (Auerbach de solteira): nascida em 26 de julho de 1882, em São Paulo (SP), judia, sem profissão definida, residente em Hamburgo. Foi deportada de Hamburgo em 15 de julho de 1942 para o gueto de Theresienstadt (Tchecoslováquia), onde morreu em 24 de janeiro de 1943⁴⁹ ;

COHN, Erna (Flach de solteira): nascida em 2 de outubro de 1888, em São Paulo (SP), judia, residia em de Berlim (Schöneberg), de onde foi deportada em 16 de junho de 1943 para o gueto de Theresienstadt (Tchecoslováquia) e depois para Auschwitz, onde morreu em 9 de outubro de 1944⁵⁰ ;

LANGER, Helene Wally (Nothmann de solteira): nascida em Petrópolis (RJ), em 14 de junho de 1888. Após a morte de seu pai no Brasil em 1894, rumou para Praga (Tchecoslováquia) onde foi adotada por sua prima Therese Zuckerkandl. Helene (Nené) graduou-se em Ciências Naturais com um doutorado em 1912 em Bacteriologia. Casou-se em 1916 com o advogado e engenheiro não judeu Wilhelm Langer (1887-1973) e foi residir em Jena (Alemanha). Em 1938, na sequência da *Kristallnacht*, ela foi uma das mulheres judias presas temporariamente, mas permaneceu no país porque sua mãe adotiva, Therese, estava doente e ela não quis abandoná-la. Durante uma viagem do marido, recebeu o aviso que seria deportada em junho de 1944. Em 16 de junho, jogou-se do alto de um rochedo em Jenaer Mühlthal. Helene, sabendo que estaria condenada pelo regime nazista, preferiu, ao invés de sofrer nas mãos dos algozes, “tomar nas mãos seu destino” (TODOROV, 2008: 9).

Figura 8 - Dra. Helene Langer
Alemanha, s.d. Fotografia não identificado. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Helene-Langer/6000000002802236453#>. Acesso em: 30 set. 2020.

⁴⁹ Cf. lista de vítimas judias do livro *Vítimas da perseguição de judeus sob a tirania socialista nacional na Alemanha 1933–1945*. Bundesarchiv (Arquivos Federais Alemães). Disponível em: <https://www.bundesarchiv.de/gedenkbuch/en839991>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁰ Ibid. Disponível em: <https://www.bundesarchiv.de/gedenkbuch/en1027934>. Acesso em: 10 out. 2020.

Figura 9 - Pedras de Tropeço

*Stolpersteine*⁵¹ da Dra. Helene Langer, nascida Nothman, em 1888, e de Therese Zuckerkandl, sua mãe adotiva, diante da casa onde moravam na Weinbergstrasse 4ª, com a informação de suicídio antes da deportação.

Iniciativa do Jena Judaism Working Group, em 2008, fotógrafo não identificado. Disponível em: <https://geschichte.jena.de/pt-pt/node/13>. Acesso em: 30 set. 2020.

ROTH, Ivo Aloisio: nascido em 4 de fevereiro de 1920, natural de São José do Hortênsio (RS), morreu de tuberculose pulmonar em 2 de junho de 1943, no campo de Buchenwald (Alemanha). Foi um dos prisioneiros classificado como *Berufsverbrecher-BV*, isto é, portava o triângulo verde que identificava criminosos ou aqueles que cometeram atos proibidos pelo regime. Seu número de prisioneiro era 2991⁵² e o pai, alemão, foi chamado à sede do campo para receber o atestado de óbito do filho e os poucos pertences que lhe foram tomados ao ser preso.

WÖLTJE, Hans Henry: nasceu em Santos (SP), em 7 de janeiro de 1897, filho de Henry Wöltje e Auguste Wilhelmine Thiele. Hans era Testemunha de Jeová e estudioso da Bíblia. Os adeptos desta religião não aceitaram a autoridade de Hitler e se recusaram a servir o exército, sendo perseguidos, presos, e muitos morreram em campos. Por ocasião da guerra, Wöltje vivia em Bad Oldesloe (Alemanha) e em 1933 foi demitido do trabalho por se recusar a votar. Foi preso algumas vezes por distribuir panfletos de protesto contra o regime nazista, além de participar de reuniões das Testemunhas de Jeová, que estavam proibidas. Foi levado primeiro ao campo de concentração de Sachsenhausen, em 1940, e depois para Dachau, onde morreu aos 45 anos em 2 de junho de 1942. O relato da sua vida está no livro *Vergessene Opfer des NS-Regimes in Bad Oldesloe: Fallstudie zu Hans Wöltje* (SPALLEK, 2000).

⁵¹ *Stolpersteine* – Pedras de Tropeço – são pequenas placas de bronze que recordam as vítimas do Nacional-Socialismo, criadas pelo artista alemão Gunter Demnig. Elas são colocadas nas calçadas do último endereço da vítima. O projeto teve início na Alemanha e se espalhou pela Europa e alguns países do Leste europeu.

⁵² Mencionado em *Die Toten 1937-1945 Konzentrationslager Buchenwald*. (Os Mortos 1937-1945. Campo de concentração de Buchenwald). Disponível em: <http://totenbuch.buchenwald.de/names/details/page/55/letter/r/person/10113/ref/names>. Acesso em: 22 out. 2020. Também disponível no Arolsen Archives em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/0158/53350371/001.jpg>. Acesso em: 22 out. 2020.

Figura 10 - Livro sobre Hans Wöltje
 Livro *Vergessene Opfer des NS-Regimes in Bad Oldesloe*. Disponível em: <https://www.amazon.de/Vergessene-Opfer-NS-Regimes-Bad-Oldesloe/dp/B00QKW3UJ0>. Acesso em: 28 maio 2019.

62

Sterbeurkunde

(Standesamt: D a c h a u Nr. 1928/42/II
 Per Landwirt Hans Henry W ö l t j e.
 gottgläubig.
 wohnhaft in Bad Oldesloe/ Holstein.
 ist am 2. Juni 1942 um 6 Uhr 37 Minuten
 in Dachau verstorben.
 Der Verstorbene war geboren am 7. Januar 1897
 in Santos / Brasilien
 Der Verstorbene war — nicht — verheiratet
 Dachau, den 15. August 1946
 DER STANDESBESAMTE
 In Vertretung *[Signature]*

DACHAU

Zürner-Druck Dachau

Figura 11 - Certidão de óbito de Hans Wöltje
 Certidão de óbito Hans Henry Wöltje, Testemunha de Jeová, emitida em Dachau (Alemanha), 15 de agosto de 1946, relativa à morte ocorrida em 1942. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010602/0268/55902085/001.jpg>. Acesso em: 20 jun. 2019.

2.3 Brasileiros na França

Brasileiros em espaços de exclusão

Como já descrito, a França, apesar de ter sido a primeira nação a conceder aos judeus direitos civis (1790), foi também um país pioneiro no antissemitismo em fins do século XIX. O antissemitismo estava enraizado na sociedade francesa e teve no caso Dreyfus (1894) um dos seus pontos mais execráveis.

Nas décadas de 1920 e 1930, novos acontecimentos reavivaram o antissemitismo e a xenofobia:

- em 25 de maio de 1926, em Paris, Samuel (Sholem) Schwarzbard, judeu naturalizado francês, matou a tiros Symon Petliura, responsável por pogroms contra judeus na Ucrânia, como vingança pela morte de sua família e milhares de vítimas;
- em 1936, a Frente Socialista Popular chegou ao poder com um judeu, Léon Blum, como primeiro-ministro, o que provocou a disseminação pela oposição de que o país estava à beira de uma revolução bolchevique liderada por judeus e que era necessário resolver com urgência o problema judaico;
- em 7 de novembro de 1938, o jovem judeu polonês Herschel Grynszpan atirou, também em Paris, no diplomata Ernst vom Rath, para protestar contra a deportação da sua família e chamar a atenção da opinião pública para a perseguição aos judeus na Alemanha. Esses acontecimentos atraíram a atenção de figuras públicas e intelectuais franceses que incentivaram, por meio de publicações, o já violento discurso contra judeus e estrangeiros.

Em 1940, com a derrota da França para a Alemanha, o país passou a ser comandado por Philippe Petáin, um marechal de 84 anos que fora comandante das tropas francesas durante a Primeira Guerra Mundial. Petáin rendeu-se à Alemanha e assinou o armistício às 18h55m de 22 de junho de 1940, selando o destino da França em zona ocupada e zona livre. Ao assumir a parte francesa (zona livre) com Vichy como capital, cercou-se de correligionários antissemitas, e seu governo passou a ser de colaboração com os alemães, antecipando-se às ações nazistas na perseguição aos judeus, estrangeiros, comunistas e militantes da resistência.

No período da Segunda Guerra, Luiz Martins de Souza Dantas ocupava o posto de embaixador do Brasil na França, posição que assumira em 1922, devendo se aposentar em 1941, quando a embaixada já estava em Vichy. Devido à guerra, no entanto, sua permanência foi

prorrogada, fato esse que possibilitou ao embaixador mostrar o seu caráter humanitário num período tão nefasto, correndo, inclusive, risco de vida ao auxiliar aqueles que o procuravam, ao conceder vistos aos que estavam em perigo. Buscou também ajudar os brasileiros nas diversas situações nas quais se encontravam, preocupado com eles e seus destinos, numa atitude rara de poucos diplomatas.

Conhecido pelos brasileiros na França e pelos próprios franceses como um excelente profissional, uma pessoa generosa, sempre atento a seus conterrâneos, Dantas tinha uma compreensão profunda dos acontecimentos, que eram por ele encaminhados ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, por meio de relatórios mensais – “mês político” – a partir de janeiro de 1940, quando a França e a Alemanha já haviam declarado estado de guerra. Esses relatórios findaram em novembro de 1942, com a invasão pelos nazistas da embaixada brasileira em Vichy. Fato interessante narrado por Álvaro da Costa Franco no livro *Em Meio à Crise: Souza Dantas e a França Ocupada*:

Em 29 de dezembro colegas latino-americanos ofereciam uma homenagem a Souza Dantas por haver completado 20 anos de embaixador na França. O marechal Pétain enviou-lhe um presente nesta ocasião, mas, a 23 de janeiro de 1943, nem decorrido um mês, o governo de Vichy fez saber a Souza Dantas que deveria deslocar-se, acompanhado de todo o pessoal diplomático e consular, para Mont-Doré les-Bains, onde ficariam internados (2008: 22).

Já em Vichy, após a declaração de guerra do Brasil, em agosto de 1942, aos países do Eixo, Souza Dantas informou ao MRE no ofício n.º 119 de 3/4/IX/1942, que, por ordem da Gestapo, medidas específicas para fiscalização dos brasileiros na zona da França ocupada foram adotadas:

Com a data de 1º do corrente, os jornais da zona ocupada publicaram, ontem, por ordem da Gestapo, o seguinte edital: **“Todos os nacionais brasileiros de mais de 15 anos de idade, residentes na zona ocupada, deverão inscrever-se, até 3 de setembro de 1942, às 18 horas, no comissariado de polícia ou Mairie de sua residência atual. Todos os nacionais brasileiros enfermos ou de menos de 15 anos deverão fazer-se inscrever, por escrito ou mediante declaração de seus representantes legais. Aplicam-se estas mesmas prescrições aos apátridas, cuja última nacionalidade tenha sido brasileira, e a todos cuja nacionalidade brasileira seja duvidosa. Todos os nacionais brasileiros, assim como os apátridas acima indicados, não poderão deixar o lugar onde habitem no momento da publicação deste edital, salvo autorização da competente repartição de segurança alemã. Após a inscrição, todos os nacionais brasileiros de mais de 15 anos deverão, uma vez por semana, apresentar-se pessoalmente, no comissariado de polícia ou Mairie de suas residências.**

(a) Chefe Superior das Organizações SS e da Polícia, no domínio do comando militar da França. (Grifos nossos)

O registro dos brasileiros sob suspeita/vigilância na França foi divulgado pela Agência Reuters em Londres, enquanto no Brasil o fato não teve muita repercussão. Foi localizada

apenas uma nota publicada na página 2 do *Correio da Manhã*, jornal carioca, de postura pró-britânica, sem qualquer destaque e perdida no meio de tantas outras notícias, que informava: “Segundo a rádio de Paris, os cidadãos brasileiros residentes na França não ocupada deverão registrar-se e apresentar-se uma vez por semana à polícia”.

Figura 12 - Brasileiros na França
Correio da Manhã (RJ), 3 de setembro de 1942, p. 2. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/13387. Acesso em: 20 jun. 2020.

A perseguição dos nazistas atingiu tanto a judeus quanto a não judeus. Uma das consequências foi o internamento de brasileiros no campo Compiègne, no setor ocupado pela Alemanha na França. A notícia foi publicada pelo jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1942, que chegou a apresentar uma lista com 25 nomes, sendo a informação fornecida pela Embaixada do Brasil em Lisboa, cujo titular era o diplomata Artur Guimarães de Araújo Jorge.

[...] A Embaixada do Brasil em Lisboa informou ao Itamarati que são os seguintes os brasileiros internados nos campos de concentração de Compiègne, na França ocupada: Braulio Martins Souza; Mario Costa Faria; Oswaldo Cunha Faria; Joaquim Ferreira; Miguel Cunha; Augustin Pereira; Otávio Costa; Francisco Barros; Luiz Ulmann; Nathan Ulmann; Davi Sojo; Jean Cirulli; Luiz Mesquita Azevedo; Oscar Nass; Roberto Levi; Costa Campos; Pedro Francisco; Gastão Polônio; Ives Esira; Mangieri; Scarpignato; Keraz; Megale; Frank e Argolo.⁵³

Notícia sobre a mesma ocorrência, porém mais abrangente, foi divulgada pelo jornal *Correio da Manhã* (RJ), praticamente um ano depois, em 29 de agosto de 1943, sob o título: “Os brasileiros que se encontram nos campos de concentração e as informações que nos dá a seu respeito a Cruz Vermelha Brasileira”. O texto sintetizou os ataques à Marinha Mercante brasileira e mencionou que “vários patrícios nossos foram feitos prisioneiros. [...] mantidos

⁵³ Os brasileiros que foram internados em campos de concentração, *A Noite* (RJ), 13 de agosto de 1942, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16395. Acesso em: 12 mar. 2020.

pelos inimigos em campos de concentração não mencionados.” São estes os nomes no comunicado expedido pela Cruz Vermelha Brasileira, um total de 50 brasileiros:

[...] Otavio da Costa, Joaquim Ferreira, Luiz Ulmann, Oswaldo da Cunha Faria, Yves Efira, Miguel Gonçalves da Cunha, Nathan Ulmann, Agatino Pereira, Oscar Más, Pierre de Francisci, Emílio Celerio, David Fojo, Antonio D’Almeida, Pierre Civardi, Rino Gonçalves, Jacques da Costa, Gaston Polonio, Paoul Arthez, José Luchesi, Azevedo de Mesquita, Jose Jofre, Francisco de Barros, Alderico da Costa Campos, Boidieu Piergentili, Albino Montero, Roger Gomes de Mattos, Robert Levy, Waldemar Tujal, Alvaro Gonçalves de Souza, José dos Santos, Joseh Bertrand, Frederic Bertrand, David Capistrano, Manoel Fortes, Antoine de Sarelle, Mario da Costa Faria, François Mangieri, Marcel D’argollo, João Cirulli, Angelo Baffute Scarpiguato, Hrant Kéraz, Joseph Pérez Manus, Blagio Meale, João Emilio Schmitt, Ignacio Coulon, Emmanuel Frank, Braulio Martins de Souza, Joaquim Raimundo da Silva, Erna Justo, Carlota Walf.⁵⁴

Porém, antes mesmo da declaração de guerra, o embaixador Souza Dantas já recebera informações de que os alemães tinham aprisionado brasileiros em meados de julho de 1942, na zona ocupada, conforme documento que encaminhou ao MRE:

[...] Segundo informações que acabo de receber por pessoa vinda da zona ocupada, a 14 do corrente mês as autoridades alemãs prenderam os nacionais brasileiros ali residentes, do sexo masculino e de menos de 60 anos, a fim de encaminhá-los para um campo de concentração. Consta-me que, em Paris, atingiu essa medida cerca de 20 brasileiros, estando dela excetuados os encarregados da guarda do local da antiga embaixada do Brasil ali.⁵⁵

Em 24 de julho de 1942, Dantas deu sequência às informações a respeito dos reclusos brasileiros na zona ocupada e que, após sua enérgica intervenção, obteve a imediata libertação de Mário, João Carlos Costa e sua esposa que “prevenidos a tempo passaram de forma clandestina para a zona não ocupada, sendo presos pela polícia francesa para serem extraditados aos alemães”. Cita também a prisão, em Paris, de Otávio Costa, João Taques e de Luiz Ulmann, além do internamento do engenheiro metalúrgico Miguel Gonçalves Cunha com os demais brasileiros em Compiègne. Em 3 de agosto de 1942, comunicou que ainda não tinha os nomes dos brasileiros internados, mas, conforme informações do Consulado Geral de Portugal em Paris, o número total chegava a 35 homens. Dantas mostrou sua preocupação com os presos, acrescentando que:

⁵⁴ *Correio da Manhã* (RJ), 29 ago. 1943, p. 32. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Cruz%20Vermelha%22&pagfis=17250. Acesso em: 12 mar. 2020. Alguns dos nomes já estão citados em outras listas nesta dissertação, alguns bem brasileiros, outros de ascendência estrangeira, o que pode indicar que eram naturalizados, sendo difícil a identificação religiosa e profissional. Duas mulheres faziam parte do grupo.

⁵⁵ Embaixada de Vichy, Telegrama Confidencial n.º 85, em 18/19/VII/42, Apud: FRANCO, 2008: 366-367.

[...] seu passadio consiste apenas de um prato de sopa quatro vezes por dia e que nem poderiam subsistir, se a Cruz Vermelha não lhes enviasse semanalmente algumas provisões de boca. Dentro de dois meses, com a chegada do frio, o estado sanitário do campo de concentração poderá ser, pois, dos mais precários. [...] e as famílias de vários internados brasileiros já sofrem ali as mais sérias privações, separadas de seus arrimos desde 12 de julho, data da prisão. Soube ainda que o auxiliar Alfredo Pimentel Brandão foi a Compiègne, onde, em vão, tentou visitar pessoalmente o campo de concentração.⁵⁶

Um mês após o internamento dos brasileiros, isto é, em 13 de agosto de 1942, Dantas enviou o telegrama confidencial n.º 100, acrescentando os nomes dos brasileiros levados ao *Stalag* n.º 112, a 10 quilômetros de Compiègne, que lhe foram repassados, secretamente, pelo auxiliar Alfredo Pimentel Brandão. Escreveu que, por motivos ignorados, em 29 de julho, oito foram libertados, mas que os alemães teriam prendido outros doze brasileiros, cujos nomes o consulado português em Paris, que representava o Brasil, ainda não havia obtido. Além disso, comunicou o recebimento de mensagens de brasileiros da zona ocupada que se esconderam para evitar a prisão e que lhe pediam proteção junto às autoridades francesas na tentativa de atravessar a linha de demarcação. Embora na ocasião não tivesse conhecimento de algum caso, salientou: “[...] já fiz sentir a este governo os graves inconvenientes que poderiam atingi-lo aí, [...] se torna solidário com os atos de violência contra brasileiros, cometidos pelas autoridades de ocupação”. Souza Dantas pediu ainda ao Ministro brasileiro que reforçasse a sua ação com “um aviso de Vossa Excelência, diretamente ao embaixador francês aí [...]”.

Ao irromper da guerra na Europa, a França passou a deter cidadãos de outros países que atravessavam suas fronteiras ou estavam a bordo de navios em águas territoriais francesas e também em suas colônias no Norte da África. Os presos com sobrenome germânico eram acusados de estar a serviço do Reich, o mesmo acontecendo no Brasil quando o país entrou na guerra ao lado dos Aliados em 1942.

Na França, a repressão aos estrangeiros atingiu vários brasileiros que estavam retornando ao Brasil, devido ao estado de guerra e a violência antissemita replicada nos países ocupados pela Alemanha. Sem muitas opções de fuga, foram aprisionados e internados em campos de concentração. Entre eles estava Gustavo Schlüter, brasileiro de origem alemã, que após ter sido desembarcado pela polícia em Havre do “Cuyabá”, em 14 de setembro de 1939, junto com outros passageiros que se destinavam ao Brasil, foi preso e deportado para o campo de concentração em Lisieux. O embaixador Souza Dantas, não medindo esforços para libertá-lo, escreveu ao Ministério francês que Schlüter nascera na Alemanha, mas de mãe brasileira e que vivera no Brasil desde os quatro anos de idade, sendo casado com uma brasileira e tinha

⁵⁶ Embaixada em Vichy, Telegrama Confidencial n.º 92, em 3/VIII/1942, Apud: FRANCO, 2008: 371-372.

dois filhos menores, o que, conforme Dantas, por lei, classificava-o como brasileiro.⁵⁷ A autoridade francesa negou a libertação com base numa declaração negativa a respeito dele. O embaixador intercedeu novamente, enfatizando a ocorrência de erro na avaliação, pois se tratava de outro preso e chegou a apresentar uma declaração do capitão do campo que mencionava a boa conduta do prisioneiro e solicitou novo exame da questão. O ministro francês não autorizou a libertação do prisioneiro e comunicou a decisão a Dantas em 26 de janeiro de 1940.

Outros quatro brasileiros foram levados para o campo de Milles, próximo de Marselha, conforme informou o embaixador Dantas ao MRE: Helmut Joseph Fladt⁵⁸, Ernesto F. Bauer, Elisabet Huizinga e Anneliese Bauer, em 23 de novembro de 1939, retirados do “Neptunia” pelas patrulhas francesas. As acusações da França foram as seguintes: Dr. Fladt destruiu um documento a bordo; Anneliese Bauer havia frequentado centros universitários nazistas e organizado um centro nazista em São Paulo; Ernesto F. Bauer viajara para a Alemanha por um clube ou sociedade, com objetivos não claros; e que Elisabet Huizinga teve sua correspondência interceptada pelo serviço de informações francês e que tinha simpatia pelo regime político alemão. A alegação foi a de que a prisão dos quatro deu-se para evitar qualquer propaganda alemã no Brasil.

Souza Dantas na Nota n.º 5, datada de 24 de janeiro de 1940⁵⁹, enviada a Edouard Daladier, presidente do Conselho de Ministros e Ministro de Negócios Estrangeiros da França, insistiu na urgência para uma decisão e autorização para que os internados pudessem retornar ao Brasil. Nessa nota, o embaixador argumentava que as acusações eram desprovidas de fundamento jurídico, além do ato arbitrário cometido pelas autoridades navais francesas a um país amigo, agravado pelo retardo de dois meses na sua resolução. Dantas citou que Helmut Joseph Fladt e Ernesto F. Bauer estavam em um campo destinado à Legião Estrangeira, que dormiam em “monte de palha ao lado do único W.C. utilizado por mais de 1.400 pessoas”. A respeito das mulheres, esclareceu que a Sra. Huizinga, viúva, desconhecia a razão do seu internamento e que Anneliese havia informado que estava na Alemanha para aperfeiçoamento de seus estudos, citando, inclusive, que todos os centros de educação e recreação estavam sob controle nazista. Alegava também que, apesar de não portar qualquer documento de propaganda

⁵⁷ Embaixada do Brasil na França. Nota n.º 3, de 15 de janeiro de 1940, destinada a Daladier e expedida em francês. AHI/RJ- Paris, Ofícios, 1939 (nov.) 1940 (jan.) 38.2, Maço 8.

⁵⁸ Médico, foi diretor do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em São Paulo.

⁵⁹ Nota do embaixador Souza Dantas em francês ao ministro Daladier, Paris, Ofícios, jan. 1940, Maço 8.

aquele regime, foi mantida incomunicável por cinco dias, submetida a interrogatórios e ameaçada de prisão.

A pressão do embaixador surtiu efeito e os brasileiros foram postos em liberdade, conforme notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* em 30 de janeiro de 1940:

[...] pelas forças navais francesas a bordo do transatlântico italiano Neptunia, quando o navio viajava ao Brasil em novembro do ano passado. Os brasileiros postos em liberdade são: José Sladt, Ernesto Bauer, Ana Elisa Bauer e Elizabete Huizinga.⁶⁰

Mais um brasileiro, este naturalizado, preso pelos franceses foi Francisco José (Franz Josef) Messner⁶¹, nascido em Brixlegg (Áustria), em 8 de dezembro de 1896. Retirado do navio “Conte Grande”, nas proximidades das Ilhas Canárias, em fins de janeiro de 1940, quando viajava para a Itália, foi levado a um campo de concentração em Casablanca (Marrocos) sob a acusação de promover o nazismo. Desde 1927, Messner, que era empresário, foi vice-cônsul do Brasil em Viena, além de adido comercial brasileiro na Europa. Inúmeras vezes, Souza Dantas protestou com veemência por meio de notas oficiais e gestões pessoais junto ao ministro Edouard Daladier e outras autoridades da França ocupada, enfatizando que Messner era brasileiro e como tal deveria ser libertado em atenção ao governo do Brasil. Mas, tanto o ministro como o primeiro-ministro franceses negaram sob a alegação de que havia “acusações da maior gravidade relativamente a atividades que ele [Messner] teria desenvolvido em prejuízo dos interesses dos países aliados”. Em junho de 1940, com a França ocupada, o governo de Vichy, que controlava as colônias francesas, libertou Messner.

Figura 13 - Matérias sobre Francisco Messner

Esq: "O Brasil, o paiz do Café". *Automóvel Club* (RJ), 1930, edição 67, menção de Messner como vice-cônsul brasileiro em Viena. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/403180/3046>. Dir: "Novo protesto do Brasil junto à França!". *O Radical* (RJ), 14 fev.1940. Nota do protesto da Embaixada do Brasil (embaixador Souza Dantas) sobre a prisão de Messner. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830399/18490>.

Acessos em: 13 mar. 2020.

⁶⁰ "Postos em liberdade quatro brasileiros na França". *Jornal do Brasil* (RJ), 30 de janeiro de 1940, p 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/586. Acesso em: 12 mar. 2020.

⁶¹ Francisco José Messner é mencionado nesta dissertação também como integrante da resistência e vítima no tópico destinado à Áustria.

Além dos brasileiros já citados, havia os que integravam as Brigadas Internacionais que lutaram contra o fascismo na Europa. Após a tomada do poder por Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola (1936–1939)⁶², vários refugiaram-se na França. Como os demais brigadistas, os brasileiros foram internados em campos de concentração, principalmente em Saint Cyprien, Argelès⁶³ e Gurs, no inverno de 1939 a 1940. Em fevereiro de 1940, após um ano de prisão, o governo francês resolveu mobilizá-los à força para o *front*. Atento aos acontecimentos, o embaixador Souza Dantas solicitou ao MRE, em abril de 1940, “a bondade de examinar a possibilidade do Consulado do Brasil em Marselha fornecer a documentação a nossos patrícios, que já sofrem tanto”.⁶⁴ O pedido visava a emissão de documentos atestando que os brigadistas eram brasileiros para que pudessem sair do território francês.

Paulo Roberto de Almeida, autor do artigo “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola”, revela que os brasileiros brigadistas tiveram uma oferta do conselheiro Carlos da Silveira Martins Ramos, lotado em Paris, para a obtenção de passaportes caso desejassem retornar ao Brasil. Dentre aqueles que aceitaram a proposta estavam: Nemo Canabarro, Homero Jobim, Nelson Alves e os irmãos Eny e Delcy Silveira. O autor informa ainda que os demais integrantes do grupo – Costa Leite, Assis Brasil, Joaquim Silveira, Gay da Cunha, Dinarco Reis, Correia de Sá, David Capistrano e Apolônio de Carvalho — foram transferidos para o campo de Gurs.

Embora condenados no Brasil, Gay da Cunha e Correia de Sá foram repatriados com passaportes concedidos pelo Consulado em Marselha. Os demais permaneceram presos no campo por mais alguns meses, mas Apolônio de Carvalho, Capistrano e Dinarco Reis conseguiram fugir em meados de 1940, passando a viver no país clandestinamente. Reis, Assis Brasil e Silveira buscaram refúgio em Paris; e Costa Leite, Apolônio e os outros em Marselha. Correia de Sá seguiu para Portugal e Capistrano foi preso pelos alemães e quando libertado retornou a Marselha. Em 1941, Joaquim Silveira e Dinarco estavam em Marselha e junto com Capistrano foram para Portugal, de onde seguiram para outros países (ALMEIDA, 1999: 60-62).

Durante a guerra, além dos brigadistas, outros brasileiros foram protagonistas na França ocupada, dentre os quais estão: Cícero dos Santos Dias, Emílio Kerbel, Paul Weil, Maria Stella

⁶² Francisco Franco chegou ao poder na Espanha por meio da Guerra Civil, entre 1936 e 1939. O conflito mobilizou republicanos e federalistas contra a tentativa de golpe encabeçada por Franco e por militares espanhóis. Muitos estrangeiros lutaram nessa guerra, incluindo brasileiros. Uma farta historiografia existe sobre este tema, inclusive publicada no Brasil, a saber: *A guerra civil espanhola*; *A Guerra da Propaganda Portugal, Brasil e a guerra civil de Espanha*; *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola, 1936-1939*; *Lutando na Espanha*; *Revolução e guerra civil na Espanha*; *Um brasileiro na guerra espanhola*; *Vale a Pena Sonhar*.

⁶³ Campos nas praias, sem qualquer abrigo, onde os prisioneiros ficavam ao ar livre, cercados de arame farpado.

⁶⁴ Telegrama expedido pelo embaixador Souza Dantas, Paris, NC. Brasileiros na Europa, 5/5/IV/1940. AHI/RJ - Telegramas Recebidos, 1940-1943, est. 39.3, Maço 2.

Prado Aristeo, Roger Grumbach, Nadine Picard Fayol, Charles (Carlos, Carlindo) Bocafoli, Ramon Luís Martim, e os irmãos Norbert e Frieda Rosenblum. Estes brasileiros, com exceção dos Rosenblum, foram levados a espaços de exclusão – campos de trânsito, concentração e extermínio – e lograram sobreviver às severas condições adversas. Os irmãos Norbert e Frieda tiveram a proteção de um grupo que resgatava crianças e as escondia.

Estes são eles:

Cícero dos Santos Dias: nascido em 5 de março de 1907, em Engenho Jundiá, na cidade de Escada (PE). Projetou-se como pintor da vanguarda modernista brasileira, cujos contatos ampliaram-se a partir do final da década de 20. Em 1931, expôs o seu polêmico painel intitulado *Eu vi o mundo... ele começava no Recife* e, a partir de 1932, passou a lecionar desenho em seu ateliê em Recife. Em 1933 ilustrou *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1900-1987).

Figura 14 - Cícero Dias

O pintor Cícero Dias, a escritora Carolina Nabuco e Gilberto Freyre. Recife, 1937. Fotografia não identificada. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/gilberto-freyre-lanca-casa-grande-senzala>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Simpatizante do Partido Comunista, foi perseguido e preso por ocasião do golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas e que instituiu o Estado Novo em 1937. Após a sua libertação, Dias viajou a Paris no navio francês “Groix” incentivado por Di Cavalcanti, que já estava na França. Na bagagem levava apenas algumas aquarelas que seriam expostas na Galeria Jeanne Castel, em Paris. Assim ele escreveu em sua autobiografia *Eu vi o mundo*:

A bordo, logo procurei o comandante. Fui indiscreto apenas para me informar que a rota ou *derrota* do navio não passaria pelas costas nordestinas (...). Rumávamos pelo Atlântico, fugindo à ditadura de Vargas. Peixes voadores ao lado do vapor. Baleias soprando seus esguichos. Ilhas perdidas. Íamos a caminho de Dacar. [...] E da Europa sob o nazismo (DIAS, 2011: 93).

Eliézer Magalhães foi quem o apresentou ao embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, que já sabia da sua chegada em Paris por um amigo em comum: Blaise Cendrars. Com o apoio

deste, aproximou-se de Madame Marie Jeanne-Castel que lhe abriu o espaço da sua galeria para uma exposição entre 21 de maio e 4 de junho de 1938. Naquele momento, estavam às vésperas do fim da Guerra Civil Espanhola e a Alemanha preparava-se para invadir a Polônia. Na roda de brasileiros presentes em Paris, ninguém acreditava que o Brasil entraria na guerra contra a Alemanha. Vargas, cada vez mais, mostrava-se simpático ao nazismo, postura publicamente demonstrada a partir do momento em que entregara Olga Benário e “Sabo” (Elisabeth – Elise – Saborowski Ewert) à Gestapo em 1936 (CARNEIRO, 2010: 258, 350; CARNEIRO; MIZRAHI, *Vozes do Holocausto*, v. 6, 2018: 29-51, entrevista realizada com Anita Prestes, filha de Olga Benário). Na “Meca das Artes” conheceu importantes artistas e intelectuais, entre os quais estavam Georges Braque, Henri Matisse, Fernand Léger e Pablo Picasso, de quem se tornou amigo, e cujo encontro inspirou um filme dirigido por Vladimir Carvalho.

Entre as situações caóticas vividas em Paris, Cícero Dias relata um fato ocorrido no Escritório Comercial Brasileiro com o historiador gaúcho João Pinto da Silva quando o exército alemão marchou sobre a cidade em 1940: da Silva fora surpreendido com a chegada de soldados nazistas que cercaram seu carro e que falavam português! Tratava-se de um grupo de brasileiros, todos vindos do Sul, com fardamento alemão, que chegou a entrar na Embaixada brasileira para obter informações sobre suas famílias. À noite, segundo Cícero, outro grupo de brasileiros com farda alemã, vindos num tanque, adentrou a embaixada e foi difícil retirá-los de lá (DIAS, 2014).

Figura 15 - Cícero Dias, Picasso e Raymonde Vorac

Esq: Cícero Dias e Pablo Picasso em Paris. Valaurris (França), 1951. Disponível em:

<https://www.simoedeassis.com/arquivos/1533923997-catalogo-cicero-dias-web.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Dir: Cícero Dias e Raymonde Vorac, sua futura esposa, durante a ocupação alemã. Paris, s.d. Fotografia não identificada. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/cicero-dias-modernista-pernambucano-22301738>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Com Paris ocupada, o pintor perguntava a si mesmo se teria que se refugiar na Suíça. Em 1942, com o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, Cícero Dias foi preso e confinado em Baden-Baden (Alemanha), aonde chegou em 14 de fevereiro, integrando o grupo de brasileiros que seriam trocados por alguns alemães prisioneiros do governo brasileiro como “Súditos do Eixo”. Por estar sob a proteção da embaixada do Brasil na França, ele ali permaneceu por cerca de seis meses.

Livre, o pintor foi enviado a Portugal onde ocorreu a troca dos diplomatas brasileiros pelos prisioneiros alemães. Após esta data, o artista se instalou em Lisboa, mas havia deixado sua futura esposa, Raymonde Vorac, em Paris e, secretamente, de trem resolveu buscá-la. No entanto, foi incumbido de uma missão: deveria regressar a Lisboa trazendo o poema *Liberté*, de Paul Éluard⁶⁵.

Figura 16 - Poema "Liberté"

Poema de Paul Éluard que circulou pela França ocupada. Em setembro de 1942 foi impresso pela terceira vez em Londres na publicação gaullista *La France libre*. Dias depois, milhares de cópias das vinte e uma estrofes do "poema da liberdade" foram lançadas pela RAF sobre dezenas de cidades francesas ocupadas e, finalmente, alcançaram seus leitores dando odes à liberdade. Disponível em: <https://www.myfrenchlife.org/2021/02/10/paul-eluard-the-french-freedom-poet/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

⁶⁵ Paul Éluard pseudônimo de Eugène Grindel (1895-1952), considerado um dos melhores poetas surrealistas. A última metade de sua vida foi marcada por compromissos políticos como a Guerra Civil Espanhola e o comunismo. No final dos anos 1930, ele abandonou completamente o surrealismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, colaborou com a resistência e escreveu a primeira coleção de poemas na França ocupada, *Le Livre ouvert* (1940, 1942). O seu poema "Liberté" é o poema francês mais conhecido da época da guerra que seria dedicado à sua esposa Nush, mas que se tornou um símbolo de liberdade. Por sua resistência contra o nazismo precisou viver na clandestinidade.

Segundo o pintor, esse foi o único momento em que realmente sentiu medo da coerção alemã, pois, ao retornar de trem a Portugal, os passageiros foram revistados por soldados e ele estava de posse do poema. De Lisboa o documento foi enviado a Londres e, como panfleto, foi jogado sobre a França ocupada.⁶⁶ Dias conseguiu levar Raymonde a Lisboa, onde se casaram, e pretendiam vir ao Brasil o que não aconteceu porque ele foi nomeado adido cultural da Embaixada do Brasil em Portugal, porque era bem conhecido.

Ao retornar à França em 1945, integrou o *Groupe Espace*, recém fundado por um grupo de pintores adeptos do abstracionismo, com o apoio da Galeria Denise René. A partir desse momento, fixou residência na França com frequentes viagens ao Brasil e a Portugal, além outros países onde seus quadros eram apresentados em exposições.

Figura 17 - Cartaz de exposição de Cícero Dias

Cícero Dias diante do cartaz que anuncia a exposição de seus desenhos e aquarelas das décadas de 1920 a 1940, pela Galerie Marwan Hoos, Paris. 1994. Fotografia não identificado. Disponível em: <https://galeriandre.com.br/artistas-interna/459/cicero-dias/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Emílio Kerbel: nascido na Rússia, em 1897, chegou com a família ao Brasil em 1913, fixando-se no Rio de Janeiro. Judeu, vendedor ambulante, naturalizou-se brasileiro em 1923 e em 1938 rumou para Paris, onde abriu uma loja de vestuário. Lá se casou com Sara Finkel (polonesa de origem) com quem teve dois filhos: Jacques e Mireille. Mesmo portadores de passaportes

⁶⁶ Entrevista concedida por Cícero Dias à *Isto é Gente* em 24 de janeiro de 2000. Disponível em: https://www.terra.com.br/istoegente/25/reportagens/testem_25.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

brasileiros, como judeus e estrangeiros foram obrigados a efetuar o registro junto à polícia francesa. Emílio conseguiu vender sua empresa antes da arianização e o dinheiro obtido e algumas joias foram guardados na boneca da filha para eventuais necessidades.⁶⁷ Ele decidiu ir a Vichy com o filho para conseguir vistos com destino a Portugal, no entanto, foi preso e levado ao campo de Gurs, por entrar ilegalmente na zona livre e por ser judeu estrangeiro. Temendo ser levado para Drancy, Emílio fugiu e alcançou a vila de Canfranc, na fronteira franco-espanhola, sem saber se veria a família novamente. O filho estava em lugar incerto enquanto a esposa e filha permaneciam em Paris, no aguardo do contato. Porém, em julho de 1942⁶⁸, quando elas seguiam para casa, um estranho avisou-as que não deveriam fazê-lo, pois estava ocorrendo uma batida policial prendendo judeus. Alertadas, Sara e a filha Mireille – a menina sempre com a boneca nos braços – fugiram para a zona livre.

Mamãe nunca soube, durante a guerra, o motivo da sua boneca ser regularmente 'operada' no período da fuga. [...] Ao chegarem à linha de demarcação, foram retidas e Sara brandiu seu passaporte brasileiro e conseguiu ser liberada [...] (KNOLL; SIGURET, 2018: 43, tradução nossa).

Como a família reencontrou-se permanece um mistério para os netos, entretanto, sabe-se que os vistos foram concedidos pelo cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, e que a família permaneceu em Caldas da Rainha (Portugal). Nesse período, Emílio tentou retornar ao Brasil⁶⁹, onde viviam seus irmãos, tendo inclusive comprado passagens, mas sua esposa adoeceu. “Algum tempo depois, apoz o restabelecimento de minha esposa, preparava-me novamente para regressar ao Brazil, mas acontece que, então, não me foi possível

⁶⁷ A história de Emilio Kerbel e o destino da família estão no livro *C'était Maman*, que relata a vida de Mirelle Knoll (filha de Emílio e sobrevivente do Holocausto, que foi barbaramente assassinada em Paris em 23/3/2018, num crime de ódio por ser judia). A publicação, com a qual colaborei com pesquisas no Brasil, é dos filhos Allan e Daniel Knoll – a quem entrevistei pessoalmente em Paris em dezembro de 2019 – em parceria com Catherine Siguret.

⁶⁸ A data de 16 de julho de 1942 marca a ação que se chamou “Ação policial do Velódromo de Inverno de Paris” — *La Rafle du Velodrome d'Hiver* ou *Rafle du Vel' d'Hiv*, cujo objetivo foi aprisionar a população judaica de Paris para deportá-la a campos de concentração.

⁶⁹ BRASIL: DECRETO-LEI Nº 389, DE 25 DE ABRIL DE 1938: Regula a nacionalidade brasileira, no seu Art. 27. Considera-se como tendo renunciado à nacionalidade brasileira o naturalizado que voltar a residir por mais de dois anos seguidos no seu país de origem ou de sua nacionalidade anterior, ou que residir por cinco anos ininterruptos fora do Brasil, salvo se provar, dentro de tais prazos, que tem a intenção de regressar ao Brasil, e que a sua residência no exterior é determinada simplesmente:

- a) por motivos relevantes de saúde;
- b) por negócios importantes com firmas brasileiras ou estabelecidas no Brasil;
- c) pela representação de alguma instituição brasileira de caráter científico, religioso ou filantrópico;
- d) por se achar a serviço do Governo.

Parágrafo único. Em cada caso, é necessária autorização do Governo Federal para exceder os prazos referidos. Em qualquer hipótese, exceto a última, tal autorização não poderá estender o prazo de excesso permitido além de três anos.

arranjar vapor [...]”, escreveu Emílio em ofício destinado ao Presidente Vargas, informando a situação com o pedido que lhe fosse concedida a prorrogação de permanência no estrangeiro⁷⁰. A prorrogação foi concedida quase um ano depois, em 12 de junho de 1944, mas não alcançou Emílio que, como refugiado considerado apátrida, embarcara no Serpa Pinto com a família, para o Canadá, em 23 de março de 1944, com a ajuda do Joint Committee.

Figura 18 - Emílio Kerbel

Esq: Emílio Kerbel. Rio de Janeiro, 1921. Fotografia não identificado. Acervo: Família Piatigorski/RJ. Dir: Emilio Kerbel, a esposa Sara e a filha Mireille. S.I, 1947. Fotografia não identificado. Acervo Família Piatigorski.

⁷⁰ Ofício encaminhado por Emilio Kerbel, via Consulado do Brasil em Lisboa, ao presidente Getúlio Vargas, em 23 jul. 1943. Arquivo Nacional/RJ.

Figura 19 - *C'Était Maman*

Livro publicado pelos filhos de Mireille Knoll, Kerbel de solteira, sobrevivente do Holocausto com passaporte brasileiro.⁷¹ Acervo: Blima Lorber.

Paul Weil: nascido em Manaus (AM), em 6 de agosto de 1926, morava em Nantes. Judeu e estudante, foi internado em Pithiviers, levado a Drancy e depois deportado para Auschwitz no Transporte 35, em 21 de setembro de 1942, onde recebeu o número de prisioneiro 178927. Segundo o Mémorial de la Shoah de Paris, ele sobreviveu.

Weil, Paul

(prisoner number: 178927)

born: 1926-08-06, place of birth: Manaus

Figura 20 - Cartão de prisioneiro de Paul Weil

Cartões pessoais de prisioneiros de Auschwitz (*Häftlingspersonalbogen*) com prisioneiros números 44.125 a 199. 882 para o período de 30 jun.1942 a 28 out.1944. Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau. Disponível em: <http://auschwitz.org/en/museum/auschwitz-prisoners/> Acesso em: 22 mar. 2019.

Maria Stella Prado Aristeo: nasceu em 1909 no Brasil. Estava na França por ocasião da guerra e, poucos meses antes da ocupação – em fevereiro de 1940 – recebeu em Paris um diploma de auxiliar da Cruz Vermelha local, sob o patrocínio da União das Mulheres da França. Seu nome aparece na obra *La montagne-refuge: les juifs au pays du Mont-Blanc*, de Gabriel Grandjacques, que, surpreso, menciona a presença da brasileira em um restaurante clandestino em Mègeve, um local de importância turística, junto com um grupo de franceses de classe alta. Nesta obra, o autor enfatiza a questão do racionamento que regulava quase todos os bens de

⁷¹ Mireille Knoll, filha de Emílio Kerbel, foi assassinada num crime de ódio aos judeus, aos 85 anos, com onze facadas, em 23 de março de 2018, e seu apartamento incendiado para queimar seu corpo.

consumo e controlava os alimentos, não atendendo à demanda existente. Então, a população buscou meios alternativos para obter o que necessitava, incentivando o aparecimento de um mercado clandestino – o mercado negro – que cresceu em todo o país.

O mercado negro megevan

A vigilância do país [...], permite localizar um restaurante clandestino com fornecimento no mercado negro, em 5 de março de 1942. No porão da vila de Champ Fleuri, cerca de trinta convidados, frequentemente [...] consomem diariamente os pequenos pratos [...], os gendarmes, em flagrante delito, surpreendem 25 pessoas acomodadas. [...] Os vinte e cinco capturados em flagrante delito também são acusados de terem comido em um restaurante ilegal, um alimento proibido e alguns deles por terem consumido carne ou pâtisserie após às 15 horas! Entre esses criminosos estão pessoas do belo mundo de Paris, Marselha, Roanne, Cannes, além-mar e até do Brasil [...].

Lista de clientes indiciados

[...] Prado Aristeo Marie Stella, do Brasil, morando no Hotel Le Tremplin; [...] (GRANDJACQUES, 2007: 39, tradução nossa).

Roger Grumbach: nasceu em São Paulo (SP) em 27 de julho de 1913. Judeu, ator comediante, vivia em Nice, foi levado para Drancy e para Auschwitz, com a mãe Violette e a irmã Simone, no Transporte 71, em 13 de abril de 1944.⁷²

Nadine Picard Fayol: nascida em São Paulo (SP), em 23 de novembro de 1896, judia, atriz com extensa filmografia e consagrada na França nos anos 30. Estes são alguns dos filmes em que atuou: *Faubourg Montmartre* (1931); *Les Surprises du divorce* (1933); *La femme invisible* (1933); *Ferdinand le noceur* (1935); *Sarati, le terrible* (1937); *Je chante* (1938); *Sans tambour, ni trompette* (1949). Personagem que inspirou *Moi, Nadine Picard*, monólogo de Pierre Barillet (2010) e que, posteriormente (2015), foi transformado em livro, *L'Ombre de Stella/Moi Nadine Picard*.

⁷²Disponível

http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=noms_tous%3A%28Grumbach%29%20AND%20prenoms_tous%3A%28roger%29%20AND%20id_pers%3A%28%2A%29&spec_expand=1&rows=20&start=0. Acesso em: 20 jul. 2020.

Figura 21 - Nadine Picard

Esq: Chamada para apresentação do monólogo *Moi, Nadine Picard*, a respeito da vida da atriz. Disponível em: <https://compagnieaffable.com/2016/06/07/muriel-cypel-dans-moi-nadine-picard/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Dir: A jovem atriz Nadine Fayol. Disponível em:

https://ic.pics.livejournal.com/Orchid_thief/2008602/493863/493863_original.jpg. Acesso em: 05 mar. 2021

Nadine era casada com Henri Joseph Fayol, importante empresário na economia francesa, com destaque na distribuição de ferro e ferro fundido. Henri era filho de Jules Henri Fayol, considerado como o “pai da teoria clássica da administração”, um engenheiro de minas que criou uma teoria de análise de processos dentro da empresa de cima para baixo e que possibilitou estudos nas áreas de administração e gestão de empresas.⁷³

Henri Joseph, porém, opunha-se ao pai por dois motivos, conforme Nadine revelou a Tsuneo Sasaki na entrevista que lhe concedeu (2002: 84-92). O primeiro, o filho era adepto da teoria econômica do Taylorismo⁷⁴, oposta à de seu pai; e o segundo, em razão do pai não aceitar o seu casamento com ela, por ser judia, o que provocou o rompimento das relações familiares (SASAKI, 2002: 89).

⁷³ Jules Henri Fayol nasceu em Istambul em 29 de julho de 1841, filho de pais franceses. Seu pai, André Fayol, engenheiro e contramestre em metalurgia estava em serviço militar na Turquia. Jules Henri Fayol casou-se com Adélaïde Saulé e teve três filhos, Marie Henriette, Madaleine e Henri Joseph. Entre seus principais feitos, está o estabelecimento do Centro de Estudos Administrativos em Paris, destinado a pesquisadores, estudiosos e pessoas interessadas em Administração e a obra *Administração Industrial Geral*, lançada em 1916. Para Jules Fayol, o sucesso ou o fracasso de uma organização dependia dos homens que a dirigiam e estes deveriam possuir conhecimentos de Administração e não somente competência técnica. Publicou inúmeros textos e livros e é considerado como um dos pesquisadores e estudiosos que mais trouxe contribuições para a administração moderna.

⁷⁴ Sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor, cujo objetivo é alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço.

Em 29 de maio de 1942, o 8º decreto alemão impôs o uso obrigatório da “estrela judaica” em público a partir de 7 de junho de 1942 para os judeus na zona ocupada maiores de seis anos, franceses, apátridas ou estrangeiros. A “estrela judaica”, de acordo com o discurso oficial alemão, ou a “estrela amarela”, conforme a imprensa colaboracionista, foi definida como uma estrela de seis pontas, tendo as dimensões da palma da mão e os contornos pretos, feita de tecido amarelo, trazendo a inscrição “*Juif*” em letras pretas, devendo ser usada visivelmente no lado esquerdo do peito, firmemente costurada à roupa. Essa foi uma marca que se tornou um estigma da exclusão dos judeus da sociedade e do extermínio dos judeus. Alguns não a usavam e foram presos e deportados. Porém, “outros conseguiram obter sua isenção, um privilégio muito raro, concedido pelas autoridades alemãs”, menciona Thierry Noël-Guitelman no artigo “Algumas raras isenções de estrelas”, publicado em 27 de maio de 2012, em seu blog *La face cache de l'étoile jaune*, sobre as isenções do decreto.⁷⁵

Nos primeiros dias de junho de 1942, Joseph Fayol, principal distribuidor de ferro, ferro fundido e aço do Escritório Central de Distribuição de Produtos Industriais na zona ocupada na França, solicitou junto ao secretário da Produção Industrial que sua esposa, Nadine Picard, fosse isenta do uso da estrela amarela. O secretário, por sua vez, encaminhou o pedido ao chefe da divisão econômica da administração militar alemã, enfatizando a importância de Fayol na economia francesa. Tendo como base este argumento, a isenção foi concedida até 31 de agosto de 1942 e prorrogada até 31 de novembro de 1942.⁷⁶ Nadine não foi deportada, sobreviveu, continuou sua carreira no pós-guerra e faleceu em 1º de julho de 1987. O casal permaneceu em Paris, e Joseph, a partir de 1944, administrou subsidiárias do grupo Boussac e, em 1966, foi administrador do Comitê Nacional da Organização Francesa. Faleceu em 25 de março de 1982.

⁷⁵ Disponível em: <http://etoilejaune-anniversaire.blogspot.com/2012/05/blog-post.html>. Acesso em: 06 mar. 2021.

⁷⁶ *Gestapo France: Quatre documents, datés du 02/06/1942 au 08/09/1942, concernant l'exemption du port de l'étoile jaune accordée à Nadine Fayol. XXVa-180*. DANNECKER, Theodor; RÖTHKE, Heinz. Período: 2 jun. 1942 - 8 set. 1942. Disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=fulltext%3A%28fayol%29%20AND%20id_not%3A%28%2A%29&spec_expand=1&start=2. Acesso em: 20 out. 2020.

Figura 22 - Capa do semanário *Pour Vous*

Nadine Picard no papel de uma sedutora madrasta no filme *Les Surprises de Divorce*. Edição 226, 16 fev.1933.

Disponível em: <https://calindex.eu/COUVERTURES/PV/PV226D.JPG>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Outro espaço de exclusão para onde foram levados alguns brasileiros prisioneiros na França ocupada foi o campo de internamento de Vittel, estabelecido na zona ocupada em 1941, um ponto turístico nas montanhas de Vosges, próximo à fronteira alemã. Vittel, um *Ilag* – *Interniertenlager* (campo de internamento) – que no início destinava-se a britânicos e americanos residentes no país, passou depois a internar judeus de outros países que seriam trocados por cidadãos alemães presos no exterior.⁷⁷

De acordo com o USHMM, o Ministério das Relações Exteriores alemão propôs a isenção de judeus cidadãos de países neutros e sua manutenção em local separado para a permuta porque havia muitos alemães no exterior para resgate, mas um número reduzido de judeus das nações neutras para que tal acontecesse.

⁷⁷ Na *Holocaust Encyclopedia*, do USHMM, consta a informação que após a derrota da França em 1940, os alemães internaram civis britânicos residentes no país em campos de prisioneiros de guerra (POW), cujas condições eram deploráveis. Como resposta às ameaças britânicas de enviar prisioneiros alemães ao norte do Canadá, os alemães estabeleceram o campo em Vittel, um ponto turístico. Sendo um *Ilag* (*Interniertenlager*), as condições ali diferiam das de outros campos: o internamento era em hotéis cercados por arame farpado com vigias armados, com calefação e água corrente, os presos podiam enviar e receber correspondências, receber visitas e complementar as rações com pacotes da Cruz Vermelha, não havia trabalhos forçados e era possível organizar aulas e palestras. O campo também foi utilizado pelos alemães em reportagens e fotos mostrando-o como exemplo das boas condições nos campos nazistas.

Os passaportes de países da América do Sul seriam a salvação de muitos judeus da Polônia e de outros países da Europa. Um dos acontecimentos mais impactantes em relação a esses documentos ocorreu em meados de 1943, o chamado caso do *Hotel Polski*, quando a Gestapo ludibriou os judeus que estavam escondidos após a liquidação do Gueto de Varsóvia, informando que aqueles que fossem portadores de passaportes de países neutros, em sua maioria da América do Sul, seriam trocados por alemães desses países. Apesar do elevado valor para a obtenção desses documentos falsificados, mais de 2.500 judeus saíram de seus esconderijos e foram ao hotel. Somente 300 foram transferidos para a permuta e os demais acabaram mortos na prisão de Pawiak, em Varsóvia, ou levados a Bergen Belsen (Alemanha).⁷⁸

Quando os países da América Latina passaram a não honrar esses documentos diplomáticos, negando-se a realizar a troca de prisioneiros, os alemães deixaram de aceitá-los. Organizações judaicas e humanitárias, cientes do que ocorria, buscaram persuadir os países latino-americanos para que os aceitassem, mas a intervenção não chegou a tempo para evitar que, em maio de 1944, cerca de 250 judeus estrangeiros detidos em Vittel fossem deportados para Auschwitz e lá assassinados.⁷⁹ Em agosto de 1942, os 22 brasileiros, ou os que possuíam um passaporte brasileiro, abaixo mencionados, foram transportados de vários países para Vittel. Felizmente, sobreviveram após o Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo e aqui são mencionados de acordo com os respectivos países de residência.⁸⁰

O caso da família Justo, todos nascidos na Alemanha, mas de nacionalidade brasileira, possivelmente naturalizados, chama atenção. Eram considerados católicos e *Volksdeutschen* – alemães étnicos – segundo documentos sob a guarda dos Arolsen Archives. É possível que, por ter o sobrenome materno Basch, de ascendência judaica, a família tenha usado um álibi como católica, pois estão também incluídos na coleção do World Jewish Congress. O nome da mãe como Erna Justo foi publicado no *Correio da Manhã* (RJ), em 29 de agosto de 1943, na relação de brasileiros que se encontravam nos campos de concentração emitida pela Cruz Vermelha Brasileira. Moravam em Katowice e seu último passaporte fora emitido na Suíça. Marlies Justo trabalhou em Danzig e em Frankfurt. Pretendia retornar com os pais ao Brasil antes de seu passaporte brasileiro expirar, porém a autorização foi negada. Após o Brasil ter declarado

⁷⁸ Disponível em: https://www.yadvashem.org/odot_pdf/Microsoft%20Word%20-%206430.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

⁷⁹ Um dos deportados para Auschwitz foi o famoso poeta e escritor judeu Itzhak Katzenelson e seu filho Zvi que obtiveram certificados de cidadania hondurenha. A esposa e dois filhos já tinham sido mortos em Treblinka. Disponível em: <http://www.holocaustresearchproject.org/survivor/katzenelson.html>. Acesso em: 06 mar. 2021.

⁸⁰ Os dados são da coleção World Jewish Congress, *Arquivos da França 1944-1945, Jewish holders of Latin American passports, 1943-1945, November 16, 1944.-160e (Judeus titulares de passaportes latino-americanos, 1943-1945, 16 de novembro de 1944.-160e)* e se referem a sobreviventes. Disponível em: <https://www.jewishgen.org/databases/>. Acesso: 20 ago. 2018.

guerra, em 1942, todos os integrantes da família foram levados ao Ilag V Liebenau – campo de internamento Liebenau – Meckenbeuren, sendo transferidos para Vittel, na França.

Norbert Rosenblum: nascido em Estrasburgo (França), em 29 de julho de 1926, e a irmã **Frieda Rosenblum**, nascida em Saarbrücken (Alemanha), em 22 de setembro de 1928, ambos de nacionalidade brasileira, não foram levados a campos de trânsito ou concentração, mas permaneceram escondidos em Chateau Montintin-Haute Vienne desde agosto de 1940 até junho de 1941, com a ajuda da Oeuvre de Secours aux Enfants – OSE (Sociedade de Ajuda Infantil).⁸¹

Detalhes sobre a história deste grupo de crianças acolhidas pela OSE, dentre as quais estavam os irmãos Rosenblum, encontram-se narrados no livro *Shattered Crystals*, de autoria de Eve Rosenzweig Kugler com sua mãe, Mia Amalia Kanner, publicado em 1997 como parte de sua série *Holocaust Diaries*. Neste livro encontra-se uma rara fotografia dos irmãos Rosenblum. Os testemunhos de Mia Amalia e Eve alertam para as experiências vivenciadas por crianças que viveram reclusas na França antes, durante a ocupação nazista e após a libertação. Com este relato é possível resgatar o importante papel assumido pela entidade que encaminhou o grupo de crianças para a América, junto ao qual estavam os dois irmãos (KANNER; KUGLER, 1997).

Em 1º de julho de 2012 os irmãos Rosenblum e várias crianças que estiveram sob proteção da OSE reuniram-se em Paris para comemorar os 100 anos dessa sociedade fundada em St. Petersburg (Rússia).⁸²

Figura 23 - Crianças da OSE

Frieda (em primeiro plano) e o irmão Norberto Rosenblum, junto ao grupo das crianças que partiam do lar da OSE, em Haute in Vienne. França, junho de 1941. Fotografia não identificado. Disponível em: http://www.shatteredcrystals.net/sc_photo_ose_girls.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

⁸¹ Oeuvre de secours aux enfants foi uma organização humanitária judaica francesa que ajudou crianças refugiadas judias, tanto da França quanto de outros países da Europa Ocidental antes e durante a Segunda Guerra Mundial, resgatando-as do extermínio nazista. A OSE também operou após a Segunda Guerra Mundial.

⁸² Disponível em: http://www.shatteredcrystals.net/sc_ose_centennial.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

TAB. 2 - Brasileiros em Vittel

Nome	Data de nascimento	Local	Profissão	Data de Internamento
Regina Fink	21/1/1870	Wisnicz, Áustria	-	
Cecylia Bronstein ⁸³	25/8/1904	Tarnów, Polônia	fotógrafa	em Liebenau-Mecklenbeuren e em 15/5/1943
Ellen Bronstein	28/6/1931	Tarnów, Polônia	-	em Liebenau-Mecklenbeuren e em 15/5/1943
Chascel Bronstein	14/7/1899	Tuchow, Áustria	fotógrafo	em Liebenau-Mecklenbeuren e em 15/5/1943
Janette Florence	14/6/1892	Rio Grande (RS) Brasil	-	
Judith Levy	5/12/1920	Brasil	-	
François Musikman	7/9/1927	Porto Alegre (RS) Brasil	-	
Rosa Musikman	1893	Porto Alegre (RS) Brasil	-	
Carlotta Wolff ⁸⁴	27/11/1897	São Paulo (SP) Brasil	-	
Maurice Levy	1/4/1884	Istambul, Turquia	-	
Erna (Basch-Gereht) Justo	12/12/1893	Dresden, Alemanha	-	15/5/1943
Hilmar Justo	10/12/1921	Breslau, Alemanha	-	15/5/1943
Paulo Curt Justo	24/11/1887	Breslau, Alemanha	-	15/5/1943
Marlies Justo	30/5/1919	Breslau, Alemanha	-	15/5/1943
Berthe Carvalho	2/11/1927	Rio de Janeiro (RJ) Brasil	-	20/6/1944
Lucien Goldstein	12/2/1892	Bruxelas, Bélgica	-	
Lucienne Goldstein	30/11/1923	São Paulo (SP) Brasil	-	
Henrij Cosman	3/1/1918	São Paulo (SP) Brasil	comerciante	
Berthe Camile Cosman (Root)	30/3/1922	São Paulo (SP) Brasil	-	
Gabrielle Muszynski	2/2/1902	Vilnius, Lituânia	-	
Antonio Muszynski	1902	Ponta Grossa (PR) Brasil	-	
Irene Muszynski	10/9/1936	Vilnius, Lituânia	-	

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber com dados da coleção do World Jewish Congress.

⁸³ A família Bronstein (Cecylia, Ellen e Chascel) desembarcou no Brasil vinda de Tel Aviv em 13 nov. 1949.

⁸⁴ Carlota Wolff é mencionada na lista da Cruz Vermelha Brasileira, publicada no *Correio da Manhã* (RJ), 29 ago. 1943, relação de brasileiros que se encontravam nos campos de concentração emitida pela Cruz Vermelha Brasileira.

Brasileiros com destino ignorado

A respeito de alguns brasileiros levados a diversos campos de concentração não foram encontradas informações mais detalhadas quanto a seus destinos, se sobreviveram ou morreram nesses campos, ou após a libertação, e serão mencionados como destino ignorado/desconhecido:

BOCAFOLI (BOCCAFOLI/BOCCAFOLLI), Charles (Carlos/Carlindo): nascido em Carangola (MG), em 17 de outubro de 1906, religião indefinida, refinador contramestre. A partir de 1940 esteve prisioneiro no campo de internamento de Voves, destinado no início da guerra a estrangeiros, apátridas, indesejáveis, comunistas, criminosos, etc.⁸⁵ Em 9 de junho de 1944 foi um dos internos do campo a ser repassado à custódia dos alemães e deportado, posteriormente, para o campo de concentração de Neuengamme (Alemanha). Consta também que era membro da resistência francesa e seu destino é ignorado.

Figura 24 - Ficha de prisioneiro de Charles Bocafoli
Campo de Concentração de Neuengamme. Disponível em: <https://arolsen-archives.org/en/search-explore/search-online-archive/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARTIM, Ramon Luís: brasileiro, data, local de nascimento e residência ignorados, estava a bordo do paquete Alsina⁸⁶, na condição de repatriado pelo Consulado Geral do Brasil em

⁸⁵Base de dados do USHMM. Disponível em: https://www.ushmm.org/online/hsv/person_view.php?PersonId=5787255. Acesso em: 20/ jun. 2020.

⁸⁶ Passageiros do vapor Alsina, embora com vistos consulares brasileiros válidos, tiveram sua viagem interrompida em Dacar e o navio regressou a Casablanca, no Marrocos, onde foram internados em um campo de concentração. A viagem só teve sequência muitos meses depois, em vários navios, porque as empresas de navegação negavam-se a aceitar esses passageiros com vistos prescritos. Entre eles, estava o brasileiro Ramon Luís Martim, cujo destino não foi possível verificar.

Marselha. Estava sem recursos e, quando o navio chegou em Casablanca (Marrocos), foi enviado para um campo de concentração de onde escreveu para o embaixador Souza Dantas, pedindo socorro (KOIFMAN, 2002: 274).

Em 14 de novembro de 1944, quase três meses após a libertação da França da ocupação alemã, o diplomata Frederico de Castelo Branco Clark encaminhou ao ministro das Relações Exteriores interino, Pedro Leão Velloso, uma cópia do relatório sobre a situação dos brasileiros naquele país desde a ruptura das relações do Brasil com a Alemanha. Informava que ainda havia um grupo de brasileiros que, por diferentes motivos, permanecia na França. Alguns residiam no campo, outros tinham perdido contato com as autoridades consulares brasileiras, desconhecendo a possibilidade de retorno ao Brasil, ou então, por razão da idade e de “achques físicos”, acrescidos do receio de fazer uma viagem longa durante a guerra, optaram em permanecer na França acreditando que “era um mal menor”. Por meio do relatório assinado pelo cônsul Alfredo Brandão, tem-se o conhecimento que alguns foram internados em campos: “Quando da libertação do território francês pelos exércitos aliados, encontram-se os brasileiros internados em Clermont-sur-Seine, para onde haviam sido transferidos nove meses antes, vindos de Compiègne”.⁸⁷

Caminhos interrompidos

Até o presente foram identificadas 37 vítimas fatais brasileiras, judeus e não judeus, assassinados em decorrência da violência nazista na França ocupada, entre civis, brigadistas, membros da resistência, de Legião Estrangeira e exércitos aliados. No entanto, apesar das lacunas nos arquivos, foi possível reunir algumas breves histórias, enquanto outros têm apenas seus nomes e datas de nascimento, e/ou da deportação, após terem sido apreendidos e levados a campos de trânsito. Algumas pessoas foram registradas com a nacionalidade francesa embora tivessem nascido no Brasil, sendo deportadas, em sua maioria, para Auschwitz em 1943.

Foi na França que identifiquei o maior número de vítimas fatais brasileiras em campos de concentração e extermínio nos diversos arquivos pesquisados. Aqui são mencionadas 19 vítimas civis:

ARIN, Miguel Prieto: nasceu em São Paulo (SP), em 29 de setembro de 1913. Foi um dos brasileiros que lutaram na guerra franquista e que conseguiu fugir para a França, mas foi

⁸⁷ Embaixada do Brasil em Paris, Ofício n.º 99, 14 de novembro de 1944, Brasileiros em França desde a ruptura do Brasil com a Alemanha, anexo único. Despacho 1944 (nov.) - 1949, 39.1, Maço 11. AHI/RJ.

entregue aos alemães e deportado para Mauthausen (Áustria), vindo a morrer no subcampo de Gusen em 28 de outubro de 1941.

PREININGER, Carol: Cap. 20-Yugoslavia,
Backovici
PRIETO ARIN, Miguel: Cap. 20-Brasil, São
Paulo

Figura 25 - Miguel Prieto Arin

Esq: Menção do nome e local de nascimento. *Libro memorial: españoles deportados a los campos nazis (1940-1945)* (2006: 556).

Dir: Ficha individual, nascido no Brasil em 29 set. 1913, citado como espanhol, agricultor, entrada no campo de Gusen (Áustria) em 17 fev.1941 e faleceu em 28 out. 1941, no local às 14 horas. Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/010_12603/0293/111168234/001.jpg. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL, Hermenegildo de Assis: nascido numa pequena fazenda de gado que integrava o município gaúcho de S. Gabriel (hoje pertence ao de Cacequí) (RS), em 27 de setembro de 1910, em uma família de posses e envolvida na política local. Em 1923, os partidos políticos locais Libertador e Republicano se confrontaram e a família Assis Brasil participou ativamente do primeiro partido. Foi nesse contexto político que o jovem cresceu e essa experiência tornou-se decisiva para sua atuação nos anos seguintes como militar em movimentos armados nos quartéis do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, de onde foi expulso por indisciplina e preso várias vezes.

Durante sua permanência como soldado no Rio de Janeiro, em 1930, Hermenegildo ingressou no Partido Comunista do Brasil e fez um trabalho de propaganda que provocou sua prisão. Livre, retornou ao Rio Grande do Sul, onde continuou sua atuação como revolucionário. De volta ao Rio de Janeiro em 1933, ingressou outra vez no exército na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. A partir daí, envolveu-se cada vez mais na atividade

revolucionária, organizando movimentos armados, inclusive numa ação que seria realizada em 1936 contra a ditadura de Getúlio Vargas. A ação foi abortada em razão de denúncia e, outra vez, Hermenegildo foi preso, fugindo para ser novamente aprisionado em razão de um processo que tramitava no Tribunal de Segurança Nacional.

Colocado em liberdade no início de 1937, apresentou-se como voluntário para combater na Espanha contra as forças do general Franco. Para isso, seguiu para o Uruguai e Argentina e embarcou para a Europa no "Belle Isle", chegando à Espanha em 4 de abril de 1938. Nessa época, os brigadistas internacionais estavam sendo desmobilizados e se retiravam do país. Somente uma ala do Exército Republicano ali permaneceu e Assis Brasil foi escolhido como comandante a fim de dar cobertura à retirada de militares e civis que fugiam para a França.

Hermenegildo foi levado a Saint-Cyprien⁸⁸, um campo de concentração em solo francês, ao cruzar a fronteira franco-espanhola na primeira quinzena de fevereiro de 1939, um lugar inóspito com milhares de fugitivos. Em abril daquele ano, ele e outros brigadistas foram levados para o campo de concentração de Gurs, nos baixos Pirineus. Os brasileiros receberam a visita do conselheiro da embaixada brasileira Carlos da Silveira Martins com a finalidade de repatriação. Os que não tinham condenação no Brasil poderiam aceitar a proposta, porém os condenados não viam vantagem em retornar, pois seriam presos. Ele decidiu não aceitar a proposta.

Após um ano, fevereiro de 1940, os prisioneiros de Gurs, entre eles Hermenegildo, foram obrigados pelo governo francês a trabalhar na frente de batalha. Em maio de 1940, com a ofensiva alemã, os prisioneiros foram retirados em marchas forçadas para o sul da Bretanha. Em junho, com a capitulação, o campo de concentração permaneceu na zona ocupada e Hermenegildo e seus companheiros brasileiros traçaram um plano de fuga. Já do lado de fora, após 120 quilômetros de caminhada noturna, chegaram a Paris em 28 de junho. Ali permaneceram por meses e rumaram para a linha demarcatória em fins de maio de 1941, caminhando sempre à noite. Na madrugada de 1º para 2 de junho, alcançaram a passagem que os levaria à zona livre. No entanto, nessa noite Hermenegildo não se sentiu bem, uma espinha no nariz incomodava-o, teve febre e durante a madrugada começou a delirar. Seus companheiros não tiveram como buscar ajuda e no dia 3 ele não os reconheceria mais. No dia seguinte, 4 de junho de 1941, ele morreu de septicemia aos 30 anos de idade.

⁸⁸ O campo de Saint-Cyprien foi aberto em 8 de fevereiro de 1939 com o objetivo de controlar os republicanos que cruzavam a fronteira. Era uma grande extensão de praia deserta, onde os presos eram obrigados a cavar buracos na areia para suportar as intempéries.

CAHEN, Leon: nascido em Espírito Santo do Pinhal (SP), em 13 de maio de 1882, judeu, filho de Elie e Fernande Cahen, profissão não identificada. Residia em Paris quando foi internado no campo de Melun e levado a Drancy. Em 18 de julho de 1943 foi deportado para Auschwitz no Transporte 57⁸⁹, onde morreu alguns dias depois em 23 de julho de 1943.

YAD VASHEM The Holocaust Martyrs' and Heroes' Remembrance Authority www.yadvashem.org Hall of Names, P.O.B. 3477, Jerusalem 91034		ידי ושם רשות המורשת והגיבורים היכל השואה, ת.ד. 3477 ירושלים 91034 www.yadvashem.org	
Page of Testimony דף עדות			
Pages of Testimony commemorate the Jews who were murdered during the Holocaust – Shoah. Please submit a separate form for each victim, in block capitals. Fields outlined in bold are mandatory.			
<p>The Martyrs' and Heroes' Remembrance Law 5713-1953 determines in section 2 that: "The task of Yad Vashem is to gather into the homeland material regarding all those members of the Jewish people who laid down their lives, who fought and rebelled against the Nazi enemy and his collaborators, and to perpetuate their names and those of the communities, organizations and institutions which were destroyed because they were Jewish".</p>			
Victims photo: Please write victim's name on back. Do not glue.			
Victim's family name: CAHEN		Maiden name:	
Victim's first name (or nickname): Leon		Previous / other family name:	
Title:	Gender: Male / Female	Date of birth: 13-05-1882	Approx. age at death:
Place of birth (town, region, country): Esprito Santo Dopinhai BRAZIL		Citizenship:	
First name of victim's father: Elie		Family name of victim's father: CAHEN	
First name of victim's mother: Fernande		Maiden name of victim's mother: ALEXANDRE	
Victim's family status: Married		First name of victim's spouse: Colette	
Permanent residence (town, region, country): PARIS France		Street:	
Victim's profession:		Place of work:	
Member of organization or movement:		Member of organization or movement:	
Places and activities during the war – arrest / deportation / ghetto / camp / death march / hiding / escape / resistance / combat (circle relevant): camp			
Residence during the war (town, region, country):		Street:	
Circumstances of death: prison / deportation / ghetto / camp / mass murder / death march / hiding / escape / resistance / combat or unknown - Shoah: AUSCHWITZ Pologne			
Place of death (town, region, country): AUSCHWITZ		Date of death: 23/07/1943	
I, the undersigned, hereby declare that this testimony is correct to the best of my knowledge. I understand that this Page of Testimony and all the information on it will be publicly accessible.			
Submitter's first name: Christine		Family name: PAYAN	
Previous / maiden name: RABET-CAHEN		City: VIEUX-MOULIN	
State / Zip code: 60350		Country: FRANCE	
I am a Shoah survivor: Yes (No)		My relationship to the victim (family / other): Distant Cousin	
During the war I was in a camp / ghetto / forest / in hiding / had false papers / the resistance (circle relevant):			
Date: 23-04-2012		Place: France	
Signature: [Signature]		Signature: [Signature]	

Figura 26 - Ficha de testemunho para Leon Cahen

Por Christine Cahen Payan Rabiet (França). Yad Vashem. Disponível em:

<https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=10103703&ind=3>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CERF, Joseph: nascido no Rio de Janeiro em 1874, tem seu nome em uma lista não datada de deportados e de crimes de guerra cometidos pelos alemães na região de Brive, sob o título *Fédération des Sociétés Juives de France*.⁹⁰ Também atuou na resistência na Forces Françaises Combattantes – FFC.

⁸⁹ Yad Vashem, baseada na Lista de Deportação da França, do *Le Mémorial de la déportation des juifs de France*, Beate e Serge Klarsfeld, Paris, 1978.

⁹⁰ Os crimes de guerra foram classificados por cantões. Neste arquivo estão listados todos os presos e deportados em 5 de maio de 1944 e 13 de maio de 1944 pelas milícias francesas e Sipo-SD (*Sicherheitspolizei und Sicherheitsdienst* – Polícia de Segurança e Serviço de Segurança). Mémorial de la Shoah. Disponível em: [http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=identifiant_origine:\(FRMEMSH04087071014113\)](http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=identifiant_origine:(FRMEMSH04087071014113)). Acesso em: 20 mar. 2019.

GERSON, Alphonse: nascido no Rio Grande do Sul, em 1868, judeu, vivia em Neuilly Plaisance. Tinha 75 anos quando foi deportado de Drancy para Auschwitz no Transporte 59, em 2 de julho de 1943, morto em 7 de setembro de 1943 juntamente com sua esposa, Germaine.⁹¹

Figura 27 - Alphonse Gerson e esposa Germaine Bloch

S.l.; s.d. Fotografia não identificado. Mémorial de la Shoah. Disponível em:

http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=noms_tous%3A%28gerson%29%20AND%20prenoms_tous%3A%28alphonse%29%20AND%20id_pers%3A%28%2A%29&spec_expand=1&start=0.

Acesso em: 10 mar. 2019.

GRADVOHL, Henri (Issac): nasceu em Fortaleza (CE) em 10 de agosto de 1884, de origem judaica. Comerciante, gerenciava a sede da empresa G. Gradvohl Fils, renomada firma de Paris estabelecida no Ceará desde 1860, então com o nome Gradvohl Frères, enquanto a unidade em Fortaleza ficava a cargo dos seus irmãos Lazare e Léon. A publicação *Impressões do Brasil no Século Vinte*, editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, cita a empresa como uma das mais antigas daquele Estado com atuação na exportação de produtos de algodão, borracha, cera de carnaúba, peles e chifres. Atuava também como representante da Standard Oil Company, dos Estados Unidos; e da North British e

⁹¹ *Journal Officiel* (Diário Oficial da França), n.º 63, 15 mar. 1993. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000362588?init=true&page=1&query=gerson+alphonse&searchField=ALL&tab_selection=all. Acesso em: 20 mar. 2019.

Mercantile Insurance Company, da Inglaterra. Henri Gradvohl destacou-se na vida pública por ter resolvido em 1925 um problema da dívida externa para saneamento do governo do Ceará, obtendo o cancelamento de títulos de obrigações de empréstimo.⁹²

Henri e sua esposa Germaine (francesa) viviam em Paris quando foram presos e internados em Drancy, até serem deportados para Auschwitz no Transporte 61, em 28 de outubro de 1943. O casal foi morto em 2 novembro de 1943 naquele campo⁹³.

Figura 28 - Henri Gradvohl e a esposa Germaine

Henri (brasileiro) e a esposa Germaine (francesa), ambos deportados para Auschwitz, s.d., s.l. Fotografia não identificado. Disponível em:

https://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?q=id:p_221886&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0
Acesso em: 26 dez. 2018.

⁹² *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (CE)*, 1925: 104-105.

⁹³ Data da morte disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jo_pdf.do?id=JORFTEXT000000364248#. *Légifrance*, site oficial do governo francês para a publicação de legislação, regulamentos e informações jurídicas. N.º 0218, 20 de setembro de 2015. Acesso em: 26 dez. 2018.

Figura 29 - Publicidade da G. Gradwohl & Fils

Esq: Anúncio da G. Gradwohl & Fils onde se vê parte do escritório da firma em Fortaleza (CE). *A Noite* (RJ), 17 jan. 1939, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/14846>. Acesso em: 27 maio 2019.

Dir: G. Gradwohl & Fils, fundada em 1865 no Ceará com filial em Paris. *A Noite Ilustrada* (RJ) p 29, 06 maio 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/21228>. Acesso em: 27 maio 2019.

GRUMBACH, Violette (Heyman): nascida em Corumbá (MT) em 22 abril de 1884, judia, vivia em Nice. Violette era viúva, tendo seguido para a França após o falecimento do marido Lazare Grumbach em São Paulo. Era filha de Simão (Simon) Heyman, um próspero comerciante de Corumbá, naturalizado brasileiro. O marido, Lazare Grumbach, foi proprietário da Casa Franceza (*Au Grand Dépôt L. Grumbach*), importante estabelecimento comercial de porcelana Limoges, cristais Baccarat e pratas Christofle, entre outros produtos, com sede à rua São Bento, n.º 91, em São Paulo.

Ainda que reconhecida pelo seu “mais alto grau de proficiência na arte da cerâmica”, a Casa Franceza era referência na produção de porcelana mantendo, inclusive, uma fábrica em Limoges, na França. Os anúncios publicitários publicados na imprensa de São Paulo atestam a importância dessa loja na vida cotidiana das famílias paulistanas, conforme enfatizado por Heloisa Barbuy em seu livro *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. Segundo Barbuy, o Sr. Grumbach viajava constantemente para Paris, onde mantinha um escritório de compras, possivelmente identificado como “matriz” nos anúncios

publicitários da empresa⁹⁴. (BARBUY, 2006: 150-152). Segundo *Impressões do Brasil no século XX*:

Os srs. L. Grumbach & Cia. Não só produzem a fina porcelana branca, como também as variedades coloridas e artísticas deste delicado artigo, como vendem em grande escala pelos estados de São Paulo, Minas, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e outros. Também importam mercadorias de outras partes da Europa e América do Norte. São agentes dos srs. Baccarat & Cristoffle e de outras casas bem conhecidas [...]. [*Impressões...*].⁹⁵

Figura 30 - Casa Franceza de L. Grumbach & Cia

Publicidade da *Casa Franceza*, de L. Grumbach & Cia, com filial à Rua São Bento, em São Paulo, e matriz em Paris. A Vida Moderna (SP), edição 355, 1919, p 23; Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=189740&PagFis=2863&Pesq=casa%20francesa>. Acesso em: 05 fev. 2019. Dir: Marca L. Grumbach nas suas porcelanas Limoges produzidas na França. Coleção Tucci/SP.

GRUMBACH, Simone: nascida em São Paulo (SP) em 6 de novembro de 1906. Judia, filha de Violette (Heyman) Grumbach e Lazare Grumbach, ele proprietário da Casa Franceza, importante estabelecimento comercial de porcelana Limoges, cristais Baccarat e pratas Christoffle, entre outros produtos, com uma filial à rua São Bento, n.º 91, em São Paulo. Após

⁹⁴ Heloisa Barbuy faz uma análise das três principais ruas comerciais na passagem do século XIX para o XX – ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento, que compunham o chamado Triângulo – tendo como eixo as casas de comércio da região.

⁹⁵ “L. Grumbach & Cia.”, Apud: *Impressões do Brasil no século XX*. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39f.htm>. Acesso em: 07 mar. 2021.

o falecimento do pai, Simone acompanhou a mãe, a Sra. Violette, com o objetivo de residirem em Paris, onde a família mantinha a matriz da empresa. Simone foi presa em companhia da mãe, sendo ambas levadas para Drancy e depois para Auschwitz-Birkenau no Transporte 71⁹⁶. Simone morreu poucos dias depois, em 18 de abril de 1944.⁹⁷

KAHN, Leon: nasceu em Pernambuco em 1883, de origem judaica. Trabalhava como entregador de mercadorias de uma galeria comercial de Paris quando foi preso e internado por usar a Estrela de Davi sob uma blusa, portanto não visível, e por manter contato com o público.⁹⁸ Foi deportado no Transporte 62 de Drancy para Auschwitz-Birkenau em 20 de novembro de 1943.

LEVY, Denise: nasceu em Campinas (SP), em 3 de dezembro de 1909, judia, filha de Gaston e Henriette Levy, e irmã de Marcel Levy. No início do século XX, o pai era gerente do Banco Ítalo-Belga naquela cidade. Gaston decidiu retornar à França, onde faleceu antes da guerra. Denise casou-se com Roger Lucien Lévy e foi mãe de Annette e Michelene, ambas nascidas na França. O casal vivia em Lyon e foi deportado no Transporte 74 de Drancy, em 20 de maio de 1944, para Auschwitz. Denise sobreviveu às atrocidades naquele campo, mas faleceu em 18 de julho de 1945, logo após sua repatriação realizada pela França, não resistindo às doenças adquiridas enquanto esteve internada em Auschwitz. Com tuberculose, tifo e disenteria sequer pode ser tratada em um sanatório, conforme comentou um amigo em carta à família: “Ela estava um trapo humano”. As duas filhas sobreviveram escondidas e vieram, posteriormente, ao Brasil graças ao acolhimento do tio Marcel.

Uma expressiva matéria, com chamada de primeira página, foi publicada pelo jornal carioca *A Noite*, em 1º de agosto de 1945, tornando público o trágico fim de Denise Levy.

⁹⁶ Mémorial de la Shoah. Disponível em:

http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=167858&q=id:p_256147&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acesso em: 29 set. 2019.

⁹⁷ *Journal Officiel* (Diário Oficial da França) n.º 218, 20 set. 2015. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000031184430?init=true&page=1&query=Grumbach%2C+simone&searchField=ALL&tab_selection=all. Acesso em: 20 set. 2019.

⁹⁸ Relatório de investigação de 10 de novembro de 1943 do inspetor Besson da seção de investigação e controle a respeito de Leon Kahn, Mémorial de la Shoah. Disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=leon%20kahn&spec_expand=1&start=9. Acesso em: 03 maio 2019.

Denise Levy, a brasileira que morreu em consequência dos horrores sofridos num campo de concentração nazista

Torturada uma brasileira num campo de concentração nazista

CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA

Paris, salvas, as duas filhas do casal.

Era um trapo

A reportagem de A NOITE sabendo residir nesta capital um irmão de Denise, procurou obter deste algumas informações sobre a odisséia da desventurada parreira. E ele o Sr. Marcel Levy, abalado ainda pela notícia da morte da irmã, declarou-nos:

— Infelizmente a carta anterior à morte e o telegrama recebido no dia 21 de julho, comunicando a morte da minha pobre irmã, veio por termo ao sofrimento pavoroso imposto a uma mulher brasileira pelo nazismo. Denise sofreu horrores no campo de concentração, talvez o que bem poucas mulheres sofreram na vida. Foi castigada impiedosamente durante todos os dias. Nenhum organismo seria capaz de resistir à crueldade dos métodos nazistas. Tais e tantos foram os seus sofrimentos que antes da sua morte, como dizia bem a carta de um amigo da família escrita — e exibiu-nos a missiva — Denise era um trapo humano.

Tifo, tuberculose e disenteria em oito meses

— Para que se possa avaliar os horrores dos castigos impostos à minha irmã, basta relembrar que ela estava em perfeita saúde em novembro de 1934. Pois apenas em oito meses ficou tuberculosa, com tifo e com disenteria! E dias antes do seu falecimento, já nem podia ser transportada para um sanatório, tal o estado de fraqueza, com o organismo minado pelos sofrimentos físicos e morais.

Quer a volta das sobrinhas

E o Sr. Marcel Levy, emocionado, em lágrimas, prossegue:

— Quero a volta das meninas. Annette e Michelene, agora com quinze e doze anos de idade, já não têm mais ninguém da família que olhe por elas, na França, pois um irmão do pai das menores foi deportado juntamente com a esposa e quatro filhos, estando desaparecidos. Por isso, embora amigos da família olhem pelas minhas sobrinhas na capital francesa, desejo mais do que nunca a sua vinda para São Paulo. Elas precisam do meu afeto de tio e eu preciso delas. Servirão para encher o meu lar de felicidade, pois perdi a única filha que tinha há cinco anos. Desejo ser para Annette e Michelene um segundo pai, contando para isso com a boa vontade das altas autoridades brasileiras no sentido de facilitar o embarque das meninas para o Brasil.

Figura 31 - Matéria sobre Denise Levy

“Torturada uma brasileira num campo de concentração nazista”. *A Noite* (RJ), 1º ago. 1945, p 1 e 2.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/35244;http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=35245. Acesso em: 21 maio 2019.

LEVY, Pierre: nascido em Manaus (AM), em 14 de junho de 1907, filho de Laure e Henry Levy, uma conhecida família manauara de origem judaica. A família tinha negócios em Manaus, representados pela firma B. Levy. Pierre vivia em Paris e durante a guerra estava em Millau. Em 1943, em viagem a Marselha, foi preso pelos nazistas e levado no Transporte 57 de Drancy, e de lá para Auschwitz Birkenau em 18 de julho de 1943. Morreu em 10 de abril de 1944.⁹⁹

Figura 32 - Pierre Levy

S. d., s. l. Fotografia não identificado. Yad Vashem. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/remote/namesfs.yadvashem.org/YADVASHEM/photos4/hon/14169842.JPG?width=700>. Acesso em: 03 maio de 2019.

LEVY, Simon: nascido em 13 de novembro de 1898, em Aracaty (CE), judeu, tradutor. Vivia em Lyon (França) quando foi levado de Drancy para Auschwitz no Transporte 60, em 7 de outubro de 1943.¹⁰⁰

LEVY-COBLENTZ, Georges: nascido em Fortaleza (CE), em 12 de abril de 1899, judeu, médico muito conhecido na França, autor de inúmeros artigos na área médica. Após ficar aprisionado em Drancy, foi deportado no Transporte 62 para Auschwitz em 20 de novembro de

⁹⁹*Journal Officiel* (Diário Oficial da França) *Legifrance*, n.º 296 de 21 dez. 1995. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000738190?init=true&page=1&query=Levy%2C+Pierre++Manaos&searchField=ALL&tab_selection=all. Também no Yad Vashem e no Mémorial de la Shoah. Disponível em:

http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=229824&q=id:p_234343&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acessos em: 03 maio 2019.

¹⁰⁰ Mémorial de la Shoah. Disponível em:

http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=180269&q=id:p_239901&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acesso em: 03 maio 2019.

1943¹⁰¹ e depois levado na marcha da morte com destino a Buchenwald (Alemanha). Documentos sob a guarda dos Arolsen Archives revelam que ele vestia uma blusa de prisioneiro de n.º 128514 e uma calça com um triângulo vermelho (de dissidentes políticos) com o n.º 13871 e que foi fuzilado. Esteve também em Gross Rosen.

“Nous avons tardé à vous annoncer la mort de deux nos collègues: Georges Lévy-Coblentz et Pierre Lanzenberg. N'avant pas des nouvelles officielles, nous gardions l'espoir de les revoir un jour. Hélas, le doute n'est plus permis. Nos collègues, déportés en Allemagne, sont morts assassinés dans le camps de concentration.”

Figura 33 - Anúncio da morte de Georges Lévy-Coblentz
Annales de dermatologie et de syphiligraphie, v. 5-6, 1945: 145.¹⁰²

¹⁰¹ Documento de deportação: Mémorial de la Shoah. Disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=220190&q=id:p_262279&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acesso em: 03 maio 2019.

¹⁰² “Demoramos a anunciar a morte de dois de nossos colegas: Georges Lévy-Coblentz e Pierre Lanzenberg. Não antes das notícias oficiais, ainda esperávamos vê-los novamente um dia. Infelizmente, a dúvida não é mais permitida. Nossos colegas, deportados para a Alemanha, morreram assassinados nos campos de concentração.” (tradução nossa).

Nr. 75- French L. Roding Co
 12. April 1945
 den 12. April 1945

Geburtsort

D. = Georges Lévy-Coblentz
 israelitischer Religion 128514
 wohnhaft zuletzt im Konzentrationslager Buchenwald
 ist am zwischen 20 und 23. April 1945 in Bruck in der Oberpfalz verstorben
 D. = Verstorbener war geboren am 12. April 1899
 in Fortaleza
 (Standesamt Nr. 1)
 Vater: unbekannt
 Mutter: unbekannt
 D. = Verstorbener war nicht verheiratet unbekannt
 Eingetragen auf 31. Oktober 1947 - schriftliche - Anzeige der Friedhofverwal-
 tung Wetterfeld vom 30. Oktober 1947 mit Genehmigung der
6 untenen Verwaltungsbehörde Roding Nummer
3556 vom 31. Oktober 1947
 Vorgelesen, genehmigt und unterschieden
31. Oktober 1947
 Der Standesbeamte
Kornauer
 Todesursache: erschossen
 Beschlüßung der Verstorbener am in
 (Standesamt Nr. 1)

Formbl. Nr. 400. Muster-Kreis, Postamt, Berlin, Reichsstadt, München, Hamburg, etc.

Figura 34 - Certidão de óbito de Georges Lévy-Coblentz

Prisioneiro francês n.º 128514. Nascido em Fortaleza, 12 de abril de 1899, último campo de concentração Buchenwald, morto entre 20 e 23 de abril de 1945, em Bruck in der Oberpfalz, registro no cemitério de Wetterfeld (Alemanha), 31 de outubro de 1947. *Causa Mortis*: Fuzilamento. *Individual Files (male) - Concentration Camp Buchenwald*. Disponível em: [https://collections.arolsen-](https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/0119/52881734/001.jpg)

[archives.org/G/SIMS/01010503/0119/52881734/001.jpg](https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/0119/52881734/001.jpg). Acesso em: 03 maio 2019.

REICHER, Blima e os filhos **Théodore** e **Thérèse**: foram citados como brasileiros em telegrama enviado pelo embaixador Souza Dantas em 17 de agosto de 1942 ao MRE, ao demonstrar sua preocupação com brasileiros judeus em razão das ações da Gestapo na França ocupada e o extermínio dos judeus. Neste mesmo documento, Dantas também informava que estavam excluídos das medidas os israelitas das nacionalidades espanhola, suíça, portuguesa e norte-americana, mas não os de nacionalidade brasileira:

[...] o brasileiro nato Mendel Reicher, atualmente em Lisboa [...] escreve-me que sua esposa Blima Reicher, por motivo racista, foi deportada para Polónia, nada mais sabendo de seu filho Theodoro, de 14 anos, nem de sua filha Teresa, de quatro anos. Essa família brasileira vivia em Montceau-les-Mines, departamento de Saône-et-Loire. Na impossibilidade de prestar-lhe o auxílio que desesperadamente me pede, cumprio o dever de submeter o assunto a Vossa Excelência (KOIFMAN, 2002: 339).

Infelizmente, este brasileiro não viu mais sua família e não foi possível verificar se houve alguma manifestação do governo brasileiro. Blima Reicher, esposa de Mendel, nascida em 10 de março de 1900, em Chawlowice (Polônia), foi presa por ser judia em 13 de julho de 1942 e deportada de Pithiviers para Auschwitz no Transporte 6, em 17 de julho de 1942. Após a prisão da mãe, seus dois filhos, Théodore, nascido em 28 fevereiro de 1926, em Metz, e Thérèse, nascida em 3 de maio de 1938, também em Metz, foram acolhidos por um tio, mas presos e levados em 9 de outubro 1942 para Drancy e deportados para Auschwitz no Transporte 42, em 6 de novembro de 1942.¹⁰³

RUIZ, Juan Mancera: nasceu em São Paulo (SP) em 8 de dezembro de 1908. Foi mais um dos brasileiros da guerra franquista entregue pela França aos nazistas, deportado para o complexo Mauthausen-Gusen (Áustria), onde morreu em 14 de novembro de 1941. Seu nome e local de nascimento aparecem em vários arquivos.¹⁰⁴

Juan Mancera Ruiz 1908 - 1941

Geboren 8.12.1908 in Sao Paulo

Gestorben 14.11.1941 in Gusen

Figura 35 - Juan Mancera Ruiz

Registro de prisioneiro no campo de concentração de Mauthausen (Áustria). Disponível em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/index.php?id=16&p=47166>. Acesso em: 09 jul. 2020.

STRAUSS, Raymond: nasceu em São Paulo (SP), em 15 de agosto de 1926, filho de Henri Strauss, estudante, judeu. Recebeu título de bacharel em Perigueux (França) em julho de 1943, onde vivia com sua família que ali se refugiara. Foi estudar no Institut de Chimie (Instituto de Química) de Estrasburgo e ficou por apenas três semanas, pois foi preso e levado a Clermont-Ferrand e depois para o campo de trânsito/internamento de Puy-de-Dôme, seguindo para Drancy. Foi deportado em 3 de fevereiro de 1944 para Auschwitz no Transporte 67.

¹⁰³ Mémorial de la Shoah. Documentos de deportação: Blima Reicher: disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=170394&q=id:p_233514&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0.

Thérèse e Theodore Reicher: disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=156973&q=id:p_233708&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acessos: 3/5/2019.

¹⁰⁴ O *Raum Der Namen Die Toten Des Kz Mauthausen* e Arolsen Archives citam São Paulo como local de nascimento, enquanto memoriais relacionados à deportação citam-no como espanhol.

Figura 36 - Raymond Strauss

Fotografia tirada poucas semanas antes da deportação, conforme informação da família. O pai, Henri Strauss, mostrava-a às pessoas na busca pelo filho no pós-guerra. S.d. s.l. Fotógrafo não identificado. Yad Vashem. Disponível em: <https://namesfs.yadvashem.org/yadvashem/photos4/hon/14100831.JPG>. Acesso em: 03 maio 2019.

Last Name	Strauss
First Name	Raymond
Gender	Male
Date of Birth	15/08/1926
Place of Birth	Sao Paulo, Brazil
Marital Status	Child
Permanent Place of Residence	Clermont Ferrand, Puy de Dome, France
Profession	Student
Origin of Deportation	Drancy, Camp, France
Destination of Deportation	unstated place
Date of Deportation	03/02/1944
Status according to Source	Deported
Submitter's Last Name	Strauss
Submitter's First Name	H
Source	Service Européen de Recherches (SER – European Search Service), France, information card used for searching for relatives, France, 1940-1946
Type of material	List of persecuted persons
Item ID	7170633

Figura 37 - Pedido de busca

Pedido para a busca de Raymond Strauss efetuado pelo pai Henri Strauss junto ao Serviço Europeu de Buscas. Yad Vashem. Disponível em:

<https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=7170633&ind=1/>. Acesso em: 03 maio 2019.

WEIL, Gustave: nascido em Manaus (AM), em 6 de agosto de 1926, estudante judeu, internado no campo de trânsito de Beaune-la-Rolande e depois levado a Drancy e de lá para Auschwitz no Transporte 36 em 23 de setembro de 1942.¹⁰⁵

2.4 Brasileiros na Itália

Quando a Itália entrou na guerra, em 1940, o embaixador do Brasil em Roma, Pedro Leão Veloso, voltou sua atenção para os seminaristas brasileiros que estavam naquele país, onde havia um colégio específico para a formação de presbíteros diocesanos. Preocupado, telegrafou ao Ministro Aranha, após uma conversa com o embaixador brasileiro da Santa Sé, Hidelbrando Accioly.¹⁰⁶ Embora não tenha especificado quantos eram os seminaristas, solicitou instruções, mas a resposta não foi localizada. Edgar França, um seminarista ou sacerdote brasileiro presente em Roma naquele ano, informou em entrevista ao *Jornal do Brasil* que no Colégio Pio Brasileiro havia 27 brasileiros, a respeito dos quais nada se sabe.¹⁰⁷ O seminarista conseguiu fugir via França, Espanha e Portugal, embarcando pelo “Quanza” para o Brasil, tendo chegado em janeiro de 1941.¹⁰⁸

A situação para os estrangeiros presentes na Itália piorou após a libertação de Mussolini em setembro de 1943 pelas tropas nazistas. Naquele momento, o *Duce* criou a República Social Italiana, um estado fascista fantoche, sediado na cidade de Salò. A partir de então, e com a ocupação alemã, intensificaram-se a perseguição e a deportação dos judeus italianos, refugiados estrangeiros, resistentes e *partigiani*. Embora não haja uma quantificação de brasileiros e nem citação por Michele Sarfatti em relação aos mesmos, foram identificados vários vivendo, trabalhando e estudando no país. É possível que lá estivessem desde crianças, vivendo em companhia dos seus pais que resolveram deixar o Brasil e retornar à Itália. Não há, porém, maiores detalhes sobre os motivos de suas presenças naquele país.

Apesar das dificuldades para localizar brasileiros que sofreram e/ou foram vitimados pela barbárie nazifascista, foram identificados alguns ligados a movimentos políticos antifascistas, socialistas, comunistas, bem como integrantes da resistência. Estes, na sua

¹⁰⁵ Documento de deportação. Mémorial de la Shoah. Disponível em: http://ressources.memorialdelashoah.org/zoom.php?code=195710&q=id:p_265054&marginMin=0&marginMax=0&curPage=0. Acesso em: 03 maio 2019.

¹⁰⁶ Repatriação de brasileiros, 1939-1940, Brasil – Itália, lata 831. Telegrama n.º 58, 17/17/V/40. AHI/RJ.

¹⁰⁷ O Pontifício Colégio Pio Brasileiro é um colégio eclesiástico em Roma, inaugurado em 3 de abril de 1934 e que continua existindo e recebe seminaristas brasileiros e também de vários países.

¹⁰⁸ Passageiros do Quanza, *Jornal do Brasil* (RJ), 08 jan. 1941, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_06/7403. Acesso em: 03 maio 2019.

maioria, foram deportados para campos nazistas na Alemanha, Áustria e Polônia e serão mencionados no Capítulo III, no qual serão tratadas as frentes de resistência.

Brasileiros em espaços de exclusão

LEVY, Benjamin: nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 16 de agosto de 1881. Viveu na Turquia onde se casou com **Corine Levy-Ovadia**, nascida em Istambul (Turquia) em 10 novembro de 1896. O casal foi morar em Milão (Itália) e lá nasceu a filha **Adriana Levy** em 10 de dezembro de 1923.¹⁰⁹ Os três foram presos naquela cidade em 13 de junho de 1944 e deportados no Transporte 17, em 2 de agosto de 1944, para o campo de concentração de Bergen-Belsen (Alemanha), aonde chegaram no dia 5. Por possuírem passaportes brasileiros, entraram na lista de troca por alemães.¹¹⁰

A história dos Levy é surpreendente. Após sua chegada a Bergen-Belsen, estavam listados numa ação de troca intermediada pela Suíça por alemães que se realizaria em fevereiro de 1945, mas a troca não se efetivou. No início de abril de 1945, os nazistas enviaram três trens, com 2.500 prisioneiros em cada um deles, de Belsen para Theresienstadt (Tchecoslováquia). O último desses três trens deixou Belsen em 10 de abril de 1945. Em razão do avanço das tropas soviéticas, este trem vagou sem rumo pela Alemanha por treze dias com os prisioneiros judeus de mais de doze países encerrando a viagem em Tröbitz, uma vila em Brandemburgo. Em 23 de abril de 1945, o Exército Vermelho libertou mais de 2.000 pessoas desses vagões usados para o transporte de gado. Este trem da morte de Bergen-Belsen entrou na história como o "Trem dos Perdidos" ou o "Transporte Perdido". Muito provável que a família Levy estivesse nesse trem. Maiores detalhes sobre este grupo foram identificados em um relatório encaminhado pelo Comitê de Assistência aos Transportes de Tröbitz, solicitando a ajuda ao Comitê Central. Os responsáveis pela assistência, Werner Ahlfeld, Erich Gelber e Werner Levie, pediam que alimentos e roupas fossem fornecidos e que as pessoas no transporte retornassem às suas casas (SLOMINSKA; *et. al.* 2007: 38).

¹⁰⁹ Benjamin, Corine e Adriana Levy são citados nos arquivos da Shoah na Itália, presos em Milão, levados para Verona e depois deportados para Bergen-Belsen em 2 de agosto de 1944. Na lista italiana de PICCIOTTO, Liliana, o casal é citado como turco em *Il libro della memoria: li ebrei deportati dall'Italia*, 2002, p 77-80, p 66-71. Disponível em: <http://digital-library.cdec.it/cdec-web/persone/detail/person-5015/levy-adriana.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

No USHMM a família é listada como brasileira. Disponível em: https://www.ushmm.org/online/hsv/person_view.php?PersonId=5090493. Acesso em: 20 out. 2017.

Figura 38 - Pedido de alimento e roupas

Relatório do Comitê de Assistência aos Transportes de Tröbitz, solicitando ajuda ao Comitê Central (responsáveis Werner Ahlfeld, Erich Gelber e Werner Levie) com o pedido de alimentos e roupas e que as pessoas pudessem retornar a suas casas. Tröbitz (Alemanha), 2 de maio de 1945. Disponível em:

https://www.geni.com/document/The-Lost-Train-Bergen-Belsen-to-Tr%C3%B6bitz/35553?doc_id=6000000084994311340. Acesso em: 10 fev. 2020.

Os cerca de 2.500 presos do trem de transporte, recentemente libertados pelas tropas soviéticas, em 23 de abril de 1945, na vila de Tröbitz, mantidos pela S.S. e pelos membros da Wehrmacht, que desde 10 de abril de 1945 estava viajando, são todos prisioneiros do campo de concentração de Bergen-Belsen em Celle (Krs. Hannover). Eles são nacionais de vários países aliados que foram ocupados pelas S.S. e foram sequestrados de suas pátrias para a Alemanha. A maioria deles já esteve em campos de concentração em seus países de origem (holandês, inglês, francês, iugoslavo, albanês, grego e sul-americano?)

O transporte foi posto em movimento sem comida suficiente. Na viagem, morreram de fome e de doenças tifoides mais de 200 pessoas.

Na manhã de 23 de abril, conseguimos entrar em contato com as tropas russas do local. Fomos ordenados por oficiais soviéticos a deixar o trem e nos estabelecer com a população da vila de Tröbitz. O guarda alemão foi feito prisioneiro.

Conseguimos acomodar cerca de 1.900 pessoas na vila de Tröbitz, e cerca de 560 pacientes que não se moviam foram retirados do trem durante um esforço de quatro dias. [...] Falta tudo: colchões, roupas de cama, roupas íntimas, roupas, remédios, etc.[...] A comida que foi inicialmente confiscada por nós na vila e arredores, a pedido das tropas russas, não é de forma suficiente. O fornecimento de pão e leite é iniciado em pequena escala, mas não é suficiente. Falta tudo, até os meios mais primitivos para se manter limpo (por exemplo, sabão). Ainda registramos várias mortes todos os dias, pois a maioria das pessoas está tão enfraquecida pelas privações no campo de concentração de Bergen-Belsen que a libertação chegou tarde demais para muitos (Tradução nossa, grifo nosso).¹¹¹

STRAMANA, Giuseppe: nascido em Morro Gratião (MG?), em 3 de outubro de 1905. Vivia na cidade de Pirano B'istria, católico, era mecânico e foi deportado para Dachau (Alemanha) em 18 de novembro de 1944. Recebeu o número de prisioneiro 128144, sendo libertado em 17 de janeiro de 1945.¹¹²

Além destes que viviam na Itália, foram identificados outros quatro brasileiros, alguns sepultados em cemitérios militares embora, possivelmente, fossem civis:

BLONKENSTEINER, Crescenzo: nascido em Teresina (PI), em 30 de agosto de 1903. Civil deportado da Itália para o campo de Dachau (Alemanha), prisioneiro número 59983. Morreu naquele campo em 19 de março de 1945 e foi enterrado numa vala comum em Leitenberg, atualmente cemitério memorial do campo de Dachau¹¹³;

GRAZIOLI, Benedetto: nascido em 7 de setembro de 1914, em Bangu (RJ), morto em 17 de fevereiro de 1945 em Linz, Áustria, sepultado no cemitério militar italiano de Mauthausen, Áustria¹¹⁴;

¹¹¹ A menção a respeito dos sul-americanos entre os nacionais de diversos países na carta do Comitê Judaico para os Aliados pode se referir à família Levy (Benjamin, Corine e Adriana), citada como brasileira na lista divulgada pelo USHMM, entre outros sul-americanos.

¹¹² Arquivo Steve Morse, ID: 207325, p 5932/Hn., disco: 5; quadro:29. Disponível em: [https://stevemorse.org/dachau/details.php?lastname=STRAMANA&firstname=Giuseppe&title=&birthday=03&birthmonth=Oct&birthyear=1905&birthplace=St.%20Paolo%20\(Brasilien\)&from=&town=Pirano%20B`%20istr ia&street=&number=128144&DateOfArrival=zug.%2018%20Nov%201944&disposition=entl.%2017%20Jan%201945&comments=Col.%20B?&category=Sch.%20Itl.&ID=207325&page=5932/Hn.&disc=5&image=291](https://stevemorse.org/dachau/details.php?lastname=STRAMANA&firstname=Giuseppe&title=&birthday=03&birthmonth=Oct&birthyear=1905&birthplace=St.%20Paolo%20(Brasilien)&from=&town=Pirano%20B`%20istr ia&street=&number=128144&DateOfArrival=zug.%2018%20Nov%201944&disposition=entl.%2017%20Jan%201945&comments=Col.%20B?&category=Sch.%20Itl.&ID=207325&page=5932/Hn.&disc=5&image=291). Acesso em: 20 out. 2020.

¹¹³ Seu nome consta da lista de 1.234 civis deportados por razões políticas ou raciais e de militares deportados para os campos de concentração de Auschwitz, Bergen Belsen, Buchenwald, Dachau, Flossenbürg, Mauthausen, Natzweiler, Neuengamme, Ravensbrück ou seus subcampos, que morreram nos últimos meses da guerra enterrados em valas comuns. Disponível em: <https://dimenticatidistato.com/2016/08/19/deportati/>. Acesso: 20 out. 2020.

¹¹⁴ Ibid.

SECCO, Vittorino: nascido em 29 de maio de 1901, em Batatais (SP), morreu em Landeck, no Tirol (Áustria), em 15 de janeiro de 1945, também sepultado no cemitério militar italiano de Mauthausen¹¹⁵;

PIATTI, Giuseppe¹¹⁶: nascido em São Paulo (SP), em 2 de setembro de 1902, mecânico, católico, foi preso pela polícia italiana em março de 1940, tendo sido entregue aos alemães, registrado como preso político de número 34750. Esteve nos campos de Mittelbau-Dora, Buchenwald e foi levado para Dachau em 30 de outubro de 1943. Em 18 de fevereiro de 1944 foi deportado para o campo de Majdanek (KL- Lublin, Polônia), onde morreu em 6 de março de 1944.¹¹⁷

2.5 Brasileiros em outros países

Áustria

Estagnação econômica, ditadura política e intensa propaganda nazista foram os fatores decisivos para que a população austríaca apoiasse a entrada das tropas alemãs no país.

Em 1934, quando Hitler já estava no poder na Alemanha, um grupo de nazistas assassinou o então chanceler austríaco, Engelbert Dollfuss, ao tentar proclamar um governo. Seu substituto, Kurt von Schuschnigg, não teve o apoio popular e o país continuava dividido politicamente. No início de 1938, houve outra conspiração nazista para tomar o governo à força e se unir à Alemanha e o chanceler austríaco foi obrigado a nomear vários nazistas para o seu gabinete. Em 9 de março, ele convocou um plebiscito para resolver a questão da anexação, mas acabou cedendo à pressão de Hitler e renunciou em 11 de março. No dia seguinte, 12 de março, as tropas alemãs, acompanhadas por Hitler, entraram na Áustria.

O *Anschluss* – anexação – da Áustria à Alemanha foi realizado e aprovado em plebiscito em abril, quando mais 99% do povo austríaco mostrou-se favorável à união. Judeus e outras minorias foram impedidos de votar. A Áustria existiu como um estado da Alemanha até o final da Segunda Guerra Mundial (BARTROP; DICKERMAN, 2017: 53).

¹¹⁵ Seu nome consta da lista de italianos mortos na Áustria. Disponível em: <https://dimenticatidistato.com/2017/02/05/italiani-nati-allestero-sepoliti-nei-cimiteri-militari-italiani-in-austria-germania-e-polonia/>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹¹⁶ Arolsen Archives. Disponível em:

<https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/1348/53468775/001.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2019.

¹¹⁷ *Państwowe Muzeum na Majdanku*. Disponível em: <http://www.majdanek.eu/pl/prisoners-results?id=15504>. Acesso em: 19 ago. 2019.

A campanha contra os judeus teve início logo após a anexação, quando os líderes das comunidades judaicas foram presos e deportados para o campo de Dachau (Alemanha). As Leis de Nuremberg também passaram a vigorar naquele país, seguidas de diversos decretos antissemitas que tolheram as liberdades dos judeus, impedidos de exercer quase todas as profissões e excluídos das escolas e universidades. Ao mesmo tempo, os nazistas forçaram a emigração dos judeus, que precisaram abandonar seus bens e pagar um imposto sobre a emigração, o *Reichsfluchtsteuer*. Os judeus também foram obrigados a usar uma estrela amarela – *Judenstern* – a partir de 19 de setembro de 1941, por ordem do governo alemão. A estrela deveria ter o tamanho da palma da mão e ser costurada na roupa, do lado esquerdo do peito, na altura do coração, para que fosse perceptível.

Na noite de 9 a 10 de novembro, assim como aconteceu na Alemanha, a *Kristallnacht* também ocorreu na Áustria, com sinagogas queimadas e destruídas, lojas judaicas saqueadas. Centenas de judeus foram presos e deportados para o campo de concentração de Dachau.

Mais tarde, pelo menos dois brasileiros, nascidos na Áustria, foram levados já em plena guerra ao campo de Vittel, na França ocupada:

BRONSTEIN, Chascel: nascido em 14 de julho de 1899, em Tuchow (Áustria) internado no campo de Vittel¹¹⁸;

FINK, Regina: nascida em 21 de janeiro de 1870, em Wisnicz (Áustria), nacionalidade brasileira, também internada no campo de Vittel.¹¹⁹

Infelizmente nem todos conseguiram sobreviver:

MESSNER, Francisco José (Franz Josef Messner): nascido em 8 de dezembro de 1896, em Brixlegg (Áustria), naturalizado brasileiro em 1931. Foi vice-cônsul brasileiro em Viena entre 1927/1931, delegado comercial do Brasil na Áustria e na Hungria, representante do Instituto do Café de São Paulo, além de diretor geral da Semperit-Werke AG (empresa produtora de borracha na Áustria).¹²⁰

Francisco Messner gozava de prestígio no primeiro governo Vargas, conforme o historiador Carlos Augusto Silva Didati (2007: 32-35), mas em dezembro de 1942, o MRE solicitou informações a seu respeito junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores “por suspeita de tratar-se de um agente a serviço do inimigo”. Na realidade, Messner integrava o

¹¹⁸ Ver item relacionado a brasileiros em espaços de reclusão – França – internamento no campo de Vittel.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Francisco Messner também é mencionado no tópico relacionado a internamento na França no início da guerra.

grupo de espionagem CASSIA, também chamado *Maier-Messner Ring*, que cooperava com os Aliados. Em 1944, com a ocupação da Hungria, a atuação do grupo foi descoberta culminando com a prisão de Messner e seus companheiros. Levados a Viena, foram julgados naquele ano e seus defensores, em razão de sua situação como brasileiro naturalizado, propuseram sua troca por alemães presos no Brasil. No entanto, nesse mesmo ano o país já estava em guerra com a Alemanha.

Figura 39 - Grupo de espionagem CASSIA na Segunda Guerra Mundial Áustria
Um relato das contribuições para o esforço de guerra dos Aliados. Os integrantes do grupo, incluindo Messner (à direita), estão retratados na capa do livro. Disponível em: <https://www.amazon.com/CASSIA-Ring-World-Austria-Maier-Messner/dp/1476669694>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

Uma tentativa de contato foi feita pelos defensores com o núncio apostólico na Suíça e com a Embaixada daquele país em Berlim, em busca de apoio do Vaticano. Foi em vão: Messner e seus companheiros foram considerados culpados de espionagem e traição. Foram condenados à morte em 28 de outubro de 1944 e enviados ao campo de concentração de Mauthausen. Um ex-prisioneiro daquele campo, Ernst Martin, revelou como foi o assassinato de Messner, conforme consta em um documento sob a guarda do Dokumentationsarchiv des österreichischen Widerstandes – Arquivo de documentação da resistência austríaca:

Em 23 de abril de 1945, às 15h, o comandante SS Standartenführer Franz Ziereis foi pessoalmente ao bunker e ordenou que eu liderasse 40 prisioneiros, incluindo o Dr. Franz Messner, ao porão de gás. Messner queria me dizer alguma coisa quando saiu da cela, mas a presença do comandante impediu isso. [...] O comandante deixou o gás

entrar. O gás funcionou, porque depois de 5 minutos eu tive que abrir as portas e ligar os ventiladores. Os corpos foram incinerados no crematório de KL Mauthausen naquela mesma noite, de 23 a 24 de abril de 1945 (Tradução nossa).¹²¹

Doze dias após a morte de Messner, o campo de Mauthausen foi libertado pelas forças americanas. Enquanto isso, no Brasil, “o Ministério da Justiça, sem mais notícias dele, se via às voltas com um processo destinado a ratificar ou não sua naturalização”. Para a burocracia, Messner estava ausente do Brasil por um período superior a dois anos e o seu processo foi arquivado (DIDATI, 2007: 33).

Figura 40 - Francisco José Messner
Prisioneiro do campo de Mauthausen (Áustria) entre 1944 e 1945. Fotografia não identificado. *Gestapo database (Katholisch-konservatives Lager), Political victim database*. Disponível em: <https://www.doew.at/result>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SCHNEIDER, Arthur: nascido em 3 de outubro de 1919, em São Paulo (SP). Vivia na localidade de Eldbach quando levado como prisioneiro político para o campo de Mauthausen, onde morreu em 8 de fevereiro de 1940.¹²²

Bélgica

A Alemanha invadiu a Bélgica em 10 de maio de 1940 e, em pouco mais de duas semanas (28 de maio), o país rendeu-se obedecendo à ordem do rei Leopoldo III. Viviam ali cerca de 70 mil judeus, muitos deles imigrantes da Europa Central e Oriental, sendo que a

¹²¹ *Dokumentationsarchiv des österreichischen Widerstandes* – Arquivo de documentação da resistência austríaca. Disponível em: <https://www.doew.at/erinnern/fotos-und-dokumente/1938-1945/schlaglichter/23-april-1945-20> e em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/index.php?id=4&p=174257#>. Acessos em: 04 jul.2020.

¹²² Disponível em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/index.php?id=4&p=865> e em: <https://www.doew.at/result>. Acessos em: 04 jul. 2020.

maioria residia em Bruxelas e Antuérpia. Após a invasão, foram enviados para campos de internamento na França, e, mais tarde, deportados para diferentes destinos.

Ainda em 1940, como nos demais países ocupados, foi promulgada uma legislação antijudaica e em 1941 ocorreu a arianização das propriedades e empresas cujos proprietários eram judeus. Em meados de 1942, os judeus foram levados para o campo de trânsito de Dossin, na cidade de Mechelen, que fica entre Antuérpia e Bruxelas. As deportações tiveram início em agosto daquele ano e se prolongaram até meados de 1944. Vinte e oito transportes levaram os prisioneiros para Auschwitz e quatro para outros campos: um para Ravensbrück-Buchenwald, um Bergen-Belsen, e dois para Vittel¹²³. Foram deportadas mais de 25.500 pessoas e a maioria morreu nos campos.¹²⁴

Os brasileiros abaixo mencionados foram levados do campo de trânsito de Dossin (Bélgica) para Vittel (França) para permuta com alemães presos no Brasil:

CARVALHO, Berthe: nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 2 de novembro de 1927, foi transferida do campo Dossin para o campo de Vittel em 20 de junho de 1944¹²⁵;

GOLDSTEIN, Lucien: natural de Bruxelas, nascido em 12 de fevereiro de 1892, e a filha **Lucienne Goldstein**, nascida em São Paulo (SP), em 30 de novembro de 1923, foram transportados para Vittel em 23 de fevereiro de 1944.¹²⁶

Outros brasileiros na Bélgica tiveram um trágico destino:

HENING, Marco: nasceu em Vitória (ES), em 23 de novembro de 1927, filho de Armand Hening e Rifka Regina Karafiol. Estudante e judeu, foi levado para Dossin e deportado no Transporte XXII B, em trem de carga, com mais 793 pessoas para Auschwitz em 20 de setembro de 1943¹²⁷, onde morreu em data desconhecida. Seu número de prisioneiro no trem era 239. Em

¹²³ Os brasileiros mencionados no item referente ao internamento em Vittel, França, foram deportados nesses transportes.

¹²⁴ *European Holocaust Research Infrastructure*. Disponível em: <https://portal.ehri-project.eu/countries/be>. Acesso em: 28 maio 2019.

¹²⁵ Kaserne Dossin. Disponível em:

<https://beeldbank.kazernedossin.eu/index.php/image/zoom/da2f0495f9934860a10032c885691be20e2237073db04ba793894ea061da8501961c4aeefa7a4f15ae4627633420b940?s=5d88281def96e&c=1>.

Acesso em: 28 maio 2019.

¹²⁶ Kaserne Dossin. Disponível em:

<https://beeldbank.kazernedossin.eu/index.php/image/watch/501851988ac145128bf4c04b68e056a4ae3e88419fe6416b99c7f0b0275bb634656667a607434f128018263b43a793b4?s=5ec85d2f8e728&c=0>.

Acesso em: 28 maio 2019.

¹²⁷ Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=7848633&ind=1>.

Acesso em: 28 maio 2019.

1927, meses antes de Marco nascer, seu pai, Armand, abriu com um sócio um comércio especializado em linho belga em Vitória, conforme o *Diário da Manhã* que estampava a publicidade da empresa.

Figura 41 - Publicidade da empresa Hening & Israel
Diário da Manhã (ES), 10 de maio de 1927, p 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/572748/27524>. Acesso em: 28 maio 2019.

Marco, o irmão Jacques, Armand e Rifka Regina foram todos deportados para Auschwitz, onde morreram.

Hening, Marco, né à Victoria (Brésil) le 23 novembre 1927, fils Hening Marco ,
 geboren te Victoria (Brazilië) , op 23 Novem de Hening , Armand et de Karafiol ,
 Rifka - Rebecca - Régine , sans pro - ber 1927 , zoon van Hening , Armand...

Figura 42 - Menção a Marco Hening
Belgisch Staatsblad, 18 de novembro de 1948. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=1NjFq3EIP2EC&dq=ARMAND%20HENING&hl=pt-BR&pg=PA10329#v=onepage&q=ARMAND%20HENING&f=false>. Acesso em: 28 maio 2019.

MEIBOOM, Marthe: nasceu em São Paulo (SP), em 5 de janeiro de 1925, filha de Issac e Fanny (Leens) Meiboom, era estudante. Apesar de ter nascido no Brasil, foi considerada apátrida e levada para Dossin, de onde foi deportada no Transporte XVI, em 31 de outubro de

1942, em trem de carga, como prisioneira número 96, para Auschwitz. Ali morreu, sem menção de data.¹²⁸

16 MAI 1948. — 16 MEI 1948.		4043
Leens, Fanny, née à Anderlecht, le 28 janvier 1885, sans profession, domiciliée à Uccle, 115A, rue Vanderkindere, fille de André Leens et de Marie-Anne Seemer, épouse de Isaac Meiboom, fin 1942, à Auschwitz.	Leens, Fanny, geboren te Anderlecht, op 28 Januari 1885, zonder beroep, wonende te Ukkel, 115A, Vanderkinderestraat, dochter van André Leens en van Marie-Anne Seemer, echtgenote van Isaac Meiboom, einde 1942, te Auschwitz.	
Meiboom, Marthe, née à Sao-Paulo (Brésil), le 5 janvier 1924, sans profession, célibataire, domiciliée à Uccle, 115A, rue Vanderkindere, fin 1942, à Auschwitz.	Meiboom, Marthe, geboren te Sao-Paulo (Brazilië), op 5 Januari 1924, zonder beroep, ongehuwd, wonende te Ukkel, 115A, Vanderkinderestraat, einde 1942, te Auschwitz.	
Gyselincx, Jan-Léo, né à Gand, le 22 février 1922, fils de Gyselincx, Michel, et de De Bruyne, Augusta-Louise, filassier, domicilié à Gand, Kraanlei, 4, célibataire, Nordhausen, le 3 ou 4 avril 1942.	Gyselincx, Jan-Léo, geboren te Gent, op 22 Februari 1922, zoon van Gyselincx, Michel, en van De Bruyne, Augusta-Louise, vlasschewerker, wonende te Gent, Kraanlei, 4, ongehuwd, te Nordhausen, op 3 of 4 April 1942.	

Figura 43 - Menção à Marthe Meiboom

Belgisch Staatsblad. - 16 de maio de 1948. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=ecNrTqV_LTAC&hl=pt-BR&pg=PA3583#v=onepage&q&f=false.

Acesso em: 28 maio 2019.

RAFALESKO, Toni: embora nascido em São Paulo (SP), em 28 de setembro de 1903, mecânico, foi classificado como apátrida e levado a Dossin em 15 de janeiro de 1943. Foi deportado para Auschwitz no Transporte XVIII, sob o número 734, sem informação da data de sua morte.¹²⁹

Croácia

A Iugoslávia foi invadida pelas tropas alemãs em abril de 1941. O país foi dividido entre a Alemanha, Itália, Bulgária e Hungria, e criado um estado fantoche: Estado Independente da Croácia, governado pelo movimento fascista Ustacha.¹³⁰ O regime colocou em prática a

¹²⁸ Yad Vashem, judeus deportados da Bélgica – Jewish Museum of Deportation and Resistance at Mechelen/Malines. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=7854698&ind=1>. Acesso em: 28 maio 2019.

¹²⁹ Yad Vashem: judeus deportados da Bélgica - Jewish Museum of Deportation and Resistance at Mechelen/Malines. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=7857308&ind=1>. Acesso em: 28 maio 2019.

¹³⁰ O movimento fascista Ustacha foi fundado por Ante Pavelic, ultranacionalista, xenofóbico, antissemita e anticomunista. Desprezando a democracia, tinha como objetivo tornar o país mais “puro” matando sérvios, judeus e ciganos com brutalidade. A política de extermínio dos sérvios promovida pelo Ustacha fez com que grandes massacres contra pessoas dessa etnia ocorressem ainda em 1941. Também foram construídos vários campos de concentração e o principal campo de extermínio foi o complexo de Jasenovac, onde morreram milhares de pessoas. Apesar dos grupos de resistência iugoslavos, os fascistas controlaram o país até maio de 1945.

eliminação de estrangeiros, perseguindo e matando judeus, sérvios e ciganos para fortalecer as relações com a Alemanha.

Também foi imposta uma legislação antissemita que retirou a cidadania dos judeus e aprovados atos de exclusão e terror. Foram criados campos de concentração para exterminar, de diversas formas, aqueles considerados inimigos. Cerca de 30 mil judeus; 25 mil a 30 mil ciganos e mais de 350 mil sérvios foram eliminados no Holocausto na Croácia.¹³¹

Duas brasileiras foram identificadas na Croácia naquele período:

KERPNER-ROZENBAUM, Fani (Fanika)¹³²: nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 6 de outubro de 1897. Mudou-se para a Croácia em 1921 depois de se casar com Jacov Kerpner e era artesã em Zagreb. Após o estabelecimento, em 1941, do Estado Independente da Croácia, ela fugiu para a costa croata. O marido, Jacov, e filho, Brankov, foram levados a campos e mortos pela milícia Ustacha. Fani foi internada pelos italianos no início de novembro de 1942 no campo de Kraljevica e levada em junho de 1943 para o campo de Rab, onde ficou até agosto daquele ano, quando as autoridades militares italianas ordenaram a libertação dos judeus daquele local. Fani Kerpner uniu-se, em setembro de 1943, ao Exército Partisan Iugoslavo (NOV). No Yad Vashem, no entanto, há a informação de que teria morrido na Iugoslávia em 1945¹³³;

ROZENBAUM, Jozefina: nascida em Petrópolis (RJ) em 1898. Vivia em Zagreb e teve o mesmo destino da irmã Fani, sendo levada aos mesmos campos e se unido aos *partisans* iugoslavos. Seu destino é desconhecido.

Espanha

Entre 1940-1947, o campo de concentração de Miranda de Ebro, criado em 1937 no norte da Espanha com o objetivo de prender republicanos, foi o principal local de aprisionamento de estrangeiros capturados na guerra civil espanhola; judeus e não judeus que tentavam atravessar a fronteira de forma ilegal em busca da liberdade e fugindo dos nazistas; e, já no final da guerra, vários militares alemães e colaboradores. Historiadores estimam que,

¹³¹ *Collaboration outside of Germany*, Wiener Holocaust Library. Disponível em: <https://www.theholocaustexplained.org/resistance-responses-collaboration/collaboration-outside-of-germany/croatia/>. Acesso em: 25 out. 2020.

¹³² Fani Kerpner-Rozenbaum e a irmã Jozefina Rozenbaum têm seus nomes citados na relação de passaportes concedidos pela Legação do Brasil em Belgrado durante o mês de dezembro de 1939, Leg. Belgrado 1940 – Anexo 1. Teleg..R. 1939-1950 (jun/set) 4.2, Maço 9. AHI/RJ. O nome de Fani Kerpner Rozenbaum consta do *Židovski biografski leksikon* (Léxico biográfico judaico). Disponível em: <https://zbl.lzmk.hr/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

¹³³ Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=4372704&ind=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.

nesse período, os franceses formaram o maior contingente de prisioneiros. Matilde Eiroa e Concha Pallarés, em seu artigo “Uncertain Fates: Allied Soldiers at the Miranda De Ebro Concentration Camp”, assim descrevem a situação dos presos estrangeiros oriundos de diversos países na Espanha de Franco:

Entre os campos de concentração espanhóis, Miranda de Ebro (na província de Burgos) é único, não só porque os prisioneiros da frente norte da Guerra Civil Espanhola foram detidos lá, mas principalmente porque também foi usado como um campo de detenção para refugiados que fugiam do terror nazista durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente entre 1940 e 1943. [...] o início de 1943 tornou-se a época de um máximo afluxo de fugitivos franceses com vinte e poucos anos que cruzaram a fronteira espanhola [...]. De acordo com dados do Ministério do Exterior, entre novembro de 1942 e dezembro de 1943, 14.862 cidadãos franceses estavam presos em Miranda (EIROA; PALLARÉS, 2014:28; 43; 46, tradução nossa).

Os nazistas passaram a integrar a direção do campo com Paul Winzer, após a visita de Heinrich Himmler à Espanha em 1940, sendo que vários estrangeiros deste campo foram entregues aos alemães. Estes brasileiros são mencionados como presos em Miranda de Ebro:

GARCIA SOPEDRA, José: nas pesquisas realizadas nos Arolsen Archives foi encontrada uma lista parcial de internados, elaborada pela Cruz Vermelha espanhola, em 31 de outubro de 1941, onde consta o nome de José Garcia Sopedra acompanhado da palavra “Brasil”. No Diário Oficial do Ministério da Guerra da Espanha, datado de 30 de junho de 1936, o mesmo nome está registrado com a informação do Rio de Janeiro, na Argentina (sic) como local de nascimento. O nome de Sopedra consta de uma relação de soldados expulsos do exército no Marrocos.¹³⁴

Figura 44 - José Garcia Sopedra

Prisioneiros internados no campo Miranda de Ebro na Espanha. Os nomes que seguem também podem se referir a brasileiros. Arolsen Archives. *List of the internees in the camp Miranda de Ebro (Ebb) Spain 31.10.1941 (Lista de Internos no campo de Miranda de Ebro (Ebb) Espanha 31.10.1941)*. Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/en/archive/1-1-47-1_55000/?p=1. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹³⁴ *Diário Oficial do Ministério da Guerra da Espanha*, 30 jun. 1936. Disponível em: http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=15487. Acesso em: 15 ago. 2020.

O portal de genealogia Ancestry revela que havia 14 brasileiros presos em Miranda de Ebro entre 1940 e 1947, incluído José Sopedra com outra grafia – Sopecha. Dentre os nomes com nacionalidade brasileira, sem qualquer outra menção, foram identificados: **ARIRA**, Maurice; **CASAS**, Andres (cujo nome aparece na figura 44); **CASEJO**, Jeronimo; **COSTA**, Diego (mencionado 2 vezes); **GARCIA**, Ramon; **GONZALES**, Valdemar (seu nome também consta da relação da figura 44); **JIMENES**, Pedro; **MATALEON**, Carlos; **MATALEON**, Manuel; **MATIAS**; **RIBEIRO**, José de Castro; **RUDZKI**, Czeslaw; e **SOPECHA**, José.¹³⁵

Holanda

A ocupação na Holanda teve início em 10 de maio de 1940, logo após a rainha Guilhermina e seu gabinete refugiarem-se na Inglaterra. No dia 14, o comandante em chefe rendeu-se diante da ameaça de bombardeio às cidades de Rotterdam (que ainda assim foi bombardeada) e Utrecht, sendo imposta uma administração civil. Assim como nos demais países, foi adotada uma legislação contra a população judaica.

Em janeiro de 1941, houve o registro dos judeus do país, com um total de 159.806 pessoas registradas, incluindo 19.561 nascidas de casamentos mistos e em torno de 25 mil refugiados judeus do Reich alemão.¹³⁶ Em fevereiro de 1941, ocorreram manifestações antijudaicas em Amsterdã, provocadas pelos nacional-socialistas holandeses apoiados pelos alemães. Após um incidente com a polícia alemã em um estabelecimento comercial judaico em Amsterdã, a SS prendeu cerca de 400 judeus levando-os a um campo de concentração. Na sequência, *razzias* violentas provocaram uma greve de protesto por parte dos holandeses e que tomou os alemães de surpresa, porém foi reprimida.

Novas medidas contra os judeus passaram a ser implementadas, isolando-os e os despojando de seus bens. Também foi criado o Conselho Judaico de Amsterdã em fevereiro de 1941, órgão que passou a ter abrangência nacional. As deportações tiveram início em julho de 1942, e os nazistas fizeram uso de uma cilada, chamando os judeus para a emissão de documentos de exceção de deportação. Dessa forma, a população judia foi transportada aos poucos para os campos de Westerbork e Vught e depois para a Polônia, para Auschwitz-Birkenau e Sobibor.

¹³⁵ Disponível em: <https://www.ancestry.co.uk/search/collections/5502/?race=brazilian&nreg=1>. Acesso em: 06 mar. 2021.

¹³⁶ USHMM. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-netherlands>. Acesso em: 25 out. 2020.

A polícia holandesa, como ocorreu em vários países, colaborou com as autoridades alemãs na captura dos judeus nas casas e nas ruas. No último trem que partiu de Westerbork para Auschwitz-Birkenau, em 3 de setembro de 1944, entre os deportados estava a família de Anne Frank.

Entre os cartões de registro do *Judenrat* (Conselho Judaico) do *Juden Viertel* (bairro judaico) de Amsterdã, foram encontrados Henrij Cosman e sua irmã Berthe Camille, dois brasileiros:

COSMAN, Henrij: nascido em São Paulo (SP), em 3 de janeiro de 1918, judeu, comerciante e sua irmã, **Berthe Camille COSMAN**¹³⁷, **ROOT** de casada, também nascida em São Paulo (SP) em 20 de março de 1922, filhos de Simon Cosman e Rosine van Straten. Seus nomes constam dos cartões de registro emitidos em Amsterdã.¹³⁸ Ambos foram levados ao campo de Vittel (França) e são mencionados no item referente ao internamento de brasileiros naquele campo e sobreviveram.

Hungria

O extermínio da população judaica de Hungria teve início já na derrocada nazista, isto é, em 19 de março de 1944, com a ocupação do país, quando grande parte dos judeus da Europa já havia sido exterminada. Porém, desde 1938 existia uma legislação antijudaica limitando a participação dos judeus na economia e nas profissões. Esta legislação foi ampliada posteriormente com a designação dos judeus como um grupo racial e a imposição de trabalhos forçados aos jovens judeus em idade militar¹³⁹, entre outros decretos. Ainda assim, os membros da comunidade judaica nativa, que se viam como “Magiares de fé israelita”, iludiram-se de que, ao contrário dos judeus dos países vizinhos, sobreviveriam à guerra (BRAHAM, 2000: 30).

Logo que Hitler assumiu na Alemanha, em 1933, o governo húngaro mostrou disposição de se aliar, a fim de recuperar territórios perdidos na Primeira Guerra Mundial. Em outubro de 1940, o país passou a integrar as forças do Eixo. Com a invasão da Iugoslávia, em 1941, a

¹³⁷ Arolsen Archives: Henrij Cosman, disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01020402/0028/112788596/001.jpg>.

Berthe Camille Cosman, disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01020402/0028/112787465/001.jpg>. Acessos em: 10 out. 2010.

¹³⁸ O bairro judaico de Amsterdã foi transformado em gueto e para lá foram levados os judeus da província com o engodo de que partiriam do porto da cidade.

¹³⁹ A respeito dos trabalhos forçados para os judeus, ver FROJIMOVICS Kinga. *Jewish Budapest: Monuments, Rites, History*, Central European University Press, 1999; e ROZETT, Robert. *Conscripted Slaves: Hungarian Jewish Forced Laborers on the Eastern Front during World War II*. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/articles/general/conscripted-slaves-hungarian-jewish-forced-laborers.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

população judaica nos territórios húngaros cresceu para 725 mil, além de 100 mil judeus que tinham se convertidos ao cristianismo, mas que foram “racialmente” considerados judeus (BRAHAM, 2000: 25-27). A maior comunidade residia em Budapeste. Ainda em 1941, cerca de 18 mil judeus classificados pelas autoridades húngaras como “judeus estrangeiros” foram deportados para a Ucrânia, onde a maioria foi assassinada.¹⁴⁰

Percebendo a possibilidade da derrota alemã, o regente húngaro Horthy tentou desistir da aliança com Hitler, mas o país foi invadido em março de 1944. A partir de então, a estrutura governamental passou a facilitar a implementação da “Solução Final” contra o “inimigo em comum”, ou seja, os judeus. Em pouco tempo, a Hungria estava *Judenrein*, isto é, livre de judeus, exceto a capital. Entretanto, algumas semanas depois, entre 15 de maio e 9 de julho, em torno de 430 mil judeus húngaros foram deportados, principalmente para Auschwitz (Polônia).

A historiadora Chava Baruch¹⁴¹, em entrevista publicada no portal na internet do Yad Vashem, sob o título de “The Hungarian Tragedy in Retrospect”, menciona que “[...] deve ficar claro que sem a colaboração próxima e eficiente das autoridades húngaras, os nazistas não poderiam ter concluído esta missão em tão pouco tempo”.

Em 15 de outubro de 1944, Horthy encerraria a aliança com a Alemanha, mas os nazistas colocaram no poder Ferenc Szalasi, líder da Cruz Flechada, partido fascista e antissemita que aterrorizou a comunidade de Budapeste, expulsou 80 mil judeus para a fronteira da Áustria e assassinou cerca de 20 mil às margens do Rio Danúbio.¹⁴²

A Hungria foi libertada pelo exército soviético em abril de 1945. O número total de judeus húngaros que morreram no Holocausto chegou a mais de 560 mil e isso já no último estágio da guerra. Nas pesquisas realizadas até o presente não foram encontradas vítimas fatais, mas apenas dois sobreviventes:

SCHLESINGER, Agnes: nascida em 1931 São Paulo (SP), judia, listada como sobrevivente em Budapeste em 1946 pelo *Hungarian Jewish Victims: Names from the Nevek Project* via USHMM.¹⁴³

¹⁴⁰ “Historical Background: The Jews of Hungary During the Holocaust”. Yad Vashem. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/articles/general/jews-of-hungary-during-the-holocaust.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹⁴¹ Chava Baruch, nascida na Hungria, bacharel em História Geral pela Universidade de Tel Aviv, com Mestrado em Estudos Judaicos, com o foco no gueto de Budapeste em 1944, pela Universidade Hebraica de Jerusalém, e doutorado na percepção mundial dos judeus neológicos em Budapeste entre 1919-1943.

¹⁴² As vítimas foram forçadas a tirar seus sapatos e encarar seus executores antes de serem mortas e caírem nas águas geladas do rio Danúbio. Uma trilha de sapatos de ferro é hoje um monumento aos executados às margens do Danúbio durante a Segunda Guerra Mundial, em Budapeste (Hungria). Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/places/shoes-on-the-danube-promenade>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹⁴³ Disponível em: https://www.ushmm.org/online/hsv/person_view.php?PersonId=5941135. Acesso em: 05 maio 2019.

STERN, Andor: nasceu em São Paulo (SP) em 17 de junho de 1928. Ele talvez seja um dos raros brasileiros natos a ter sua vida contada em livro pelo historiador Gabriel Davi Pierin, em *Uma Estrela na Escuridão*. Quando tinha três anos, o pai, médico, seguiu com a família para a Índia a trabalho. Mais tarde, viajaram à Hungria, para visitar parentes em Budapeste e por lá permaneceram. Em 1938, o pai abandonou a família e fugiu.

Em 1941, o governo húngaro passou a apoiar a Alemanha contra a Rússia e estabeleceu um decreto antissemita que exigia que todo judeu apresentasse prova de cidadania para continuar a residir no país. Quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo em 1942, Andor, então com quase 14 anos, foi considerado cidadão de país inimigo e internado em um campo, de onde conseguiu fugir e retornar a Budapeste e passou a viver escondido.

Com a ocupação do país em março de 1944, tiveram início as deportações para Auschwitz. Esse também foi o destino de Andor, tatuado com o número “83892”, e levado para Buna (Auschwitz III) em trabalho escravo. Mais tarde, foi conduzido a Varsóvia e de lá, quando a cidade foi bombardeada, numa marcha para Dachau, na Alemanha. Seguiu depois para Mühldorf e Waldlager (Alemanha) e no final da guerra, doente e faminto, foi abandonado junto com outros judeus num vagão lacrado para morrer. Em 1º de maio de 1945, sem ter noção de quanto tempo ficara preso no trem, foi libertado pelas tropas americanas. Voltou a Budapeste em busca da família e em 1948, finalmente, chegou a São Paulo, sua cidade natal, sozinho, sem dinheiro e sem falar o português, para começar uma nova vida.¹⁴⁴

Figura 45 - Andor Stern
em entrevista concedida à equipe Arqshoah. São Paulo, 24 de outubro de 2015.
Projeto Vozes do Holocausto/Arqshoah-LEER-USP.

¹⁴⁴ Andor Stern concedeu entrevista ao Arqshoah – Arquivo Virtual sobre Holocausto – em 24 de outubro de 2015, publicada na íntegra no livro *Entre Mundos: História e Memória dos sobreviventes do Holocausto*, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; COLFFIELD, Carol. São Paulo: Perspectiva; 2018: 41-59.

Konzentrationslager Dachau Haftart: Pol. V. H. G. Nr. 83892

Name und Vorname: Stern Andor

geb.: 9.7.1928 zu Sao Paulo (Amerika)

Wohnort: Ujpest, Geheugen - ita/c

Beruf: Feinmechaniker Rel.: unv.

Staatsangehörigkeit: unv. Stand: ledig

Name der Eltern: Stern Bloan, Schägerm Julia Rasse: jud

Wohnort: Ujpest Ujpest Auschwitz

Name der Ehefrau: _____ Rasse: _____

Wohnort: _____

Kinder: _____ Alleiniger Ernährer der Familie o. der Eltern: _____

Bildung: _____

Militärdienstzeit: _____ von-bis _____

Kriegsdienstzeit: _____

Größe: 188 Nase: norm Haare: braun Gestalt: mittel

Augen: blau Gesicht: länglich Ohren: norm

Sprache: ung. Augen: blau Zähne: gesund

Ansteckende Krankheiten oder Gebrechen: _____

Besondere Kennzeichen: _____

Rentenempfänger: _____

Verhaftet am: 3. VII. 1944 wo: Ujpest

Mal eingeliefert: 27.7.44 Mal eingeliefert: _____

Einweisende Dienststelle: H. L. Kaschowitz

Grund: _____

Parteilzugehörigkeit: _____ von-bis _____

Welche Funktionen _____

Mitglied v. Unterorganisationen: _____

Kriminelle Vorstrafen: _____

Politische Vorstrafen: _____

Ich bin darauf hingewiesen worden, daß meine Bestrafung wegen intellektueller Urkundenfälschung erfolgt, wenn sich die obigen Angaben als Falsch erweisen sollten.

Unterschrift: Stern Andor. Der Lagerkommandant

Figura 46 - Ficha de encarceramento de Andor Stern

Documento do campo de Dachau (Alemanha) com dados pessoais, data da prisão, vindo de Auschwitz, e assinatura do prisioneiro. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/ SIMS/01010602/0128/55979888/001.jpg>.

Acesso em: 08 maio 2019.

Figura 47 - *Uma Estrela na Escuridão*
Biografia de Andor Stern pelo historiador Gabriel Davi Pierin. Acervo: Blima Rajzla Lorber.

Iugoslávia

A Iugoslávia foi estabelecida como país após a Primeira Guerra Mundial, com vários territórios e diferentes grupos étnicos que compunham uma população multinacional de cerca de 15,5 milhões de pessoas.¹⁴⁵ O antissemitismo não era significativo no país antes dos nazistas chegarem ao poder na Alemanha. Mas, como no resto da Europa, o nazismo também fez emergir ali o preconceito. Com a guerra em curso, o governo iugoslavo, que dependia economicamente da Alemanha, para apaziguar os alemães aprovou duas leis antijudaicas em outubro de 1940: uma de cotas para estudantes judeus em escolas secundárias e universidades; e outra com a proibição de comercializar alimentos.

Com o armistício da França, a imprensa iugoslava, controlada pelo governo, anunciou a chegada de uma nova era na Europa com importantes mudanças na sociedade. Na mesma época, foi lançada no país uma propaganda contra os maçons, seguida de uma campanha

¹⁴⁵ O Shoah Resource Center, da Escola Internacional para Estudos do Holocausto, instituto do Yad Vashem em Israel, classifica assim a composição da população do país: 43% sérvios, 34% croatas, 7% eslovenos e 7% macedônios. O restante da população era composto de alemães, húngaros, albaneses, ciganos e cerca de 80 mil judeus.

antisemita que acusava os judeus de especulação e manipulação financeira, além de exploração de trabalhadores (IVANKOVIĆ; STOJANOVIĆ. 2019: 89).

Em 13 abril de 1941, a Iugoslávia foi invadida pela Alemanha, Itália, Hungria e Bulgária. A rendição ocorreu cinco dias depois e o país foi dividido entre os ocupantes.¹⁴⁶ O destino dos judeus e dos ciganos ficou a cargo de cada um desses países. Até o presente, foi encontrado um sobrevivente brasileiro no país:

SPARENBLEK, Anton: nascido em Batatais (SP), em 19 de fevereiro de 1900, católico, sapateiro, residente na localidade de Podskrainik. Foi preso em 1943 e levado para Dachau (Alemanha), n.º de prisioneiro 59443. Foi libertado em Allach, o maior subcampo de Dachau, pelos americanos em 30 de abril de 1945.¹⁴⁷

Letônia

A Letônia era um país independente no entreguerras. Segundo estimativas da *Enciclopédia do Holocausto* do USHMM, em 1935, viviam no país cerca de 94 mil judeus com comunidades bem-organizadas, equivalendo a 5% da população total, sendo que metade vivia na capital, Riga. Em 1940, o país foi anexado pela União Soviética como resultado do Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em agosto de 1939 com a Alemanha.

Após a invasão alemã da União Soviética, em junho de 1941, o país foi ocupado em julho e integrado à administração civil alemã dos estados bálticos. De imediato, os nazistas passaram a perseguir judeus e ciganos, cooptando letões para aniquilá-los por razões raciais. Um dos principais colaboradores foi Viktor Arājs, que criou o “Comando Arājs”, notório por sua crueldade, responsável por milhares de mortes e destruição. Leis antijudaicas entraram em vigor e guetos foram estabelecidos nas cidades de Riga, Dvinsk e Liepāja.

Os primeiros assassinatos em massa ocorreram entre julho e setembro de 1941, em Riga, Daugavpils e em cidades menores. A segunda fase foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 1941: do Gueto de Riga cerca de 25 mil judeus foram conduzidos a pé até a floresta de Rumbula, onde foram assassinados em duas ações, em 30 de novembro e 8 de dezembro de 1941; aproximadamente três mil judeus de Liepāja foram aniquilados entre 15 e 17 de

¹⁴⁶ A Alemanha ficou com a Sérvia; a Macedônia foi anexada pela Bulgária; a Hungria com a região de Backa; a Itália ficou com Montenegro e a maior parte da Costa do Adriático; enquanto a Croácia, Bósnia e Herzegovina passaram a integrar o Estado Independente da Croácia.

¹⁴⁷ Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010602/0122/55985061/001.jpg>. Acesso em: 21 set. 2020.

dezembro. Outros milhares de judeus alemães e austríacos foram levados ao gueto de Riga em 1941 e no início de 1942 em torno de 20 mil deles foram assassinados. O gueto de Riga foi liquidado em dezembro de 1943. Três brasileiros foram identificados na Letônia naquele período:

KUSMANN, Aron: nascido no Brasil em 19 de julho de 1927, filho de Abraham e Mascha Kusmann, que vivia com os pais em Riga. Foi levado com a família para o gueto em 1941. Seu destino é ignorado¹⁴⁸;

LANDE, Raul: nasceu em São Mateus (ES?) em 15 de março de 1899. Vivia em Riga, onde se casou com Scheine, e trabalhava como correspondente. Como judeu, foi levado para o gueto de Riga em 1941, com destino também ignorado¹⁴⁹;

TSCHIPTSCHIN, Anita: nasceu no Brasil em 22 de abril de 1929. Ela e a mãe Eta viviam em Riga, no endereço Dzirnau 113-12. Anita foi evacuada para a Rússia.¹⁵⁰ O destino de ambas é ignorado.

Polônia

Uma semana antes da invasão da Polônia, em 23 de agosto de 1939, a Alemanha e a União Soviética assinaram um pacto de não agressão, o Pacto Molotov-Ribbentrop, mas que continha cláusulas secretas dividindo o país entre essas duas potências. Na madrugada de 1º de setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia dando início à Segunda Guerra Mundial na Europa. Três dias depois, a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha, porém sem qualquer ação. No dia 17 de setembro, as tropas de Stalin invadiram o país pelo lado oriental e a Polónia sucumbiu de vez.

Em 28 de setembro, a Alemanha e a União Soviética assinaram um acordo formal definindo as fronteiras da partição. A parte oriental tornou-se soviética e a ocidental, onde se concentrava grande parte da população judaica, tornou-se alemã. Os nazistas incorporaram ao Reich os territórios que eram alemães antes da Primeira Guerra, mais a cidade de Lodz e áreas vizinhas. O restante da Polónia ocupada tornou-se o Governo Geral (sob o tacão nazista), com

¹⁴⁸ Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=11755289&ind=1>. Acesso em: 22 out. 2020.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=11791539&ind=1>. Acesso em: 22 out. 2020.

¹⁵⁰ Esta informação tem como base uma lista de residentes judeus da Letônia e resulta de uma pesquisa do Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Letônia, sob a supervisão do Prof. Ruvin Ferber e com a cooperação dos Arquivos Históricos do Estado da Letônia em 2002. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=11765597&ind=1> e https://yvng.yadvashem.org/index.html?language=en&s_id=12309671&s_lastName=&s_firstName=&s_place=&s_dateOfBirth=&cluster=true. Acessos em: 22 out. 2020.

sede em Cracóvia. Com a invasão alemã da União Soviética, em 22 de junho de 1941, cessou o acordo assinado no pré-guerra.

Nesse período vários brasileiros ali se encontravam. Muitos deles viviam na capital, Varsóvia, estudando, trabalhando, em visita, ou constituíram família naquele país. A Legação brasileira em Varsóvia atuou até a data de 21 de setembro de 1939, sendo representada pelo ministro Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva, tendo como secretário João Ruy Barbosa.

Alguns brasileiros, judeus e não judeus, foram levados a campos de concentração na Polônia, Alemanha e França:

BRONSTEIN, Cecylie: nascida em Tarnów, em 25 de agosto de 1914, fotógrafa, de nacionalidade brasileira, levada primeiramente para o campo de internamento Liebenau-Meckenbeuren (Alemanha) e em janeiro de 1943 para o campo de Vittel (França)¹⁵¹;

BRONSTEIN, Ellen: nascida em Tarnów, em 28 de junho de 1931, nacionalidade brasileira, levada com os pais – Cecylie e Chascel (ele nascido na Áustria, vivendo na Polônia) – primeiramente para o campo de Liebenau-Meckenbeuren (Alemanha) e, em janeiro de 1943, para o campo de Vittel (França)¹⁵²;

GORLICKI, Israel (Izrael, Leo, Leon): nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de setembro de 1921, ou 1920 conforme o arquivo do campo de concentração de Dachau (Alemanha), que cita a cidade de Sosnowitz (local de nascimento seguido da informação Rio de Janeiro)¹⁵³ ou 1927 nos demais arquivos.¹⁵⁴ Vivia em Sosnowitz (Polônia), judeu e carpinteiro, foi deportado de Varsóvia para Dachau em 6/8/1944. Seu número de prisioneiro naquele campo era 90718;

GUTTMAN, Chil: nascido no Rio de Janeiro (RJ) em 1905, profissão não mencionada. Esteve no gueto de Lodz e em 1946 encontrava-se no campo de refugiados de Feldafing (Alemanha), conforme a publicação da *Sh'arit ha-pl'atah*¹⁵⁵;

¹⁵¹ Citada no tópico de internamento em Vittel, com dados da coleção World Jewish Congress, Arquivos da França 1944-1945, *Jewish holders of Latin American passports, 1943-1945, November 16, 1944.-160e (Judeus titulares de passaportes latino-americanos, 1943-1945, 16 de novembro de 1944.-160e)* e se referem a sobreviventes. Disponível em: <https://www.jewishgen.org/databases/>. Acesso em: 9 out. 2018.

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Arolsen Archives – Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010602/0006/55871248/001.jpg> e

https://www.ancestry.com/imageviewer/collections/61758/images/0123_69910844_1?treeid=&personid=&hintid=&queryId=9bf22b994c52a4017b668faae2b7e75e&usePUB=true&_phsrc=UoI18&_phstart=successSource&usePUBJs=true&_ga=2.78329236.1037990076.1602457976-729783927.1602457976&pId=1623309.

Acessos em: 1 out. 2020.

¹⁵⁴ Arquivos do *Pinkas HaNitzolim I – Register of Jewish Survivors I Lists of Jews Rescued in Different European Countries*. Jerusalem: Hamadis Liphshitz Press, 1945; *Sh'arit ha-pl'atah*, v.1. Munich: Central Committee of Jews in Bavaria, 1946.

¹⁵⁵ *Sh'arit ha-pl'atah*, traduzido como "Sobreviventes do Holocausto" ou literalmente como "Remanescentes Contados", livro publicado em 1946 pelo "Comitê Central dos Judeus na Baviera", em Munique, Alemanha. Na folha de rosto consta a seguinte informação: "uma extensa lista de sobreviventes da tirania nazista publicada para

LASSMAN, Abraham Israel: nascido em Santos (SP), em 18 de outubro de 1919, judeu, profissão não identificada, esteve em Auschwitz¹⁵⁶;

LASMAN (LASSMAN), Mindla: nascida em Santos (SP) em 15 de agosto de 1918, judia, contadora, vivia em Pabianice e foi levada para Piotrkow Trybunalski, o primeiro gueto estabelecido na Polônia¹⁵⁷;

OLKUSZEWSKI, Kostek: é possível que tenha nascido em Ponta Grossa (PR), em data ignorada. Foi preso e seu destino é ignorado. Sua irmã é citada abaixo;

OLKUSZEWSKA, Zofia: nasceu em Ponta Grossa (PR) em 13 de fevereiro de 1916, católica, contadora, foi prisioneira política em Auschwitz a partir de 27 de abril de 1942, sob o número 6874. Em 1944, foi transferida para Flossenbürg (Alemanha) onde foi libertada.¹⁵⁸

Figura 48 - Zofia Olkuszewska

Prisioneira política em Auschwitz, em 27 de abril de 1942, número 6847. Fotografia não identificada. Acervo: Auschwitz Memorial/Auschwitz Museum, Polônia. Disponível em: <http://auschwitz.org/en/museum/auschwitz-prisoners>. Acesso em: 08 out. 2017.

Os cinco brasileiros mencionados abaixo não sobreviveram:

CHALASA, Stanislaw: cristão, agricultor, nascido em Curitiba (PR) em 1912, morreu de

que os perdidos possam ser encontrados e os mortos trazidos de volta à vida". O livro contém os nomes de 61.387 judeus que sobreviveram ao Holocausto. Disponível em: www.jewishgen.org. Acesso: 1º out. 2020.

¹⁵⁶ Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/G/ITS_DATA_EXPORT_DP/03010101/1606/3359695/001.jpg. Acesso em: 1º out. 2020.

¹⁵⁷ Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/G/ITS_DATA_EXPORT_DP/03010101/1606/3359770/001.jpg. Acesso em: 1º out. 2020.

¹⁵⁸ Seu nome consta dentre os 17 mil nomes publicados nos 5 volumes do *Księga Pamięci. Transporty Polaków do KL Auschwitz z Krakowa i innych miejscowości Polski południowej 1940-1944 – Memorial Book Cracow – Livro Memorial: Transportes de Poloneses para Auschwitz de Cracóvia e Outras Localidades no Sul da Polônia 1940-1944*. PIPER, F; STRZELECKA, Varsóvia: Państwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau, 2002.

pneumonia 14 de outubro de 1943, às 17h50, no hospital de campo de concentração em Lublin (Majdanek), conforme certidão de óbito emitida pelas autoridades alemãs¹⁵⁹;

OLKUSZEWSKI, Boleslaw: nascido em Ponta Grossa (PR), em 4 de junho de 1901, cristão, bancário, preso político. Foi encarcerado sob custódia preventiva em Ebensee e morto em Wels, subcampo de Mauthausen (Áustria), em 12 de abril de 1945, sob o decreto *Nacht und Nebel* (inscrição de prisioneiro NN – Noite e Névoa).¹⁶⁰

A respeito dos “prisioneiros NN”, mantidos em completo isolamento para que ninguém soubesse sobre o seu paradeiro, Arendt (1998) elucida esta terrível ação nacional-socialista:

[...] Comparado a essa novíssima invenção de se fazer desaparecer até o rosto das pessoas, o antiquado método do homicídio, seja político ou criminoso, é realmente ineficaz. O assassino deixa atrás de si um cadáver e, embora tente apagar os traços da sua própria identidade, não pode apagar da memória dos que ficaram vivos a identidade da vítima. A operação da polícia secreta, ao contrário, faz com que a vítima simplesmente jamais tenha existido (ARENDR, 1998: 485).

Figura 49 - Primeiro time do “Polonia Bydgoszcz”

Fotografia após a fundação do clube em 1920. À esquerda, primeira fila, sentado Bolesław Olkuszewski ao lado seu irmão Kostka (Kostek Olkuszewski), goleiro¹⁶¹. Fotógrafo não identificado, 1920, em Bydgoszcz. Disponível em: <http://mlynskadroga.pl/historia-sportu/polonia-bydgoszcz-stulecie-istnienia-klubu-1920-2020/>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁵⁹ Documentos de encarceramento, documentos individuais – Lublin (Majdanek) Concentration Camp – Arolsen Archives. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01012302/0003/114356098/001.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2020.

¹⁶⁰ *Nacht und Nebel* (Noite e Névoa) foi o codinome do decreto de 7 de dezembro de 1941 emitido por Adolf Hitler e assinado pelo marechal-de-campo Wilhelm Keitel, chefe do Alto Comando das Forças Armadas Alemãs. Visava o sequestro de indivíduos que “colocavam em risco a segurança alemã” e que desapareciam sem deixar rastro. Após a captura, os presos eram levados para a Alemanha “de noite e na névoa” para julgamento por tribunais especiais. Este procedimento militar contornou as convenções a respeito do tratamento de prisioneiros. O codinome deriva da frase usada por Johann Wolfgang von Goethe para descrever ações clandestinas ocultas pelo nevoeiro e pela escuridão da noite.

¹⁶¹ Esta é uma das primeiras fotos da comunidade polonesa de eventos da cidade de Bydgoszcz, graças ao meticuloso trabalho de pesquisa de Marcin Drzewol. De acordo com a postagem no Facebook que leva o título de “100 lecie Piłkarskiej Polonii 1920-2020”: [...] sabemos mais sobre Bolek graças a Drzewol – ele nasceu em Ponta Grossa, no Brasil, em 4 de junho de 1901, e chegou a Bydgoszcz em 1920. Seu pai era coproprietário de “um depósito de máquinas e bicicletas e um corretor de imóveis”. Em 1923, o nome Olkuszewski desapareceu da lista de endereços de Bydgoszcz. Em 2 de setembro de 1944, Bolesław foi preso e levado ao campo de concentração de Mauthausen ou imediatamente ao subcampo KL Mauthausen-Gusen em Ebensee (Áustria), onde morreu em 12 de abril de 1945. Em seguida, Koźma (o irmão) foi preso (não há informações a respeito dele) [...]. Disponível em <https://www.facebook.com/2002675736466041/photos/a.2002715799795368/3076875292379408/?type=3>. Acesso em: 10 out. 2020.

SHNEIDERMAN, Ida: nascida no Brasil, judia, sem profissão, vítima, casada com Shmuel e com um filho de 2 anos. Viviam em Kalisz¹⁶²;

WEINBERG, Sura Faiga Malicka: nascida no Brasil em 1923, estudante, filha de Hana, estava no gueto de Opatow, na região de Kielce, foi deportada para o campo de extermínio de Treblinka (Polônia)¹⁶³;

WISZNIEWSKI, Alfons: nascido no Brasil em 8 de março de 1908, morreu em 4 de novembro de 1942, no KZ Lublin (Majdanek). Era católico, agricultor, e morava na cidade de Zwiartow. Morreu do coração e de má circulação, conforme informação do escritório de serviços públicos do governo da cidade de Lublin.¹⁶⁴

Brasileiros residentes em países não identificados

Os dois brasileiros mencionados abaixo foram levados a campos de concentração, mas não foi possível definir os países onde viviam:

ARON-MARTIN, Hubert: nascido em 8 de dezembro de 1912, no Rio de Janeiro (RJ), residência ignorada, preso em Auschwitz (Polônia). Com a proximidade do Exército Vermelho foi levado para o campo de Mauthausen (Áustria), aonde chegou em 25 de janeiro de 1945. Este foi o primeiro comboio de evacuação da Polônia considerado o transporte numericamente mais importante, no qual constavam 5.714 presos registrados entre os números 116502 e 122214, sendo o número de Aron-Martin 116519. Foi levado para os campos de trabalhos forçados de Melk (29 janeiro de 1945), Amstetten (23 de março de 1945) e Ebensee (4 de abril de 1945)¹⁶⁵. Este último campo foi liberado em 6 de maio de 1945, mas Aron-Martin morreu naquele local em 19 ou 20 daquele mesmo mês¹⁶⁶;

KUROWSKI, Francis: nascido(a) no Brasil em 14 de abril de 1892, judeu (ou judia), residência e profissão indefinidas, sobrevivente. Integrou o grupo de 200 judeus que chegaram ao campo de refugiados da United Nations Relief and Rehabilitation Administration – UNRRA, conhecido como “Campo Joana D’Arc” para refugiados, em Philippeville, na Argélia, em 1945,

¹⁶² Informação do seu cunhado Chaim Shneiderman na Base de Dados de vítimas da Shoah no Yad Vashem. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=964193&ind=1>. Acesso em: 13 jul. 2020.

¹⁶³ Conforme testemunho de sua prima, Sara Dayan Strassberg, no Yad Vashem. Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=3916226&ind=1>. Acesso em: 18 ago. 2020.

¹⁶⁴ Arolsen Archives: Fichas Pessoais de Encarceramento – Lublin (Majdanek) Concentration Camp. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/remote/collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01012302/0018/114452330/001.jpg?width=700>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁶⁵ Subcampos de Mauthausen.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.gedenkstaetten.at/raum-der-namen/cms/index.php?id=4&p=140188&L=1>. Acesso em: 20 maio 2020.

como parte da troca de 200 prisioneiros com nacionais da América do Sul e do Norte, transportados do campo de concentração de Bergen-Belsen (Alemanha) para a Suíça em 25 de janeiro de 1945 e, posteriormente, levados para a Argélia.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Disponível em: https://www.jewishgen.org/databases/jgdetail_2.php. Acesso em: 10 mar. 2020.

CAP. III: EM BUSCA DE REFÚGIO E NA RESISTÊNCIA

3.1 Rotas de fuga

Assim que os nacional-socialistas chegaram ao poder na Alemanha, em 1933, suas lideranças colocaram em prática um plano de exclusão e extermínio fundamentado nos argumentos antisemitas já existentes há séculos na mentalidade do povo alemão.

Valendo-se dos modernos meios de comunicação, da aparelhagem burocrática disponibilizada pelo Estado e do seu carisma pessoal, Hitler reafirmou a ideia de que os judeus representavam uma verdadeira ameaça para os alemães. Em seus inflamados e fanáticos discursos, Hitler e a alta cúpula do Reich não se cansavam de afirmar que a maldade dos judeus – cuja imagem era identificada com o espectro do mal – era dirigida contra a prosperidade, unidade, prestígio da nação alemã (CARNEIRO, 2000: 23).

Este processo foi lento e gradual, sendo legitimado por um conjunto de leis que retiraram os direitos dos judeus, dos dissidentes políticos e dos estrangeiros, excluindo-os da vida econômica, política e social, empobrecendo-os com a retirada de seus bens e o impedimento de exercer suas profissões. As condições de vida foram se tornando cada vez mais insustentáveis, forçando-os a encontrar alternativas para a fuga imediata.

A agressividade contra os judeus foi alcançando a sua forma destrutiva, tornando-se prioridade para o Estado alemão que, para atingir seus objetivos de criar uma nação “limpa de judeus”, investiu na propaganda, na educação e na pseudociência. Diversas ações apresentavam o conceito de superioridade de raça ariana e inferioridade das demais raças, povos, etnias, em especial a dos judeus, classificados como degenerados. Os campos de extermínio simbolizaram o ápice deste projeto nacional, como bem argumentaram vários estudiosos do tema, dentre os quais cito FINKELSTEIN, 1961; HERF, 2008; GOLDHAGEN, 1999.

Ao constatarem que as rotas de fuga estavam sendo vislumbradas pelos dissidentes políticos e pelos judeus como caminhos salvacionistas, as autoridades nazistas procuraram fechar as fronteiras valendo-se da colaboração diplomática de países não beligerantes que dificultaram a emissão de vistos de passagem e entrada. Lembro aqui que para aqueles que estavam em trânsito era necessário um novo visto para cada país, nem sempre facilitado.

Com a guerra em curso, judeus e estrangeiros viveram na Europa ocupada situações de instabilidade e terror, numa busca desesperada para salvar suas vidas. A partir de 1939, principalmente com a ocupação da Polônia – que marcou o início da guerra – os alemães procuraram prender e deportar judeus e estrangeiros. A perseguição foi aumentando

gradativamente em meio a massacres, fome, proliferação de doenças e fuzilamentos em massa. Alguns conseguiram sobreviver, escondendo-se em porões, conventos e/ou orfanatos graças à ajuda de instituições¹⁶⁸, outros escaparam via Xangai, União Soviética e países considerados neutros (Suíça, Espanha, Portugal), e até mesmo via Itália e Hungria, aliados da Alemanha, antes da ocupação.

Em relação à diplomacia brasileira, não é possível falar em políticas salvacionistas, tendo em vista as posturas secretas dos governos Vargas e Dutra que até o final da década de 40 mantiveram Circulares, impedindo a entrada de judeus no Brasil. Entre dezenas de diplomatas brasileiros em missão na Europa apenas duas pessoas ajudaram a salvar judeus mediante a liberação de vistos, sendo outorgados com o título de “Justos entre as Nações” pelo Yad Vashem: o embaixador na França, Luiz Martins de Souza Dantas, e Aracy Moebius de Carvalho, que apesar de não ser diplomata, foi a responsável pelo setor de concessão de vistos do Consulado do Brasil em Hamburgo, na Alemanha.

Além de facilitar a liberação de vistos, Dantas esteve sempre atento ao que ocorria com os brasileiros na França. Protestou inúmeras vezes contra as ações levadas a cabo pelo governo de Vichy em relação aos brasileiros e não mediu esforços para ajudá-los. Com a mesma intenção, o cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, desafiou ordens do governo salazarista ao emitir centenas de vistos para refugiados do nazismo, possibilitando que brasileiros chegassem até Portugal e assim se salvassem.¹⁶⁹

Várias rotas de fuga foram organizadas durante a guerra em diversos países, podendo ser consideradas como ações salvacionistas da resistência ao nazismo na Europa. Os grupos em fuga eram levados até as fronteiras quando eram repassados a outras pessoas que os ajudavam a cruzar a linha limítrofe, ainda que sob ameaça de serem presos. Inúmeros brasileiros, cientes do destino que possivelmente os aguardava na mão dos nazistas e seus colaboradores, chegaram a atravessar para a Suíça e Espanha. Outros buscaram ajuda junto às embaixadas, consulados e

¹⁶⁸ Instituições como Oeuvre de Secours aux Enfants (França); Zegota (Conselho de Ajuda aos Judeus – Polônia); iniciativas de lideranças protestantes como a do Pastor André Trocmé, sua esposa Magda, e do Pastor Edouard Theis, na cidadezinha francesa de Le Chambon-sur-Lignon; além de pessoas, à custa de suas próprias vidas e carreiras como os diplomatas Raoul Wallenberg (Suécia), Carl Lutz (Suíça), Ángel Sanz-Briz (Espanha), Chiune Sugihara (Japão) e o italiano Giorgio Perlasca (atuando como diplomata espanhol), além outras pessoas como Oskar Schindler e muitos outros.

¹⁶⁹ Pesquisas têm sido desenvolvidas pelo Museu Virtual Aristides de Sousa Mendes – AVASM – em parceria com o Núcleo de Estudos Arqshoah/LEER-USP quanto a possibilidade de que ambos, Sousa Mendes e Souza Dantas, tenham atuado juntos na concessão de vistos. Existem também inúmeras publicações sobre Portugal durante este período e que, nestas últimas décadas, têm acrescentado novas informações sobre os exilados, dentre as quais: MILGRAM, 2010 e 2012; MUCZNIK, 2012; PIMENTEL, 2006, dentre outros.

legações brasileiras com o propósito de serem repatriados, ações de troca com prisioneiros alemães ou conseguindo vistos de trânsito por países considerados neutros.

Fugindo da França ocupada

Com a França ocupada, centenas de cidadãos, muitos dos quais apátridas e/ou judeus, buscavam desesperadamente sair do país e atravessar a fronteira com a Espanha, em busca de um lugar que os aceitasse. Outros, sem muitas opções, procuravam se esconder em porões, orfanatos, conventos e igrejas, contando, muitas vezes, com a ajuda da Cruz Vermelha Internacional, dos escritórios da JOINT espalhados por vários países da Europa, a já mencionada OSE, Eclaireurs Israelites de France (movimento judaico de escoteiros) e do Mouvement des Jeunesses Sionistes (movimento da juventude sionista). Cobrindo toda a França, esses grupos buscavam esconderijos para crianças judias e, especialmente, para refugiados estrangeiros mais vulneráveis. Eles também providenciavam a liberação de crianças dos campos de internamento e depois as contrabandearam para um local seguro na Suíça ou na Espanha. Dentre os brasileiros que conseguiram fugir por uma destas rotas, identificamos:

BORGES, Hermes: futebolista brasileiro de um time em Cannes que conseguiu retornar ao Brasil em 1940, no navio “Cuyabá”, e que nesta sua travessia foi abordado duas vezes por navios a serviço de patrulha das potências em conflito¹⁷⁰;

GRADVOHL, Léon: nascido em Fortaleza (CE), em 1885, judeu, comerciante, um dos sócios da antiga e renomada empresa G. Gradvohl Fils naquele estado, cujo escritório central ficava em Paris e era administrado pelo irmão mais velho, Henri Gradvohl.¹⁷¹ Léon assumiu interinamente a Agência Consular dos Estados Unidos da América do Norte no Ceará, em 1927¹⁷², em substituição a outro irmão e sócio da empresa, Robert, o que denota a importância política e econômica que a família Gradvohl tinha naquele Estado. Em razão dos negócios, Léon passava um ano no Brasil e outro na França, onde se casou com Andrée Esther Reims.

Léon e o filho mais velho, Michel (nascido em Fortaleza), estavam no Brasil por ocasião da ocupação nazista naquele país e, quando souberam da capitulação da França, decidiram buscar o restante da família que lá se encontrava: a esposa Andrée Esther Gradvohl, francesa,

¹⁷⁰ O “Cuyabá” foi detido em sua viagem para o Recife por uma belonave alemã – *Diário de Pernambuco*, 25 dez. 1940, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/3553. Acesso em: 06 ago. 2020.

¹⁷¹ Henri Gradvohl é mencionado nesta dissertação em *Caminhos interrompidos*, Cap. II, França.

¹⁷² *Mensagens do Governador do Ceará para Assembléia (CE)*, 1927, p. 7.

e seus quatro filhos: Josette (nascida em Paris), Gerard (nascido em Fortaleza), Janine (nascida em Paris) e Jean (nascido em Paris).

Segundo relato da neta Denise Gradvohl:

Eles conseguiram chegar ao apartamento em Paris, que já estava tomado pelos nazistas, mas a família estava em outro local. Posteriormente, foram escondidos em um celeiro, na fazenda de um casal amigo até o encontro com Léon e o filho Michel. Dali saíram caminhando pela floresta.¹⁷³

A rota de fuga da família Gradvohl foi via Portugal, graças a vistos recebidos do cônsul português Sousa Mendes e a ajuda de Souza Dantas, conforme informação dos familiares. Em Portugal, a família permaneceu por cerca de 6 meses em Sintra, no Hotel Netto, até conseguir retornar ao Brasil em 21 de abril de 1941. Com a firma G. Gradvohl Fils arianizada após a ocupação e a apreensão de dois navios que transportavam suas mercadorias pelas forças do Reich, a empresa no Ceará precisou ser fechada.¹⁷⁴

Figura 50 - Corpo Consular

Menção ao nome de Léon Gradvohl como interino da Agência Consular dos Estados Unidos da América do Norte no Ceará. *Mensagens do Governador do Ceará para a Assembleia*, p 7, 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/872830/2207>. Acesso em: 20 maio 2020.

¹⁷³ Informação dada por Denise Gradvohl, residente no Ceará, à Blima Rajzla Lorber em 8 de janeiro de 2020.

¹⁷⁴ Informações e fotos da família Gradvohl obtidas junto aos netos Roger Gradvohl, Denise Gradvohl, Branca Gradvohl e Eliane Janine Gradvohl em janeiro de 2020.

Figura 51 – Léon Gradvohl

Esq: Léon Marcel Gradvohl. Ceará, s.d. Fotografia não identificado. Acervo: Família Gradvohl/CE. Dir: Léon Marcel Gradvohl e Andréa Esther Reims por ocasião do seu casamento. Paris, 9 de maio de 1923. Fotografia não identificado. Acervo: Família Gradvohl/CE.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino.

Nome por extenso **Andrée Esther GRADVOHL**

Admitido em território nacional em caráter **PERMANENTE**

Nos termos do art. 24 letra do dec. n. 3.010 de 1938

Lugar e data de nascimento **Paris 13 / 3 / 1894**

Nacionalidade **Francesa** Estado civil **casada**

Filiação (nome do Pai e da Mãe) **Emile e Horthenno Rheims**

Profissão **---**

Residência no país de origem **14, Rue Rochambeau, Paris**

Nome	Idade	Sexo
Josette	15 anos	F.
Gerard	14 "	M.
Janine	13 "	F.
Jean	11 "	M.

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 29 expedido pelas autoridades de Prefeitura de Polícia de Cognac na data 5.6.1940

visto nº n. 256

ASSINATURA DO PORTADOR **Andrée Esther Gradvohl**

Consulado Geral do Brasil em Paris 27 de Setembro de 1940 O CONSUL

NOTA—Esta ficha deve ser apresentada à imigração pelo viajante ao entrar no país em que se encontra.

Figura 52 - Andrée Esther Gradvohl

Ficha consular de qualificação de Andrée Esther Gradvohl e dos filhos: Josette, Gerard, Janine e Jean, emitida pelo Consulado-Geral do Brasil em Paris, em 27 de setembro de 1940. Arquivo Nacional/RJ

HASSON, Aurélio: nascido em Santos (SP), em 1912 ou 1913, e falecido em São Paulo (SP), em 1º de julho de 2005. Era filho Behor Hasson (1883-?) e Catherine (Caden) Hasson (1889-?), ambos judeus sefarditas de Rhodes (Grécia), radicados em São Paulo, onde criaram uma importante rede familiar. Aurélio completou seus estudos em Paris e lá a família mantinha negócios de tecidos que se estendia à Suíça, Alemanha e ao Congo Belga. Em consequência da implementação das leis antissemitas na França ocupada em 1940, as propriedades e todos os

bens foram arianizados. Aurélio conseguiu retornar ao Brasil no mesmo navio em que o embaixador Souza Dantas se encontrava. Conforme relato à Rachel Mizrahi em 1997 para o livro *Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*, ele afirmou ter colaborado com o embaixador ao ajudar os refugiados europeus a escapar das perseguições nazistas (MIZRAHI, 2003: 97). Segundo a base de dados Geni¹⁷⁵, Caden Cadren (Hasson) – irmã do avô paterno Joseph Hasson (Rhodes, 18?? – São Paulo, 1937) – morreu em Auschwitz (Polônia). A informação da morte com o sobrenome Codron, em 16 de agosto de 1944, em câmara de gás, consta do depoimento dado por sua bisneta, Stella Hasson ao Yad Vashem¹⁷⁶;

MARTINEZ DE HOZ, Dulce Liberal (Barros, de solteira): nascida em 19 de dezembro de 1900 no Rio de Janeiro (RJ) e falecida em Buenos Aires (Argentina) em 1987, filha de Luis Henrique Liberal (1868-1952) e Maria de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (1875-1937). Foi considerada uma das mulheres mais belas e elegantes da época, projetada a partir dos seus dois casamentos com importantes personalidades do mundo social e político: João de Souza Lage (Porto, 1870/1875 – Rio de Janeiro, 1925) e Eduardo Martínez de Hoz Elortondo (Londres, 1890 – Buenos Aires, 1977).

João de Souza Lage (1870-1925), natural da cidade do Porto (Portugal), foi diretor-proprietário do jornal *O Paíz* (1903-1925). Este periódico foi fundado em 1º de outubro de 1884, na cidade do Rio de Janeiro, pelo conterrâneo João José dos Reis, personalidade importante do meio comercial e financeiro carioca. João Lage, então exilado político após o seu envolvimento com a revolução republicana do Porto em 1891, assumiu a direção do jornal em 1902, tornando-se proprietário. Considerado um editor arrojado e de ideias modernas, assim como o seu jornal, Lage foi obrigado a afastar-se da redação para tratamento de saúde em Petrópolis, ora viajando para a Europa em tentativas frustradas de cura. Em 29 de junho de 1925 Lage morreu aos 52 anos, acometido por uma embolia cerebral (CASTILHO, 2013).

Em abril de 1926, viúva, Dulce Liberal seguiu para a França onde se integrou à alta sociedade francesa e conheceu o milionário argentino Eduardo Frederico Martínez de Hoz, filho de Eduardo Antonino Justo Martínez de Hoz Fernández e Isabel Josefa Elortondo Armstrong, com quem se casou fevereiro de 1927 em Paris.

Martínez de Hoz era dono de um grande haras na localidade de Chantilly, eram cavalos com pedigree, criados e treinados, que disputavam importantes prêmios nos grandes

¹⁷⁵ Disponível em: <https://www.geni.com/people/Caden-Codron/6000000003588756725>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://yvng.yadvashem.org/nameDetails.html?language=en&itemId=13640267&ind=1>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Um retrato de Dulce Liberal, de autoria de Portinari, datado de 1941, expressa muito bem a visibilidade e projeção alcançadas pelo casal no Rio de Janeiro. Dulce Liberal Martinez de Hoz é mencionada em vários livros e artigos publicados na imprensa carioca desde a década de 1920 como um ícone em elegância e beleza na alta sociedade. Durante o período da guerra, no Rio de Janeiro, realizou vários eventos de beneficência em prol de prisioneiros na França, da Cruz Vermelha francesa e brasileira e dos combatentes brasileiros mencionados em jornais da época.¹⁷⁷

Figura 54 - Dulce Liberal Martinez de Hoz
Quadro pintado por Candido Portinari. Rio de Janeiro, 1941. Direitos reservados a João Cândido Portinari. Óleo, 60 X 73 cm. Projeto Portinari/RJ. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/portrait-of-dulce-liberal-martinez-de-hoz/VgESsQq9nrd6Iw?hl=pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁷⁷ Aqui estão alguns eventos organizados por Dulce Liberal Martinez de Hoz, publicados na imprensa carioca na década de 1940: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/17073; http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/17146 http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/17671; http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/20096. Acessos em: 10 jul. 2020.

Figura 55 - Madrinha do Combatente

Dulce Liberal Martinez de Hoz citada como colaboradora da festa beneficente da Campanha da Madrinha do Combatente e da Assistência à Infância, *Diário de Notícias* (RJ) p 9, 04 de agosto de 1944. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/19218. Acesso em: 29 mar. 2021.

Dulce, no entanto, não partiu sozinha para a França em 1926, foi acompanhada do filho João de Souza Lage, então com três anos. O menino cresceu na propriedade do padrasto em Chantilly até 1940 e chegou ao Brasil com o casal. Quando o Brasil mandou tropas da Força Expedicionária, João apresentou-se como voluntário, tendo seguido para a Itália em dezembro de 1944:

O soldado João de Souza Lage, reservista do Exército, apresentou-se como voluntário e seguiu com seu regimento, a caminho da Itália, a fim de combater os inimigos de seu país, os nazi-fascistas. [...] e terminada a luta com o esmagamento militar da Alemanha, limitou-se a passar a seu avô materno um singelo telegrama no qual dizia que a vitória tinha sido dura, mas ele se livrara da encrenca sem sofrer o menor arranhão. [...]. *Diário Carioca* (RJ), 21 jun. 1945, p 3.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/20899. Acesso em: 29 mar. 2021.

MOREL, Maria Elisa da Silva: nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 8 de setembro de 1900, e falecida em Paris em 8 de julho de 1979, filha do arquiteto e engenheiro Heitor da Silva Costa (1873-1947) e de Maria Georgina Leitão da Cunha (data de nascimento desconhecida). O pai, Heitor, construiu numerosos edifícios no Rio de Janeiro e no interior do Brasil, dedicando-se, principalmente, à arte sacra.¹⁷⁹

Maria Elisa da Silva casou-se pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1926, com o francês Georges Waechter. Seu segundo casamento foi na França com Gerard (Gerry) Henri Morel em 1937, nascido em Paris, em 21 de agosto de 1907 e falecido em 9 de agosto de 1960. Gerard atuou durante a Segunda Guerra no serviço secreto britânico, onde era conhecido como "Gerry" por seus companheiros, e seu codinome era Paulot. Foi oficial de ligação de um regimento britânico na França na primavera de 1940, mas, por estar muito doente, não pôde alcançar o último transporte em Dunquerque e foi capturado pelos alemães, que o libertaram de um campo de prisioneiros pois achavam que ele não sobreviveria.

Ainda debilitado, Morel seguiu com a esposa, Maria Elisa, para a Espanha e depois para o Brasil, com vistos concedidos por Souza Dantas em Vichy, em 22 de julho de 1940 (KOIFMAN, 2002: 353). Decidido a lutar novamente, viajou do Brasil a Portugal onde contatou a Inteligência Britânica em Lisboa e foi recrutado pela Special Operations Executive (SOE).¹⁸⁰ Em razão da sua saúde, não podia saltar de paraquedas e foi o primeiro homem a pousar de uma aeronave Lysander.¹⁸¹ Numa das suas missões, foi traído e levado pela polícia de Vichy à prisão de Périgueux, fez greve de fome e adoeceu novamente, sendo internado em um hospital em Limoges e operado do abdômen. Ainda com os pontos, escapou do hospital da prisão e cruzou os Pirineus, porém foi pego na fronteira espanhola e internado no campo de Miranda de Ebro. Novamente liberado, rumou a Londres onde passou o restante da guerra em ações de

¹⁷⁹ Foi o projeto de seu pai, o engenheiro Heitor da Silva Costa, que ganhou em 1922 o concurso para a construção do Cristo Redentor, monumento no Morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, lançado pela Igreja Católica e destinado também a comemorar o centenário da independência do Brasil. O monumento foi inaugurado em 14 de setembro de 1931. Heitor também participou construção dos monumentos do Imperador D. Pedro II, na Quinta da Boa Vista; a Pasteur, na avenida com o mesmo nome; estátua do Cristo Redentor, em São João del Rey; uma fachada para o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro; Catedral de São Pedro de Alcântara; Notre Dame da Capela do Rio (1940), entre outros.

¹⁸⁰ Força voluntária britânica criada em junho de 1940 para travar uma guerra secreta, após a queda da França, por iniciativa do primeiro-ministro Winston Churchill. Seu objetivo era 'incendiar a Europa', ajudando movimentos de resistência local e conduzindo espionagem e sabotagem em territórios controlados pelo inimigo. Os agentes operavam em países ocupados pela Alemanha nazista e no Extremo Oriente, onde ficou conhecida como Força 136. Eles geralmente pulavam com paraquedas, embora alguns fossem transportados por submarino.

¹⁸¹ Avião de pequeno porte, obsoleto para uso do exército, para pistas curtas que possibilitou missões clandestinas de pouso para levar e/ou recuperar agentes, particularmente na França ocupada, auxiliando a resistência.

planejamento. Retornaria à França em fevereiro de 1944, para buscar um agente da SOE francesa com suspeita de traição.¹⁸²

Gerry Morel recebeu as seguintes condecorações: Reino Unido: Membro da Ordem do Império Britânico; França: Croix de Guerre 1939-1945 com palma, Cavaleiro da Legião de Honra, Medalha da Resistência. Seu nome e ações são citados em livros franceses e ingleses.¹⁸³ Na biografia de Gérard Henri Morel na Wikipédia francesa¹⁸⁴ consta que ele chegou à Inglaterra em 18 de abril de 1941 e que Maria Elisa Morel se reuniu a ele poucos dias depois e que ela passou a atuar na Cruz Vermelha americana. Esta última informação, no entanto, ainda não pode ser confirmada e requer mais investigação.

Figura 56 - Maria Elisa Morel

Maria Elisa Silva Costa, Waechter do primeiro casamento e Morel do segundo casamento. Disponível em: <http://schifffamilytrieste.blogspot.com/2019/04/richard-hermann-george-francesco.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

¹⁸² As informações a respeito de Gerard (Gerry) Morel estão disponíveis em: <https://www.campx.ca/georges-begue/cook.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁸³ Estas são algumas obras que citam Gerry Morel: BINNEY, Marcus. *Secret War Heroes*. Londres: Hodder & Stoughton, 2005; FOOT, Michael R. D. *Des Anglais dans la Résistance. Le Service Secret Britannique d'Action (SOE) en France 1940-1944*. Paris: Tallandier, 2008; HUDSON, Sydney. *Undercover Operator: Wartime Experiences with SOE in France and the Far East*. Barnsley: Pen & Sword Books Ltd., 2003; HELM, Sarah. *A Life in Secrets: Vera Atkins and the Missing Agents of WWII*, Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2008; JACOBS, Peter. *Setting France Ablaze: The SOE in France During WWII*. Barnsley: Pen & Sword, 2015.

¹⁸⁴ Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Gerry_Morel. Acesso em: 30 mar. 2021.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino.

Nome por extenso: **Gerard Henri Morel**

Admitido em território nacional em caráter: **EXCELO**

Dez termos do art. 7º letra: **de dez n.º 13.0.47** de 1947

Lugar e data de nascimento: **Paris, 13.0.47**

Nacionalidade: **FRENCH** Estado civil: **CASADO**

Filiação (nome do Pai e da Mãe): **GERARD HENRI MOREL**

Profissão: **ARTISTE**

Residência no país de origem: **PARIS**

Nome: **PARIS** Idade: **27** Sexo: **M**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS:

Passaporte nº **31454** expedido pelas autoridades de: **Prof. Pol. Paris**

Visado sob n.º **1708** na data: **13.0.47**

Assinatura do portador: *[Assinatura]*

Assinatura do Consul: *[Assinatura]*

Consul: **Paris**

2 de julho de 1947

BOBINO CORREIO CONSUL ADJUNTO

Figura 57 - Gerard Henri Morel

Ficha consular de qualificação emitida pelo Consulado Geral do Brasil em Paris, em 2 de julho de 1947. Acervo: Arquivo Nacional/RJ

REYERSBACH, Hans Augusto: nascido em Hamburgo (Alemanha), em 16 de setembro de 1898, desenhista, publicitário e escritor, judeu, brasileiro naturalizado. Sua esposa, **Margret (WALDSTEIN) REYERSBACH**, judia, publicitária, nascida também em Hamburgo, em 16 de maio de 1906. Hans e Margret já se conheciam na Alemanha e se reencontraram no Rio de Janeiro. Hans chegou ao Brasil em 1925 em busca de trabalho e integrava grupo Pró-Arte, fundado em 1931, que visava promover a integração de alemães e brasileiros por meio da arte e cultura, tendo participado de inúmeras exposições como pintor e ilustrador. Margret mudou-se para o Brasil para escapar da ascensão do nazismo na Alemanha e trabalhou como fotógrafa e ilustradora de publicidade. Ambos fundaram uma agência de publicidade e se casaram 16 de agosto de 1935 no Rio de Janeiro. Ela alterou seu nome de Margarete para Margret e ele o sobrenome para Rey e partiram para Paris, onde fixaram residência. Na capital francesa, os desenhos de Hans atraíram a editora Gallimard, que lhe encomendou um livro infantil, publicado em 1939, tendo como um dos personagens um macaco chamado George.

Figura 58 - Margret e H. A. Rey

S.l., s.d. Fotografia H. A. & Margret Rey Papers, Coleção de Literatura Infantil de Grummond, Biblioteca e Arquivos McCain, The University of Southern Mississippi. Disponível em: <https://pt.bjk-1903.net/german-jewish-refugees-who-created-curious-george-459>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Figura 59 - Desenho de Hans Reyersbach

Excelsior (RJ), Revista mensal ilustrada, fevereiro, 1933, p 104. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/169072/641>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Em junho de 1940, as tropas nazistas alcançaram Paris, provocando um grande êxodo de pessoas que tentavam fugir de todas as formas. O casal conseguiu sair 48 horas antes da invasão da cidade usando duas bicicletas construídas por Hans com peças usadas. Entre as poucas coisas que levaram, estava o manuscrito ilustrado de *Curious George*. Foram parados

várias vezes por guardas franceses que olhavam livrinho e os liberavam. Hans e Margret Rey receberam vistos emitidos sob a autoridade do cônsul português Aristides de Sousa Mendes, em Bayonne, em 20 de junho de 1940. Atravessaram a fronteira espanhola por trem, alcançando Portugal para depois seguir para o Brasil, munidos com seus passaportes brasileiros. Em outubro daquele ano embarcaram no Rio de Janeiro rumo a Nova York, onde foi publicado o manuscrito que levavam, *Curious George*. Direcionada ao público infantil, a história deu origem a inúmeros livros e filmes com o mesmo personagem em diversas situações. As publicações têm continuidade até os dias atuais, vertidas para vários idiomas, inclusive para o português sob o título de *George, o Curioso*.

Figura 60 - *George, o Curioso*
Livro de H. A. Rey. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/George-Curioso-Sai-Bicicleta-Rey/dp/8533609175>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROCHA, Plínio Sussekind: (Rio de Janeiro, 1911 – São Paulo, 1972). Físico, professor universitário e intelectual, começou sua carreira em 1934 como professor municipal em Marechal Hermes e professor do Instituto de Educação. No ano seguinte, passou a atuar na Seção de Física da Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal, juntamente com o Professor Bernhard Gross. Em 1938, em razão do golpe do Estado Novo, foi para Paris, onde preparou sua tese de doutorado na Faculdade de Ciências, sob orientação do Prof. Abel Rey, que o fez ingressar no Instituto de História das Ciências. Com a guerra em curso e como a capital francesa já havia capitulado, Plínio Sussekind regressou ao Brasil em 1941. Em junho de 1942, foi nomeado catedrático em Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física

Matemática da FNFI – Faculdade Nacional de Filosofia e lá permaneceu até 1969, quando foi aposentado compulsoriamente pelo regime ditatorial instalado no país pelos militares em 1964¹⁸⁵. Sussekind Rocha também era um dos maiores teóricos de cinema do Brasil, adepto do cinema mudo, e foi um dos fundadores do cineclube Chaplin em 1928.

Figura 61 - Prof. Plínio Sussekind da Rocha

S.d. s.l. Fotografia não identificado. Acervo do Instituto de Física/UFRJ. Disponível em: <http://biblioteca.if.ufrj.br/wp-uploads/2019/09/plinio-706x1024.jpg>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA SOBRINHO, Frei Emiliano Monteiro da: filho de Domingos Monteiro da Silva e Francisca Paulina da Silva, nasceu em Nossa Senhora do Livramento (MT) em 31 de janeiro de 1919. A atuação de padres da Terceira Ordem Regular de São Francisco assegurava o atendimento pastoral naquela localidade, mantendo também o Colégio São Francisco em Poconé. Convidado juntamente com um grupo de meninos livramentenses, Emiliano Monteiro da Silva Sobrinho ingressou na instituição e adentrou ao sacerdócio. Em fevereiro de 1932 foi a São Paulo frequentar o curso no Seminário da Ordem e em 1935 viajou à França para se formar sacerdote. Em outubro de 1942, por causa da guerra retornou ao Brasil¹⁸⁶;

WORMS, Francisca (Francine Esther): nascida em São Paulo (SP) em 9 de junho de 1916, filha de Jeanne Worms, Rheims de solteira (1884-1965), e de Armand Worms (1877-1963), conceituado joalheiro da antiga Casa Michel (cujo primeiro proprietário foi Izidoro Michel).

¹⁸⁵ Disponível em: <http://biblioteca.if.ufrj.br/sobre/plinio-sussekind-rocha/>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁸⁶ Disponível em: <http://nslivramento.com.br/FREI%20EMILIANO%20MONTEIRO.html>. Acesso em: 06 ago. 2020.

A Casa Michel foi adquirida pelos irmãos Worms no início do século XX, com sede à Rua 15 de Novembro, n.º 25, em São Paulo, uma referência arquitetônica e comercial (KOSSOY, 1988: 34-35). Em 5 de setembro de 1904, o prédio foi inaugurado e em 1907 foi aberta a filial no Rio de Janeiro, à Rua Ouvidor 64B.

Figura 62 - Inauguração da Casa Michel
À Rua 15 de Novembro n.º 25, em São Paulo. *Correio Paulistano* (SP), 5 de setembro de 1904, p 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/5063. Acesso em: 30 mar. 2021.

COMERCIO DE SAO PAULO - Quinta-feira, 5 de Dezembro de 1907

CASA MICHEL DE WORMS IRMAOS

Rua Quinze de Novembro, 25--Rua da Quitanda, 2

A MAIOR E MAIS IMPORTANTE CASA DE JOIAS DO BRASIL!

HOJE HOJE

Abertura da nossa casa filial no Rio de Janeiro -- 64-B, rua de Ouvidor!!

EXTRAORDINARIA VENDA DE FIM DE ANNO!!!

Preços excepcionaes!!! **MAIS BARATO DO QUE EM OUTRA CASA**

25 e 30 %

Resolvamos desde já realizar uma **GRANDE VENDA DE FIM DE ANNO** com enormes abatimentos do nosso colossal e primoroso sortimento.

Nossa casa sendo vantajosamente conhecida não só pela seriedade nas suas vendas, como também pelo seu enorme e escolhido stock, adquirido directamente nas principais fabricas europeas **CONSEGUIU SER A PREFERIDA DE TODOS.**

PORTANTO:
Ninguém deve comprar JOIAS, RELOGIOS, PRATEIRA e OBJECTOS PARA PRESENTES, sem PRIMEIRAMENTE visitar a nossa grande exposição e ficar-se nos preços marcados em todos os objectos, para se deixar guiar pela

Royal Metal

O UNICO INALTERAVEL!!

PRATEAÇÃO DUPLA!!

TODOS POIS NA

A MAIS BEM SORTIDA CASA MICHEL A MAIS BARATEIRA

Rua Quinze de Novembro, 25 -- Rua da Quitanda, 2

CASA MICHEL DE WORMS IRMAOS

Rua 15 de Novembro N. 25 e Rua da Quitanda N. 2

SÃO PAULO

A Casa de Joias mais barateira da capital

Joias
Brilhantes
Relogios
Pratearia
Materiaes
Artigos
especiales
para
presentes

encon-
tram-se a
preços com
iguales
só na
**CASA
MICHEL**

A MAIOR CASA DE JOIAS DO BRAZIL

Figura 63 - Anúncios da Casa Michel

Esq: Anúncio, a “maior e mais importante casa de joias do Brasil”. *Commercio de São Paulo*, 5 de dezembro de 1907, p. 7. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/1727/o-commercio-de-sao-paulo-0368.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Dir: Anúncio “A maior casa de joias do Brasil”. *Gazeta Artística* (SP), n.º 1. 11 de dezembro de 1909, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103349/2>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Armand Worms seguiu com a família para a França em 1919. Ele e a esposa Jeanne retornaram ao Brasil e desembarcaram em Santos em 2 de setembro de 1940. No mesmo ano, em dezembro, a filha Nanette Madalena Worms Fried, nascida em São Paulo (SP), em 4 de abril de 1908, e a neta Anny chegaram em Santos. Alphonse Worms, irmão de Armand, voltou ao Brasil em 17 de setembro de 1942. É possível que a família Worms tenham obtido vistos de Souza Dantas, embaixador do Brasil na França, ou a seu pedido.

Figura 64 - Armand e Alphonse Worms

Retratos das fichas consulares de qualificação, 1960 e 1942. Acervo: Arquivo Nacional/RJ.

Figura 65 - Nanette Madalena Worms Fried.
Retrato da ficha consular de qualificação, 9 de julho de 1940. Acervo: Arquivo Nacional/RJ.

Francine permaneceu na França e optou pela nacionalidade francesa após seu casamento, em 1933, com Jean-Henri David Olchanski-Olivier (1909-1997), de quem se divorciou pouco depois. Em 1941 casou-se com Alexandre (Alec) Paul Arthur Weisweiller (1913-2005), com quem teve uma filha, Carole Weisweiller. Em 1942, o casal Weisweiller com a filha fugiu para Pau, nos Pirineus, e foram escondidos por uma família de camponeses ao usar uma falsa identidade como família Lelestrier. A sogra de Francine, Betty Weisweiller, viúva do banqueiro Arthur Weisweiller, não os acompanhou e foi levada a Drancy e deportada no Transporte n.º 60, em 7 de outubro de 1943, para Auschwitz onde foi morta.¹⁸⁷

Em 19 de setembro de 1942, Souza Dantas, embaixador do Brasil na França, expediu um telegrama ao MRE com um pedido para que fosse autorizado o retorno ao Brasil de uma senhora brasileira e seu marido francês:

[...] No sábado, 19 de setembro de 1942, Souza Dantas telegrafou ao MRE solicitando que o consulado em Marselha fosse autorizado a “facilitar o retorno ao Brasil da brasileira **Francisca Worms Weissweiler** e seu marido francês, cuja família inteira está em São Paulo, e que estão em grande perigo aqui por razões de perseguição racista” (KOIFMAN, 2002: 341, grifo nosso).

É de se supor que o pedido não tenha sido aceito, porque não encontrei – assim como o historiador Fábio Koifman, que pesquisou sobre Souza Dantas – nenhuma resposta ao pedido

¹⁸⁷ Disponível em:

https://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=noms_tous%3A%28weisweiller%29%20AND%20id_pers%3A%28%2A%29&spec_expand=1&start=0. Acesso em: 30 mar. 2021.

do embaixador. No telegrama encaminhado pelo embaixador e recebido pelo MRE há uma anotação manuscrita nos seguintes termos: “Responder: O assumpto pende de decisão do Ministério da Justiça a quem foi encaminhado. Assinatura ilegível”. Como citado acima, é possível que Dantas conhecesse a família e tenha emitido ou providenciado os vistos para eles.

Em 1946, a família Weisweiller desembarcou no Brasil, mas logo retornou à França, onde Francine (Francisca) ficou conhecida na alta sociedade francesa. Sua residência – a Villa Santo Sospir¹⁸⁸ – na elegante península de Saint-Jean-Cap-Ferrat, transformou-se em importante ponto de encontro de personalidades do mundo da arte e da alta costura francesa, dentre os quais Pablo e Jacqueline Picasso, Yves Saint Laurent, Agnelli, Coco Chanel, Jean Cocteau, dentre tantos outros. Cocteau tornou-se amigo muito próximo de Francine e decorou as paredes internas e o teto da mansão que hoje é um ponto de atração turística.¹⁸⁹ Francine Weisweiller também patrocinou e atuou em um documentário sobre a Villa e publicou livros de Cocteau. Ela faleceu em 8 de dezembro de 2003, em sua casa em Saint-Jean-Cap-Ferrat.

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO 314377

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: Francine Esther WEISWEILLER-
 Admitido em território nacional em caráter - TEMPORÁRIO -
 Nos termos do art. 25 letra A do dec. n. 3.010, de 1938
 Lugar e data de nascimento: Paulo 9 / I / 1916
 Nacionalidade: Francesa Estado civil: casada
 Filiação (nome do Pai e da Mãe): Armand e Joanna Worms-
 Profissão: p. doméstica
 Residência no país de origem: Paris-
 Nota: A portadora optou pela nacionalidade francesa.-
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
 Passaporte n. 52228- expedido pelas autoridades de Prefeitura Policia - Paris - na data 14 de Dezembro 1945.
 visto sob n. -52-
 Assinatura do Consulado: Francine Weisweiller
 Consulado Geral do Brasil em Paris
 11 de Janeiro de 1946
 Nota: Esta ficha deve ser apresentada à autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Figura 66 - Francine Esther Weisweiller

Ficha consular de qualificação emitida pelo Consulado Geral do Brasil em Paris, em 11 de janeiro de 1946, com a anotação que ela optou pela nacionalidade francesa. Acervo: Arquivo Nacional/RJ.

¹⁸⁸ A Villa foi adquirida pelo marido Alec em 1945 como promessa que ele fizera à Francine de comprar a casa dos seus sonhos caso sobrevivessem ao Holocausto.

¹⁸⁹ Informações disponíveis em: <https://peoplepill.com/people/francine-weisweiller/>. Dados da família Weisweiller “The Tragic, Fascinating History of Santo Sospir”, In *Town & Country*, setembro/2018. Disponível em: <https://www.townandcountrymag.com/society/money-and-power/a22688674/santo-sospir-cap-ferrat-villa-jean-cocteau-paintings/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Figura 67 - Francine Weisweiler e amigos
Com Pablo e Jacqueline Picasso, acompanhados de Jean Cocteau (à direita), na Villa Sant Sospir na elegante península de Saint-Jean-Cap-Ferrat, s.d. Fotografia de Eric Duliere/Zuma Press. Disponível em: https://cultura.nyc/f/villa-santo-sospir-past-and-present_
Acesso em: 30 mar. 2021.

Líbia

BARKI, Matilda; BARKI, Anna: gêmeas, nascidas em agosto de 1934 no Rio de Janeiro. Seus pais, Vitali e Rica Barki, chegaram ao Rio para visitar Issac Barki, pai de Vitali que estava estabelecido no Brasil desde 1922. As meninas nasceram no Brasil, onde foram registradas, apesar do casal residir em Trípoli, na Líbia. Assim, conforme a Constituição Federal vigente, foram consideradas brasileiras mesmo sendo filhas de estrangeiros.¹⁹⁰

No artigo “Jews of Libya”, no Yad Vashem¹⁹¹, Sheryl Silver Ochayon traça um histórico da Líbia moderna a partir de 1911, quando o país se tornou uma colônia italiana, revelando-nos que naquele ano os judeus representavam 4% de uma população total de 550 mil e que a maioria vivia em Trípoli, assim como a família Barki, e em número menor na cidade de Benghazi. “Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, 30.387 judeus viviam na Líbia” (ROUMANI, 2008: 28, Apud: OCHAYON).

Com a instituição das leis raciais na Itália em 1938, o destino dos judeus na Líbia também foi selado com a adoção dessa legislação discriminatória, cuja fase mais aguda ocorreu em 1940, após a morte do governador fascista da Líbia, Italo Balbo. Foi nesse ano que a guerra atingiu o país, tendo a Itália atacado o Egito, que estava sob domínio britânico. A partir daí,

¹⁹⁰ BRASIL: Constituição Federal de 1934. Art. 106 - São brasileiros:

a) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do Governo do seu país; [...].

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.yadvashem.org/articles/general/the-jews-of-libya.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

uma série de lutas ocorreu e cada vez que a Líbia era recapturada pelos italianos, os judeus eram acusados de traição. Mussolini decidiu, então, punir os judeus líbios e, dependendo de suas cidadanias, mandou aprisioná-los em diferentes campos de concentração no Norte da África, Europa, e campos na Tripolitânia, no cruel campo de Jadu (Giado), localizado no deserto de Jebel, a 235 km ao sul de Trípoli.

Vitali Barki conheceu a prima Rica ao estudar na Itália e com ela se casou. O pai de Rica, Giuseppe Barki, era comerciante em Trípoli, onde o casal foi residir. Os Barki negociavam uma variedade de produtos estrangeiros e seu comércio projetou-se pelo Mediterrâneo. Sentindo piora das condições de vida dos judeus após a implantação das leis racistas de Mussolini na Líbia e preocupados com o futuro da família, Vitali e Rica decidiram sair do país antes que a situação se agravasse e conseguiram do Itamaraty livre imigração e, em companhia das filhas com cidadania brasileira, Anna e Matilda, com quase cinco anos de idade, e de Rosa, nascida na Líbia, com oito anos, partiram da Trípoli Italiana para o Brasil, aonde chegaram em 11 de maio de 1939 pelo Neptunia. (MIZRAHI, 2003: 29) Os bens da família foram confiscados pelos nazistas e sua residência ocupada pelo general Rommel. Moise e Fortuna Barki, irmãos de Rica, nascidos em Trípoli conseguiram embarcar no último navio que saiu da Itália, chegando ao Rio de Janeiro em 2 de novembro de 1939.

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso **VITALI BARKI**

Admitido em território nacional em caráter **Permanente**

Nos termos do art. **24** letra **- - -** do dec. n. **5010**, de 1938

Lugar e data de nascimento **Smirne - 26 - Agosto - 1902**

Nacionalidade **italiana** Estado civil **casado**

Filiação (nome do Pai e da Mãe) **Isacco Barki e Rosa Hassan**

Profissão **comerciante**

Residência no país de origem **Tripoli**

Nome **Rosa Barki** Idade **8 annos** Sexo **femenino**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **837933** expedido pelas autoridades do **Diretoria de Polícia de Tripoli** data **28-Janeiro-1939**

visado sob n. **430**, de acordo com o Cert. expedido em **20/10/38**, pelo **Ministério das Relações Exteriores** em **Nápoles** em **28 de Abril** de **1939**

Consulado **Nápoles** do Brasil

O CONSUL: *[Assinatura]*

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à Polícia Marítima no porto de destino, sendo em duas vias em triplicado.

Figura 68 - Vitali Barki

Ficha consular de qualificação, junto com a filha Rosa, emitida pelo Consulado do Brasil em Nápoles, em 28 de abril de 1939. Acervo: Arquivo Nacional/RJ

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: **RICCA BARKI**

Admitido em território nacional em caráter: **Permanente**

Nos termos do art. 24, letra _____ do dec. n. 3010 de 1938

Lugar e data de nascimento: **Tripoli - 29 - Junho - 1905**

Nacionalidade: **italiana** Estado civil: **casada**

Filiação (nome do Pai e da Mãe): **Giuseppe Barki e Perla**

Profissão: **Magier** Condição: **familiar**

Residência no país de origem: **Tripoli**

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **837933** expedido pelas autoridades da **Diretoria de Polícia de Tripoli** na data **26-Janeiro-1939**, viajem n. **431**, de acordo com o certif. expedido em **20/10/38**, pelo **Ministério das Rel. Exteriores**.

Consulado do Brasil em **Nápoles** em **28 de Abril de 1939**.

Ricca Barki

NOTA: Esta ficha deve ser apresentada e entregue pela autoridade competente antes de sair dos portos.

Figura 69 - Ricca Barki
Ficha consular de qualificação emitida pelo Consulado do Brasil em Nápoles, em 28 de abril de 1939. Acervo: Arquivo Nacional/RJ.

A rota de fuga pela fronteira franco-genebrina

A Suíça, país conhecido pela tradição de conceder refúgio a pessoas em situação de opressão, durante a Segunda Guerra Mundial nem sempre seguiu totalmente esta atitude, conforme informa o artigo “Switzerland”, do Shoah Resource Center - Yad Vashem: “[...] em alguns momentos, praticou uma política de imigração rigorosa, enquanto outras vezes muitos judeus eram permitidos no país”.¹⁹² Quando os nazistas chegaram ao poder na Alemanha, em 1933, milhares de refugiados judeus tentaram cruzar a fronteira em direção à Suíça, mas encontraram uma série de empecilhos ao serem classificados em categorias distintas. Estavam autorizados a entrar apenas aqueles considerados perseguidos políticos e imigrantes e sua permanência deveria ser por tempo determinado, pois o país seria apenas um estágio de trânsito. Shaul Ferrero, em seu artigo de 1999 “Switzerland and the Refugees Fleeing Nazism: Documents on the German Jews Turned Back at the Basel Border in 1938-1939”, revela que os que não tinham direito de entrar no país eram, portanto, passíveis de expulsão pela polícia de fronteira dos cantões, conforme determinação do Departamento Federal de Justiça e Polícia Helvéticos, chefiado por Heinrich Rothmund, encarregado da “infiltração estrangeira” e contra a “judaização” da Suíça.

Ferrero enfatiza que com o *Anschluss* da Áustria, em março de 1938, milhares de refugiados, principalmente judeus, buscaram refúgio na Suíça e que as autoridades do país

¹⁹² Disponível em: https://www.yadvashem.org/odot_pdf/microsoft%20word%20-%206062.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

reagiram com rapidez e em 28 de março daquele ano reemitiram uma ordem de vistos necessários a todos os que possuíam passaporte austríaco. Porém, o visto só seria emitido a partir da garantia de retorno à Áustria ou a partida para outro país. Pouco tempo depois, os passaportes austríacos foram invalidados e substituídos por passaportes alemães e vários portadores do documento austríaco foram impedidos de cruzar a fronteira e devolvidos aos alemães. Um controle mais rigoroso dos refugiados foi imposto pela autoridade policial federal:

Todos os portadores de passaporte austríaco sem visto deveriam ser devolvidos. O mesmo com outras nacionalidades para as quais um visto era necessário (búlgaros, gregos, romenos, iugoslavos, poloneses, russos, espanhóis, turcos e aqueles sem documentos). Mas, além disso, emigrantes com documentos alemães também deveriam ser rejeitados – em outras palavras, aqueles com papéis emitidos desde 15 de agosto de 1938, se fossem judeus ou “muito provavelmente” judeus (Ibid: 11, tradução nossa).

O portal do Federal Department of Foreign Affairs (Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros) do governo suíço, no documento publicado em 27 de novembro de 2017, sob o título *Switzerland during the war years (1914-1945) – Suíça durante os anos de guerra (1914-1945)*¹⁹³ – informa que, entre 30 de janeiro de 1933, quando os nazistas chegaram ao poder na Alemanha, até o outono daquele ano, cerca de dois mil refugiados (na sua maioria judeus e intelectuais) fugiram para a Suíça. Com a anexação da Áustria, em 1938, o número de refugiados na Suíça mais do que triplicou com a entrada no país de 10 mil pessoas.

Conforme informação daquele Departamento, no item Política para Refugiados (1933-1945):

[...] Eles não foram recebidos de braços abertos. Os tempos eram difíceis e muitos suíços temiam que os recém-chegados ocupassem seus empregos. Comunidades com ligação com refugiados, como judeus ou organizações de trabalhadores, foram encarregadas de abrigar e cuidar deles (*Switzerland during the war years*, 2017: 8, tradução nossa).

Em 1938, após negociações com a Alemanha, o Conselho Federal da Suíça pediu uma marca que identificasse os judeus e aceitou a inclusão do 'J' nos passaportes de judeus alemães¹⁹⁴, o que permitiu às autoridades distingui-los dos alemães ditos “arianos”:

¹⁹³ Disponível em: https://www.eda.admin.ch/dam/PRS-Web/en/dokumente/die-schweiz-in-der-zeit-der-weltkriege_EN.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

¹⁹⁴ “O carimbo nos passaportes estrangeiros de judeus súditos alemães tornou-se necessário como resultado de um acordo alcançado com a Suíça com o objetivo de evitar a introdução da obrigação geral de visto no trânsito de passageiros germano-suíços. Sob este acordo, a Suíça permitirá que judeus que são súditos alemães e cujos passaportes são fornecidos com o símbolo mencionado no decreto entrem na Suíça se a Missão Suíça apropriada inseriu no passaporte uma garantia que permite estada [temporária] na Suíça ou trânsito pela Suíça”. (*Germany. Auswärtiges Amt, 1953*: 899) Disponível em:

[...] o governo federal bem como grande parte da população compartilhava da opinião de que a Suíça não deveria ser inundada com pessoas que eram **incapazes de assimilar o modo de vida suíço**. No entanto, ao mesmo tempo, o chefe de polícia condenou categoricamente o tratamento bárbaro dos nazistas aos judeus (Ibid. 9, tradução nossa, grifo nosso).

O documento cita ainda que o país recebeu mais de 180 mil refugiados civis, dos quais cerca de 55 mil eram adultos, metade dos quais judeus e quase 60 mil crianças que estiveram por algum tempo na Suíça. Quando a Alemanha iniciou a deportação para campos de concentração em 1942, o governo anunciou o fechamento de suas fronteiras, assumindo uma postura bastante radical para um país que se dizia neutro: "Refugiados que fogem por motivos raciais, como judeus, não têm direito a asilo político". Líderes religiosos e um debate político pressionaram o governo e a decisão foi abrandada com a permissão de entrada de grávidas, idosos, doentes, menores e pessoas com parentes no país. A estimativa do órgão federal é que durante a guerra o asilo de refugiados foi restrito e seletivo: cerca de 20 mil refugiados foram aceitos e outros 10 mil tiveram seus pedidos de visto recusados pelas autoridades de fronteira.

Os dados abaixo referem-se apenas à rota de fuga pela fronteira franco-genebrina, pois nas demais fronteiras não há ainda estudos conclusivos. Segundo dados dos Arquivos Distritais do Estado de Genebra, publicados em 2009, mais de 25 mil pessoas buscaram atravessar fronteira franco-genebrina durante a Segunda Guerra Mundial. A estimativa é que entre agosto de 1942 e o fim da guerra em torno de 86% dos refugiados (civis estrangeiros, judeus e não judeus) presos na fronteira foram admitidos no país, o que significa que 14% dos refugiados interceptados foram expulsos.¹⁹⁵

As pessoas mencionadas abaixo foram registradas na fronteira de Genebra e estão nas listas de pessoas identificadas na fronteira franco-genebrina durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com os Arquivos do Estado de Genebra, eram refugiados civis ou militares que tentaram entrar na Suíça através de Genebra, sem a menção do motivo do registro. Dentre aqueles que conseguiram atravessar essa fronteira, identificamos os seguintes brasileiros, conforme lista nominal que registrou também o Brasil como local de nascimento:

https://www.google.com.br/books/edition/Documents_on_German_Foreign_Policy_1918/DzeC9LIfw_IC?hl=ptBR&gbpv=1&dq=the+%22J%22+in+german+passports+asked+by+switzerland&pg=PA899&printsec=frontcover. Acesso em: 07 abr. 2021.

¹⁹⁵ *Archives d'Etat*. Disponível em: <https://ge.ch/archives/effectuer-recherches/refugies-1939-1945/listes-nominatives>. Acesso em: 03 set. 2019.

TAB. 3 - Brasileiros que atravessaram a fronteira franco-genebrina

Nome	Data de Nascimento
BLOCH , Philippe Gerard	8/9/1924
ENGELHARDT , Alfredo *	23/12/1923
ENGELHARDT , Helene Dora *	23/4/1905
ENGELHARDT , Maximo * argentino/brasileiro	21/1/1921
ENGELHARDT , Nina *	15/7/1922
ENGELHARDT-RITTER , Frida * ¹⁹⁶	18/7/1897
FIORI , Sergio de	17/12/1914
KLEYER , Ruth	4/7/1925
KLEYER , Thea	6/8/1929
LEENS , Andre - outro nome - LEVASSEUR , Henry-Jack-Philippe	29/11/1921
TEIXERA , Ary	5/5/1924

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber, com base nos Archives d'Etat.

3.2 Resistência contra o nazifascismo

A resistência armada e/ou não armada por parte de civis que lutaram contra o nazismo também pode ser considerada como estratégia de sobrevivência, principalmente, no caso dos estrangeiros (judeus e não judeus) presentes nas áreas ocupadas pela Alemanha. Sob a vigilância sistemática dos nazistas e colaboracionistas, estes grupos arriscaram ainda mais suas vidas, perseguidos por desobediência civil, ao oferecer alimentação, remédios, abrigo e esconderijo aos judeus perseguidos ou que estavam em campos de concentração.

No entanto, ainda é pouco conhecido (ou quase nada) o envolvimento de brasileiros nas diversas frentes de resistência. Neste trabalho foram considerados aqueles que, enquanto civis, estavam na Europa a partir de 1939, quando a guerra teve início na Polônia, bem como aqueles que se voluntariaram do Brasil e seguiram rumo aos *fronts*. Diversos arquivos relacionados à resistência durante a Segunda Guerra Mundial revelam que estrangeiros, incluindo brasileiros, participaram na resistência armada como *partisans*, *maquis* ou *partigiani* e em exércitos de

¹⁹⁶ * A família Engelhardt, embora tivesse cidadania brasileira, teve proteção da Argentina. Frida Engelhardt-Ritter era casada com o argentino Oscar Engelhardt e solicitou ao Reich viagem de retorno ao país o que lhe foi negado. A família foi trocada por diplomatas alemães que estavam na Argentina, com a Suécia representando o país após o rompimento das relações. Informação fornecida pela Prof^a. Marcia Ras, do Museu do Holocausto de Buenos Aires.

países aliados, integrados às diversas áreas das forças combatentes pela Europa e no Norte da África. Essas pessoas estiveram ativamente envolvidas no esforço da guerra visando derrotar a máquina nazista e libertar os campos de morte. Inúmeros foram os *partisans* e membros da resistência que optaram pelo Brasil como pátria de acolhimento, cujas histórias de vida estão sendo publicadas na Coleção *Vozes do Holocausto*, dirigida pela historiadora Tucci Carneiro. Dentre estes, os casos de: Yehiel Chil Grynspan, Wolf Litwak, Leo Weil e Icchak Manski.¹⁹⁷

É difícil quantificar quantos brasileiros integraram a resistência, as forças armadas e a Legião Estrangeira, mas o maior número foi identificado na França e Itália. Alguns civis saíram do Brasil e se voluntariaram para combater contra as forças do Eixo como integrantes das forças militares da França Livre¹⁹⁸ e da Inglaterra. Um outro segmento de brasileiros, que vivia nos países ocupados, participou também dessa luta.

A presença de estrangeiros de diferentes nacionalidades nas frentes de resistência francesa, chamada na França como *La Résistance*, vem sendo desvendada por pesquisadores, dentre os quais citamos: Julien Arbois, Marc Brafman, Claude Collin, Robert Gildea, Denise Guillaume e Denis Peschanski. Estes estudos contrapõem-se às narrativas que permearam, durante décadas, a história oficial do pós-guerra francês, de que a resistência foi um movimento protagonizado apenas pelos próprios franceses, imagem projetada por De Gaulle, interessado em unir um país desagregado. No seu discurso, em Paris, em 25 de agosto de 1944, De Gaulle exaltou o perfil heroico da Paris liberada “por si mesma”:

Paris! Paris indignada! Paris quebrada! Paris martirizada! Mas Paris liberada! Liberada por si mesma, liberada pelo seu povo com a ajuda dos Exércitos franceses, com o apoio e a ajuda de toda a França, da França que luta, da França sozinha, da França real, da França eterna! (SMITH, 2020: 17, tradução nossa)

O historiador Robert Gildea¹⁹⁹ traz à tona o papel, ainda pouco analisado pela historiografia, desempenhado pelos estrangeiros, comunistas, mulheres e judeus que lutaram contra o nazismo. A este movimento ele denomina de “Resistência na França” ao invés do

¹⁹⁷ GRYNSZPAN, Yehiel Chil, *Vozes do Holocausto* V.1. São Paulo, Maayanot, 2017. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/index.php/sobreviventes-testemunhos/5330-st-39-grynspan-yehiel-chil>; LITWAK, Wolf. v.2, 2017. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/index.php/sobreviventes-testemunhos/5360-st-52-litwak-wolf>; WEIL, Leo. v.3, 2018. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/sobreviventes-testemunhos/5487-st-98-weil-leo>; MANSKI, Icchak. v. 6, no prelo.

¹⁹⁸ A França Livre e suas Forças Francesas Livres foram lideradas, a partir de junho de 1940, de Londres, pelo general Charles de Gaulle após a queda da França, promovendo a organização e apoiando a resistência quando da ocupação da França.

¹⁹⁹ Robert Gildea é professor de História Moderna na Universidade de Oxford e autor de diversas obras sobre a história da França. Coordena um grupo de investigação internacional dedicado ao estudo do componente transnacional na Resistência à Alemanha nazista.

conhecido termo “Resistência Francesa”: “Quando a resistência se desenvolveu, foi povoada por um arco-íris de ativistas estrangeiros cujos estudos de caso sugerem uma reconsideração do que é entendido por Resistência Francesa” (GILDEA, 2016: 205, tradução nossa).

Até o presente foram encontrados os nomes de aproximadamente 140 brasileiros que lutaram pela França nas forças armadas, na Legião Estrangeira e nos Régiments de Marche des Volontaires Étrangers (Regimentos de Marcha de Voluntários Estrangeiros) – RMVE –, além de outros grupos. Estes brasileiros estavam espalhados por todo o território francês e nas colônias na África, como comprovam as pesquisas. Eles resistiram lutando em cidades e nos campos e estiveram com De Gaulle, sediado em Londres como governo francês no exílio.

Alguns civis do movimento França Livre caíram prisioneiros, porém foram levados a campos específicos para militares. Situação semelhante aconteceu a vários dos que integraram a resistência como *partisans/maquis* aprisionados nestes mesmos campos. Alguns militares, sem que se saiba o motivo, foram deportados para campos de concentração e extermínio. Em muitas das fichas de identidade e encarceramento, emitidas pelos próprios nazistas e pesquisadas nos Arolsen Archives, os resistentes, e até mesmo os militares, foram classificados como prisioneiros políticos.

Se por um lado foram identificados brasileiros que pegaram em armas para combater o nazifascismo, por outro também se constatou que centenas de brasileiros, filhos de alemães, voluntariaram-se nas forças nazistas. A maioria era filho de imigrantes alemães radicados no sul do Brasil desde o início do XX, e membros de carteirinha do NSDAP e de entidades nazistas atuantes em vários estados brasileiros entre 1932 e 1942 (CARNEIRO, 2002).

Brasileiros na resistência francesa

Os grupos de resistência na França eram inúmeros e das mais variadas tendências políticas e não se coadunavam, inicialmente, com o movimento “França Livre”, liderado pelo general de Gaulle, basicamente voltado para a organização de resistência militar. Parte da população francesa teve conhecimento de movimentos de resistência no seu país por meio da panfletos e jornais. Mas, um dos poucos, ou talvez o único material publicado revelando a existência de combatentes estrangeiros, com o relato de sua prisão e execução, foi quando em 1943 um grupo armado de 23 estrangeiros saiu do anonimato: o grupo Missak Manouchian, sediado em Paris. A captura dos membros do Missak foi publicada num pôster alemão,

conhecido como *L’Affiche Rouge*²⁰⁰, utilizado como propaganda nazista, xenofóbica e antisemita. Listados e identificados por seus nomes, países de origem e religião (no caso dos judeus) estes estrangeiros eram acusados de “assassinos do povo francês”.

No entanto, foi este cartaz, espalhado pela cidade, que revelou aos franceses que havia estrangeiros resistindo aos nazistas. Manouchian era armênio e no seu grupo havia húngaros, poloneses, italianos, romenos, franceses e espanhóis, muitos deles judeus. O julgamento do grupo foi relatado no jornal *Le Matin* de 21 de fevereiro de 1944, sendo que todos foram condenados à morte por fuzilamento, com exceção da única mulher que foi levada à Alemanha e decapitada.

As pesquisas revelaram que, ao lado de espanhóis, portugueses, italianos, poloneses, russos e até mesmo alemães antifascistas, entre outros estrangeiros, havia brasileiros que participaram de regimentos de combate e de grupos de *maquis*. Seus nomes não são conhecidos no Brasil, porém vários receberam honrarias e condecorações no pós-guerra por darem suas vidas ao lutar contra a ocupação e os colaboracionistas. Há os que foram levados como prisioneiros de guerra e os deportados a campos de extermínio, sendo alguns entregues pelo governo de Vichy à custódia dos alemães. Dentre os brasileiros engajados nas frentes de resistência francesa, cito:

CLOSTERMANN, Pierre Henri: nascido em Curitiba (PR), em 28 de fevereiro de 1921, filho do diplomata francês Jacques Clostermann e de Madeleine Carlier. Não foi sem razão que seu nome ficou gravado e reverenciado como “o único brasileiro, curitibano, a participar do Dia D”. Ainda jovem, costumava passar suas férias no Brasil e em 1937 vivia na capital carioca e estudava no Liceu Franco-Brasileiro. A família morava na rua Payssandu, em frente ao Palácio Guanabara, nas Laranjeiras, e foi durante este período da sua formação que passou a colaborar com artigos para o jornal *Correio da Manhã*. Sua carreira jornalística, sob o pseudônimo de P. Henry C., começou com uma resposta publicada três dias após de tê-la enviado ao refutar um artigo de um adido militar italiano no Brasil que louvava a superioridade das aeronaves italianas sobre as francesas na guerra civil espanhola. Esse episódio deu início a uma brilhante carreira como articulista especializado em aviação naquele jornal, o que lhe garantiu o pagamento das primeiras aulas de voo.

Clostermann escreveu 129 artigos no *Correio da Manhã* até partir para a guerra em 1941. Aos 16 anos aprendeu a pilotar no Aeródromo de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e depois se formou em engenharia aeronáutica nos Estados Unidos. Tornou-se piloto de Spitfire, avião

²⁰⁰ Uma cópia do *L’Affiche Rouge* encontra-se na Introdução desta dissertação.

de caça monomotor, monoplane de asa baixa de um só lugar, usado pela RAF – Royal Air Force (Força Aérea Inglesa) – durante a Segunda Guerra Mundial. Estava no Rio de Janeiro quando a França capitulou e, ao receber um telegrama de seu pai com a seguinte ordem: “Junte-se ao General De Gaulle ou não será mais meu filho”, seguiu para a Europa. Lá atuou como piloto da força aérea do grupo “França Livre” até 1942, sendo depois designado para a RAF.

CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 3 de Fevereiro de 1939

A AVIAÇÃO

MILITAR, COMMERCIAL
E CIVIL

O avião de guerra mais rápido do mundo

A respeito de uma notícia por nós publicada domingo ultimo, sob o título acima, recebemos mais uma carta, assignada por P. Henry — C. refutado pontos da contestação do sr. Agé e que publicamos abaixo:

“Sr. redactor — Lector assíduo de vossa interessantissima secção de “Aviação”, desejo manifestar-lhe minha completa concordancia quanto ao seu artigo sobre o “Spitfire”, o mais rapido avião de guerra do mundo, e trazer algumas rectificações a proposito da carta do senhor Abé:

— De facto, o Messerschmitt M. 109 e o “Hurricane” são aviões rapidíssimos — mas, tanto na Alemanha, como na França, como na Inglaterra existemapparehos em serviço mais rapidos.

O record mundial sendo de 634 kms. 370 — (estabelecido sobre 100 kms. por Udar no Heinkel 112 U. Y. motor Daimler-Benz puxado — e cellula alliviada, sem apparelhamento militar nenhum.) *duvido bastante* que um Hurricane tenha realizado em velocidade de cruzeiro sobre uma distancia de quasi 400 kms. (Edinburgh a Northoe) uma media de 658 kms. H — é praticamente impossivel!

Quanto ao “Messerschmitt B. F. 109” — na competição “Internacional” (?) de Zurich, em 1937, que só reunia aviões allemaes e italianos — *elle ganhou a corrida de velocidade com a media de 410 kms. !!* — contra “Bredas 68 e 69 italianos! — isso prova perfeitamente que o typo de serie, da “Imgtwagge” — nada tem a ver com o “Messerschmitt typo M. B. F. 110 — que pilotado pelo engenheiro “Wurister” conseguu correr 611 kms. no dia 11 de novembro de 1937.

— E’ verdade que o typo de serie M. B. F. 109 attingiu a tres mil metros e *voltou a 400 m. de altitude* em 126 segundos — *mas não pousou* — é praticamente impossivel a um avião descer de 400 metros e pousar em menos de dois ou tres minutos. — Allás essa “performance” nada tem de assombroso pois o governo francez só accelta apparehos de caça que realize essa mesma prova em 120 segundos!! — e não foram poucos os typos construidos em serie que foram acceltos em 1937?1938; são: *Norane Saulnier* 406 monoposto de caça — asa baixa — motor canhão H. S. 12 V — o *Dewoitine* 530 monoposto — motor H. S. 12 Y — o *Arsenal* 30 monoposto, o *Block* 151 monoposto, o *Condron* “Gyclone monoposto, o *Hawiroit* 220 bi-motor Gnome e *Phane* 14 N — bi-posto de caça; e pode-se accrescentar que na segunda-feira 12 de dezembro 1938, o *Le. O. 45 bi-motor de bombardeio pesado, de um peso total de 14.000 kgs. realizou essa mesma prova em 128 segundos!*, pilotado por Doumerc!!

— Como se vê, as performances do Messerschmitt são muito comuns.

Para voltar ao Spitfire que é no dizer do famoso constructor Seversky o avião mais interessante do anno 38 — não se deve esquecer que elle foi idealizado pelo afamado R. I. Mitchell que desenhou o “Supermarine S-6-B” que ganhou para a Inglaterra a Taça Schneider — podendo notar-se certa semelhança entre a forma do avião militar e a do avião de corrida.

Allás as performances do typo de serie serão superiores as do prototypo, pois elle será equipadoo com helice metalica tripá em vez da bipá de madeira primitiva.

— Para responder tambem a questão do senhor Abé “qual dos dois aviões é o mais veloz (M 109 ou Hurricane) pode-se responder que o Hurricane de serie é *multissimo superior* ao Messerschmitt de serie — tanto pela maniabilidade como pela velocidade.

Agradecendo antecipadamente, — do seu fiel lector. *P. Henry C.*”

Figura 70 - O avião de guerra mais rápido do mundo

Artigo de Clostermann, sob pseudônimo P. Henry C., *Correio de Manhã* (RJ), 3 de fevereiro de 1939. Disponível em: <https://pierre.clostermann.org/clostermann-journaliste-1936-1942/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Clostermann foi o único piloto brasileiro a participar do “Dia D” e é considerado um ás da aviação com 33 vitórias homologadas até o fim da guerra e 12 prováveis, voando um total

de 432 missões de guerra. Não encerrou por aqui a sua carreira: em 1946 elegeu-se deputado francês pela primeira vez, sendo reeleito seguidamente. Nos anos de 1961 e 1966, lançou pela editora Flamboyant, seus livros: *Le Grand Cirque* (*O Grande Circo*, 1961), traduzido em vários idiomas, *Episódios da Guerra Aérea na Argélia* (1961) e *Fogo no Céu* (1966).

Figura 71 - Aviões no aeródromo de Manguinhos

Aeródromo onde Clostermann aprendeu a pilotar. Rio de Janeiro, 1941. Fotografia não identificada. Acervo: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Disponível em: https://scontent.fbfb15-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/p843x403/169973629_3862230620537454_8018459199977656756_n.jpg?_nc_cat=103&ccb=1-3&_nc_sid=730e14&_nc_ohc=dG9QAeygWoYAX8PKRH2&_nc_oc=AQnGl38LIsF_xbxPzLqYItZ-L4FOWo3NPeQeH1ZPQXce1lC_qWXa-3b3KWS-JXxL1ynyASrfeYR_B1jb0Eid5ZGt&_nc_ht=scontent.fbfb15-1.fna&tp=6&oh=8cc040ecc4d11525756062602611426c&oe=609AAF55. Acesso em: 07 abr. 2021.

Figura 72 - Pierre Henry Clostermann

Esq: Clostermann em 1957. Fotografia original de autoria de um funcionário do governo britânico. Disponível em: http://www.wmwa.org/wbnews/Pierre_Closterman/image001.jpg.

Dir: Ao final da guerra, Pierre Clostermann se despede do seu Hawker Tempest V, batizado "Le Grand Charles" em homenagem a Charles De Gaulle, líder dos "Franceses Livres". As cruzes sem o fundo preto representam aviões alemães provavelmente abatidos, mas ainda não homologados. Foto do livro *O Grande Circo*. S.l.s.d. Fotógrafo não identificado. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2011/08/09/pierre-clostermann-um-curitiba-na-raf/>. Acessos: 07 abr. 2021.

Como engenheiro aeronáutico, ocupou cargos executivos nas empresas de aviação Max Holste e Cessna Aircraft Company. Reconhecido por seus atos de coragem em prol da França Livre, foi condecorado com a Grã-cruz da Legião de Honra, Companheiro da Libertação, Distinguished Flying Cross (Reino Unido), Medalha do Ar, Comendador da Ordem de Ouissam Alaouite, Estrela de Prata, Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro, Cruz de guerra 1939-1945, Medalha da Resistência, Medalha da Aeronáutica, Medalha dos feridos de guerra, *Distinguished Service Cross*, Grande Oficial da Ordem de Nichan Iftikhar, Ordem de Dannebrog, Medalha Militar e Ordem de Serviços Distintos. Faleceu em 22 de março de 2006 (85 anos), em Montesquieu-des-Albères (França).²⁰¹

²⁰¹ Pierre Clostermann (1921-2006) pode ser visto no documentário de João Barone sobre os 60 anos do Dia D na Segunda Guerra Mundial: "*Um Brasileiro no Dia D*". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NdUS9KCgWBE>. Acesso em: 08 mar. 2021. Trechos do seu testemunho estão disponíveis no site "Ecos da Segunda Guerra" <https://segundaguerra.org/pierre-clostermann-brasileiro-dia-d/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DREYFUS, Roland Michel: nasceu em 8 de fevereiro de 1913 em Fortaleza (CE), filho de Fernande Levy e Simon Dreyfus, e foi executado em 14 de agosto de 1944 em Sathonay-Village (França). A publicação *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)* – Estado do Ceará, cita o pai Simon na lista como “Ourives, joalheiro, relojoeiro e optica”, instalado à Rua Formosa, em Fortaleza. (*Almanak*, 1909: 254). Antes da guerra, Roland morava em Estrasburgo e trabalhava em um banco. Durante a guerra estava em Limoges, atuando como diretor do Comitê de Assistência a Refugiados e, graças a ele, muitas pessoas obtiveram documentos falsos. Seguiu depois para Lyon sob uma identidade falsa de cidadão francês, identificado como Robert Dreonnet. Em 28 de julho de 1944, ao se dirigir à casa de uma idosa judia, a polícia alemã invadiu o local e prendeu a mulher. Dreyfus tentou escapar, no entanto, acabou preso como suspeito de "atividade terrorista". Levado à sede da Gestapo, passou por diversos interrogatórios e, em 14 de agosto de 1944, foi conduzido por homens em roupas civis e armados para Sathonay-Village, onde, atrás de um muro, foi executado.

O corpo de Roland Michel Dreyfus permaneceu por dois dias no local sem identificação, tendo como única pista a aliança de casamento com a inscrição "Simone e Roland em 29/9/1940". Em 1º de julho de 1946, a esposa, Simone Dreyfus, reconheceu formalmente o marido pela fotografia do corpo e da aliança que lhe foi devolvida. Roland Dreyfus também foi identificado por suas impressões digitais. Em sua memória foi instalada na estrada para Vancia, em Sathonay-Village, uma estela com os dizeres: “Em memória de Roland Michel Dreyfus, vítima da barbárie nazista, morreu pela França aos 31 anos, fuzilado pela Gestapo em 14 de agosto de 1944”.²⁰²

²⁰² As informações a respeito de Roland Dreyfus (também escrito Dreyfuss) constam do artigo disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article209589>, notice “DREYFUS Roland Michel”, por Jean-Sébastien Chorin, version mise en ligne le 13 décembre 2018, dernière modification le 13 décembre 2018. Acesso em: 14 jul. 2020.

Figura 73 - Roland Pierre Dreyfus

Esq. Retrato de Dreyfus, s.d., s.l. Fotografia não identificado. Acervo: Archives Départementales du Rhône, 3460W2. Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article209589>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Dir. Estela *In Memoriam* a Roland Michel Dreyfus. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Plaque_Roland_Michel_Dreyfus_Sathonay-Village.JPG. Acesso em: 26 mar. 2021.

FALCK (FALK), Claude Georges: nasceu em 16 de janeiro de 1918 em São Paulo (SP), filho de Arsene e Blanche Falk, judeus franceses que viviam no Brasil. Com a separação dos pais, Claude acompanhou a mãe que optou por residir em Paris, e estudou no Lycée de Jeanson-de-Sailly até o seu ingresso na École Polytechnique, em 1938. Quando a guerra estourou, Claude e seus companheiros foram enviados para treinamento militar na École du Génie. Em 1940, como segundo tenente do 6º Batalhão de Engenharia, foi condecorado com a Cruz de Guerra e citado como: "Oficial corajoso, que calma e friamente, destruiu a ponte Gennes em 19 de junho de 1940, apesar do tiro inimigo".

Após o armistício, em 22 de junho de 1940, a École Polytechnique transferiu-se para Lyon como instituição civil. Falck e seus companheiros foram desmobilizados e prosseguiram seus estudos. Em 1941, ele passou a estudar engenharia na École PTT (École nationale supérieure des postes télégraphes et téléphones), mas, a seu pedido, saiu em 26 de fevereiro de 1942. Foi a Toulon e trabalhou como engenheiro até outubro de 1942, quando se interessou pela Resistência e seguiu para Grenoble, onde passou a treinar jovens *maquisards*. Partiu depois para Sautet e se integrou como *maqui* no Corps du Vercors, sob o pseudônimo de Blanchard. Com o desembarque Aliado no país, assumiu o comando da companhia de engenheiros, instruindo jovens e combatendo. Em julho de 1944 foi integrado às Forces Françaises de l'Intérieur (FFI) como tenente.

Uma das tarefas da sua unidade foi a de preparar um campo de pouso em Vassieux, porém os alemães invadiram a área em 21 de julho, travando uma violenta batalha na qual Claude Falck participou ativamente. O grupo precisou bater em retirada e, ao cruzar falésias próximas ao maciço de Vercours, foi capturado. Todos os membros foram executados em 24 de julho de 1944 na localidade de Le Verney, em Miribel-Lanchâtre, e seus corpos jogados em uma ravina.

Uma estela marca o local do massacre com os nomes de Claude Falck e de seus companheiros: Louis Caillet, Pierre Caillet, Pierre Cholet, Henri Fortuné, Georges Jasserand e Maurice Mazet. Falck foi declarado “Morto pela França” e está enterrado no cemitério nacional de Saint-Nizier-du-Moucherotte. A sua dedicação à Resistência, aos *maquis* e sua determinação durante os combates valeram-lhe uma menção à Ordem do Corpo do Exército: “Oficial brilhante, demonstrou grandes qualidades técnicas e militares durante a guerra. Na Batalha do Vercors foi morto pelos alemães quando tentava se reunir à sua unidade em 24 de julho de 1944”. Recebeu a Cruz de Guerra e a Medalha da Resistência postumamente e foi declarado Chevalier de la Légion d'Honneur. Seu nome está inscrito no Memorial da École Polytechnique, onde estudou, e em Grenoble na placa comemorativa do Instituto Politécnico Nacional.²⁰³

²⁰³ Informações obtidas do artigo disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article220674>, *notice* “FALCK Claude [pseudonyme Blanchard]”, por Dominique Tantin, Geneviève Launay, version mise en ligne le 28 novembre 2019, dernière modification le 31 janvier 2020. Acesso em: 15 abr. 2020. Claude Falck também é citado no Yad Vashem, na página dos mortos na Shoah e na lista de deportação da França, no *Mémorial de la Déportation des Juifs de France*, de Beate et Serge Klarsfeld, Paris, 1978.

Figura 74 - Claude Georges Falck

Esq: Com seu uniforme de “ingenieur polytechnicien”. Paris, s.d. Fotografia não identificado. Crédito: Silvia Bigar. Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article220674>. Acesso em: 26 mar. 2021.

Dir: Estela comemorativa com a inscrição: “Aqui caíram pela liberação em 24 de julho de 1944”, e os nomes de Claude Falck e seus companheiros, próximo a Miribel-Lanchâtre. Fotografia não identificado. Crédito: MemorialGenWeb. Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article220674>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FRATTINI, Santo: nasceu em São Paulo (SP) em 21 de abril de 1905, católico. Era civil, mas atuou como oficial. Em 1940, foi levado da França para a Alemanha e preso nos Stalags IV-G, em Oschatz, IV-D, em Torgau, como prisioneiro de guerra e seu destino é ignorado²⁰⁴;

JAMAIN, Auguste Charles: nascido em 11 de novembro de 1921, em Rio Branco (AC), estudante. Integrava o grupo Résistance Intérieure Française – RIF, quando foi capturado em julho de 1944 e levado primeiro ao campo de Natzweiler-Struthof (França). Em setembro de 1944 foi deportado para Dachau (Alemanha), em marcha forçada, sendo libertado pelas tropas americanas em abril de 1945.²⁰⁵

²⁰⁴ Documentos de estrangeiros como trabalhadores forçados e prisioneiros de guerra. Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/en/archive/121755070/?p=2&s=santos&doc_id=121755070. Acesso em: 15 ago. 2020.

²⁰⁵ Disponível em: <https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/fr/ark:/40699/m005a2946199ccf5>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Konzentrationslager Dachau Art der Haft: SS-FR Ord. Nr.: 78039

Name und Vorname: JAMAIN AUGUSTE
 geb.: 11. 11. 21 zu: RIO-BRANCO BRASILIA
 Wohnort: NIORT (DEUX-SEVRES) 54, rue HELLAISE
 Beruf: STUDENT Rel.: R. K.
 Staatsangehörigkeit: FRANZÖSE Stand: ledig
 Name der Eltern: JAMAIN HYPPOLITE, FLOH RAYMOND Rasse: arim
 Wohnort: NIORT (DEUX-SEVRES) 54, rue HELLAISE
 Name der Ehefrau: — Rasse: —
 Wohnort: —
 Kinder: — Alleiniger Ernährer der Familie oder der Eltern: —
 Vorbildung: —
 Militärdienstzeit: — von — bis —
 Kriegsdienstzeit: — von — bis —
 Größe: 174 Nase: normal Haare: blond Gestalt: normal
 Mund: normal Bart: — Gesicht: normal Ohren: normal
 Sprache: franz. Augen: grün Zähne: normal
 Ansteckende Krankheit oder Oehrechen: keine
 Besondere Kennzeichen: keine
 Rentenempfänger: —
 Verhaftet am: 19. Juni 44 zu: NIORT
 1. Mal eingeliefert: 5. Juli 44 2. Mal eingeliefert: —
 Einweisende Dienststelle: Sjw Paris
 Grund: —
 Parteizugehörigkeit: — von — bis —
 Welche Funktionen: —
 Mitglied v. Unterorganisationen: —
 Kriminelle Vorstrafen: —
 Politische Vorstrafen: —

Ich bin darauf hingewiesen worden, dass meine Bestrafung wegen intellektueller Unkundenfähigkeit erfolgt, wenn sich die obigen Angaben als falsch erweisen sollten.

v. g. u.
[Signature]
 Der Lagerkommandant

Figura 75 - Auguste Charles Jamain

Ficha de prisioneiro em Dachau (Alemanha), nascido no Rio Branco, brasileiro, estudante, com nacionalidade francesa citada, preso pela SIPO – *Sicherheitspolizei* – Paris. Arolsen Archives. Arquivos pessoais. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010602/0101/55833929/001.jpg>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LAPELERIE, Robert Jules Fernand: nascido em Cruzeiro (SP), em 5 de abril de 1905, atuou como militar e como membro das Forces Françaises Combattantes – FFC.²⁰⁶ Foi um dos 2.500 deportados em 15 de agosto de 1944 (dia do desembarque Aliado na Provença) naquele que ficou conhecido como “o último transporte em massa” realizado pelos alemães na estação de Pantin, localizada na periferia nordeste de Paris. Os homens foram transportados para Buchenwald, sendo 80% deles levados ao campo Dora Ellrich, onde ficavam alojados os prisioneiros muito fracos e doentes, que não conseguiam trabalhar no campo de Mittelbau-Dora. O local era um enorme complexo construído em concreto, não havia instalações sanitárias e os presos ficavam nos hangares por dias e noites, sem comida, até morrerem. As mulheres foram levadas para Ravensbrück.

²⁰⁶ FFC: sigla das Forces Françaises Combattantes. Resistência criada em 1942, em Londres, pelo General de Gaulle, organização militar formada pelos agentes das redes da França Livre na zona ocupada pelos alemães e/ou controlada pelo governo de Vichy.

Figura 76 - Robert Lapelerie

Ficha de como prisioneiro político, número, local e data de nascimento e chegada a Buchenwald. A anotação superior “3.9.44 Dora” refere-se ao grupo de 2.500 homens, dos quais 80% foram registrados na série de 77.000 naquele campo e transferidos para o campo Dora. Fichas individuais (homens) Campo de Concentração de Buchenwald. – Arolsen Archives. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/0085/52914927/001.jpg>. Acesso em: 20 mar. 2020.

A Resistência tentou, sem sucesso, libertá-los. Lapelerie chegou a Buchenwald no dia 20, no comboio que ficou conhecido como “77.000”, sendo fichado como prisioneiro político com o número 77342. Dias depois, Robert Lapelerie foi enviado ao campo de Ellrich, onde morreu em 3 de março de 1945. De acordo com os registros, 903 deportados deste comboio morreram nos campos de concentração. O nome de Lapelerie está citado em vários arquivos: Arolsen Archives; Ministério da Defesa francês como militar; como membro da resistência das FFC; no Memorial Gen Web; na Fondation pour la Mémoire de la Déportation Commission Dora Ellrich²⁰⁷;

SILVEIRA, Raul (Raoul) Soares: nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 7 de setembro de 1918, e partiu do Brasil para a Europa a fim de lutar contra o fascismo. Escreveu em suas memórias²⁰⁸ que a decisão foi em razão da situação política e social do Brasil e que ele precisava reagir contra a falta de liberdade. Assim, a partir de outubro de 1941, passou a integrar o Exército da França e, a seu pedido, ingressou na Legião Estrangeira em 1942. Participou de combates na Síria, no Egito, na Líbia e na Tunísia. Recebeu condecorações da França como a Legião de Honra, Medalha da Resistência Francesa, Cruz de Guerra, Cruz do Combatente da França e

²⁰⁷ Ministério da Defesa da França. Disponível em:

https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/fr/arkotheque/client/mdh/militaires_decedes_seconde_guerre_mondiale/detail_fiche.php?ref=1758879&debut=0; Memorial Gen Web, disponível em:

<http://www.memorialgenweb.org/index.php>; Fondation pour la Mémoire de la Déportation Commission Dora Ellrich, disponível em: <https://dora-ellrich.fr/15-aout-1944/>. Acessos em: 20 mar. 2020.

²⁰⁸ Seu nome está listado pelo Service historique de la défense – SHD – em:

<http://www.francaislibres.net/liste/gr16p.php?&cot=548616>. Acesso em: 14 jul. 2020. *Tempos de Inquietude e de Sonho* é o seu livro biográfico (SILVEIRA, 2004).

Cruz do Combatente da Europa. Deixou a Legião Estrangeira em 1944, quando a Força Expedicionária Brasileira chegou à Itália.

Figura 77 - Raul Soares da Silveira

Tempos de Inquietude e de Sonho, livro biográfico do brasileiro que se voluntariou para lutar na Legião Estrangeira contra o nazifascismo. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/tempos-de-inquietude-e-de-sonho-1434317/p>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Na base de dados do Ministère des Armées foram encontrados 35 brasileiros registrados como voluntários estrangeiros para lutar contra o nazismo entre 1º de setembro de 1939 e 25 de junho de 1940, na França e nas suas colônias na África.²⁰⁹ Quinze brasileiros, alguns citados na Tabela 4, lutaram e morreram pela e/ou na França e receberam honrarias póstumas daquele país.²¹⁰

Entre junho de 1940 a julho de 1943 atuaram também na resistência francesa junto aos movimentos France libre e Forces françaises libres outros brasileiros, cujos nomes abaixo não

²⁰⁹ Ministério das Forças Armadas, também designado Ministério da Defesa, é o órgão do Governo da França encarregado de gerenciar as Forças Armadas francesas dentro e fora do solo francês. Disponível em: https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/fr/arkotheque/client/mdh/engages_volontaires_etrangers/resus_rech.php?&debut=0. Acesso em: 10 abr. 2020. Os nomes das cidades de origem dos brasileiros citados estão algumas vezes com a ortografia incorreta, o que dificulta a localização.

²¹⁰ Ministère des Armées/Mémoire des hommes é um portal na internet do Secrétariat général pour l'administration du Ministère de la défense, editado e administrado pela Direction des patrimoines, de la mémoire et des archives, Paris (França). Disponível em: https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/en/arkotheque/client/mdh/militaires_decades_seconde_guerre_mondiale/resus_rech.php. Acesso em: 20 mar. 2020.

constaram da lista elaborada pelo Ministério das Forças Armadas da França, mas são mencionados no portal na internet Les Français Libres:

FADDOUL, Annibal: nasceu em 15 de janeiro de 1923 em Pirassanga (Pirassununga?), engajado na Norte da África, membro da Forces françaises libres-FFL²¹¹;

MARCHESSEAU, (?): cujo primeiro nome é desconhecido, nasceu no Brasil em 11 de agosto de 1906. Esteve engajado no movimento France Libre a partir do Brasil em junho de 1941, atuando como sargento de aviação, integrante da Forces aériennes françaises libres – FAFL²¹²;

MENESES, Hermes: nascido no Brasil em 3 de maio de 1916, membro da FFL, a partir de Londres em novembro de 1941, grupo terrestre.²¹³

Entre os brasileiros engajados como voluntários nas Forces Navales Françaises Libres – FNFL, de junho de 1940 a julho de 1943, de acordo com o portal Les Français Libres²¹⁴:

TAPIERO, Maurice: nascido em 6 de julho de 1916, em São Paulo (SP), armeiro.

WILLOQUET, Raymond Adolphe: nascido em 2 de setembro de 1922, na Bahia.

“Josette Lépine”, um destaque à parte

A história das mulheres que lutaram na resistência francesa para libertar a Europa da ocupação nazista é ainda desconhecida. Nestas últimas décadas, quando se ampliam os estudos sobre a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, o interesse pelas combatentes mulheres ainda não teve o alcance esperado. Neste momento em que os papéis femininos e de gênero têm chamado a atenção mundial, talvez suas histórias possam ser revisitadas. O tema continua em aberto não apenas para a história da França como também para a História do Brasil contemporânea que desconhece o nome e as histórias dos seus heróis *partisans*.

Os nomes de brasileiros e brasileiras que lutaram por uma França livre dos nazistas são desconhecidos da historiografia, que sempre esteve com os olhos voltados para a Europa. Tratando-se da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, a lacuna é ainda maior como se pode perceber pela relação de nomes que deram origem a este estudo. Muitos receberam medalhas, honrarias e até placas *in memoriam*, tendo suas histórias reproduzidas no formato de testemunhos e livros de memórias.

²¹¹ Disponível em: <http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=110820>. Acesso em: 10 abr. 2020.

²¹² Disponível em: <http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=111569>. Acesso em: 10 abr. 2020.

²¹³ Disponível em: <http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=84881>. Acesso em: 10 abr. 2020.

²¹⁴ Disponível em: <http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=97787>. Acesso em: 10 abr. 2020.

A *Enciclopédia do Holocausto* tem chamado a atenção para o papel das mulheres nas frentes de resistência ao nazismo: atuaram como mensageiras, cruzaram as perigosas linhas de combate inimigas, lideraram organizações de resistência armada e/ou espiritual, participaram de levantes em campos de concentração, pegaram em armas para lutar como *partisans*, integraram operações de resgate e socorro ao contrabandear alimentos para dentro dos campos, salvaram crianças em guetos, ajudaram como enfermeiras, entre tantas outras ações.

Também na resistência francesa a atuação das mulheres francesas e estrangeiras foi de grande importância. Quando, em 2014, o presidente François Hollande homenageou quatro heróis da resistência à ocupação alemã, incluiu duas mulheres: a etnóloga Germaine Tillon e Geneviève de Gaulle-Anthonioz, sobrinha do General de Gaulle. Além destas heroínas francesas, uma outra mulher guerrilheira chama atenção: Nancy Wake, nascida na Nova Zelândia, apelidada pela Gestapo de “Rato Branco”. Também é preciso lembrar Olga (Golda) Bancic, conhecida pelo nome de guerra francês Pierrette (10 de maio de 1912 – 10 de maio de 1944), romena, comunista e judia que atuou no Grupo Manouchian – citado antes nesta dissertação – e foi capturada pelas forças alemãs em fins de 1943, tendo sido condenada à morte como os demais integrantes do grupo (Manouchian e 21 homens) em fevereiro de 1944. Bancic não foi fuzilada como os demais; ela foi levada à Alemanha e decapitada em maio daquele ano.

Recentemente, a historiadora Judy Batalion publicou o livro *The Light of Days, The Untold Story of Women Resistance Fighters in Hitler's Ghettos* (*A Luz dos Dias, A História não Contada das Mulheres Lutadoras da Resistência nos Guetos de Hitler* – em tradução livre), ainda inédito no Brasil, no qual ela, que é neta de sobreviventes, resgata, após 10 anos de pesquisa, a história desconhecida da resistência feminina na Polônia ocupada pela Alemanha nazista. Com coragem, astúcia e nervos de aço, essas mulheres, algumas delas adolescentes, subornaram os guardas nazistas, contrabandearam armas, ajudaram a construir bunkers, bombardearam linhas de trem alemãs e explodiram o abastecimento de água, além de cuidar dos doentes e ensinar crianças.

Certamente, há muitas mulheres a serem condecoradas e lembradas na resistência e, entre elas, uma brasileira que atuou na França: **Catherine Rennert (Lévy)**²¹⁵, filha de Edmond e Suzanne Betty Lévy, nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 13 de julho de 1919, e falecida em 3 de fevereiro de 2011 em Paris. Sua história faz parte de uma memória a ser revelada rompendo com os silêncios da história oficial. Judia, atuava na região de Toulouse sob o falso nome de “Josette Lépine”, integrando o grupo de mulheres que participaram ativamente da resistência

²¹⁵ USC Shoah Foundation, Visual History Archive Online. Disponível em: <https://vhaonline.usc.edu/viewingPage?testimonyID=3575&returnIndex=0#>. Acesso em: 10 abr. 2020.

no grupo Francs-tireurs et partisans – main-d'œuvre immigrée (FTP-MOI), um subgrupo da organização Francs-tireurs et partisans (FTP) da Resistência Francesa, composto principalmente por estrangeiros, e que manteve uma força armada criada no segundo semestre de 1942 para se opor à ocupação alemã no país.

Josette (Catherine) pertenceu à 35ª Brigada Marcel Langer, um braço da resistência armada do grupo FTP-MOI. A brigada homenageou Marcel (Mendel) Langer, um polonês judeu, comunista, ex-Brigadista Internacional, condenado à morte pelo Tribunal de Apelação de Toulouse por transportar explosivos e executado em 23 de julho de 1943. Além de imigrantes estrangeiros, como Catherine, refugiados antifascistas e franceses pertenciam à brigada também judeus e não judeus, que foram classificados pelo governo de Vichy como “estrangeiros, judeus, comunistas e terroristas”.

Catherine Lévy casou-se com Arthur Rennert, nascido em 12 de dezembro de 1904, em Cracóvia (então Império Austro-Húngaro, atual Polônia) e falecido em 18 de julho de 1983 em Lainsecq (França). Rennert, que também atuou na resistência francesa, foi um renomado pintor, escultor e gravurista, com centenas obras expostas pela Europa. Ele se instalou em Paris em 1927, onde continuou seus estudos de arte, passando por Bruxelas, Antuérpia e Florença, e uma de suas obras mais conhecidas é a série de três telas sobre uma greve em Estrasburgo (1933), pintadas em 1933, 1959, 1969. Catherine Rennert continuou a usar o pseudônimo Josette Lépine após a guerra como jornalista e poetisa, participando das publicações de seu marido. Seu livro, com 10 poemas e ilustrado com 10 gravuras de Arthur Rennert, *La peur, poèmes de Josette Lépine* foi publicado em 1973.

Figura 78 - Catherine Rennert

Carteira de jornalista profissional, com o pseudônimo Josette Lépine, França, s.d. Disponível em: <https://vhaonline.usc.edu/viewingPage?testimonyID=3575&returnIndex=0#>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Figura 79 - Carteiras de Combatente

Esq: Carteira da 35ª Brigada "Marcel Langer" da FTP-MOI, emitida para Catherine Rennert. França, 1993. Disponível em: <https://vhaonline.usc.edu/viewingPage?testimonyID=3575&returnIndex=0#>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Dir: Identidade de combatente de Catherine Rennert, nascida no Rio de Janeiro, emitida pelo Departamento Nacional de Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra. Paris, 3 de julho de 1964. Disponível em: <https://vhaonline.usc.edu/viewingPage?testimonyID=3575&returnIndex=0#>. Acesso em: 10 abr. 2020.

**TAB. 4 - Brasileiros voluntários na França e nas colônias na África
1/9/1939 a 25/6/1940**

Nome	Local de nascimento	Data de nascimento	Onde Serviu	Recrutamento
BAGNOLI Domenico	Santos (SP)	26/11/1896	Legião Estrangeira	Seine
BERTO Albin	Avaré (SP)	29/9/1903	voluntário durante a guerra	Nice
BERTO Marc Antoine	São Paulo (SP)	31/1/1899	RMVE	Nice
BINA CABRERA José	Guataraba (?)	4/10/1909	DCRE	Pau
BOCCAFOLI Carlindo ²¹⁶	Carangola (MG)	17/10/1906	RMVE	Seine
BORTOLI Guiseppe	Santa Rita (?)	6/2/1900	Legião Estrangeira	Caen
BOUCHER Arthur	Rio de Janeiro (RJ)	19/4/1900	DCRE e Legião Estrangeira	Seine
BRANDO Jean	Águas Virtuosas (?)	27/6/1907	RMVE	Nice
CALDIN Brasilino	São Paulo (SP)	3/8/1904	Legião Estrangeira	Caen
CALZOLARI Charles	Santa Lucci (Santa Lúcia?)	14/11/1901	Legião Estrangeira	Marseille
CELESTIN Fernand	Bahia	1º /10/1898	Legião Estrangeira	Marseille
DA SILVA Faria	Rio de Janeiro (RJ)	14/5/1905	Legião Estrangeira	Seine
DI MARTINO François	São Paulo (SP)	8/5/1906	Legião Estrangeira	Marseille
FANTONI Guiseppe	São Paulo (SP)	19/03/1904	Legião Estrangeira	Seine
FERRILLO Genaro	São Paulo (SP)	17/11/1905	Legião Estrangeira	Lyon
FRATTINI Santo ²¹⁷	São Paulo (SP)	21/4/1905	Legião Estrangeira	Seine
GIALLI André	Santia Rija (Santa Rita?)	9/8/1903	Depósito de Artilharia n.º 35	Marseille
GOMES DE MATTOS Roger ²¹⁸	Rio de Janeiro (RJ)	17/4/1907	Unidade 8ª Seção de Enfermagem Militar	Dijon

²¹⁶ Charles (Carlos, Carlindo) Boccafoli, nascido em Carangola, em 17 de outubro de 1906, mecânico, esteve internado em vários campos na França como Voves e Compiègne e na Alemanha em Neuengamme, religião indefinida, preso político, destino ignorado.

²¹⁷ Civil preso como militar no campo de Torgau, Alemanha, Stalag IV-D.

²¹⁸ O seu nome consta da matéria no *Correio da Manhã* (RJ), em 29 ago. 1943, p 32, “Os brasileiros que se encontram nos campos de concentração e as informações que nos dá a seu respeito a Cruz Vermelha Brasileira”.

IGLESIAS José	Yaguari (Jaguari?) (SP?)	3/2/1920	RMVE	Perpignan
KARAFIOL Bernard	Ribeiro Preto (SP)	1º/12/1915	REI	
KLINGER Simon	?	21/7/1909	Legião Estrangeira	Nice
LEVY COBLENTZ Roger ²¹⁹	Ceará	17/8/1902	Legião Estrangeira e DRMVE	Seine
LONDERO Jacques	São Paulo (SP)	22/12/1909	DRMVE	Montauban
CLOPEZ Lucien	Rio de Janeiro (RJ)	14/02/1909	RMVE	Versailles
MARGUES (MARQUES de OLIVEIRA) Emilio	Rio de Janeiro (SP)	12/11/1906	Legião Estrangeira e DRMVE	Châlons-en- Champagne
MELATO Corado	Mines de Reis (Minas Gerais ?)	23/05/1899 ou 1904	Legião Estrangeira e DRMVE	Thionville e Nancy
MENECCHINI Louis	São Paulo (SP)	7 ou 27/11/1900	RMVE	Camp du Barcarès e Nice
MEYER Jacques	São Paulo (SP)	10/8/1902 ou 1912	Legião Estrangeira e DCRE	Tunis (Tunísia)
MONTINKO DE REZENDE Maximilien	Belena (Belém?)	10/6/1905	RMVE	Tarbes
MURARI Gaitano	Nimas Augustino (?)	8/8/1902	Camp d'Auvours	Nice
OMS FLORENZA Louis	Pura y Cava (?)	11/12/1917	RMVE	Pau
PERSEGUERS Jean	São Paulo (SP)	8/6/1904	DRMVE	Caen
SAN-JOAN Marco	Santos (SP)	16/12/1909	Legião Estrangeira	Fort de Vancia
VISENTEIN Romano	?	29/11/1895	Legião Estrangeira	Seine
ZULICH Jorge	Rio Grande (RS)	03/12/1915	RMVE	Seine

conclusão

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber com dados do Ministério da Defesa da França

²¹⁹ Possivelmente irmão de Georges Levy-Coblentz, médico judeu nascido no Ceará, residente na França e morto na marcha da morte para Buchenwald (Alemanha) – ver brasileiros na França.

TAB. 5 - Brasileiros com honrarias póstumas

Nome	Data de nascimento	Local de nascimento	Atuação	Unidade	Data de falecimento
BOXDO Jean	5/1/1905	São Paulo		1º B.L.E. (Legião Estrangeira)	em 3/11/1944 em consequência de ferimentos
BRAGA Thariccio (Tarcísio)	4/6/1902	São Paulo		Reg. Infantaria Colonial Misto Senegalês	18/5/1940 morto pelo inimigo
BRANDO Jean	27/6/1907	Águas Virtuosas		22º Reg. Infantaria Voluntários Estrangeiros	6/6/1940 morreu pela França
CONEIN Albert	8/3/1925	Rio de Janeiro		7º Reg. de Cavalaria Africano	1º /6/1945 na Alemanha
FALCK Claude Georges	16/0/1918	São Paulo	militar	FFI	24/7/1944 fuzilado em Isère, França
FIQUET Ernest Marcel	31/3/1899	São Paulo		38º Regimento de Infantaria	em combate em 1945, na Alemanha
HAMELIN Jacques Philippe	18/5/1914	Rio de Janeiro			15/5/1940 pelo inimigo
IGUAL Raphael	18/11/1918	?		95º Regimento de Infantaria	10/3/1945 na França afogado
LAJOUX Charles Marie	21/7/1923	São Paulo		FFC	20/8/1944 pelo inimigo
LEVY Fernand Joseph Camille	16/2/1912	Belém	militar	15º RDP	17/8/1940 em consequência de ferimentos
LEVY Raymond	10/6/1897	La Sé (?)			7/3/1941
MIESI Jean	25/10/1905	Guaritaba (?)			1º/4/1944 em bombardeio na Alemanha
PASSABET Albert Joseph	31/7/1911	Rio de Janeiro		15º Reg. de Infantaria Alpina	19/7/1940 na Alemanha
RINN Alain	15/6/1924	Raffard (Vila de Piracicaba)		5º Batalhão	9/1/1945 de ferimentos
WESTERMAN Robert Stephen ²²⁰	26/9/1923	Porto Novo	Sargento de voo	Unidades Australianas R.A.A.F. 466th Squadron+	11/4/1944

conclusão

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber com dados do Ministério da Defesa da França

²²⁰ Robert Stephen Westerman alistou-se na Real Força Aérea Australiana em 1943, no esquadrão 466, e foi abatido na França em 11 abril de 1944 aos 20 anos, lembrado no Memorial de Guerra da Austrália, em Camberra.

TAB. 6 - Brasileiros da resistência na França com títulos e homologações²²¹

Nome (codinome)	Local de nascimento	Data de nascimento	Unidade da resistência
ABDALLAH Joseph	Chantalo (?)	1913	FFL
ANDRIOLA Angelo	Brasil	4/9/1922	?
ARMENGAUD Lucien Raoul	Rio de Janeiro	12/9/1920	FFL
BENSI Charles André	Bahia	4/6/1918	RIF
BERGERY Franc	Rio de Janeiro	17/9/1882	?
BIBOLOT Auguste	São Paulo	20/1/1901	?
BRESARD Jean Pierre	Rio de Janeiro	20/6/1921	DIR
CAHUZAC Pierre Yvon Antoine Jacques	São Paulo	1 ^o /6/1921	FFC
CARILLER Marcel	Villa Nova de Lima	30/3/1922	FFL
CARLOS Edouard	Bahia	9/11/1918	FFL
CARRASCO Joaquin	São Paulo	22/7/1912	FFL
CASANAVE Georges	Rio de Janeiro	27/1/1917	FFL
CASTELNAUD Auguste	Rio de Janeiro	27/1/1896	FFI
CENTURION Alvarez	São Paulo	20/7/1913	FFI
CERF Joseph ²²²	Rio de Janeiro	29/4/1874	FFC
CHAUVAT Jean Alphonse Auguste	São Paulo	14/5/1919	?
CICALA Bastien (Paul, Cheveux blancs, l'Oncle)	São Paulo	19/1/1896	FFI
CLOSTERMANN Pierre ²²³	Curitiba	28/2/1921	FFL
COVELLO Roméo	Rosário	23/10/1920	FFL
DAUTEL Guy André Maxime ²²⁴	São Paulo	27/2/1925	FFC e DIR

²²¹ Relação de 81 combatentes brasileiros da resistência – homens e mulheres – que receberam títulos e homologações por serviços prestados na resistência. Nomes obtidos junto ao Ministério das Forças Armadas, órgão do governo francês, incluindo alguns já registrados nas listas de instituições mencionadas anteriormente. Também designado Ministério da Defesa é o órgão do Governo da França encarregado de gerenciar as Forças Armadas francesas dentro e fora do solo francês. Os nomes das cidades de origem estão algumas vezes com a grafia incorreta, o que dificulta a localização, e há nomes repetidos na lista original e cidades da Argentina citadas como no Brasil e que foram eliminadas desta relação. Disponível em:

https://www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr/fr/arkotheque/client/mdh/base_resistants/resus_rech.php.

Acesso em: 10 abr. 2020.

²²² Joseph Cerf, mencionado entre as vítimas da França, consta da lista não datada de deportados e de crimes de guerra cometidos pelos alemães na região de Brive, sob o título: *Fédération des Sociétés Juives de France (F.S.J.F.)*. Memorial de la Shoah.

²²³ Pierre Clostermann, considerado um ás da aviação, está citado na Resistência Francesa, integrou posteriormente a RAF e foi o único piloto brasileiro a participar do Dia D.

²²⁴ Ao cruzar dados relacionados a Guy Andre Dautel, foram encontradas informações de que foi deportado para Buchenwald (Alemanha), onde trabalhou como mecânico. Arolsen Archives: Disponível em:

DE CARVALHO Apolônio ²²⁵ (Edmond)	Corumbá	9/2/1912	FFI
DE GOMEZ Edouard	Manaus	5/7/1920	FFL
DE MONTLAUR Marie Antoinette ²²⁶	São Paulo	2/12/1912	FFC
DELGADO Arthuro	São Paulo	2/2/1920	FFL
DESCHAMPS Elisabeth	Rio de Janeiro	27/4/1920	FFC
DHELOMME Edouard (Hector)	Brasil	15/4/1922	FFC
DHIGOSZ Claudonot Claudius ²²⁷	Machavo-Portella (Machado Portela?)	24/5/1910	FFL/FNFL
DOAMARAL Sévero - (Do Amaral SEVERO)	Rio Grande do Sul	6/11/1892	?
DREYFUSS Roland ²²⁸	Fortaleza	8/2/1913	Comitê de Assistência a Refugiados
DUCHEZ Alcide	Brasil	2/3/1912	FFI
DUPIN MACIEL Juste	Curitiba	25/10/1921	FFL
ELIE Sawan	Bahia	1913	FFL
ESPOSITO Ricardo	Brasil	26/2/1901	FFI
FALCK (Falk) Claude Georges ²²⁹	São Paulo	16/1/1918	FFI
FERNANDEZ Manuel	São Paulo	11/10/1901	FFC e FFI
FERRAZI Vittorio	São Paulo	10/1/1896	FFI
FORMICHI Astor (André Georges, André Dunal)	Sao Peato (São Paulo?)	31/1/1913	FFI
FRETIN André	São Paulo	4/2/1896	FFI
GRANDJEON Marcel (Gaspard)	Bahia	20/8/1895	FFC
GRANGIER Louis	Brasil	26/5/1896	FFC
IGUINI Jacques	Belo Horizonte	5/2/1894	?
IRANI Elie	Rangoba (?)	25/11/1914	FFL

<https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010503/0532/52463023/001.jpg>. Acesso em: 10 abr. 2020.

²²⁵ Militante comunista no Brasil, combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, esteve internado no campo de Gurs, na França, de onde fugiu (mencionado acima) e se integrou à Resistência Francesa. Foi condecorado pelo governo francês, mas, ao retornar ao Brasil, na época da ditadura, foi perseguido e preso. Precisou se exilar e só retornou ao país em 1979 com a anistia.

²²⁶ DE VILLARDI DE MONTLAUR, Marie Antoinette – Baronesa François de Brétizel.

²²⁷ Marinheiro, engajado no Movimento França Livre em janeiro de 1941, oficial mecânico, integrante das FNFL/marinha mercante, morto em 23 de janeiro de 1943 no Atlântico Norte. *Liste des Français Libres, Les Français Libres, de juin 1940 à juillet 1943*. Disponível em:

<http://www.francaislibres.net/liste/fiche.php?index=65062>. Acesso em: 08 abr. 2020.

²²⁸ Morto pela Gestapo em Sathonay-Village.

²²⁹ Fuzilado em 24 jul. 1944 em Isère, França.

JAMAIN Auguste Charles ²³⁰	Rio Branco	11/11/1921	RIF e DIR
LAJOUX Charles Marie	São Paulo	21/7/1923	FFC
LALANNE Germaine	Rio de Janeiro	5/8/1908	FFC
LAPELERIE Robert Jules ²³¹	Cruzeiro	5/4/1905	FFC e DIR
LE NEN Georges Noël	Rio Grande do Sul	6/4/1909	FFC
LECA Jean	Rio de Janeiro	23/3/1924	?
LEVY Georges Gustave (Fuzileiro naval)	São Paulo	3/5/1920	FFL/ FNFL
MANSOUR Ali Hanna	Brasil	1923	FFL
MARMOUYET Jean	Rio de Janeiro	7/9/1913	FFI
MAROT Guy Maria	Rio de Janeiro	29/1/1920	?
MARRACHE Jacques Joffre	Manaus	6/9/1918	FFL
MARTINETTI Alexandre	Santa Barbara	9/9/1903	FFI
MARTINEZ Emile	Ybu (Itú?)	2/2/1918	?
MARTINEZ Valentino	Rio de Janeiro	10/10/1919	FFL
MEUNIER RIVIERE Auguste (Alexandre)	Mootouca (?)	10/07/1901	FFC e FFI
MILOCH François	São Paulo	6/10/1906	FFL e DIR
MONTERO Albino	Monte Azul	5/2/1914	?
OGGIANO Alphonse	Villa Nova de Lima	1º/5/1907	FFI
OLIVEIRA Mario	São Bento	3/11/1911	FFL
PEREZ José	Rifaina	1º/12/1901	?
PERIGOIS Georges Marie	Rio de Janeiro	19/5/1919	FFL e DIR
PEYROT Henri	Rio de Janeiro	22/2/1912	?
PIZZOLI Elie Camille Joseph	Rio de Janeiro	20/4/1914	FFL
PRADES Jean Baptiste	Rio de Janeiro	1º/12/1891	FFC
REYNAUD Maxime	Pernambuco	27/4/1914	FFL
RINN Alain Fernand	Villa Raffard Capivari	15/6/1924	FFI

²³⁰ Estudante, deportado inicialmente para o campo de concentração de Natzweiler-Struthof, nos Voges, França, e posteriormente para o campo de Dachau, na Alemanha, conforme documentos nos Arolsen Archives.

²³¹ Mencionado como vítima na França.

RODRIGUEZ Joachim	Rio de Janeiro	2/8/1906	FFL
SABIONI Marc	Santa Rita	18/8/1895	FFI
SAGE Jean Pierre Louis Victor	São Paulo	31/5/1908	FFL
SANCHEZ François (Anatole)	São Paulo	3/4/1920	FFI
SAUVAGET Paul Rémi Eugène ²³²	Rio de Janeiro	12/12/1920	FFC e DIR
SELIGMANN Pierre Joseph	Fortaleza	15/7/1913	DIR
SILVEIRA Raoul ²³³	Rio de Janeiro	1º/9/1918	FFL
TOBIN Gayne Thomas	Rio de Janeiro	7/7/1921	FFL
TONICELLO Antonio	São Paulo	23/9/1899	?
TONON Fioravente	São Paulo	24/5/1893	FFI
TROIANO Adalbert	Rio Grande do Sul	8/7/1899	FFI
VANUCCI Césarino	São Paulo	5/10/1905	?
VON SOSTEN Helena	Rio de Janeiro	24/3/1919	?

Conclusão

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber com dados do Ministério da Defesa da França.

Em combate contra as forças fascistas na Itália

Brasileiros também integraram as forças de combate aos nazifascistas na Itália. Vários foram deportados do campo de trânsito de Bolzano para a Alemanha, Áustria e Polônia, onde morreram. Como integrantes de grupos antifascistas, socialistas e comunistas foram perseguidos pelos italianos e alemães. Entre as vítimas que combateram nas frentes de resistência na Itália temos:

BUTTURINI, Angelo: nasceu em Cascatinha – possivelmente em Petrópolis (RJ), onde há uma rua com seu nome – em 26 de fevereiro de 1900. Católico, vivia em Verona (onde também é nome de rua) e morreu no campo concentração de Bergen-Belsen (Alemanha), em 1945. Filho de emigrantes, foi à Itália, onde encontrou emprego como funcionário de um banco. Era um jovem de ideias socialistas que em 1926 já fora preso na cidade de Vicenza, por fazer propaganda antifascista. Durante os anos da ditadura de Mussolini manteve contato com o seu

²³² Deportado para o campo de Sachsenhausen (Alemanha). Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS1/SIMS3/02030304/0251/53877414/001.jpg>. Acesso em: 08 abr. 2020.

²³³ Escreveu suas memórias *Tempos de inquietude e de sonho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

grupo e, com a queda do regime, em 1943, retomou suas atividades políticas para logo depois se integrar à resistência veronense. Em julho de 1944, como membro do Partido Socialista juntou-se ao Comitê de Libertação Nacional (Comitato di Liberazione Nazionale), partido antifascista que lutou com a Resistência Italiana. Porém, o grupo não durou muito, pois em 14 de julho quase todos os membros foram presos, inclusive Butturini. Ele foi levado ao campo de trânsito de Bolzano²³⁴ e deportado para o campo de Flossenbürg (Alemanha) com o número de prisioneiro 21673. Em 8 de março de 1945, foi levado para Bergen-Belsen, onde morreu.²³⁵

Überstellt und entlassen am 8. MRZ. 1945 nach Bergen-Belsen. It. 21673/3

Vor- und Suname: Butturini Angelo

geboren am: 26.3.00 in: Cascantina Brasil

Anschiffs-Ort: Straße Nr.

Eingef. am: 7.9.44 Uhr von Bozen Entf. am / Uhr nach

Bei Eintieferung abgegeben:

Koffer	Altentafche	Valer
1 Hut/Waage	1 Paar Schuhe/Giefel	Kragenknöpfe
1 Mantel	8 Paar Strümpfe	Halstuch
1 Rock	1 Paar Damasken	Taschentuch
1 Weste/Kleiderrock	Kragen	1 Paar Handschuhe
1 Hose	Vorhemd	Briefstache mit
3 Pullover	Winder/Fliege	Papiere
7 Oberhemden	Paar Armbalter	Sporthemd/Hosen
Unterhemden	Paar Gedenhalter	Abzeichen
5 Unterhosen	Paar Mansch-Knöpfe	Schlüssel a. Ring
		Kamm

Abgabe bestätigt: Angelo Butturini

Effektenverwalter: [Signature]

I. T. S. FOTO No. 4.17

Wertfachen: ja-nein

Figura 80 - Angelo Butturini

Ficha de prisioneiro no campo de Flossenbürg (Alemanha), data e local de nascimento. Transportado de Bolzano (Itália) em 7 set. 1944, com informações de seus pertences e assinatura. Arolsen Archives, *Individual Documents male Flossenbürg*. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01010803/0020/56143336/001.jpg>. Acesso em: 10 abr. 2021.

²³⁴ O campo policial de trânsito de Bolzano foi estabelecido em julho de 1944 e foi um dos quatro campos de concentração alemães na Itália, onde a SS selecionava prisioneiros políticos e judeus para deportá-los a campos de concentração e extermínio.

²³⁵ Além de mencionado em diversos livros que tratam da resistência na Itália, Angelo Butturini tem seu nome nos seguintes arquivos: KZ-Gedenkstätte Flossenbürg; <https://memorial-archives.international/en/entities/show/5b4b206b589cef4f508b6c6f>; <https://www.anpi.it/donne-e-uomini/536/angelo-butturini>; <https://ilrisvegliodellasardegna.it/vittore-bocchetta-101-anni-di-battaglie-e-un-sogno-dopo-il-lager>. Acessos em: 10 out. 2020.

DENTICI, Jacopo²³⁶: nasceu no Rio Grande do Sul em 11 de setembro de 1926 e morreu em 1º de março de 1945 no campo de Gusen (Áustria). Jacopo era filho de Salvatore Dentici, médico e livre docente em patologia cirúrgica, e de Olga Marcella Ferrero, também médica e cuja família foi dona do jornal *La Stampa*. O casal mudou-se para o Brasil logo após o casamento, em 1923, porém retornou à Itália quando nasceram os filhos – Ornella e Jacopo – no Rio Grande do Sul. Permaneceram primeiro em Milão e depois em Voghera, onde o pai foi chefe de cirurgia do hospital local e professor na Universidade de Pavia.

Estudante brilhante desde os anos do ensino fundamental, Jacopo, aos 16 anos, matriculou-se no curso de Física da Universidade de Pavia, mas abandonou o curso. Matriculou-se em Arquitetura na Politécnica de Milão onde, após exames em fins de maio de 1944, solicitou transferência para o curso de Física da Universidade de Milão, tendo sido admitido para cursar o segundo ano com apenas 17 anos. Jacopo também adorava arte, escrevia poesia e interpretava poetas antigos.

Antes de ingressar na universidade, no entanto, em setembro de 1943, o jovem Jacopo uniu-se ao Gruppo di Azione Partigiana, criado em Voghera, que resgatava soldados aliados que escapavam das prisões nazifascistas, providenciava armas para unidades *partigiani* e distribuía folhetos clandestinos. Nesse período, a mãe, irmã e o futuro cunhado, Franco Andreani, participavam do movimento Giustizia e Libertà. Olga, sua mãe, escondia em casa fugitivos, judeus e prisioneiros aliados. O pai, Salvatore, em 1942 trabalhava como médico em um navio-hospital, mas sem contato com a família foi declarado desaparecido.

Jacopo precisou sair de Voghera, porque foi denunciado como suspeito, porém continuou sua atividade de resistência em Milão no Corpo Volontari della Libertà, encarregado de contatos com os diversos grupos de *partigiani* e da distribuição de identidades falsas. Ele foi preso por uma milícia fascista ao tentar esconder documentos durante uma batida na sede organização. Foi torturado e depois entregue às SS, e novamente torturado, enquanto sua família sofreu perseguição e a mãe foi presa duas vezes por suas atividades.

Levado em 16 de janeiro de 1945 para o campo de trânsito de Bolzano, Dentici foi deportado no último trem, que partiu para Mauthausen (Áustria) em 1º de fevereiro. Ao chegar no dia 4, recebeu o número 126163 e foi posto para trabalhar na terrível pedreira em condições adversas e desnutrido. Em 17 de fevereiro foi transferido para o subcampo de Gusen II para

²³⁶ Seu nome consta de diversos livros, publicações e portais na internet referentes à resistência italiana. Dentici foi homenageado em Voghera, onde é nome de via pública. Os dados relativos à biografia de Jacopo Dentici foram retirados do texto de Igor Pizzirusso, Istituto Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione in Italia, Milano, e constam também do *Raum Der Namen Die Toten Des Kz Mauthausen*. Disponível em: <https://www.gedenkstaetten.at/raum-der-namen/cms/index.php?id=4&p=65445&L=1>. Acesso em: 25 out. 2020.

trabalhar na escavação de túneis subterrâneos, em condições ainda piores de desnutrição. Sua morte foi oficialmente registrada no *Livro dos Mortos* de Gusen em 1º de março, devido a pneumonia e fraqueza do músculo cardíaco. Ele tinha recém completado 18 anos.

A Universidade de Milão concedeu-lhe, em novembro de 1946, um doutorado honorário póstumo.²³⁷

Figura 81 - Jacopo Dentici

Esq. O jovem *partigiano* Jacopo, s.d. s.l. Spettabile Università degli Studi di Milano. Fotografia não identificado. Disponível em: <https://archivi.unimi.it/percorso-tematico/jacopo-dentici-studente-di-fisica-partigiano-martire-per-la-liberta/>. Acesso em: 25 out. 2020.

Dir. Pedra de Tropeço (*Stolperstein*) instalada em 24 de janeiro de 2019 na via Don Minzoni, em frente ao Liceo Ginnasio “Severino Grattoni”, em Voghera, onde estudou. Crédito: Christian Michelides.

Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stolperstein_f%C3%BCr_Jacopo_Dentici_2_\(Voghera\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stolperstein_f%C3%BCr_Jacopo_Dentici_2_(Voghera).jpg). Acesso em: 25 out. 2020.

²³⁷ Universidade de Milão. Disponível em: <https://archivi.unimi.it/percorso-tematico/jacopo-dentici-studente-di-fisica-partigiano-martire-per-la-liberta/>. Acesso em: 25 out. 2020.

Häftlings-Personal-Karte		HÄHL-Nr. 1
KL.:		126163 It. S. h
Fam.-Name: <u>D e n t i c i</u>		Personen-Beschreibung:
Vorname: <u>Jacopo</u>	am: _____ an KL.	Größe: <u>172</u> cm
Geb. am: <u>11.9.26</u> in: <u>Rio Grande do Sul</u>		Gestalt: <u>mittel</u>
Stand: <u>led.</u> Kinder: _____	am: _____ an KL.	Gesicht: <u>oval</u>
Wohnort: <u>Voghera Prov. Pavia</u>		Augen: <u>braun</u>
Strasse: <u>via 27. Marco 11</u>	am: _____ an KL.	Nase: <u>norm.</u>
Religion: <u>rk</u> Staatsang.: <u>Ital.</u>		Mund: <u>norm.</u>
Wohnort d. Angehörigen: <u>Vater</u>	am: _____ an KL.	Ohren: <u>norm.</u>
<u>Salvatore W.O.</u>		Zähne: <u>vollst.</u>
	am: _____ an KL.	Haare: <u>schwarz</u>
	am: _____ an KL.	Sprache: <u>ital. engl.</u>
Eingewiesen am: <u>4.2.45</u>		Bes. Kennzeichen: <u>keine</u>
durch: <u>Sipo Verona</u>		Charakt.-Eigenschaften: _____
in KL.: <u>KIM</u>	Entlassung: _____	
Grund: <u>Ital. Schutz</u>	am: _____ durch KL.:	Sicherheit b. Einsatz: _____
Vorstrafen: _____		
	mit Verfügung v.: _____	
Strafen Im Lager:		
Grund: _____	Art: _____	Bemerkung: _____
<div style="border: 2px solid red; padding: 5px; display: inline-block; transform: rotate(-2deg);"> Kollerith erfasst </div>		Körperliche Verfassung: _____
KL. 5-W 44 See. 000		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> L T. 6589 S. </div>

Figura 82 - Ficha de prisioneiro de Jacopo Dentici

Documento com dados da sua chegada ao campo de Mauthausen (Áustria), 04 de fevereiro de 1945. Arolsen

Archives: *1.1.26.3 Individual Documents Regarding Male Detainees Mauthausen*. Disponível em:

<https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01012603/0068/109237879/001.jpg>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FRIGERIO, Cesare²³⁸: nasceu em São Paulo (SP) em 10 de outubro de 1894. Foi levado para o campo de Flossenbürg (Alemanha). Frigerio foi um dos 432 deportados do Transporte 81 de Bolzano de 5 e 7 de setembro de 1944. Seu número de prisioneiro foi 21432 e logo depois foi realocado para o subcampo Hersbruck²³⁹, onde morreu em 6 de dezembro de 1944;

PENNESI, Hermes: nascido em São Paulo (SP), em 30 de junho de 1927, foi preso em Verona como mensageiro e levado a Mauthausen (Áustria) em 4 de fevereiro de 1945 e depois para o subcampo de Gusen, onde em pouco mais de um mês, em 20 de março de 1945²⁴⁰, morreu ou foi morto.

²³⁸ KZ-Gedenkstätte Flossenbürg. Disponível em: <https://memorial-archives.international/en/entities/show/561c6ec5759c02dc3b8d7b8e>. Acesso em: 20 out. 2020.

²³⁹ O segundo maior subcampo de Flossenbürg, Hersbruck situava-se a 10 km de Nuremberg com elevada taxa de mortalidade. A partir de 1944, os deportados precisaram cavar um sistema de túneis montanha acima, em Happurg, para esconder motores de aeronaves BMW do bombardeio aliado. Desde agosto de 1944, o número de prisioneiros tornou-se mais numeroso e no inverno de 44-45 um em cada dois deportados morreu. Todos os deportados desse transporte foram registrados como presos políticos e obrigados a usar o triângulo vermelho. Em abril de 1945, o campo foi evacuado. Disponível em: http://www.deportati.it/wp-content/static/trasp81_light.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

240 Disponível em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/index.php?id=16&p=66262&L=>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Figura 83 - Hermes Pennesi

Documento com dados de nascimento, local e número de prisioneiro 126341, Mauthausen (Áustria), 04 fev. 1945 e menção de Gusen. A marca cruzada pode significar que tenha morrido. Arolsen Archives: *Individual Documents Regarding Male Detainees Mauthausen*. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01012603/0277/111072090/001.jpg>. Acesso em: 08 abr. 2021.

THIELLA, Anselmo: nascido em 13 de fevereiro de 1907, em São Paulo (SP), filho de Giovanni e Cesira Munaretto, vivia em Schio (Itália) e trabalhava na gráfica de Andrea Bozzo, onde eram impressos folhetos antifascistas.

Conforme informações na sua ficha junto ao Memorial de Mauthausen, Anselmo Thiella foi preso pela primeira vez pelo governo fascista italiano durante uma investigação policial envolvendo um grupo subversivo local. Em novembro de 1937 foi sentenciado a um banimento por três anos, acusado de estar envolvido com as ações da organização comunista em Schio, responsável pelo envio de voluntários à Espanha, e sua sentença foi revertida em advertência em março de 1938, em razão do seu problema de úlcera.

Em dezembro, por ocasião do Natal, Thiella recebeu outra advertência como parte da remissão das penas ordenadas por fascistas. Ainda que apresentasse “um comportamento geralmente decente” e não fosse “notado por suas atitudes políticas”, ele passou a ser constantemente monitorado. Mesmo assim, em dezembro de 1941, passou a ser classificado como “perigoso” e incluído na lista daqueles que deveriam ser “presos em certas circunstâncias – categoria 3a”.

Tentando retornar à normalidade, a fim de não atrair a atenção da vigilância fascista, atenta aos comportamentos dos estrangeiros na Itália, Thiella voltou a trabalhar na gráfica Bozzo, enquanto camufladamente integrava a resistência no batalhão territorial de *partigiani* comunistas – Fratelli Bandiera – da Brigada Garibaldi, onde passou a ocupar o cargo de vice-comissário político. Em 23 de novembro de 1944, foi preso e levado para a prisão de San Biagio, em Vicenza, e transferido para o campo de trânsito de Bolzano, sendo deportado para Mauthausen em 8 de janeiro de 1945, Transporte 501, e levado a Gusen em 1º de fevereiro, onde morreu em 27 de março de 1945.²⁴¹

Figura 84 - Anselmo Thiella

Esq. Retrato de Thiella, s.d., s.l. Fotografia não identificado. Mauthausen Memorial. Disponível em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Dir. Ficha de prisioneiro, data e local de nascimento, tipógrafo, com número de prisioneiro. Cartão de Gusen. A marca cruzada pode significar a morte. Arolsen Archives: *Individual Documents Regarding Male Detainees Mauthausen*. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/G/SIMS/01012603/0373/111732900/001.jpg>. Acesso em: 07 abr. 2021.

No entanto, nem sempre os registros memorialistas são fidedignos às informações, tendo em vista a ausência de pesquisas ou de projetos de memória pontuais direcionados para o reconhecimento destes anônimos. Um importante estudo foi realizado por Denise Rollemberg em seu livro *Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália* (2016). Seus alertas chamam nossa atenção para a construção de uma memória da resistência, desafiando as

²⁴¹ Informações de Ugo de Grandis, Centro Studi Igino Piva “Romero”, Schio (Vicenza). Disponível em: <https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org/index.php?id=16&p=66545&L=1>. Acesso em: 18 mar. 2020.

abordagens historiográficas que se fazem em direção à Europa. Ao revisitar a história e ao criticar os “usos da memória”, a autora contribui para as nossas reflexões sobre a “ausência” de brasileiros na história da resistência na França e na Itália, ainda que ela talvez desconheça tal possibilidade. Interessante constatar que há certo “engessamento” da historiografia brasileira acostumada a pensar a resistência ao nazifascismo sob as lentes do eurocentrismo. Nestes últimos anos, a história dos pracinhas da FEB na Itália tem somado novos conhecimentos, rompendo com as abordagens impostas por uma história oficial.

Da mesma forma constata-se – graças aos testemunhos dos sobreviventes do Holocausto registrados pelo Núcleo de Estudos Arqshoah/LEER-USP – que a postura do Brasil diante deste genocídio ainda está em aberto. Percebe-se que o endosso/colaboracionismo às políticas genocidas dos nazistas não diziam respeito apenas aos países europeus, exigindo assim uma reformulação da memória coletiva, tais como incitam as propostas de Halbwachs, Pollak, Ricoeur e Todorov.

Tais considerações são aqui apresentadas tendo em vista uma relação de nomes de civis e/ou militares que, embora classificados como italianos, são de brasileiros natos que lutaram pela Itália contra o nazifascismo e estão enterrados em cemitérios militares italianos em diversos países da Europa. Ainda que parcial, estes registros reforçam as possibilidades de erros por parte dos Memoriais e Museus, carentes de uma pedagogia e/ou metodologia adequada voltada tanto para o passado como para o futuro. Nesta direção, as instituições brasileiras têm aqui uma dívida e o dever com a memória, devendo fazer uso das suas ferramentas de reparação. Cito aqui Tucci Carneiro que, ao prefaciар o livro de Tulio Chaves Novaes, *Memória estética da injustiça: análise histórica jurídica* (2017), chama a atenção para as formas como são “construídas as versões oficiais da História ou das estórias que movem o nosso cotidiano pleno de explicações [...]”. O estudo de Tulio Novaes sugere “mudanças cruciais...” (CARNEIRO, 2017: 17-18).

TAB. 7 - Brasileiros que lutaram pela Itália
E estão enterrados nos cemitérios militares italianos na Europa²⁴²

Nome	Data de nascimento	Local de nascimento Brasil	Data da morte	Cemitério Militar
ANDRETTO, Americo	24/11/1914	Bom Retiro	1/1/1944	Frankfurt Main Alemanha
FIORI, Sabatino	11/11/1916	?	6/2/1945	Frankfurt Main Alemanha
GRAZIOLI, Benedetto	7/9/1914	Bangu (RJ)	17/2/1945	Mauthausen Áustria
RICEPUTI, Alfonso	12/4/1916	?	22/3/1945	Hamburgo Alemanha
SANTICCHIA, Ottavio	5/12/1918	?	14 /4/1945	Hamburgo Alemanha
SECCO, Vittorino	29/5/1901	Batatais (SP)	15/1/1945	Mauthausen Áustria

Tabela elaborada por Blima Rajzla Lorber

Entre os nomes de brasileiros que participaram da resistência italiana, é preciso mencionar **Bruno Enei**²⁴³, nascido em Barra Bonita (SP), em 8 de junho de 1908, filho mais velho de um casal de lavradores imigrantes italianos. A família retornou à Itália em 1919, porém o ambiente do pós-guerra fez com que voltassem em definitivo ao Brasil poucos meses depois. Deixaram lá, no entanto, o menino Bruno, com apenas 11 anos, para estudar. Anos depois, o jovem Bruno ingressou na Universidade de Pisa para cursar a graduação em Letras e Filosofia, vindo a concluir seu doutorado na Universidade de Florença em 1936, ano em que foi firmado o acordo do Eixo Roma-Berlim. Defendendo a sua posição de socialista liberal, Enei recusou filiar-se ao PNF, razão pela qual foi banido de concursos públicos e só conseguiu trabalho como professor suplente.

Desde 1936, Bruno Enei integrava um grupo de antifascistas que reunia pessoas de diversas tendências políticas. Chamado para o exército como segundo-tenente, em junho de 1940, foi enviado para o *front* francês, onde foi ferido. Em 1943, ingressou no Partido Socialista Italiano da Unidade Proletária e, a partir de 8 de setembro, integrou a Brigada S. Faustino de

²⁴² Pesquisa realizada por ZAMBONI, Roberto, “Italiani Nati All'Estero”, In. *Tratto da “Elenco nazionale – comune di nascita”*, 2015. Disponível em: <https://dimenticatidistato.files.wordpress.com/2015/06/2-italiani-nati-allestero.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

²⁴³ Bruno Enei (Barra Bonita, 1908 – Ponta Grossa, 1967). Professor-Doutor, jornalista, crítico literário, político, italianista e *partigiano*. Em 1950 retornou em definitivo ao Brasil. Ele e a esposa Maria Biancarelli Enei passaram a lecionar na Universidade de Ponta Grossa (PR) e deixaram um legado cultural imenso. Sua atuação na resistência italiana é citada em vários livros e no *Dizionario Biografico Umbro Dell'antifascismo e della Resistenza*. Disponível em: <http://www.antifascismoumbro.it/personaggi/enei-bruno-tito-speri>. Acesso em: 21 out. 2020. Sua vida cultural e intelectual está registrada em *Bruno Enei: aulas de literatura italiana e desafios críticos*, RENAUX, Sigrid L. S., BOWLES, Hein L. Ponta Grossa: Todapalavra, 2010.

partigiani que após uma denúncia foi dissolvida. Um pouco mais tarde, ele reorganizou a brigada na cidade de Gubbio, atuando sob o codinome de “Tito Speri” e participou diretamente de ataques a quartéis e ações de sabotagem. “Tito Speri” (“Tenente Enei do Brasil”) foi o contato aliado para a área de Gubbio.

Figura 85 - *Partigiani* da brigada S. Faustino

Da esq. para dir.: Lamberto Olivari, Virgilio Riccieri, **Bruno Enei** e Vittorio Biagiotti. S.d. e s.l. Fotografia não identificado. Acervo: Fundo Walter Binni. Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/Bruno_Enei. Acesso em: 20 ago. 2020.

Figura 86 - Bruno Enei

Retrato anexado a um documento datado 31 de janeiro de 1936, Itália, doado pela família ao Acervo do Fundo Walter Binni, Fotografia não identificado. Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/Bruno_Enei. Acesso em: 20 ago. 2020.

Em 1950, Bruno Enei decidiu voltar ao Brasil e logo a família seguiu o mesmo destino. A opção foi a de residir em Ponta Grossa, no Paraná. Casal intelectual e culto, ambos passaram a integrar o corpo docente Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade, mas precisaram enfrentar muitas dificuldades por motivos ideológicos. O Professor Bruno Enei faleceu de ataque cardíaco, no funeral de um amigo, em 8 de janeiro de 1967 e deixou, além da sua história de resistência e luta contra o nazifascismo, um legado cultural imenso.

Ornella Dentici Andreani nasceu em São Gabriel (RS), em 9 de maio de 1924, e faleceu em 15 de setembro de 2017 em Pavia (Itália). Assim como seu irmão Jacopo, Ornella participou da resistência italiana antifascista no grupo *Giustizia e Libertà*. Sobreviveu e se tornou psicóloga, professora de Psicologia na Universidade de Pavia, onde dirigiu o Instituto de Psicologia, tendo mais de 200 publicações sobre inteligência, memória e imaginação criativa.²⁴⁴ Ornella Dentici atuou em 1944 e 1945 ao lado do então namorado e mais tarde seu marido, o neuropsiquiatra Franco Andreani, como mensageira dos *partigiani* na região de Pavia.

Aviadores brasileiros no Reino Unido

Vários são os brasileiros nascidos em Curitiba, capital do Estado do Paraná, que desempenharam importantes funções junto às frentes de resistência ao nazismo. Anteriormente, foi aqui inserida a trajetória de Pierre Clostermann, cujas ações de bravura persistem no anonimato para a historiografia brasileira, principalmente.

No entanto, há outros que atuaram no Reino Unido, onde deixaram suas marcas na memória da resistência. Dentre estes: **Cosme Lockwood Gomm**, **Frederick Charles Tate** e **Percival Gomm** – irmão de Cosme –, que optou por ingressar na Real Força Aérea Canadense.

GOMM, Cosme Lockwood: nasceu em 15 de novembro de 1913, em Curitiba (PR), filho de Harry Herbert Gomm e Isabel Withers Gomm. Em 1932 ele vivia em São Paulo, quando decidiu seguir para a Inglaterra e ingressar na RAF. Já em 1933, foi comissionado como oficial aviador e recebeu a matrícula militar RAF 34123. Atuou em diversos países do Oriente Médio e no Canadá, e quando regressou à Inglaterra foi integrado a um comando de bombardeiros. Atuou em inúmeras ações de bombardeio na Alemanha que foram, inclusive, relatadas em

²⁴⁴ Disponível em: <https://www.aspi.unimib.it/collections/entity/detail/379>. Acesso em: 25 out. 2020.

muitos jornais do Brasil na década de 40. Gomm era *Wing Commander*²⁴⁵ e foi o primeiro brasileiro a receber títulos honoríficos da RAF.

Filhos espúrios de Roma

Estamos muito satisfeitos com esse rapaz brasileiro que luta nos esquadrões da RAF. É um tipo despachado, de boa fibra combativa que dá uma favorável amostra de juventude criada sob a luz tropical. Cosme Gomm é o chefe da ala de bombardeadores e inúmeras vezes já despejou os seus bulhentos petardos sobre os objetivos militares na Alemanha.

[...] Disse Cosme aos jornalistas que está pensando ansiosamente na hora em que lhe será dado visitar a Itália. Depois que lhe contaram que um submarino fascista foi o autor da barbárie de matar cento e quarenta brasileiros do “Afonso Pena”, [...], Cosme espera com impaciência o momento de ver do alto a famosa península. [...].

AUSTREGESILO DE ATHAYDE²⁴⁶

Gomm chegou a comandar bombardeios na Itália. Porém, na viagem de regresso, em agosto de 1943, voando sobre a França seu avião foi abatido. Tinha 29 anos e está sepultado no Cemitério Militar de Saint Desir, Calvados, França.²⁴⁷

²⁴⁵ Posto na Royal Air Force entre o de líder de esquadrão e capitão de grupo, equivalente a um tenente-coronel do exército.

²⁴⁶ Texto publicado no *Diário da Noite* (RJ) em 24 de março de 1943, p 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_02/16651. Acesso em: 22 out. 2020.

²⁴⁷ A biografia de Cosme Gomm está disponível em: <https://www.spmodelismo.com.br/howto/am/personalidades/gomm2.php>. Acesso em: 22 out. 2020.

Figura 87 - Cosme Gomm

Esq: O *Wing Commander* Gomm, s.d, s.l. Fotografia não identificado. Disponível em:

<https://www.spmodelismo.com.br/howto/am/personalidades/gomm2.php>. Acesso em: 22 out. 2020.

Dir: O piloto brasileiro da RAF, Cosme Gomm, e duas brasileiras do corpo *Women's Auxiliary Air Force* (WAAF) (Aileen Seldon e Lilian Hodgkiss) com a bandeira do Brasil, em frente a uma aeronave doada pela Fraternidade do Fole²⁴⁸ à RAF, 1943. Fotografia não identificado. Acervo: Imperial War Museums. Disponível em: <https://twitter.com/sentandoapua>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TATE, Frederick Charles: nasceu em Curitiba (PR) em 11 de outubro de 1923 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 14 de novembro de 1998. Alistou-se como voluntário na RAF, tornando-se piloto de caças Supermarine Spitfire e comandou uma esquadrilha enviada à base aérea de Forlì, na Itália, a pedido do comando polonês que fora atacado por caças alemães. Ernani Buchmann em seu artigo “Pilotos curitibanos nos céus da 2ª Guerra” relata que, embora existam poucas informações a seu respeito, há um episódio contado pelo então tenente da Força Aérea Brasileira, Rui Moreira Lima. O tenente, ao realizar um pouso forçado em Forlì, foi socorrido por um brasileiro, o comandante Tate, que lhe explicou que naquela base estavam pilotos poloneses que voavam pelos Aliados e que era praxe aos que se salvavam de alguma situação complicada tomar um pileque de vodka. Lima chegou a ficar em coma alcoólico, mas se recuperou.

²⁴⁸ Durante a 2ª Guerra Mundial houve diversas campanhas de arrecadação de fundos e uma delas era a da Fraternidade do Fole, cujo nome deriva de *The Fellowship of the Bellows*, associação criada em 1940 por Tom W. Sloper (da Casa Sloper), cidadão brasileiro de ascendência inglesa. Seu objetivo era angariar doações para a aquisição de aviões para a Força Aérea Real – RAF. Ele e os britânicos que viviam no Brasil arrecadaram doações para comprar Spitfires. Cada membro pagava uma assinatura mensal e até janeiro de 1943 cerca de 10 Spitfires foram adquiridos, alguns MK V e outros MK IX.

Moreira Lima completa o relato: “Lembro-me que encheram de *vodka* um copo de uísque, que foi tomado de um só folego, ao som de uma bela canção guerreira polonesa. Nessa hora meu estado moral era o pior possível [...] não há dúvida que minha tábua de salvação ainda era o mesmo grande gozador Frederick Tate, o brasileiro que me salvou (BUCHMANN, 2014: 72).

Em 27 de maio de 1944, o Brasil, como país Aliado, assinou um acordo com a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, autorizando os brasileiros a prestar aos governos do Reino Unido e do Brasil serviço militar ou qualquer outro serviço público ligado ao seu esforço na guerra.

Essa autorização abrange os brasileiros que, a partir de 10 de setembro de 1939, tenham estado ou estejam ainda engajados nas forças armadas britânicas e aproveita igualmente aos súditos britânicos que, a partir de 1º de agosto de 1942, tenham estado ou estejam incorporados às forças armadas brasileiras.²⁴⁹

GOMM, Percival: nasceu em 9 de março de 1923, também em Curitiba (PR), e faleceu no Rio de Janeiro em 1997. Percival decidiu seguir os passos do irmão Cosme, porém partiu para o Canadá, onde em 1941 integrou a Royal Canadian Air Force. No artigo “Os Irmãos Gomm”, Larissa Grizoli menciona que ao saber da morte do irmão, Percival encaminhou uma carta à mãe informando que estava pronto para entrar em ação e que substituir Cosme seria o maior momento de sua vida. Conforme o texto, ele entrou em combate em 1944 e escapou por pouco da morte ao ser abatido na Bélgica, mas que conseguiu pousar e retornar à base (GRIZOLI, 2019: 81).

Croácia

KERPNER-ROZENBAUM, Fani: nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 6 de outubro de 1897, mudou-se para a Croácia em 1921, após se casar com Jacov Kerpner. Era artesã em Zagreb e com sua irmã, **ROZENBAUM, Josefina**, nascida em Petrópolis (RJ), em 1898, com o estabelecimento, em 1941, do Estado Independente da Croácia, fugiram para a costa croata. Lá foram internadas pelos italianos em novembro de 1942 no campo de Kraljevica e levadas, no início de junho de 1943, para o campo de Rab, onde permaneceram até agosto daquele ano. Em setembro de 1943, integraram-se ao Exército Partisan Iugoslavo.²⁵⁰

²⁴⁹ Acordo entre o Brasil e a Grã-Bretanha para a prestação de serviço militar. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores Correspondente ao ano 1944*, p 92. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

²⁵⁰ Fani Kerpner-Rozenbaum e a irmã Jozefina Rozenbaum têm seus nomes citados no item relacionado à Croácia, sendo o destino de ambas ignorado.

CAP. IV: DIPLOMACIA BRASILEIRA

4.1 Brasileiros sob fogo cruzado

Além da concessão de vistos, pedidos de repatriação, expedição de passaportes, manifestações relacionadas a atos de governos estrangeiros contra brasileiros, as embaixadas e consulados do Brasil, principalmente na Alemanha e na França, receberam outras funções durante o período da guerra. Não serão aqui avaliadas questões da diplomacia brasileira envolvendo as relações com as nações do Eixo, mas atos e decisões de ordem administrativa para com seus cidadãos vivendo ou em trânsito no exterior.

O Arquivo Histórico do Itamaraty reúne um importante *corpus* documental produzido por diplomatas brasileiros em missão na França, Polônia, Hungria, Países Baixos e outros tantos países ocupados pela Alemanha nazista. Entre estes documentos, em grande parte secretos e confidenciais, inúmeros são os pedidos de famílias que, vivendo no Brasil, solicitaram ao MRE que buscasse na Europa – por meio das embaixadas, consulados e legações – informações a respeito de filhos e outros parentes que estavam estudando, visitando, em viagens de negócios nos países envolvidos no conflito ou ocupados pelos alemães.

Para realizar um levantamento dos brasileiros no exterior, o Itamaraty em 1940, portanto em plena guerra, encaminhou às missões diplomáticas e aos consulados de carreira a Circular n.º 1.470. Esta recomendava a realização de um recenseamento, o qual deveria listar “todos aqueles que se ausentaram do Brasil antes de primeiro de setembro deste ano”, sendo também recomendada a inclusão dos naturalizados. No entanto, nenhum censo completo foi encontrado nas pastas e maços pesquisados no AHI/RJ e no *Relatório* do MRE daquele ano há apenas a menção a respeito dos brasileiros que se encontravam nos países em conflito ainda em 1939, sem, no entanto, citar números:

[...] o Serviço de proteção a brasileiros foi também intenso, apesar da falta de navegação entre o Brasil e a Europa, tendo sido prestados cuidados especiais a assistência e repatriação dos brasileiros que ainda se encontram nos países em guerra, além do serviço normal de repatriações [...]. Continua funcionando no Ministério o Serviço de informações sobre brasileiros na Europa, organizado em 1939, o qual vem dando aos interessados notícias pessoais de nossos patrícios que permanecem nos países beligerantes desde o início da guerra (p 62).

Em 27 de outubro de 1942, o MRE expediu o telegrama NC/DO 117 ao Embaixador Souza Dantas, então em Vichy, sob o título “Reclusão brasileiros campos de concentração zona

ocupada. Despesas feitas pelo Cônsul Geral de Portugal em Paris”. No corpo do texto, a citação a respeito dos brasileiros de que “ficaram em Paris porque quiseram [...]”:

[...] O Consulado em Lião vai remeter-lhe a importância de oitenta e sete mil quinhentos e nove francos que Vossa Excelência deverá enviar ao Consulado Geral de Portugal em Paris com o aviso que é a única importância que podemos dispor para os referidos socorros, informando também, que essas pessoas ficaram em Paris porque quiseram visto que o governo não só os avisou que deviam regressar ao Brasil como facilitou o repatriamento.

Exteriores²⁵¹

Muitas famílias de origem germânica, francesa, polonesa e inglesa radicadas no Brasil mantinham a tradição de enviar seus filhos para estudar no exterior – Alemanha e França, principalmente. Esta foi uma prática comum entre os industriais e empresários do Sul do país, como, por exemplo, Hering e Renner, cujos filhos estudavam na Alemanha, e os Grumbach, comerciantes franceses de São Paulo, e das famílias Gradwohl e Levy que residiam no Norte e Nordeste do Brasil.

Inúmeros foram os pedidos encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para o chanceler Oswaldo Aranha, solicitando ajuda na busca de pessoas desaparecidas ou sem contato durante a guerra. Alguns familiares escreviam para saber se seus parentes estavam bem, enquanto outros solicitavam a repatriação de parentes e a liberação de vistos de entrada no Brasil; pedidos para que propriedades, estabelecimentos comerciais e industriais na França fossem mantidos sob proteção da Embaixada do Brasil e, inclusive, uma solicitação para que o Consulado Geral do Brasil em Paris se fizesse presente por meio de um funcionário quando da abertura, à força pelos nazistas, de cofres bancários alugados a particulares naquela capital.

Os diplomatas brasileiros que tiveram maior atuação junto às comunidades brasileiras no período da guerra foram: Cyro de Freitas Valle, embaixador em Berlim, e Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador em Paris.²⁵² Ambos foram, sem dúvida, personalidades atuantes por suas ações, quase sempre opostas, em relação aos conterrâneos e aos imigrantes judeus.

²⁵¹ Paris, Telegramas Recebidos, 1940-1943, 39.3, Maço 2. AHI/RJ.

²⁵² Não serão analisadas ações de outros diplomatas brasileiros sediados nos países em conflito pelo fato das sedes de suas missões terem sido fechadas ou em razão de um número reduzido de brasileiros no local. Em alguns casos, sequer foi possível realizar a pesquisa em razão da inexistência de fontes referenciais que oferecessem alguma pista, sugerindo buscas avançadas nos arquivos europeus, como já explicado na Introdução.

Os embaixadores Freitas Valle (na Alemanha) e Souza Dantas (na França), além de estarem totalmente envolvidos nos acontecimentos da guerra, eram os responsáveis pela concessão de vistos aos refugiados judeus (“semitas” como eram identificados). Freitas Valle, germanófilo e antissemita, destacou-se por seus posicionamentos pró-Alemanha e em defesa da sua hegemonia, além de seus questionamentos sobre a nacionalidade dos brasileiros que procuravam por orientação diplomática em Berlim, epicentro do poder nacional-socialista. Freitas Valle deixou registradas suas negativas de concessão de vistos para católicos não-arianos (judeus convertidos) sem utilizar a cota liberada pelo MRE em atenção ao pedido do Papa Pio XII (CARNEIRO, 2010; KESTLER, 2003; MILGRAN, 1994).

Souza Dantas destacou-se por sua atuação humanitária ao conceder centenas de vistos de entrada para o Brasil a refugiados que o procuravam e por sair em defesa dos brasileiros radicados ou em trânsito na França, independentemente da religião, profissão ou posição econômica.

No contexto da diplomacia brasileira na Europa envolvida pela guerra, centenas de telegramas, relatórios e ofícios evidenciam que a postura do MRE era de exigir o cumprimento das Circulares Secretas emitidas contra os judeus refugiados a partir de 1937. Muitas vezes, foram insensíveis e/ou ambíguos em relação aos brasileiros natos e naturalizados radicados no exterior e, ainda mais, durante o período de implementação da “Solução Final à Questão Judaica”, que extrapolou as fronteiras da Alemanha.

Grande parte dos diplomatas em missão nos países ocupados pela Alemanha endossou o discurso antissemita propagado pelo nacional-socialismo, conforme documentado em ofícios e telegramas produzidos a partir de 1933. Dentre estes documentos está o relatório político assinado por Jorge Latour, encarregado de negócios junto à Legação do Brasil em Varsóvia, Polônia, em 1936: *A Emigração Israelita da Polônia para o Brasil. Considerações inatuais e observações actuais a propósito dêste Mal* (BIGAZZI, 2008; CARNEIRO, 2005 e 2007): “[...] que representava o imigrante judeu em nosso país. [...] No conjunto, o texto extrapola a sua intenção literária para se configurar como um autêntico libelo anti-semita dos tempos modernos com reais conotações políticas” (CARNEIRO, 2007: 313).

Tucci Carneiro enfatiza que Latour construiu uma imagem do judeu, entre outras analogias, como ave de rapina, usurário e ganancioso, semeia discórdia por onde passa, que não pensa no bem da humanidade, um espírito subversivo e antissocial. Estes e outros qualificativos antissemitas foram por ele enviados ao então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, em ofício reservado n.º 130, de 8 de novembro de 1936, de Varsóvia (Polônia). Além de atuar em Varsóvia, Latour foi também primeiro secretário na embaixada em Roma no

período de 1937/1939, onde seus relatórios faziam referência à questão racial na Itália, classificando os judeus como “racistas”, portadores “de outro sangue” e representantes de uma outra raça que se denomina “povo eleito”. Latour assumiu a posição de que os judeus, enquanto uma raça infecta, deveriam ser excluídos para evitar a contaminação dos arianos e ampliou a noção de perigo judaico ao identificá-los como “dirigentes da maçonaria e outras entidades secretas”. Seus relatórios, aprovados pelo então embaixador brasileiro na Itália, Adalberto Guerra Durval, sugeriam ao governo brasileiro a adoção de uma legislação antissemita semelhante à adotada por Mussolini em 1938.

Mais um exemplo de antissemitismo a ser mencionado ocorreu em Berlim, quando dois judeus proprietários de um comércio e portadores de passaportes brasileiros – um nato e o outro naturalizado – buscaram orientação e apoio junto à Embaixada brasileira por causa do boicote ao comércio e da arianização dos bens de judeus. Eles enfrentaram o “nacionalismo exacerbado” de um funcionário da Legação em Berlim, que definia aqueles judeus (que se diziam ‘brasileiros’) como “elementos negativos que não tinham qualquer vínculo com o Brasil, a não ser os passaportes”.

São elementos negativos na comunidade pátria e d’ella só pretendem auferir benefícios. Nem servem, nem serviram ao Brasil, nem contribuem para a economia pública ou privada do país. São exploradores da nacionalidade, cujo sincero sentimento não têm, nem podem ter. Um d’elles, não entende sequer a língua vernácula, e é de todo um corpo estranho no organismo nacional (CARNEIRO; MONTEIRO, 2012: 259).

O próprio embaixador Freitas Valle, ao assumir em Berlim, encaminhou documentos manifestando seu antissemitismo de forma obsessiva, como demonstrou Tucci Carneiro em sua obra “O anti-semitismo nas Américas: memória e história”:

Logo que se instalou [...] agiu obsessivamente para obstruir toda a imigração de judeus que se dirigia ao Brasil. Bombardeou o Itamaraty e o presidente Vargas com telegramas e cartas advertindo-os da “má qualidade dos emigrantes israelitas que seguiam para o Brasil” (CARNEIRO, 2007: 399).

Da mesma forma o antissemitismo esteve presente em outras repartições diplomáticas instaladas nos países europeus, cujos diplomatas não escondiam seus sentimentos antissemitas ao oficial o MRE que “sentiam-se honrados” ao informar que tinham indeferido centenas de vistos a “semitas” em fuga. Com posicionamentos totalmente opostos estão o embaixador Souza Dantas, em Paris, e Aracy Moebius de Carvalho, responsável pela emissão de vistos no consulado de Hamburgo. Dantas esteve sempre atento às dificuldades impostas pelas leis

francesas aos brasileiros e aos judeus atingidos pelo processo de arianização de seus empreendimentos e deportações. Diferentemente dos exemplos acima mencionados, Souza Dantas telegrafava ao chanceler brasileiro Oswaldo Aranha informando-o das ações do governo de Vichy e do seu protesto enérgico quanto à legislação racista aplicada a judeus e a brasileiros. Chegou a mencionar o caso da “Maison René”, sediada em Nice, de propriedade dos brasileiros naturalizados Elias e Sylvio Mazloun, liquidada em benefício de capitais arianos.

[...] Sou de opinião que não devemos aceitar essa solução. Não tendo surtido efeito a ameaça que fiz de medidas de retorsão contra os interesses franceses aí, peço vênha a Vossa Excelência para sugerir que se diga, ao embaixador francês aí, que esses interesses respondem pelos esbulhos de que porventura venham a sofrer os brasileiros, em virtude de legislação já referida. Muito agradeceria a Vossa Excelência resposta urgente sobre o assunto, a fim de melhor poder defender os interesses dos brasileiros em jogo (Apud. FRANCO; 2008:325).

Nos arquivos do Mémorial de la Shoah, em Paris, encontram-se cartas datadas de 26 de maio de 1942 e 18 de agosto de 1942, relacionadas à arianização de empreendimentos que envolviam sócios brasileiros israelitas e encaminhadas por Souza Dantas a Pierre Laval, então Chefe de Governo e Ministro Secretário de Estado das Relações Exteriores, a respeito da administração da tecelagem do Sr. Paul Lévy e da administração da sociedade anônima Maison Renée. Na carta de maio, o embaixador brasileiro solicitou a remoção do administrador provisório ariano da empresa de Paul Lévy, bem como a restauração de todos os bens ao proprietário e que a administração provisória fosse concedida ao Sr. Lévy ou a seus designados. No resumo das correspondências apresentado pelo Mémorial de la Shoah²⁵³, Dantas mencionou a Laval que o governo brasileiro se reservava o direito de apreender e liquidar no Brasil empresas de franceses para indenizar os brasileiros prejudicados com a arianização pelas autoridades francesas. Na missiva de agosto, a proposta foi a destituição do administrador provisório e a nomeação do brasileiro Francisque Louis Hugot como administrador da Maison Renée.

Analisando a correspondência oficial sob a guarda do Itamaraty, fica evidente que o antissemitismo interferiu em ações dos diplomatas brasileiros, nem sempre preocupados em salvar vidas. Exemplar desta postura é o despacho telegráfico do MRE n.º 117, de 27 de outubro de 1941, destinado ao embaixador Souza Dantas, em Paris, com o pedido de “mandar verificar se se trata realmente de brasileiros”, uma vez que os 12 nomes/sobrenomes mencionados na

²⁵³ Mémorial de la Shoah. Paris (França). A correspondência não está acessível, apenas um relato sobre seu conteúdo. Disponível em: https://ressources.memorialdelashoah.org/notice.php?q=bresil&spec_expand=1&start=16. Acesso em: 04 abr. 2020.

resposta do embaixador têm como título “Inscrição obrigatória de israelitas na França” (Apud: FRANCO, 2008: 278). O embaixador atestou ser real a nacionalidade brasileira dessas pessoas, todas nascidas no norte do Brasil, que atuavam como comerciantes no Marrocos²⁵⁴, com passaportes expedidos pelo consulado-geral do Brasil em Marselha. Dentre estes estavam: Rafael Marques, Moysés Marques, Jayme Marques, Joseph Marques, Moysés Serfaty, Leão Serfaty, Joseph Israel, Joseph Zagury, Jacobo Zagury, Etty Zagury, Isaac Zagury e Elias Baruch.

DA EMBAIXADA EM VICHY EM/28/29/X/41

Inscrição obrigatória de israelitas na França 193 – TERÇA-FEIRA – 18H00 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n.117.

Em documento escrito e assinado por dez dos interessados, todos os portadores de passaportes expedidos pelo consulado do Brasil em Marselha, se identificam como segue: **Rafael Marques**, nascido em Belém, a 31 de dezembro de 1908, passaporte n. 17.387, de 1º de junho de 1937, devidamente renovado; **Moysés Marques**, nascido em Belém, em 19 de fevereiro de 1894, passaporte n. 15.711, de 1º de fevereiro de 1937; **Jayme Marques**, nascido em Pinheiro, no estado do Pará, em 3 de dezembro de 1899, passaporte n. 12.742, de 29 de junho de 1936, devidamente renovado; **Joseph Marques**, nascido em Belém, em 19 de abril de 1898, ausente, em Casablanca, no momento em que foi expedida a petição coletiva, mas também portador de passaporte de Marselha, segundo declara seu irmão Jayme Marques; **Moysés Serfaty**, nascido em Pirapitinga, estado do Amazonas, passaporte n. 02.108, de 17 de dezembro de 1940; **Leão Serfaty**, nascido em Pouponhas, Amazonas, em 4 de agosto de 1890, passaporte n. 19.203, de 20 de setembro de 1938; **Joseph Israel**, nascido em Parintins, Amazonas, em 1º de agosto de 1889, ex-primeiro suplente do juiz federal em Porto Velho, Amazonas, passaporte n. 15.710, de 12 de outubro de 1920; **Joseph Zagury**, antigo cônsul honorário do Brasil em Casablanca, nascido em Manicoré, Rio Madeira, em 22 de março de 1885; **Jacobo Zagury**, nascido em Belém, a 14 de novembro de 1895, passaporte n. 1.117, de 10 de março de 1941; **Etty Zagury**, nascida em Manicoré, Rio Madeira, a 3 de abril de 1886, passaporte n. 02.133, de 1º de agosto de 1941. O undécimo interessado é **Isaac Zagury**, nascido em Belém, a 17 de dezembro de 1894, portador do passaporte n. 19.934, expedido pelo consulado-geral em Londres, em 19 de maio de 1939, renovado em Marselha em 11 de junho de 1941; o duodécimo é **Elias Baruch**, nascido em Conchas, estado de São Paulo, no município de Tietê, a 17 de março de 1893, passaporte n. 012.434, expedido em 19 de julho, pelo consulado-geral em Paris. Confrontando essas indicações com as relações mensais dos passaportes expedidos ou renovados pelas repartições consulares, acredito que a Secretaria de Estado poderá com toda segurança averiguar se se trata realmente de brasileiros (Grifos nossos).

SOUZA DANTAS (Ibid: 278-279)

Outra situação que configura o antissemitismo como elemento visando vetar ações humanitárias por parte dos diplomatas brasileiros consta de um relatório do MRE de 1944, no item relativo à Expedição e Fiscalização de Passaportes. A orientação quanto à concessão do

²⁵⁴ Esses comerciantes solicitaram a exoneração das medidas espoliativas racistas impostas naquele protetorado ou autorização por parte do governo francês do regresso ao Brasil com seus haveres. Dantas efetuou gestões nesse sentido, mas obteve como resposta que a saída, com bens da França ou de seus protetorados, feria a legislação que proibia a exportação de capitais.

passaporte brasileiro, enquanto durasse o estado de guerra (Circular Reservada n.º 1.788), foi enviada às missões diplomáticas do serviço consular e consulados de carreira sobre os casos de repatriação ou fuga de muitos brasileiros, natos e naturalizados, e, em particular, aqueles de origem semita:

Em virtude do estado de guerra [...] e havendo suspeita de existirem passaportes de que são portadores indivíduos cuja nacionalidade brasileira é duvidosa, ou que teriam apresentado documentos falsos para obtê-los, ou, ainda por irregularidades praticadas nesse sentido no Consulado de Marselha, em 1940, [...]. Fica solicitado cuidado especial para os casos de brasileiros naturalizados, **particularmente os de origem semítica**; brasileiros com dupla nacionalidade; brasileiros suspeitos de terem perdido a nacionalidade [...], brasileiros descendentes de nacionais dos países do “Eixo” e estrangeiras casadas com brasileiros e viúvas de brasileiros (Grifo nosso).

A missão de Cyro de Freitas Valle

Cyro de Freitas Valle (1896-1969) era o embaixador do Brasil na Alemanha quando houve o rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro com os países do Eixo. Primo de Oswaldo Aranha, formado em Direito, ingressou na carreira diplomática em 1918. Entre os diversos cargos que ocupou na diplomacia estão: encarregado de negócios nos Estados Unidos; embaixador na Bolívia (1936-1937); chefe do MRE na ausência do ministro Aranha; embaixador na Alemanha no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1942); embaixador na Argentina (1947-1948); e no Chile (1952-1955).

Como embaixador na Alemanha enviou cartas e relatórios a Vargas, analisando as relações ítalo-francesas e a Guerra Civil Espanhola. Inclusive, elaborou um relatório preparatório para sua viagem, enfatizando a conveniência de se permitir a hegemonia alemã como forma de combate ao comunismo, reiterando esse posicionamento já como embaixador. Assim consta do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* organizado pelo CPDOC/FGV, sendo o verbete “Vale, Cyro Freitas” uma referência para os estudos sobre este período:

Ainda nessa ocasião, numa conjuntura marcada pelo início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), enviou um relatório avaliando as dificuldades introduzidas pelo bloqueio inglês ao comércio do Brasil e das demais nações neutras com a Alemanha. **Em março de 1940 voltou a escrever a Vargas para tratar da conveniência de se permitir a hegemonia alemã como meio de evitar o comunismo**²⁵⁵ (Grifo nosso).

²⁵⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vale-ciro-de-freitas>. Acesso em: 13 maio 2020.

Em 28 de agosto de 1939, portanto dias antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Freitas Valle, após assumir o posto de embaixador em Berlim, encaminhou o telegrama n.º 1 aos consulados locais para que aconselhassem os brasileiros de seus distritos a saírem o quanto antes do país em vista da situação mundial. Porém, escreveu ao Ministério que a sua orientação não teve grande repercussão entre a comunidade brasileira, pois a maioria informara que tinha trabalho, não desejava sair e que somente quando os jovens foram chamados ao exército é que buscaram proteção junto aos serviços oficiais brasileiros.²⁵⁶

Dias após o início da guerra, em 13 de setembro de 1939, o MRE encaminhou telegramas às Embaixadas de Berlim, Paris, Bruxelas e às Legações de Haia e Berna, comunicando que os navios do Lloyd Brasileiro teriam como ponto terminal o porto de Bordéus: “Rogo comunicar aos Consulados de carreira nêsse país, para que brasileiros sejam encaminhados àquêlê pôrto”. Na sequência, uma anotação manuscrita informava o número de brasileiros naqueles países²⁵⁷:

Embaixada em Berlim	82	-----	3388
" " Bruxelas	40	-----	3389
" " Paris	107	-----	3390
Legação " Haia	21	-----	3391
" " Berna	46	-----	3392

A Embaixada do Brasil em Berlim recebia ofícios, telegramas, pedidos de orientação de diversas legações, consulados e de embaixadas brasileiras de outros países da Europa, centralizando as ações a fim de obter do governo alemão dados, informações e respostas aos questionamentos. No entanto, nem sempre o embaixador Cyro de Freitas Valle conseguiu ser imparcial ou se distanciar dos seus preconceitos, que funcionavam como critérios de julgamento hostis aos judeus em fuga. Em vários momentos, como registram documentos relacionados a Freitas Valle e seu pessoal de apoio na Embaixada, mostraram-se céticos quanto à nacionalidade de indivíduos que os procuravam para orientação a respeito de repatriação, serviço militar e atuação junto ao governo do Reich para a libertação de prisioneiros em campos de concentração.

Uma carta enviada ao Consulado em Berlim pelos irmãos Frederico e José Beltran informando terem sido feitos prisioneiros de guerra na França, onde trabalhavam, com o pedido de intervenção para que fossem libertados, chegou às mãos de Freitas Valle. O Embaixador,

²⁵⁶ De acordo com a ideologia nacional-socialista, esses indivíduos eram cidadãos do Reich, com base no *jus sanguinis*, filhos de pai e/ou mãe alemães, independentemente do local de nascimento.

²⁵⁷ Telegrama NC/ ilegível, RE 3388 EXP 13/9/1939. Brasileiros na Europa. Berlim, 4.5, Maço 2. AHI/RJ. Suponho que os números da primeira coluna digam respeito ao número de pessoas a serem avisadas para o embarque. Segunda coluna, número do telegrama expedido.

antes de providenciar a resposta, solicitou ao MRE, como seria de praxe, em 15 de maio de 1941, que fossem examinados os processos de ambos para confirmar a nacionalidade. No entanto, já em 3 de junho de 1941, o conselheiro da embaixada, A. S. Clemente, possivelmente com ciência de seu superior, direcionou a seguinte nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão com a solicitação de:

[...] fazer chegar às mãos de Frederico Beltran a inclusa carta, redigida em português [...]: Frederico Beltran
Prisioneiro de guerra nº 5772
Stalag IV B
Recebi a carta [...]. Muito me admira que um e outro se encontrem em um campo de prisioneiros de guerra si não pegaram em armas contra a Alemanha.²⁵⁸

Na carta encaminhada pela Embaixada brasileira foram requisitadas aos irmãos informações que comprovassem a nacionalidade brasileira de ambos, local e data de nascimento, matrícula em algum consulado na França, data de saída do Brasil, nome da autoridade que fornecera o passaporte e o visto de saída. É de se supor que como prisioneiros de guerra não teriam quaisquer documentos, impossibilitando, assim, o envio das informações. Não foi identificada qualquer indicação da entrega da referida carta a Frederico Beltran e também não foi possível conhecer o destino dos irmãos presos no Stalag IV B, campo de Mühlberg.

Os nomes dos irmãos Beltran, no entanto, constam de uma correspondência enviada em 15 de maio de 1939 a Paris pelo oficial Carlos Costa Leite, em nome vários ex-combatentes brasileiros na Espanha presos no campo de concentração de Gurs (França). Nessa carta havia o pedido para que fossem repatriados, inclusive aqueles que não possuíam documentação comprobatória da nacionalidade, entre os quais estavam os Beltran. O embaixador na França, Souza Dantas, encarregou o secretário Mário Brisson da questão. Este, por sua vez, encaminhou ao ministro Oswaldo Aranha o ofício reservado n.º 77, em 9 de junho de 1939, solicitando orientação quanto ao assunto e mencionando que “cada caso deverá ser estudado em separado”, porque acreditava que alguns deles não tivessem nascido no Brasil. No entanto, em 29 de agosto de 1943, os nomes de Frederic e Jose Beltran foram citados na matéria publicada pelo jornal carioca *Correio da Manhã* (RJ), sob o título “Os brasileiros que se encontram nos campos de concentração e as informações que nos dá a seu respeito a Cruz Vermelha Brasileira”. Após um

²⁵⁸ Mannschafts-Stammlager IV B (Stalag IVB) próximo a Mühlberg-on-Elbe foi um dos maiores campos de prisioneiros de guerra (POW) na Alemanha no período de 1939 -1945. Aproximadamente 300 mil prisioneiros de 40 países passaram pelo campo. Camp Mühlberg 1939-1948. Disponível em: http://www.lager-muehlberg.org/index_e.html. Acesso em: 25 abr. 2020.

cruzamento dos dados obtidos, minha conclusão foi a de que como prisioneiros em Gurs é muito provável que tenham sido entregues pelo governo de Vichy aos alemães.

A Embaixada em Berlim – por estar no epicentro de irradiação do poder nazista – era constantemente procurada para resolver questões de repatriamento. Nesse sentido, observa-se que esta missão diplomática centralizou as informações relativas ao assunto da França, Bélgica e dos Países Baixos ocupados, conforme telegrama do Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 15 de agosto de 1941. A mensagem comunicava que vários brasileiros residentes naqueles países desejavam ser repatriados com os funcionários diplomáticos que se retiravam daqueles países²⁵⁹.

Um mês antes, em 18 de julho de 1941, o MRE já havia encaminhado à Embaixada em Berlim o telegrama NP 110, “Brasileiros na França ocupada”, solicitando a Freitas Valle que intercedesse junto ao governo alemão a fim de autorizar a saída de brasileiros, conforme alerta dado pelo embaixador Souza Dantas:

[...] vêm internando em campos de concentração os judeus estrangeiros, recusam-se a conceder aos Brasileiros sob invocações raciais, a necessária autorização para deixarem a zona ocupada a-fim-de regressar ao Brasil, [...]. Rogo interceder junto a esse Govêrno a-fim-de obter aquela autorização, fazendo sentir, se necessário, que este ato nos levaria a tomar medidas contra os alemães aqui residentes.

Exteriores²⁶⁰

Na sequência, em 24 de julho 1941, a Embaixada do Brasil em Berlim encaminhou a nota verbal n.º 146²⁶¹ ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Reich, referindo-se à nota verbal n.º 261 de 28 de outubro 1940, na qual solicitara “os bons ofícios da autoridade competente” para que o Consulado Geral do Brasil em Paris pudesse repatriar os brasileiros Netanel Israel²⁶²; seu filho Rafael Israel; Salomão Assá e esposa, sendo este brasileiro naturalizado. Em 25 de agosto de 1941, por meio da nota verbal n.º 175, a Embaixada respondeu ao Ministério alemão quanto a solicitação de sinais pessoais (cor da pele, formato do rosto, cor dos olhos e cabelos) e endereços em Paris dos brasileiros acima citados.²⁶³ Essa tratativa levou mais de 10 meses para que se concretizasse o pedido. Em 30 de agosto de 1941 foi encaminhada

²⁵⁹ AHI/RJ – Berlim – Telegrama 304, 15/15/VIII/1941. Tel. Exp. 1941-1942- 4.5, Maço 6.

²⁶⁰ AHI/RJ – Berlim, Telegramas Recebidos, 1941 – 4.5, Maço 2.

²⁶¹ AHI/RJ – Berlim, Ofícios 1941 (jun./set) – 4.4, Maço 7.

²⁶² Netanel Israel era comerciante no Rio de Janeiro, dono da Casa Rivoli, situada à Rua Gonçalves Dias, 4. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22casa%20rivoli%22&pasta=ano%20194;

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22casa%20rivoli%22&pasta=ano%20194. Acesso em: 20 abr. 2019.

²⁶³ AHI/RJ – Berlim, Ofícios 1941 (jun./set.) – 4.4, Maço 7.

ao Ministério alemão outra nota verbal, a de n.º 178²⁶⁴, com novos nomes (não citados na nota verbal n.º 175) para a saída da zona ocupada da França. Entre eles, estava o casal Guilherme e Sura Lande Silberman, ele nascido em São Paulo, desenhista, e sua esposa nascida em Lodz, Polônia, inclusa no passaporte do marido, expedido em Paris em junho de 1940. Estes brasileiros, ao que tudo indica judeus, conseguiram sair da França com destino ao Brasil, não sendo possível informar a data.

Em 14 de janeiro de 1942, a Embaixada em Berlim encaminhou outra nota verbal, n.º 10²⁶⁵, solicitando a intervenção no Ministério de Negócios Exteriores do Reich junto às autoridades alemãs na zona ocupada na França para a concessão de vistos de saída aos seguintes brasileiros: Dr. Affonso Barroso Rebello e esposa²⁶⁶, Carlos José Botelho, Carlos de Mesquita²⁶⁷, Luiz Ulmann²⁶⁸ e senhora, Arnaldo Rodrigues Soares, Augusto de Araújo Gonçalves, Senhor e Senhora Cunha da Costa, João Teixeira Pena e filha menor, Esmeraldino Augusto Valente, Octávio Chermont da Costa²⁶⁹, Inesilla Xavier Carneiro Pessoa. Como na sequência ocorreu o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo – 28 de janeiro de 1942 – a probabilidade é de os vistos foram negados.

O fechamento da fronteira Espanha-Portugal, por sua vez, causou preocupação ao embaixador brasileiro sediado em Berlim que, em 15 de dezembro de 1941, telegrafou ao MRE informando a situação e revelando a presença de cerca de 320 brasileiros residentes em distritos alemães.²⁷⁰

Da Embaixada em Berlim
Em 15/15/XII/41

[...] O Cônsul João Navarro da Costa acaba de me informar que a Espanha não permite o trânsito de estrangeiros, por causa de Portugal haver proibido a entrada deles [...] Rogo a Vossa Excelência dizer se os brasileiros não estão excetuados dessa medida portuguesa [...] Temos cerca de 180 brasileiros no distrito consular de Hamburgo, 90 no de Berlim e 50 nos demais distritos.

C. DE FREITAS VALLE

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ AHI/RJ – Berlim, Ofícios, 1942-1943 – 4.4, Maço 9.

²⁶⁶ Em 1º de novembro de 1941, Maurício Nabuco, em nome do Ministro de Estado, encaminhou ofício manuscrito ao Embaixador em Berlim informando a solicitação do Interventor Federal do Estado do Pará à Secretaria de Estado para a concessão pelo Consulado de Paris de passaporte especial ao Dr. Affonso Barroso Rebello e senhora. O médico brasileiro residia em Paris, na Clinique Diderot. AHI/RJ, Ofícios, 1941 (out/dez) – 4.4, Maço 8.

²⁶⁷ Carlos de Mesquita (Rio de Janeiro, 23 de maio de 1864 – Paris, 1953) renomado compositor, pianista, organista, professor e maestro brasileiro.

²⁶⁸ Luiz Ulmann foi internado no campo de Compiègne, França, em agosto de 1942.

²⁶⁹ Otávio Chermont da Costa também foi internado no campo de Compiègne, na França, em agosto de 1942.

²⁷⁰ AHI/RJ - Berlim – Telegrama 484, 15/15/XII/41. Tel. Exp. 1941-1942- 4.5, Maço 6.

Ainda em relação ao fechamento de fronteira Espanha-Portugal, Freitas Valle expediu outro telegrama ao Ministro brasileiro, em 23 de dezembro do mesmo ano, relatando que “há na França ocupada cerca de 200 brasileiros, a maioria dos quais deseja partir, mas como acontece com os que estão na Alemanha, nenhum consegue visto português”. Solicita então, ao Ministro que, em razão da pressão dos diplomatas, remeta-lhe “uma palavra sobre o assunto, pois os interessados fazem pressão sobre os Cônsules e estes sobre mim”.²⁷¹

Em 15 de fevereiro de 1941, referindo-se aos brasileiros filhos de estrangeiros que estavam na Europa em plena guerra, o MRE expediu à Embaixada em Berlim o Boletim Telegráfico n.º 7, com a informação de que o Presidente da República alterara a redação do artigo 13 do decreto-lei “que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional de brasileiros descendentes de estrangeiros”. Pela nova redação, nenhum brasileiro menor de 18 anos:

[...] poderá viajar para o estrangeiro, acompanhado ou não, de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro, desde que os pais ou responsáveis voltem ao país, salvo licença especial do Conselho de Imigração e Colonização, que atenderá ao interesse nacional ou a motivo de grave dano de saúde. A autoridade consular-brasileira não aporá visto em passaporte de estrangeiros cujos filhos brasileiros permanecerem no exterior sem a referida licença do Conselho de Imigração.²⁷²

A predisposição do governo em dificultar o pedido de passaporte e, eventualmente, o retorno ao Brasil de brasileiros natos – muitos deles menores de idade quando levados à Alemanha por seus pais em passaporte familiar e que desejavam voltar ao país ou repatriados – fica patente no ofício expedido por Maurício Nabuco em nome do Ministro de Estado, em 1º de julho de 1941.²⁷³ Neste documento, ele responde ao ofício n.º 99 de Freitas Valle, esclarecendo “a respeito da concessão de passaportes a cidadãos brasileiros que estão residindo em território alemão e que, do Brasil, saíram sem ânimo de regressarem ao país de nascimento”. Nabuco mencionou a Circular Reservada n.º 1.529²⁷⁴, expedida em 11 de junho daquele ano, e “cuja execução acautelará devidamente os inconvenientes apontados por V. Exa”.

²⁷¹ AHI/RJ – Berlim, Telegrama 509, 23/23/XII/41. Tel. Exp. 1941-1942 – 4.5, Maço 6.

²⁷² AHI/RJ – Berlim, Telegramas Recebidos 1941. 4.5, Maço 2.

²⁷³ AHI/RJ – Berlim, Ofícios 1941 – jun./set., 4.4, Maço 7.

²⁷⁴ Documento Reservado na diplomacia é mantido sob sigilo por até cinco anos. É o documento que transmite atos administrativos, opiniões e interpretações para o serviço diplomático e não deve circular fora da esfera diplomática na vigência daquele prazo. Findo o prazo, é automaticamente tornado ostensivo e não é passível de reclassificação. Conforme consultas realizadas junto a advogados, por se tratar de documento administrativo as circulares não teriam força de decreto, lei ou artigo constitucional. A Circular Reservada n.º 1.529 e a sua substituta a de n.º 1.559 embasaram várias ações da diplomacia brasileira no exterior com a negativa da cidadania brasileira e repatriação a muitos cidadãos brasileiros no período de suas vigências.

O teor da referida Circular Reservada é o seguinte:

Concessão de passaporte brasileiro.

Circular n.º 1.529

Às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos consulados de carreira

RESERVADA

Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

Tendo chegado ao conhecimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, **que indivíduos nascidos no Brasil, de onde emigraram há anos, sem ânimo para regressarem ao país, têm procurado obter das autoridades consulares brasileiras a concessão de passaporte, a Secretaria de Estado recomenda às missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e aos consulados de carreira que lhes não concedam passaportes pela simples apresentação da certidão de nascimento ou documento equivalente.**

2. Tanto nessa hipótese como no caso de alegação de extravio de passaporte, o interessado deverá, para obter o passaporte, provar haver ingressado no país onde se encontra com passaporte brasileiro e estar inscrito no registro de estrangeiros como brasileiro.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1941.

Osvaldo Aranha (*Cadernos do CHDD*, 2007: 90) (grifo nosso)

Dias antes do rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo, em agosto de 1942, o embaixador brasileiro em Berlim encaminhou aos cônsules locais o ofício confidencial n.º 12²⁷⁵ a respeito da concessão de passaportes, mencionando a Circular Reservada n.º 1.559 expedida pelo governo brasileiro:

[...] tenho a honra de informar Vossa Senhoria de que, segundo instruções recebidas do Itamaraty, fica taxativamente suspensa a concessão a pessoas que solicitem passaportes nas condições do §2º. da circular nº 1.559.

A Circular Reservada n.º 1.559, de 6 de novembro de 1941, substituiu a de n.º 1.529. Ambas tratavam da concessão de passaportes a brasileiros, mas a de n.º 1.559 dificultou ainda mais o regresso ou a repatriação de brasileiros, desqualificando oficialmente a certidão de nascimento como documento comprobatório principal para atestar a nacionalidade do portador.

Neste mesmo ofício, o embaixador orienta – em relação aos não incluídos no referido parágrafo e cuja escolha ficaria a critério do cônsul – que deveria, mesmo sem o pedido do interessado, providenciar passaporte com validade de pelo menos um ano a “todos os brasileiros

²⁷⁵ AHI/RJ – Berlim, Ofícios, 1942-1943, 4.4, Maço 9. Confidencial n.º 12, em 23 de janeiro de 1942 – Suspensão de concessão de passaportes.

que julgar merecedores de tal medida pelo seu inalterável sentimento de brasilidade, ininterruptamente demonstrado”.

CIRCULAR - 6 NOV. 1941
Concessão de passaporte brasileiro.

Circular n. 1.559

Às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos consulados de carreira

RESERVADA

Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

Para a obtenção do passaporte brasileiro, é necessária a prova da nacionalidade brasileira. Essa prova é feita por meio de vários documentos, entre os quais a certidão de nascimento.

2. **Há, porém, entre os casos de dupla nacionalidade, os de pessoas nascidas no Brasil, de pais estrangeiros. Essas pessoas – é mais do que comum – partem para o país de origem de seus pais, com passaporte da nacionalidade destes e lá permanecem como nacionais, cumprindo todas as obrigações e deveres para com esse outro país e auferindo os direitos correlativos.**

3. **Em dado momento, por circunstâncias ou interesses de ocasião – o que se vem observando freqüentemente na atual situação internacional, lembram-se de que nasceram no Brasil e, obtendo a respectiva certidão de nascimento, recorrem ao consulado em busca do passaporte – algumas vezes, para poder viajar para o Brasil; outras vezes, para fugir às perseguições políticas ou de raças; outras, à justiça e, ainda outras, para fins políticos.**

4. Por esse motivo, a Secretaria das Relações Exteriores recomenda, com especial empenho, às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos consulados de carreira, **que não concedam passaportes a pessoas que, para obtê-los, apresentem única e simplesmente a certidão de nascimento no Brasil ou documentos equivalentes**, sem verificarem antes se tais pessoas, durante sua permanência no exterior, não hajam perdido, por alguma forma, a nacionalidade brasileira, de acordo com o disposto nas letras a, b e c do artigo 2º do Decreto-Lei n. 389, de 25 de abril de 1938, modificado pelo de n. 1.317, de 2 de junho de 1939²⁷⁶.

5. Os chefes de serviço no exterior deverão ter presente que, de conformidade com as leis acima citadas, a aquisição de outra nacionalidade (por naturalização), a prestação de serviço militar em país estrangeiro, a aceitação de comissão ou emprego remunerado de governo estrangeiro, sem licença do presidente da República, assim

²⁷⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 1317 de 02/06/1939 / PE – Poder Executivo Federal:

Art. 1º Fica redigido, da forma abaixo, o art. 2º, do Decreto-Lei n.º 389, de 25 de abril de 1938:

Art. 2º Perde a nacionalidade o brasileiro:

a) que por naturalização voluntária adquirir outra nacionalidade;
b) que, sem licença do Presidente da República, aceitar comissão ou emprego remunerado de governo estrangeiro, como tal considerada a prestação de serviço militar;
c) que tiver revogada a sua naturalização por exercer atividade política ou social nociva ao interesse nacional.

§ 1º Perda da nacionalidade, por qualquer dos motivos deste artigo, só poderá readquiri-la o brasileiro, nato ou naturalizado, por meio de naturalização expressa, na forma desta lei; ressalvado o caso de reconsideração do ato do governo, por se verificar a improcedência dos seus fundamentos.

§ 2º A perda da nacionalidade será decretada pelo Presidente da República, mediante processo feito no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Esse processo terá, início de ofício ou mediante representação fundamentada.

§ 3º Terá o efeito de naturalização a que se refere a letra "a" a opção da outra nacionalidade por quem a possua conjuntamente com a brasileira. Essa opção será feita em documento dirigido ao Governo, devidamente legalizada por autoridade consular brasileira, pelo que residir permanentemente no estrangeiro".

Art. 2º Ficam sujeitos aos efeitos do presente decreto-lei, a partir da vigência do de n.º 389, de 25 de abril de 1938, os brasileiros que hajam prestado serviço militar em país estrangeiro.

como a opção por outra nacionalidade constituem causa de perda da nacionalidade brasileira.

6. Quando verificarem que pessoas nessas condições perderam a nacionalidade brasileira, os chefes de serviço no exterior deverão comunicar, imediatamente, o fato à Secretaria de Estado, a fim de que, cientificado a respeito, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores possa tomar as medidas legais previstas para tais casos.

7. A presente recomendação é feita também em relação aos brasileiros naturalizados, em vista do que dispõe, sobre a perda da nacionalidade brasileira pelos mesmos, o art. 27 do Decreto-Lei n.º 389.

8. A presente circular reservada substitui a de n.º 1.529, de 11 de junho de 1941, sobre o mesmo assunto, a qual fica anulada.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1941.

Oswaldo Aranha (*Cadernos do CHDD*, 2007: 96-97) (Grifos nossos).

Inúmeros são os ofícios e telegramas relacionados a brasileiros não judeus que viviam na Alemanha convocados para servir o exército do Reich na Alemanha e na Áustria. Tais registros evidenciam a falta de informação dos diplomatas brasileiros em relação aos que buscavam ajuda junto aos consulados da Alemanha e Áustria por terem sido convocados. A orientação repassada ao corpo diplomático era a de questionar se esses jovens em idade militar entraram com o passaporte dos pais e se estes eram alemães; qual o documento de identidade que fora apresentado no consulado; se o pai fizera o alistamento militar para o filho ou se o alistamento fora ex-officio; se estavam trabalhando em emprego público, o que era classificado como primeiro passo para a cidadania alemã e que, conforme a legislação nacional, “incorre em perda da cidadania brasileira”²⁷⁷, de acordo com o Decreto-lei n.º 1317 de 2 de junho de 1939.

Aqui, dois desses casos registrados antes da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo:

a) ocorrido em meados de 1940, em Viena, quando o jovem P. foi incorporado, de forma involuntária, ao *Arbeitsdienst* – serviço oficial do Estado alemão para trabalho – e posteriormente passou a trabalhar para a estrada de ferro. O jovem já tinha se alistado no Brasil e fora chamado para integrar o exército alemão.

b) situação semelhante ocorreu com o jovem B., em Frankfurt, em fins de 1940. Embora tenha nascido no Brasil, foi incluído no passaporte da mãe alemã quando viajaram à Alemanha²⁷⁸ e passou a ser considerado, como no caso anterior, um cidadão do Reich e que deveria prestar serviços de trabalho e militar. Aconselhado a deixar aquele país, o menor informou que assim o faria após a conclusão de seus estudos.

²⁷⁷ Ofício do embaixador brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Valle, a Mario Guimarães do Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Viena, 12 de agosto de 1940. 4.4, Maço 5. AHI/RJ.

²⁷⁸ Era prática comum a emissão de passaporte em nome de um requerente principal, onde se incluíam os filhos, um passaporte familiar.

Nesses dois casos, os cônsules buscaram a Embaixada em Berlim para orientações no sentido de resolver situações semelhantes, qual atitude deveriam tomar e se haveria algum acordo especial sobre a matéria. Lembro que em 1936 o levantamento dos nascidos no Brasil, filhos de alemães, criou um certo atrito na diplomacia, sendo contornado com o pretexto de recenseamento.

Ambos entraram na Alemanha incluídos em passaporte familiar. O jovem P., no decorrer da tramitação dos ofícios, desapareceu. Já o jovem B. retornou ao consulado com a informação que a questão havia sido resolvida, pois as autoridades alemãs concluíram que ele não poderia ser convocado por ser portador de um passaporte brasileiro. Os passaportes desses dois jovens foram concedidos com base no “certificado de nascimento”, como estabelecido na Constituição Federal de 1937.²⁷⁹ No entanto, conforme o ofício n.º 332, remetido em 11 de julho de 1941 por Freitas Valle, respondendo a uma consulta do cônsul-geral do Brasil em Amsterdã, O. B. Paranhos da Silva, a respeito de idêntica situação, a informação foi que “decidiu o Itamaraty que o mesmo perdêra nossa nacionalidade, acrescentando que, ao entrarem no país de origem dos pais com passaporte estrangeiro, não podem os interessados desconhecer os riscos a que se expõem”.

Em 29 de janeiro de 1942, no anexo n.º 1 à nota n.º 1 do MRE, tem-se ciência de que “a doutrina brasileira é de que se não deve dar proteção aos que têm dupla nacionalidade se se fixarem ou se encontram no país de origem de seus pais”, muito embora a menção de dupla nacionalidade não constasse da Constituição brasileira então vigente. Além das exigências de que os filhos de alemães só teriam direito à assistência caso tivessem entrado na Alemanha com passaporte brasileiro, com visto outorgado por autoridade alemã, e que deveriam ter registro como brasileiros nas cidades em que viviam.

Ações de um “Justo entre as Nações”

Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), decano da diplomacia brasileira, foi reconhecido como “Justo entre as Nações” pelo Yad Vashem – memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do Holocausto – por conceder vistos a judeus cujas vidas estavam em perigo na França ocupada desde 1940. Além disso, preocupou-se com a proteção dos brasileiros que lá viviam, cumprindo com a sua missão de embaixador do Brasil na França,

²⁷⁹ BRASIL. Art. 115 – São brasileiros:

a) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país.

cargo assumido desde 1922. O período mais difícil da sua carreira talvez tenha sido aquele em que esteve sob a vigilância e o controle nazista e, embora já estivesse praticamente aposentado – experiente e conhecedor dos meandros diplomáticos –, continuou a prestar seus serviços como embaixador no período da guerra.

Conhecido pelos brasileiros na França, a quem sempre ajudou mesmo em épocas anteriores à guerra, mostrou seu humanitarismo sem distinção. Fez o possível para libertar brasileiros (judeus e não judeus) e conceder vistos aos perseguidos, contrariando as normas impostas por circulares secretas brasileiras. Enfrentou situações difíceis quando, em meio à ocupação, foi pessoalmente a encontros com as autoridades francesas em busca de soluções imediatas. Entre as suas preocupações estavam os brasileiros e outros estrangeiros em trânsito para o Brasil via França, ou em zonas marítimas e/ou territoriais francesas. Lembrando que vários foram, desde o início do conflito mundial, aprisionados e levados a campos de trânsito e concentração na França, quando ainda não estava ocupada, por terem sobrenomes germânicos. Foi o que aconteceu com cinco passageiros brasileiros com sobrenomes germânicos que viajavam no paquete “Cuyabá” e que foram desembarcados no porto de Havre, durante os primeiros dias de setembro de 1939, quando possivelmente retornavam ao Brasil. O embaixador fez contatos pessoais com as autoridades francesas para a liberação desses passageiros e alertou o MRE a respeito do incidente. No memorando reservado n.º 310, de 12 de outubro de 1939, informou ao ministro Oswaldo Aranha a situação naquele momento, com detalhes sobre a resposta e as justificativas que embasavam a postura do Ministério de Negócios Estrangeiros francês sobre aqueles aprisionamentos:

[...] em princípio de ordem jurídica, consignado na legislação francesa. [...] o artigo 21 das Instruções sobre a aplicação do Direito Internacional em tempo de guerra, prescreve a prisão dos súditos de países com os quais a França se ache em guerra, que tenham voluntariamente penetrado em águas territoriais francesas.²⁸⁰

Dantas conseguiu, graças a seus esforços pessoais, liberar quatro passageiros com exceção de Schlüter (mencionado no tópico “Internamento na França”), que somente foi colocado em liberdade em maio de 1940. Também procurou resolver problemas que envolviam outros brasileiros, como o caso de Jean Guilbaud, nascido no Rio de Janeiro, filho de brasileira e pai francês, voluntário na Primeira Guerra Mundial, e que fora chamado aos 43 anos para integrar as Forças Militares francesas em fins de 1939. O embaixador informou ao governo francês a adoção do *jus solis* na legislação brasileira e que Guilbaud nunca optara pela

²⁸⁰ AHI/RJ – Paris, Ofícios, 1939 (jul./out.), 38.2, Maço 7.

nacionalidade francesa, apesar de assim o ser considerado em razão do *jus sanguinis*. O pedido de Dantas ao governo francês foi para desconsiderar o chamado, mas não foi encontrada resposta ao seu pedido.

O embaixador brasileiro desde o início da ocupação nazista insistia, por meio de telegramas e ofícios, junto ao governo brasileiro a respeito do trato dado aos brasileiros e aos brasileiros de origem israelita. Da mesma forma, alertava o MRE sobre as medidas antisemitas adotadas pelo governo da ocupação, citando o registro especial para os judeus e a colocação de letreiros de identificação no comércio judaico. Dantas chegou a emitir uma nota de repúdio ao governo alemão pelo descumprimento dos Regulamentos de Haia, além de solicitar providências para que tais medidas de critério racial não afetassem judeus brasileiros.

No *Relatório de 1940* há a menção de que o Brasil efetuou “prolongados entendimentos em Berlim e Paris” quanto ao tratamento dispensado aos brasileiros de origem judaica e que o resultado obtido teria sido um tratamento “em pé de igualdade com os demais franceses”, por ser o Brasil uma nação neutra. Informava o documento que essa foi a “máxima concessão possível, de momento [...]”. Ironicamente, a “máxima concessão” mencionada no *Relatório* foi a arianização de empresas, internamento em campos de trânsito e a deportação aos campos de morte para muitos brasileiros de origem israelita.

Figura 88 - Brasileiros de origem judaica na França
Relatório do MRE, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p 21.

Em todo o período que esteve à frente da Embaixada brasileira, Souza Dantas comunicava-se com o MRE, alertando quanto aos acontecimentos e atrocidades que estavam sendo cometidas pelos ocupantes alemães. Em 24 de setembro de 1942, encaminhou ao Ministério cópias de dois manifestos divulgados clandestinamente na França e que revelavam

as atrocidades que judeus estrangeiros estavam sendo submetidos naquele país. Dantas, já em final de carreira, escreveu que, para a sua tristeza:

[...] Cumpro, em nome da verdade, o dever de certificar que tudo quanto nesses manifestos se afirma corresponde ao que por outras fontes me tem chegado ao conhecimento e aos fatos de que, em parte, me coube ser testemunha pessoal, para o entristecimento de meus dias no fim de uma carreira já longa (Apud: FRANCO, 2008: 398).

Com a ocupação de Paris (capital *de jure*) pelos alemães, a Embaixada do Brasil foi transferida para Vichy, permanecendo na capital um ministro conselheiro a fim de defender os interesses dos brasileiros residentes na zona ocupada. A partir de então, o Embaixador enfrentou muitas dificuldades e, em 12 de novembro de 1942, apesar dos seus protestos, foi ameaçado por soldados alemães armados que violaram a sede, arquivos e o cofre da Embaixada. Ainda que instalado na capital “de fato” (de maio de 1940 a dezembro de 1944), Dantas manteve-se atento a tudo o que acontecia e continuou alertando o governo brasileiro a respeito das medidas adotadas pelos alemães e franceses. Entre junho de 1940 e 12 de dezembro do mesmo ano, por sua postura humanitária, emitiu centenas de vistos de entrada para o Brasil, desobedecendo as determinações do governo Vargas. Por desrespeitar as normas impostas por meio de Circulares Secretas, precisou responder a um processo administrativo junto ao MRE (CARNEIRO, 2010; KOIFMAN, 2002).

Também encaminhou para conhecimento do ministro Aranha, as condições de internamento dos brasileiros no campo de Compiègne, a parca alimentação que recebiam, com um alerta sobre a chegada do frio, quando a situação sanitária ficaria ainda mais precária. Informou, além disso, que os alemães fecharam a “Associação de Beneficência Brasileira em Paris, cujos bens sequestraram” (Apud: FRANCO, 2008: 372).

Em várias notas encaminhadas ao governo de ocupação entre 1941 e fins de 1942, Souza Dantas argumentava que as propriedades de brasileiros (judeus e não judeus) estavam sob proteção da Embaixada, tendo, no entanto, recebido negativas sob o pretexto que o citado “tratamento estava previsto na convenção de Haia”. Em resposta a uma das suas cartas emitidas, recebeu da Embaixada da Alemanha em Paris, em 26 de fevereiro de 1941, a seguinte informação: “[...] O tratamento da propriedade privada está previsto artigo 53-55 dos regulamentos de Haia para a guerra terrestre. O regulamento não faz qualquer distinção entre a

propriedade de nacionais de países inimigos, neutros ou de nosso próprio país”²⁸¹ (tradução nossa).

Preocupado com as empresas de brasileiros israelitas, Dantas encaminhou ao MRE ofícios alertando para os perigos da situação por eles vivenciada em face da legislação racista francesa. A Nota n.º 101, de 4 de julho de 1941, em francês e já em Vichy, encaminhada ao Almirante Jean Louis Xavier François Darlan, vice-presidente do Conselho e Ministro Secretário de Estado de Assuntos Estrangeiros, fez saber que o governo brasileiro estava ciente da Lei n.º 2.333 de 2 de junho de 1941, a respeito da inscrição de judeus em registro especial e a imposição de declaração de seus bens, e que ele (embaixador brasileiro) acreditava não ser essa lei aplicável a brasileiros. Lembrava ao Almirante que os franceses residentes no Brasil gozavam, conforme as leis brasileiras, de um tratamento de igualdade e que “a reciprocidade de tratamento é o fundamento mesmo do estatuto dos estrangeiros segundo as regras do direito internacional”:

[...] meu governo me incumbe de comunicar a Vossa Excelência que ele não poderia aquiescer a que certos brasileiros possam estar submetidos na França a um tratamento diferenciado, estabelecido sob um critério de raça, de religião ou outro qualquer e, em particular, possam tornar-se passíveis das sanções de que trata a dita lei (Apud: FRANCO, 2008: 257).

Em outra nota, a de n.º 117, também de Vichy, em 31 de julho de 1941, Dantas fez referência às razões descritas por Darlan sobre a legislação relacionada aos israelitas na França e ao recenseamento que visava reunir dados para proceder a discriminação entre os israelitas. Dantas não perdeu a oportunidade de denunciar a forma como alguns estavam sendo tratados – como “um perigo para a vida política e econômica do país” – ainda que o Almirante alegasse que “não haveria necessidade de o governo brasileiro alarmar-se e que as situações dos brasileiros de origem israelita seriam mantidas à medida do possível e que casos específicos seriam avaliados pelos poderes públicos”. A resposta de Dantas ao Almirante francês foi:

[...] o governo brasileiro, tendo tido conhecimento da nota acima citada, incumbe-me de comunicar a Vossa Excelência que lamenta dever protestar contra a legislação em tela, na medida em que ela parece colocar os brasileiros domiciliados na França sob uma presunção legal de malignidade, incompatível com o interesse francês, e na medida em que operações de recenseamento de pessoas e bens, impostas sob a ameaça de sanções penais, possam acarretar a redução dos direitos civis e comerciais de que gozam atualmente todos os brasileiros residentes na França, a exemplo do tratamento de que se beneficiam todos os franceses estabelecidos no Brasil (Apud: FRANCO, 2008: 258-259).

²⁸¹ AHI/RJ, Ofício 1941 (jan./jun.) 39.3, Maço 2. Embaixada Paris /51/1941/ Anexo n.º 2.

As preocupações de Souza Dantas, assim como as suas ações salvacionistas e humanitárias, não eram aleatórias, tendo em vista a intensa propaganda antissemita veiculada por toda a França, que reproduzia cartazes divulgando a imagem dos judeus como traidores. A propaganda com cartazes representou um instrumento importante tanto para as forças de ocupação quanto para o governo de Pétain em Vichy a fim de buscar o apoio da população às suas ações. A partir de 1940, foi iniciada uma campanha propagandística usando esse meio visual com mensagens contra judeus, estrangeiros, maçons, comunistas, gaullistas, entre outros. Também grupos colaboracionistas usaram a mesma tática, exortando os franceses a apoiar suas forças e propagando ideias que reavivaram mitos relacionados ao antissemitismo e à xenofobia.

Figura 89 - *Revolution Nationale*

Cartaz do governo de Vichy que mostra, à esquerda, a base da França desmoronando em razão do comunismo, do capitalismo, da maçonaria e do judaísmo; e à direita, estão as palavras da França de Pétain: trabalho, família, pátria. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/vichy-government-france-world-war-ii-willingly-collaborated-nazis-180967160/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Figura 90 - Cartazes na França

Esq: Cartaz com os dizeres: Judeus assassinam nas sombras, marque-os para reconhecê-los, 1942. Disponível em: <http://www1.alliancefr.com/actualites/antisemitismeles-mots-de-la-haine-les-sites-de-la-honte-6008882>.

Acesso em: 20 abr. 2021.

Dir: Cartaz criado por Theo Matejki, 1940, onde um soldado alemão está com um grupo de crianças com o texto: Populações abandonadas, confiem no soldado alemão! Disponível em:

<https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/17588>. Acesso em: 20 abr. 2021

Além de alertar para a situação antissemita na França, Dantas também informou o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha das medidas racistas contra os israelitas brasileiros no Marrocos, “[...] ficando os nacionais brasileiros ameaçados de esbulho. Necessito, pois, com a máxima urgência, resposta, [...] a qual me habilite a intervir em prazo útil”. O Ministro foi ainda comunicado da apreensão da comunidade brasileira na colônia francesa com a exoneração do cônsul honorário, Antônio Porciúncula, numa situação que exigia um representante oficial do Brasil. Importante lembrar que o cônsul honorário foi exonerado em 20 de novembro de 1941 por ter revalidado os vistos concedidos por Souza Dantas aos passageiros do vapor “Alsina”, que, infelizmente, nunca completou sua viagem para a América do Sul.²⁸²

O embaixador também se ocupou da família imperial brasileira, que estava em exílio na França. O Castelo d'Eu, localizado na Alta Normandia, foi uma das residências de Gastão de Orleans, Conde d'Eu, da Princesa Isabel, seus três filhos e seus descendentes, que ali permaneceram até 1945.²⁸³ Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, viviam na França o

²⁸² AHI/RJ – Paris, Telegramas Recebidos, 1940-1943, 39.3. Maço 2. Telegrama NC/PE 217 de 2/2/XII/1941.

²⁸³ Na década de 1940, o magnata brasileiro Assis Chateaubriand adquiriu o castelo para criar a "Fundação Dom Pedro II" com o objetivo de criar um instituto para auxiliar estudantes brasileiros na Europa, o que não aconteceu. Posteriormente, em 1961, o governo municipal de Sena Marítimo adquiriu o castelo que em 1973 passou a sediar

príncipe Pedro Henrique de Orleans e Bragança (1909, França – 1981, Brasil), que era bisneto de D. Pedro II, a princesa Maria Pia do Bourbon-Duas Sicílias (sua mãe), a princesa Maria Elisabeth da Baviera (esposa), seus quatro filhos (Luiz, Eudes, Bertrand e Isabel – todos registrados como cidadãos brasileiros na Embaixada do Brasil em Paris) e a sua irmã, a princesa Maria Pia.

Após o armistício, o castelo da família, situado na zona ocupada, foi alvo das pretensões nazistas. Preocupado com este patrimônio arquitetônico, Souza Dantas relatou ao MRE que as autoridades alemãs haviam revistado o Castelo do Conde d'Eu, pertencente ao espólio do Príncipe Pedro de Orleans e Bragança, falecido em janeiro de 1940. Segundo Dantas, as lideranças nazistas requisitaram 17 dependências, apesar de ter informado à Embaixada alemã que a propriedade se encontrava sob proteção da Embaixada do Brasil.

Em 27 de agosto de 1940, recebeu o seguinte telegrama ostensivo do MRE, n.º 186, de Auxílio a brasileiro. Guerra na Europa, cuja minuta expressa “[...] caso possível (manuscrito) adiantar auxílio a Princesa Pia Orleans e Bragança [...] Cannes, sugerindo melhor modo remessa de fundos.”²⁸⁴ A princesa Maria Pia do Bourbon-Duas Sicílias, que era viúva, mãe do príncipe Pedro Henrique, vivia em Cannes, onde nascera em 1878, possivelmente com a filha, a princesa Pia Orleans e Bragança, também nascida em Cannes. O príncipe Pedro Henrique de Orleans e Bragança e sua família puderam embarcar para o Brasil apenas em 1945, com o fim da guerra, a bordo do navio Serpa Pinto.

Figura 91 - Castelo d'Eu

Castelo do Conde d'Eu, França., 13 set. 2013. Fotografia: Ytierny. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ch%C3%A2teau_d%27Eu.jpg. Acesso em: 21 abr. 2021.

a Câmara local e o Musée Louis-Philippe, visando preservar a memória dos príncipes e da monarquia, tendo em seu acervo documentos e peças da família imperial brasileira.

²⁸⁴ Telegrama ostensivo na diplomacia refere-se a um assunto que não apresenta grande relevância nem colocará em causa as relações diplomáticas.

Figura 92 - Família imperial brasileira

Família imperial no Castelo d'Eu, Normandia, França, 1918. Primeiro plano, esq. para dir.: D. Maria Francisca, em pé, e D. Elisabeth Dobrzenky de Dobrzenicz, sentada, tendo ao colo D. João Maria; ao seu lado, D. Isabel, futura condessa de Paris, e D. Pedro Gastão, ambos em pé; sentados, Conde d'Eu e a Princesa Isabel, seguidos de D. Pia Maria, em pé, D. Luís, sentado, D. Luís Gastão e D. Pedro Henrique, príncipe do Grão-Pará, ambos em pé; no segundo plano, da esquerda para direita, em pé, estão D. Pedro de Alcântara, D. Antônio e D. Maria Pia. Foto atribuída a P. Gavelle / Acervo Dom João de Orleans e Bragança, sob a guarda do IMS. Disponível em: https://entretenimento.uol.com.br/album/retratos-do-imperio-e-do-exilio_album.jhtm. Acesso em: 21 abr. 2021.

O Castelo d'Eu remonta aos fins do século XVI e foi residência da nobreza e de monarcas franceses, sendo atualmente um monumento histórico. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, era uma das residências da família imperial do Brasil e lá estavam guardadas relíquias do período colonial brasileiro e cerca de 12 mil documentos de importância da história do Brasil.

Figura 93 - As Sombras do Castelo D'Eu

Matéria sobre a liberação do Castelo d'Eu, *Correio da Manhã* (RJ), 19 de outubro de 1940, p 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/3595. Acesso em: 21 abr. 2021.

4.2 Diplomatas brasileiros prisioneiros

Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 1942, na manhã de 11 de fevereiro de 1942, os funcionários dos consulados brasileiros na Alemanha e da Comissão Militar de Essen partiram, junto com diplomatas de vários países da América do Sul, para Baden-Baden e ficaram internados no Brenners Parkhotel Kurhof. Antes da partida, o embaixador Feitas Valle pediu aos cônsules que trouxessem a lista dos brasileiros que, apesar de orientados a retornar, optaram por permanecer no país. Alertou ainda sobre a necessidade de prevenir brasileiros naturalizados a respeito do artigo 27, Decreto-lei 289, de 25 de abril de 1938²⁸⁵, que tratava dos prazos de renúncia à nacionalidade brasileira.

²⁸⁵ BRASIL. Art. 27. Considera-se como tendo renunciado à nacionalidade brasileira o naturalizado que voltar a residir por mais de dois anos seguidos no seu país de origem ou de sua nacionalidade anterior, ou que residir por cinco anos ininterruptos fora do Brasil, salvo se provar, dentro de tais prazos, que tem a intenção de regressar ao Brasil, e que a sua residência no exterior é determinada simplesmente:

- a) por motivos relevantes de saúde;
- b) por negócios importantes com firmas brasileiras ou estabelecidas no Brasil;
- c) pela representação de alguma instituição brasileira de caráter científico, religioso ou filantrópico;

O Presidente da República resolveu hoje que fosse feita a ruptura de relações quer diplomáticas quer comerciais com os três países do Eixo. Essa ruptura terá lugar hoje às dezoito horas, segundo hora local, [...] Vossa Excelência passará nota ao governo dêsse país, pedindo ainda o passaporte para retirar-se com todos os brasileiros que servem nessa Embaixada e nos consulados em território alemão.

Ministério das Relações Exteriores²⁸⁶

Foi de Baden-Baden que Freitas Valle encaminhou ao ministro Oswaldo Aranha uma série de informações reservadas que, possivelmente, foram despachadas via Portugal, uma vez que as correspondências diplomáticas brasileiras tinham sido interceptadas e apreendidas anteriormente pelos serviços alemães. As comunicações ficaram ainda mais complicadas após a ruptura. Nesses informes, Freitas Valle descrevia o internamento dos brasileiros, o fechamento das repartições diplomáticas brasileiras e o seu desapontamento com os brasileiros residentes naquele país, criticados pela falta de interesse em retornar ao Brasil, mas que buscavam os consulados quando chamados a servir o exército.

Na Informação Reservada n.º 4, de 19 de fevereiro de 1942, o Embaixador comunicava que, com o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, o governo de Portugal assumira a proteção dos brasileiros e dos interesses do Brasil na Alemanha, assim como nos países ocupados. A missão fora aceita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich a partir do momento da ruptura e de forma interina, “até que se resolvesse si a referida missão merecia ou não o beneplácito da Alemanha”.²⁸⁷

Em outra Informação, a de n.º 6, relacionada aos Escritórios de Propaganda em Berlim e Paris, informava a recomendação ao pessoal de Paris para que fosse a Lião e os que estivessem em Berlim deveriam ir a Zurich. Mas, tal não aconteceu porque as autoridades de ocupação não deram vistos de saída. Para três funcionários da Embaixada de Paris – Orlando Meringolo, Paulo Carneiro (químico, professor e embaixador) e Cícero Dias (pintor pernambucano) – a orientação foi a de que seguissem diretamente a Baden-Baden.

d) por se achar a serviço do Governo.

Parágrafo único. Em cada caso, é necessária autorização do Governo Federal para exceder os prazos referidos. Em qualquer hipótese, exceto a última, tal autorização não poderá estender o prazo de excesso permitido além de três anos.

²⁸⁶ Telegrama expedido à Embaixada do Brasil em Berlim, 28 jan. 1942. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, 1942. Anexo A. N. 7, Ruptura das Relações com os Países do Eixo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944: 127.

²⁸⁷ Informação Reservada n.º 4, 19 de fevereiro de 1942, embaixador Cyro de Freitas Valle a Oswaldo Aranha sobre a Ruptura Brasil-Alemanha, partida para Baden-Baden e internamento. AHI/RJ– Berlim, Ofícios, 1942-1943 (jan.) 4.4, Maço 9.

Na Informação n.º 13, Freitas Valle comentou a respeito do dever dos empregados do Itamaraty quanto à prestação de assistência aos brasileiros, mas que “estes precisavam estar abertos para receber os conselhos/auxílios” e, novamente, lembrou sua chegada a Berlim, em fins de agosto de 1939, quando aconselhou os membros da comunidade a regressarem ao Brasil o mais rápido possível. Recordou que “a reação foi unânime: recusaram-se todos porque não acreditavam na guerra”. Por este documento temos ciência de quantos brasileiros estavam relacionados nas unidades diplomáticas brasileiras na Alemanha, bem como do seu posicionamento em relação aos conterrâneos:

[...] De 93 brasileiros residentes no distrito consular de Paris, 174 no de Hamburgo, 89 no de Berlim, 10 no de Bremen, 18 no de Colônia, 35 no Francfort s/o Meno, 32 no de Viena, ou sejam 446 no total, só 25 manifestam sem subterfúgios desejos de regressar ao Brasil agora. [...] a maioria dos residentes em França é de brasileiros. Não é, porém, esse o caso na Alemanha, onde **os filhos de alemão e os naturalizados se sentem mais em casa do que si aí se encontrassem.** [...]. **Mas do passaporte brasileiro e de estar em ordem com as autoridades consulares fazem questão para isentarem-se do serviço militar e receber marcos de estrangeiro. Que papel terá essa gente si voltar a residir entre nós?**²⁸⁸ (Grifo nosso).

Na mesma data, Freitas Valle encaminhou uma Nota ao Conde de Tovar de Lemos, ministro de Portugal em Berlim e seu amigo, relatando o ocorrido na semana e se propondo a “assim fazer sempre, para que Vossa Excelência esteja a par de como decorre nossa vida”. Tem-se, então, conhecimento que em 19 fevereiro de 1942 havia 61 brasileiros em Baden-Baden e que faltavam ainda o ministro São Clemente – hospitalizado em Berlim vítima de acidente automobilístico – e o coronel Gaelzer Neto e sua secretária. Freitas Valle, por sua vez, fez referência a se sentir vítima de violência ao ser conduzido a Baden-Baden, porém não se queixou. Ainda pela correspondência encaminhada a Tovar, já em 24 de abril, é possível saber que a troca dos brasileiros por funcionários e nacionais alemães seria realizada em “duas prestações”, pois nem todos conseguiriam embarcar no vapor Siqueira Campos.

Em matéria publicada no *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*, de setembro de 1993, sob o título “100 dias em Baden-Baden”, André Guimarães, filho do cônsul-geral em Viena, Mário Guimarães, então com 10 anos, relata que em 28 de janeiro de 1942 todas as repartições brasileiras receberam a Nota Oficial do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. Complementa informando que em 13 de fevereiro precisaram partir de trem para Baden-Baden, levando um mínimo de roupa e que lá

²⁸⁸ AHI/RJ – Berlim, Ofícios, 1942-1943 (jan.) 4.4, Maço 9. Informação - Reservada n.º 13, 19/2/1942, embaixador Cyro de Freitas Valle ao ministro Oswaldo Aranha sobre a Ruptura Brasil-Alemanha, 1942. “Os brasileiros na Alemanha e em França”.

aguardariam junto com outros funcionários brasileiros, latino-americanos e suas famílias que viviam no Reich e nos países ocupados as negociações para troca dos funcionários:

No mesmo dia chegaram a Baden-Baden os seguintes reféns brasileiros: de Berlim, o Embaixador Cyro de Freitas Valle e sua equipe, os diplomatas Navarro da Costa, Carlos Silvestre de Ouro-Preto, Fernando Nilo Alvarenga e João Emílio Ribeiro; de Paris, o Cônsul-Geral Oscar Pires do Rio (formado em Medicina, passou a ser Clínico Geral dos seus companheiros de destino) e o Cônsul-Adjunto Ary Pavão; de Hamburgo, o Cônsul-Geral João Guimarães Rosa e, de Copenhague, o Major Cardoso, Chefe da Comissão de Compras do Exército (as Forças Armadas Brasileiras adquiriram metralhadoras Madsen) e, mais tarde, Adido Militar na Dinamarca²⁸⁹ (GUIMARÃES, 1993: 3).

Guimarães relembra que aqueles que levaram em meio a bagagem alguns mantimentos, conseguiram complementar as reduzidas refeições do hotel onde estavam hospedados, porque havia um racionamento de alimentos imposto aos detidos. Sobre as crianças, Freitas Valle escreveu em uma das suas Informações que havia dez entre oito e doze anos em Baden-Baden e que elas estragavam os jardins ao correr no gramado, provocando muita reclamação, assim como acontecia ao irem para a rua brigar com os alemães.

“No início, os adultos podiam circular pela cidade,” escreveu André Guimarães no *Boletim*, “mas em razão de um incidente com um diplomata venezuelano foram proibidos de sair do hotel”. As crianças podiam brincar ao ar livre, porém pelo caminho encontravam estudantes alemães que queriam “acertar as contas” com elas, pois eram consideradas inimigas, o que culminava em batalhas de pedras entre os grupos. Depois disso, as crianças também foram proibidas de deixar o hotel.

Em 18 de maio de 1942, Freitas Valle comunicou a Oswaldo Aranha que no dia 20 daquele mês partiriam para Lisboa “quase todos os companheiros da internação” e que ele não se queixava aos alemães, somente quando lhe parecia excessivo. “Foi o que, notadamente, fiz a propósito da escassa alimentação, sobretudo para as crianças.”²⁹⁰

²⁸⁹ Disponível em: <https://adb.org.br/wp-content/uploads/pdf/revista-adb-5.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

²⁹⁰ Documento Reservado – ER Nota 29 – Baden-Baden, 18 de maio de 1942. AHI/RJ – Berlim, Ofícios, 1942-1943 (jan.) 4.4, Maço 9.

Figura 94 - Retorno dos diplomatas

Diplomatas e funcionários consulares regressam ao país. *Correio Paulistano* (SP), 10 de julho de 1942. p 3.
Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_09/11775. Acesso em: 10 out. 2019.

Nesse mesmo período, a questão dos diplomatas na Itália também entrou para a pauta do dia. Não foram, no entanto, encontrados documentos durante a pesquisa realizada no AHI/RJ a esse respeito, mas o jornal carioca *Diário de Notícias*, na sua edição de 23 de maio de 1942, estampava na primeira página a notícia “Diplomatas brasileiros na Itália”, informando a partida de Roma para Lisboa do primeiro comboio do corpo diplomático e consular brasileiro acompanhado de suas famílias para a troca pelo pessoal diplomático alemão e italiano procedente do Brasil. Eram 23 funcionários brasileiros, incluindo o secretário da embaixada, o secretário da embaixada no Vaticano, cônsules gerais em Gênova, Milão e Trieste, e mais 21 cidadãos brasileiros, tendo permanecido em Roma o encarregado de negócios, Carlos Gordilho.²⁹¹

Ainda em relação a Freitas Valle, a Nota n.º 57, remetida ao amigo Conde Tovar em 20 de agosto de 1942, informava “que, a partir daquele momento (*mit sofort wirkung*²⁹²),

²⁹¹ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/10018 p 1. Acesso em: 31 maio /2019.

²⁹² Tradução: com efeito imediato.

ficaríamos, o pessoal brasileiro e eu, prisioneiros no hotel [...]”. Freitas Valle foi liberado em outubro de 1942, tendo chegado ao Brasil no dia 19 daquele mês por via aérea, a bordo de um *clipper* da Pan American Airways, “[...] só ele tivera ordem de vir logo, de avião, para o Brasil, afim de apresentar informações ao governo”, informava a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em matéria publicada em 23 de outubro de 1942, p 10.

Na França, em 23 de janeiro de 1943, o governo de Vichy ordenou o internamento do embaixador Dantas e do corpo diplomático brasileiro em Mont-Doré-les-Bains, onde permaneceram por cerca de duas semanas. O grupo foi transferido em 13 de fevereiro para Bad Godesberg (Alemanha) para a troca por alemães que ainda se encontravam no Brasil. Dantas e outros 24 brasileiros foram autorizados a deixar a Alemanha em 28 março de 1944, regressando ao Brasil, via Lisboa, após um ano e 42 dias de internamento. Foi o período de internamento mais longo imposto aos agentes diplomáticos brasileiros e membros da comissão militar internados na Alemanha. Apesar das duras condições de internamento, Souza Dantas negou-se a aceitar um tratamento diferenciado de seus colegas. Ele e os demais brasileiros desembarcaram no Rio de Janeiro do “Colonial”, em 13 de maio de 1944:

Entre os 25 brasileiros permutados com prisioneiros e feridos do Eixo estava todo o pessoal da embaixada do Brasil em Vichy, dentre os quais Souza Dantas. A imprensa portuguesa e brasileira, sem muito alarde, anunciava que, em 16 de abril de 1944, seria realizada a troca de 1.180 súditos e feridos de guerra alemães. Entre os 25 brasileiros estavam: Antonio Dias Tavares Bastos, secretário particular do embaixador; Sra. Bastos; Roberto de Castro Brandão, vice-cônsul; Carlos Cardoso; Paulo de B. Carneiro, secretário particular; João Pinto da Silva, ministro; Artur Teixeira de Mesquita, vice-cônsul, e Sra. Mesquita; Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador; Trajano Medeiros Paço, conselheiro, e Sra. Paço; Osório Dutra, cônsul, e Sra. Dutra; Orlando Leal, vice-cônsul, e Sra. Leal; Leão, arquivista, e Sra. Leão; Lavi José Teixeira Lima, adido; Pantaleão Machado, adido, e Sra.; Vitor Augusto Shaw, adido; Luciano Turque, adido, Sra. Turque e senhorinha Turque.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1944, p 2. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1944_04806.pdf. Acesso em: 13 out. 2019; Apud: CARNEIRO, “Tributo a Souza Dantas”. Coleção Vozes do Holocausto (Maayanot). Arqshoah/LEER-USP.

Figura 95 - Souza Dantas chega no Brasil

Desembarque do embaixador Souza Dantas no Brasil. *Correio da Manhã* (RJ), 14 de maio de 1944, p 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/20686. Acesso em: 13 maio 2020.

Por sua atuação em salvar vidas, resistindo à política colaboracionista francesa e enfrentando repreensão, proibição e um processo do governo, a imprensa brasileira enaltecia e divulgava as ações do embaixador, o que não agradava a Vargas. A imprensa, controlada pelo Estado, ignorou as notícias a respeito de Souza Dantas, contribuindo assim para ocultar da opinião pública suas ações em prol da vida dos judeus e dos brasileiros na França.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível que o Holocausto seja o genocídio mais analisado na historiografia, mas, mesmo assim, há sempre uma faceta nova a ser revelada. São milhões de histórias de vida e morte, temáticas e artefatos que estão vindo à tona graças a pesquisas de historiadores, jornalistas, arqueólogos, entre outros que se dedicam ao assunto. Mas, ao se examinar a historiografia sobre o tema, o foco das investigações está direcionado à Europa. Na maioria das vezes, o fechamento de uma concepção eurocentrista comprometeu os critérios de registros sobre os atores sociais que permeiam a História do Holocausto e da resistência, ignorando o envolvimento de cidadãos de países da América Latina, dentre os quais cito os do Brasil.

Duas dessas facetas ainda não reveladas referem-se aos estrangeiros que, a partir da ascensão de Hitler ao poder, foram vítimas da violência nazista que culminou no Holocausto e a presença de estrangeiros como combatentes contra o nazifascismo nas diversas frentes. A sensação que se tem é a de que estes personagens históricos viviam à margem dos trágicos acontecimentos que abalaram a Humanidade a partir da ascensão de Hitler ao poder, na Alemanha, até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Esse tem sido o meu desafio: trazer à lume os nomes e os destinos de brasileiros, natos e naturalizados, que estavam nos países ocupados pelos nacional-socialistas. Esta relação, no entanto, nunca estará completa, pois milhares de registros foram perdidos com a destruição dos documentos pelos perpetradores alemães e seus colaboradores, ainda que de outras nacionalidades.

Muitos brasileiros permanecem no anonimato, tendo em vista as várias barreiras físicas e ideológicas que ainda persistem, bem como barreiras de ordem burocrática, de acesso restrito a familiares, de governos e/ou entidades que não abrem seus arquivos para pesquisadores. Há, além disso, a questão do conteúdo documental, uma vez que muitos registros possuem dados incompletos, citando somente de nomes – às vezes com grafia incorreta ou diferente –, locais de residência, aprisionamento e morte, sem indicar a cidadania e naturalidade dos prisioneiros. Portanto, torna-se necessária a realização de um amplo e complexo cruzamento de informações para se conseguir um primeiro inventário a ser enriquecido com histórias de vida, rotas de fuga, resistência e estratégias de salvamento. Não obstante esses obstáculos, esta é uma história que apenas começa a ser escrita, deixando muitas portas abertas para futuras investigações.

Esta é a proposta: preencher as lacunas historiográficas, romper com os silêncios impostos pelos tabus da História, investigar arquivos pessoais e institucionais em busca de vestígios de um passado nem tão distante assim. Que esta dissertação traga novas perspectivas historiográficas, sugerindo projetos semelhantes aos demais países da América Latina sobre os

estrangeiros no Holocausto e na resistência. Tais resultados possibilitarão análises comparativas, além de dar a conhecer as vítimas, sobreviventes e resistentes (filhos desta Pátria ou que a escolheram), pessoas que até agora foram e ainda são anônimas para seu próprio povo.

Considero um dever moral e de justiça da memória divulgar os nomes e os destinos daqueles que foram até o momento localizados. Essa lista não se encerra aqui, está em andamento e assim será ampliada com pesquisas contínuas.

É preciso salientar que nem todos os brasileiros eram judeus e mesmo os que não o eram acabaram deportados em razão de ideologias ou crenças políticas diferentes daquelas propagadas pelos nazistas. Vale lembrar que o Pacto da Liga das Nações, criado em 1919, não incluiu entre seus artigos a questão de direitos humanos, o que impossibilitou que os estrangeiros pudessem ter algum amparo legal e/ou institucional. A lei internacional antes de Segunda Guerra Mundial dava ênfase à soberania nacional, diplomacia política e comércio, omitindo-se sobre o julgamento de crimes de genocídio.

Se por um lado houve preocupação do governo brasileiro em repatriar seus nacionais no período da guerra, por outro lado também se observa a predisposição em dificultar pedidos de passaporte e, eventualmente, o retorno de brasileiros natos, muitos deles menores de idade que foram levados por seus pais em passaporte familiar, e que desejavam regressar ao país ou ser repatriados. A emissão das Circulares Reservadas n.º 1.529 e n.º 1.559 exemplifica esse dubio comportamento.

O governo brasileiro falhou ainda ao não interceder, por meio de gestões diplomáticas junto a outros países, pelos nacionais como no caso de Francisco José Messner, brasileiro naturalizado. Messner fora vice-cônsul do Brasil em Viena e delegado comercial do Brasil na Áustria e Hungria, nas duas vezes em que foi preso: a primeira, apesar dos esforços do embaixador Souza Dantas; e na segunda, quando sentenciado à morte, muito embora algumas entidades internacionais, mas sem o aval do governo brasileiro, tenham tentado evitar a sentença com o pedido para que ele fosse trocado por alemães que viviam no Brasil. Enquanto isso, a burocracia brasileira andava às voltas com um processo destinado a validar ou não a sua naturalização, porque estava fora do país por um período superior a dois anos.

As embaixadas da Alemanha e da França foram aqui citadas por concentrarem o maior número de brasileiros vivendo na Europa, sem, no entanto, descartar a presença de brasileiros em outros países europeus e no Norte da África. Impossível quantificar o número de brasileiros residentes, estudantes e trabalhadores nesses países, razão pela qual trabalhei com amostragens, aliás bastante amplas. Os embaixadores Cyro de Freitas Valle e Luiz Martins de Souza Dantas

foram as figuras diplomáticas mais atuantes no conflito, porém com atitudes e ações completamente opostas.

Freitas Valle assumiu o posto poucos dias antes da eclosão da guerra com o objetivo de dar continuidade às relações comerciais e econômicas entre o Brasil e a Alemanha, e centralizava os pedidos das demais embaixadas brasileiras por estar próximo ao poder nazista. Favorável à hegemonia alemã, não acreditou até o último dia que o Brasil fosse romper relações com os países do Eixo. Em relação aos seus conterrâneos, nos vários documentos diplomáticos pesquisados e citados, é possível observar que demonstrava certo ceticismo quanto à nacionalidade dos que buscavam orientações para passaporte, repatriação e convocação ao serviço militar do Reich, seguindo à risca as Circulares, tanto as Secretas como as Reservadas. Isso resultou em obstáculos aos brasileiros e a negação de vistos aos judeus que buscavam a Embaixada como ponto de apoio e em busca de refúgio. Embora decepcionado com as autoridades nazistas, seu desapontamento maior ficou por conta dos brasileiros residentes na Alemanha, a quem criticou por buscarem as repartições diplomáticas quando eram chamados a servir o exército alemão, frisando em documento oficial ao MRE “[...] Que papel terá essa gente si voltar a residir entre nós?”

Com posicionamento e atuação bem distintos, o embaixador na França, Luís Martins Souza Dantas, mostrou um lado humanitário raramente visto nos diplomatas brasileiros no período. Além dos vistos concedidos a quem buscava refúgio no Brasil, mesmo contrariando as regras impostas pelo MRE, preocupou-se com os brasileiros, judeus e não judeus, com brasileiros de sobrenome germânico e com os membros brasileiros da Brigada Internacional. Pela documentação pesquisada no AHI/RJ é possível afirmar que Dantas esteve sempre atento às imposições das leis francesas aos brasileiros e judeus e que, inúmeras vezes, protestou de forma enérgica junto ao governo de Vichy. Não encontrei uma linha sequer, nos documentos, que tenha escrito desmerecendo estrangeiros, brasileiros e judeus. Este é o seu legado: uma postura de ensinamentos em prol dos direitos humanos e da justiça.

É preciso que se saiba que mais de uma centena de brasileiros, judeus e não judeus, lutaram contra os nazistas e seus colaboradores, e que dezenas deles morreram combatendo como militares, na resistência ou em campos de concentração e extermínio, recebendo posteriormente homologações e honrarias, mas que ainda são desconhecidos no Brasil.

Assim, os fatos relatados nesta dissertação são um convite para uma reflexão sobre este esquecido capítulo da História, desconhecido dos próprios brasileiros.

Encerro aqui com uma frase de alerta, citando Assmann: “[...] mas o que é esquecido não está necessariamente perdido para sempre [...]” (Assmann, 2008: 106, tradução nossa).

ARQUIVOS

Físicos e Digitais

Ancestry Collections, Internacional

Archives d'Etat de Genève Etat, Suíça

Arquivos Federais da Alemanha

Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ, Brasil

Arquivo Nacional/RJ, Brasil

Arolsen Archives, Alemanha

Belgisch Staatsblad, Bélgica

Arquivos Steve Morse, Estados Unidos

Bundesarchiv, Alemanha

Die Toten 1937-1945 Konzentrationslager Buchenwald. Alemanha

Deportati (<http://www.deportati.it>), Itália

European Observatory on Memories, Espanha

Français libres (www.francaislibres.net), França

Fondation pour la Mémoire de la Déportation Commission Dora Ellich, França

Geni – Genealogia, Estados Unidos

Imperial War Museums, Reino Unido

Journal Officiel – Legifrance, França

Jewishgen.org, Estados Unidos

KZ - Gedenkstätte Flossenbürg, Alemanha

Mémorial de la Shoah, França

Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau, Polônia

Memorial Gen Web (<http://www.memorialgenweb.org/index.php>), França

Memories des Hommes (www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr), França

Ministère des Armées, França

National Archives and Records Administration – NARA, Estados Unidos

Państwowe Muzeum na Majdanku, Polônia

Raum Der Namen Die Toten Des Kz Mauthausen, Áustria

Archivi Unimi (<https://archivi.unimi.it>), Itália

USC Shoah Foundation Institute, Estados Unidos

World Jewish Congress, Estados Unidos

FONTES

Affiches:

<http://www.histoire-immigration.fr/>

<https://www.smithsonianmag.com/history/vichy-government-france-world-war-ii-willingly-collaborated-nazis-180967160/>

<http://www1.alliancefr.com/actualites/antisemitismeles-mots-de-la-haine-les-sites-de-la-honte-6008882>

<https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/17588>

Livros de memórias e autobiografias:

BARILLET, Pierre. *L'Ombre de Stella / Moi Nadine Picardi*. Paris: Oeil du Prince, 2015.

CLOSTERMANN, Pierre. *O Grande Circo*. São Paulo: C&R, 2013.

DIAS, Cícero, *Eu vi o mundo*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KANNER, Mia Amalia; KUGLER, Eve Rosenzweig. *Shattered Crystals*. New Jersey: CIS Publishers, Lakewood, 1997 (Série Holocaust Diaries).

KNOLL, Allan; KNOLL, Daniel; SIGURET Catherine, *C'était Maman*. Paris: Kero, 2018.

LOIBL, Elisabeth. *Memórias de um adolescente brasileiro na Alemanha nazista*. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

LORBER, Blima R.; LORBER, Szyja B. *As Catorze Vidas de David*. São Paulo: Sefer, 2012.

PIERIN, Gabriel Davi. *Uma Estrela na Escuridão – A incrível história de Andor Stern, o único brasileiro sobrevivente ao holocausto*. Santos: Ateliê das Palavras, 2015.

SILVEIRA, Raul S. *Tempos de Inquietude e de Sonho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

SPALLEK, Johannes. *Vergessene Opfer des NS-Regimes in Bad Oldesloe: Fallstudie zu Hans Wöltje*. Bad Oldesloe, 2000.

TOMANIK, Geny B. *Memórias, deslocamentos, lutas e experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

Periódicos:

A Gazeta de Notícias (RJ): 23 de outubro de 1942; 22 de abril de 1948

Annales de dermatologie et de syphiligraphie. Paris: Volumes 5-6, 1945

A Noite (RJ): 3 de novembro de 1939; 13 de agosto de 1942; 1º de agosto de 1945

A Noite Ilustrada (RJ): 17 de janeiro de 1939; 6 de maio de 1941

Aufbau (NY): 17 de agosto de 1945

Automóvel Club (RJ) 1930

A Vida Moderna (SP) 1919

Commercio de São Paulo (SP): 5 de dezembro de 1907

Correio da Manhã (RJ): 3 de fevereiro de 1939; 15 de outubro de 1940; 19 de outubro de 1940; 3 de setembro de 1942; 29 de agosto de 1943; 14 de maio de 1944; 1º de agosto de 1945

Correio Paulistano (SP): 5 de setembro de 1909; 10 de julho de 1942

Diário Carioca (RJ): 16 de abril de 1944; 21 de junho de 1945

Diário da Manhã (ES): 10 de maio de 1927

Diário da Noite (RJ): 24 de março de 1943

Diário de Pernambuco (PE): 25 de dezembro de 1940

Diário da Tarde (PR): 10 de fevereiro de 1945

Diário de Notícias (RJ): 23 de maio de 1942; 4 de agosto de 1944

Diário Oficial da Marinha de Guerra da Espanha: 30 de junho de 1936

Diário de Pernambuco (PE): 25 de dezembro de 1940

Excelsior (RJ): Revista mensal ilustrada, fevereiro de 1933

Gazeta Artística (SP): 11 de dezembro de 1909

Istoé Gente (SP): 24 de janeiro de 2000

Jornal do Brasil (RJ): 30 de janeiro de 1940; 8 de janeiro de 1941

Le Matin (França): 21 de fevereiro de 1944

O Jornal (RJ): 17 de abril de 1936

O Radical (RJ): 14 de fevereiro de 1940

Pour Vous (França): 16 de fevereiro de 1933

Town and Country (EUA): setembro de 2018

Diplomáticas:

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores (RJ): 1936, 1940, 1942, 1944, 1949

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (CE): 1925

Entrevistas:

– Entrevistada por Blima Rajzla Lorber, em abril de 2019, via Whatsapp e-mails, Márcia Piatigorsky, Rio de Janeiro, referente à família Kerbel.

– Entrevista com Daniel Knoll realizada por Blima Rajzla Lorber, em Paris (França), dezembro de 2019, referente à família Kerbel.

– Entrevistados por Blima Rajzla Lorber em janeiro de 2020, via Whatsapp e e-mails, os integrantes da Família Gradvohl de Fortaleza (CE) e do Rio de Janeiro: Roger Gradvohl, Denise Gradvohl, Branca Gradvohl e Eliane Janine Gradvohl.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ, Mónica G. *Noche y Niebla en los campos nazis*. Barcelona: Espasa, 2021.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARLT, Erika, *Die jüdischen Gedenkstätten des verlorenen Transports: Langennaundorf, Mühlberg, Riesa, Schilda, Schipkau, Wildgrube, Zeithain, Ehrenmal und Jüdischer Ehrenfriedhof Trobitz*. Elbe-Elster, Alemanha, 2011.

ASSMANN, Aleida. Canon and archive. *A companion to cultural memory studies*. ERL, Astrid; NÜNNING, Ansgar. Berlin: de Gruyter, 2008.

BALANDIER, George. *O Poder em Cena*. Tradutor: Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora UNB, 1982.

BARBUY, Heloísa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BARTROP, Paul R.; DICKERMAN, Michael. *The Holocaust: An Encyclopedia and Document Collection* – Vol. 2. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2017.

BATALION, Judy. *The Light of Days: The Untold Story of Women Resistance Fighters in Hitler's Ghettos*. Nova York: William Morrow, 2021.

BERMEJO, Benito; CHECA Sandra. *Libro memorial: españoles deportados a los campos nazis (1940-1945)*. Madri: Ministerio de Cultura de España, 2006.

BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOWLES, Hein L.; RENAUX, Sigrid L. S. *Bruno Enei: aulas de literatura italiana e desafios crítico*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2010.

BRAHAM, Randolph L. *The Politics of Genocide: The Holocaust in Hungary*. Detroit: Wayne State University Press, 2000.

BRANTZ, Rennie. New Historical Accounts of the Holocaust in France and Italy. *The Holocaust and World War II: In History and In Memory*, RUPPRECHT, Nancy E.; KOENIG, Wendy. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012.

BRENNEIS, Sara J. *Spaniards in Mauthausen: Representations of a Nazi Concentration Camp, 1940-2015*. Toronto: University of Toronto Press, 2018.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. Tradutor: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial, Crônica da Belle Époque Paulistana*. São Paulo: Senac, 2001.

CAMPAGNANO, Anna Rosa. *Judeus de Livorno: sua língua, memória e história*. São Paulo: Humanitas, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo – 1933-1948*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *O Anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Holocausto: crime contra a humanidade*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *O Veneno da Serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: cristãos-novos e o mito de pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Dez Mitos Sobre os Judeus*. 2.ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MIZRAHI, Rachel. (Orgs.) *Vozes do Holocausto*. São Paulo: Maayanot, v. 6, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. MONTEIRO, Yara N. (Orgs.) *As Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Faap-Unifesp, 2012.

CARVALHO, Patrícia. *Os Portugueses nos campos de Concentração Nazis*. Amadora: Vogais, 2015.

CARVALHO G. Kildare. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Inimigo Eleito*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CONSTANTE, Mariano. *Triângulo azul: los republicanos españoles en Mauthausen*. Huesca: Gráficas Alós, 2008.

COYA, Hugo. *Estación final*. Lima: Aguilar, 2010.

DIEHL, Paula. *Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista*. São Paulo: Annablume, 1996.

DINES, Alberto. *Morte no Paraíso – a Tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FEINSTEIN, Wiley. *Civilization of the Holocaust in Italy: Poets, Artists, Saints, Anti-semites*. New Jersey: Fairleigh Dickinson Univ. Press, 2003.

FERRARETTO, Luiz Artur. “Porto Alegre: a Segunda Guerra é aqui (não só) pelas ondas do rádio”. In *Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial*, GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de. Porto Alegre: Edipucrs, p 81-98, 2006.

FINKELSTEIN, L. *The Jews: Their History, Culture and Religion*. Londres: Peter Owen Limited, 1961.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Tradutor: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Álvaro da Costa, (Org.) *Em Meio à Crise: Souza Dantas e a França Ocupada 1940-1942*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FRIEDLANDER, S. *A Alemanha Nazista e os Judeus*. Volume I: *Os Anos de Perseguição, 1933-1939*. Tradutor: Fany Kon [et ali]. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FROJIMOVICS Kinga. *Jewish Budapest: Monuments, Rites, History*. Budapeste: Central European University Press, 1999.

GILBERT, M. *O Holocausto dos Judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial*. Tradutor: Samuel Feldberg. São Paulo: Hucitec, 2010.

GILDEA, Robert. *Fighters in the Shadows: A New History of the French Resistance*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradutor: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDHAGEN, Daniel J. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Tradutor: Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GRANDJACQUES, Gabriel. *La montagne-refuge: les juifs au pays du Mont-Blanc, 1940-1944*. Montméllian: La Fontaine de Siloë, 2007.

GUTERMAN, Marcos. *Holocausto e Memória*. São Paulo: Contexto, 2020.

HALIMI, André, *La Délation Sous L'Occupation*. Paris: Le Cherche Midi, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradutor: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2012 (2ª Ed.).

HERF, J. *The Jewish Enemy: Nazi Propaganda during World War II and the Holocaust*. Cambridge: Belknap Press, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *Pessoas Extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz*. Tradutor: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KASPI André, PIÉTRI, Nicole: SCHOR Ralph. *La Deuxième Guerre Mondiale: chronologie commentée*. Bruxelas: Editions Complexe, 1995.

KERSHAW, Ian. *Hitler: um perfil do poder*. Tradutor: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

KESTLER, Izabela Maria F. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: Edusp, 2003.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Quixote nas Trevas*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSSOY, Boris. *São Paulo, 1900*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradutor: Bernardo Leitão [et ali]. Campinas: Unicamp, 1990.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e Questão Judaica – Imigração – Diplomacia, Preconceito*. Tradutor: Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LINDEMAN Yehudi; RIEPPEL Lukas; SKOTNICKA-ZAJDMA, Renata; SLOMINSKA Anita. *Shards of Memory*. Westport: Praeger Publishers, 2007.

MARRUS, Michael R.; PAXTON, Robert O. *Vichy France and the Jews*. Redwood City: Stanford University Press, 1995.

MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Coleção Trajectos Portugueses, Gradiva, 2010.

_____. *Os judeus do Vaticano*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

MÜLLER-HILL, Benno. *Ciência Assassina: como cientistas alemães contribuíram para a eliminação de judeus, ciganos e outras minorias durante o nazismo*. Tradutor: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Xenon, 1993.

MUCZNIK, Esther. *Portugueses no Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012.

NOVAES, Tulio Chaves. *Memória estética da injustiça: análise histórica e jurídica*. São Paulo: Humanitas, 2017.

PICCIOTTO, Liliana. *Il libro della memoria: gli ebrei deportati dall'Italia, 1943-1945*. Milão: Mursia, 2002.

PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

PIPER, F; STRZELECKA, Irena. *Księga Pamięci. Transporty Polaków do KL Auschwitz z Krakowa i innych miejscowości Polski południowej 1940-1944*. Varsóvia; Auschwitz: Tow. Opieki nad Oświęcimiem: Państwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau, 2002.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. Tradutor: João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *De Voltaire a Wagner*. Tradutor: Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1985.

POZNANSKI, Renée. *Jews in France During World War II*. New Hampshire: UPNE, 2001.

RAYSKI, Adam. *The Choice of the Jews Under Vichy: Between Submission and Resistance*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2005.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradutor: Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.

SARFATTI, Michele. *The Jews in Mussolini's Italy: From Equality to Persecution*. Madison: Univ of Wisconsin Press, 2006.

SMITH, Jean E. *Liberation of Paris: How Eisenhower, de Gaulle, and von Choltitz Saved the City of Light*. Nova York: Simon and Schuster, 2020.

TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. Tradutor: Mônica C. Corrêa. São Paulo: Barcarolla, 2008.

_____. *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. Tradutor: Joana A. D'Ávila Melo. São Paulo: ARX, 2012.

TURNER, C. *The CASSIA Spy Ring in World War II Austria*. Jefferson: McFarland & Company, 2017.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória*. Tradutor: Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988.

Artigos

ALMEIDA, Paulo R. "Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo". *Revista de Sociologia e Política, Dossiê Política Internacional*, n.º 12, Curitiba, junho, 1999: 35-66. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a03.pdf>. Acesso: 18 mar. 2020.

BARATA, A. "Figuras do movimento operário: Hermenegildo de Assis Brasil". *Problemas*, Rio de Janeiro, n.º 26, maio 1950: 118-128.

BRADSHER, Greg. "The Nuremberg Laws". *Prologue*, Washington, Vol. 42, N.º 4, 2010:24-29.

BUCHMANN, Ernani. "Pilotos Curitibanos nos Céus da Segunda Guerra". *Revista Fecomércio Paraná*. Curitiba, n.º 100, maio/junho 2014: 71-74.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas”. *Revista USP*, São Paulo, n.º 119 – outubro/novembro/dezembro 2018: 115-130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151581/148543>.

_____. “O caminho dos ratos: imigração nazista para o Brasil (1933-1950)”, In: *Herança Judaica*, São Paulo, n.º 113, 2002: 7-17.

CASTILHO, Marcio de Souza, “O amigo incondicional de todos os governos: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República”. 9º Encontro Nacional de História da Mídia – UFOP – Ouro Preto (MG). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/201co-amigo-incondicional-de-todos-os-governos201d-a-trajetoria-de-joao-lage-em-o-paiz-nos-primeiros-anos-da-republica>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DIDATI, Carlos Augusto Silva. “O espião que saiu dos trópicos”. *Revista de História da Biblioteca Nacional* n.º 20. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, 2007.

EIROA, Matilde; PALLARÉS, Concha. “Uncertain Fates: Allied Soldiers at the Miranda De Ebro Concentration Camp”. *The Historian*, vol, 76, n.1.: 26-49. Reino Unido, 2014.

FERRERO, Shaul. “Switzerland and the Refugees Fleeing Nazism: Documents on the German Jews Turned Back at the Basel Border in 1938-1939”. In *Yad Vashem Studies*, Vol. XXVII: 203-2034. Jerusalem, 1999. Disponível em: https://www.yadvashem.org/odot_pdf/Microsoft%20Word%20-%20203212.pdf,

FROTSCHER, Méri. “De ‘alemães no exterior’ a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949)”. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n.º 2, 2013: 81-96.

GHERMAN, Michel. “Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. Uma perspectiva comparativa acerca do uso da memória.” *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 19, n.º 37, p. 232-236, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org>.

GRIZOLI, Larissa. “Os Irmãos Gomm”. *Revista Fecomércio PR*. n.º 130, maio/junho 2019, p 79-81.

GUIMARÃES, André. “100 dias em Baden-Baden”. *Boletim da Associação de Diplomatas Brasileiros*. Brasília: Ano I, n.º 5: 3-4, setembro de 1993.

IVANKOVIĆ, Mladenka; STOJANOVIĆ, Aleksandar. “Anti-Semitic propaganda and legislation in Serbia 1939-1942: Content, Scale, Aims and Role of the German factor. *Istorija 20. Veka*. Belgrado: Institute for Contemporary History, 2019. Disponível em https://istorija20veka.rs/wp-content/uploads/2019/07/2019_2_04_iva_85-104.pdf.

MACAULY, James. “The Tragic, Fascinating History of Santo Sospir”. *Town and Country*, 2018. Disponível em: <https://www.townandcountrymag.com/society/money-and-power/a22688674/santo-sospir-cap-ferrat-villa-jean-cocteau-paintings/#>.

MAZZOTTI, Massimo. “I Don’t Really Care. Do You? Scientists in the Grey Zone in 1930s Italy”. *Los Angeles Review of Books*, 2019.

MILGRAM, Avraham. “Portugal, the Consuls, and the Jewish Refugees, 1938-1941”. Yad Vashem, *Shoah Resource Center*, p 1-31, [s.d.], Disponível em: http://www1.yadvashem.org.il/odot_pdf/Microsoft%20Word%20-%203230.pdf.

MIZRAHI, Rachel, “Sefarad e os refugiados da Shoah”. VII Confarad – 2a Parte, In: *Notícias do Mundo Sefarad*, 26 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://esefarad.com/?s=SEFARAD+E+OS+REFUGIADOS+DA+SHOAH%E2%80%9D+%E2%80%93+2%C2%AA+Parte>.

OCHAYON, Sheryl S. “The Jews of Libya”. In *The Jews of North Africa and the Holocaust (e-Newsletter for Holocaust Educators)*. Yad Vashem, Jerusalém, 2011. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/education/newsletter/25.html>.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio.” *Estudos Históricos*, vol.2, n.º 3. Rio de Janeiro, 1989, p 3-15.

PONCHON, Catherine. “Le Moi, la fiction et l’Histoire: la petite et la grande Histoire”. In *L’Esprit Créateur*. Vol.49, N.º 3. Baltimore: Johns Hopkins University Press, outono 2009.

REINIGER, Franziska; ELSBY, Liz; OCHAYON Sheryl S. “The Hungarian Tragedy in Retrospect” Yad Vashem. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/articles/interviews/baruch-bauer.html>. Acesso em: 28/10/2020.

ROZETT, Robert. *Conscripted Slaves: Hungarian Jewish Forced Laborers on the Eastern Front during World War II*. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/articles/general/conscripted-slaves-hungarian-jewish-forced-laborers.html>. Acesso em: 29/10/2020.

SASAKI, Tsuneo. “Henri Fayol’s Family Relationships”. In: *Henri Fayol: Critical Evaluations in Business and Management*, vol.1. WOOD, John C.; WOOD, Michael C. Oxfordshire: Taylor & Francis, 2002.

ZAMBONI, Roberto, “Italiani Nati All'Esterò”, In *Tratto da “Elenco nazionale – comune di nascita”*, 2015. Disponível em: <https://dimenticatidistato.files.wordpress.com/2015/06/2-italiani-nati-allestero.pdf>.

Teses e dissertações

BIGAZZI, Anna Rosa, ‘*In Difesa Della Razza’ Os judeus italianos refugiados do fascismo e o anti-semitismo do Governo Vargas*. Tese de doutorado. FFLCH – Universidade de São Paulo, USP, 2008.

GUTERMAN, Marcus. *A Moral Nazista – Uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler*. Tese de doutorado. FFLCH – Universidade de São Paulo. USP, 2013.

Obras de Referência

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: 1891 a 1940.

Belgisch Staatsblad – Diário Oficial da Bélgica.

Cadernos do CHDD, Ano VI, Número 10. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília, 2007.

Diário Oficial do Ministério da Guerra da Espanha, 1936.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro organizado pelo CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vale-ciro-de-freitas>.

Enciclopédia do Holocausto – United States Holocaust Memorial Museum.

Germany. Auswärtiges Amt. *Documents on German Foreign Policy, 1918-1945: Poland; The Balkans; Latin America; the smaller powers, June 1937-March 1939*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1953.

Journal Officiel – Legifrance – (Diário Oficial da França).

Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2016.

Office of the United States Chief Counsel for Prosecution of Axis Criminality. *Nazi Conspiracy and Aggression*, volume IV. Washington, DC: United States Government Printing Office, 1946.

SH'ARIT HA-PL'ATAH. *Pinkas HaNitzolim I — Register of Jewish Survivors I Lists of Jews Rescued in Different European Countries*. Jerusalém: Hamadis Liphshitz Press, 1945.

SÍTIOS NA INTERNET

www.aartsandculture.google.com

<https://acervo.oglobo.globo.com>

<https://adb.org.br>

<https://administradores.com.br>

www1.alliancefr.com

www.amazon.de

www.ancestry.co.uk

www.anovademocracia.com.br

www.antifascismoumbro.it

www.archives.gov

<https://archivi.unimi.it>

www.arolsen-archives.org

www.arqshoah.com

www.aspi.unimib.it

<http://auschwitz.org>

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br>

www.amazon.com.br
www.ancestry.com
<https://beeldbank.kazernedossin.eu>
<http://bibliotecavirtualdefensa.es>
<http://biblioteca.if.ufrj.br>
www.bundesarchiv.de/gedenkbuch
<https://calindex.eu/>
<http://campifascisti.it>
www.campx.ca
<https://collections.ushmm.org>
<https://compagnieaffable.com>
<https://c8.alamy.com>
<http://www.deportati.it>
<http://digital-library.cdec.it>
<https://dimenticatidistato.com>
<https://dimenticatidistato.files.wordpress.com>
www.doew.at
<https://dora-ellrich.fr>
www.eb.mil.br
www.eda.admin.ch
<https://entretenimento.uol.com.br>
<http://etoilejaune-anniversaire.blogspot.com>
<https://europeanmemories.net>
www.facebook.com
www.fgv.br
<https://fr.wikipedia.org>
www.francaislibres.net
<https://galeriandre.com.br>
<https://ge.ch/archives/>
<https://www.gedenkstaetten.at>
www.geni.com
<https://geschichte.jena.de>
www.google.com.br
www.holocaustresearchproject.org

<https://ic.pics.livejournal.com>
www.iwm.org.uk
www.jewishgen.org
www.jstor.org
www.lager-muehlberg.org
www.legifrance.gouv.fr
<https://maitron.fr>
www.marinha.mil.br
www.majdanek.eu
<http://memoria.bn.br>
<http://memorialdademocracia.com.br>
[www.memorialgenweb](http://www.memorialgenweb.org)
www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr
<http://mlynskadroga.pl>
www.mnmsgm.eb.mil.br
www.myfrenchlife.org
www.myheritage.com
www.novomilenio.inf.br
<http://nslivramento.com.br>
www.patriaindependente.it
<https://peoplepill.com>
<https://pierre.clostermann.org>
<https://portal.ehri-project.eu>
<https://pt.bjk-1903.net>
<https://raumdernamen.mauthausen-memorial.org>
www.saraiva.com.br
www.shatteredcrystals.net
www.stevemorse.org
www.spmodelismo.com.br
<https://www.simoesdeassis.com>
<https://www.smithsonianmag.com>
<https://www.terra.com.br/istoegente>
<https://teses.usp.br>
<https://tokdehistoria.com.br/2011/08/09/pierre-clostermann-um-curitibano-na-raf/>

<http://totenbuch.buchenwald.de>

www.townandcountrymag.com

<https://twitter.com/sentandoapua>

<http://vhaonline.usc.edu>

unifrance.org

www.wikipedia.org

<https://commons.wikimedia.org>

www.wmwa.org

<https://zbl.lzmk.hr>